

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

LUIGI BONAFÉ

**COMO SE FAZ UM HERÓI REPUBLICANO:
Joaquim Nabuco e a República**

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI
2008



LUIGI BONAFÉ

COMO SE FAZ UM HERÓI REPUBLICANO:

Joaquim Nabuco e a República

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em
História
Área de concentração: História
Social

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ANGELA DE CASTRO GOMES

NITERÓI
2008

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

© **LUIGI BONAFÉ**

Graduou-se em História na Universidade Federal Fluminense ao final do 2º semestre letivo de 2003. Ingressou no doutorado em História da mesma instituição em 2004, tendo sido aprovado para Progressão Direta ao Doutorado em 2005.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B697 Bonafé, Luigi
Como se faz um herói republicano:
Joaquim Nabuco e a República / Luigi Bonafé. —
2008.
287 f. ; il.
Orientadora: Angela de Castro Gomes.

Tese (Doutorado) — Universidade Federal
Fluminense, Departamento de História, 2008.
Bibliografia: f. 247-263.

1. Nabuco, Joaquim, 1849-1910. 2. Memória e
história. 3. Brasil – Primeira República, 1889-1930.
I. Gomes, Angela de Castro. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas
e Filosofia III. Título.

CDD 923.281

LUIGI BONAFÉ

COMO SE FAZ UM HERÓI REPUBLICANO:

Joaquim Nabuco e a República

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História
Área de concentração: História Social

Aprovado em 28 de março de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Angela de Castro Gomes — Orientadora
Universidade Federal Fluminense (Uff) / Fundação Getulio Vargas (FGV)

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro — Argüidor
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Paschoal Guimarães — Argüidora
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Marco Antonio Pamplona — Argüidor
Univ. Federal Fluminense (Uff) / Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

Prof. Dr. Matias Spektor — Argüidor
Fundação Getulio Vargas (FGV)

Prof.^a Dr.^a Marly Silva da Motta — Suplente
Universidade / Fundação Getulio Vargas (FGV)

Prof.^a Dr.^a Martha Campos Abreu — Suplente
Universidade Federal Fluminense (Uff)

NITERÓI
2008

À professora Angela, que nunca deixou de acreditar nesta tese, e que me mostrou, pelo exemplo, os ônus e bônus da competência, ensinando, com muito carinho, a melhor maneira de lidar com eles.

Agradecimentos

Muitas pessoas ajudaram, direta ou indiretamente, na elaboração desta tese. Os professores Maria de Lourdes, José Roberto, Ivaldo Lima e Mario Grynszpan guiaram, talvez sem o saber, os primeiros passos que me trouxeram até aqui. Meus pais, Sueli e Luigi, tomaram as decisões exatas sobre minha formação nos momentos precisos. As opções que eles fizeram, desde o início, estão – para o bem ou para o mal – expressas neste trabalho, que só foi possível porque contei com o apoio irrestrito dos dois às minhas próprias escolhas, desde que passei a ser responsável por elas.

No meio do caminho, contudo, uma pessoa especial passou a assumir importância crescente e a exercer influência direta sobre o trajeto de que resultou esta tese. À professora Angela de Castro Gomes, minha orientadora, conselheira e incentivadora durante mais de seis anos, registro aqui o agradecimento mais sincero e carinhoso. Alheia ao meu ceticismo, ela sustentou até o fim a arriscada aposta na minha capacidade de concluir a contento este trabalho. Sua orientação não conheceu limites de dedicação, altruísmo, comprometimento, incentivo, generosidade ou horários. Foi um exemplo, que anseio um dia poder passar adiante. As falhas que esta tese ainda preserva evidenciam, apenas, a temeridade daquela aposta e a incompetência de seu orientando – um estudante pretensioso que ela tentou, em vão, transformar num pretenso historiador.

Grande parte do que esta tese tem de bom deve ser creditado ao que aprendi com a professora Angela e com os meus colegas do curso “Rituais cívicos e monumentos: representações do poder, do Estado e da nação”, oferecido pelo professor Hendrik Kraay no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, durante o 1º semestre letivo em 2005. Foi uma turma excelente, como não tive igual depois dela. A participação ativa de todos os alunos do curso garantiu a qualidade dos debates que travamos durante as aulas, das quais esta tese foi a maior beneficiária. Alguns desses meus colegas de curso me concederam o privilégio de contar com sua amizade depois disso.

Dentre eles, a Amanda Muzzi, em especial, virou minha interlocutora privilegiada desde então, devido à proximidade de nossos interesses de pesquisa e à generosidade dela. Amanda acabou se tornando quase uma colaboradora freqüente, das melhores com que eu poderia contar, e absolutamente desinteressada, o que torna sua ajuda ainda mais honrosa para mim. Amanda é um exemplo de competência e de altruísmo, daqueles que parecem não existir mais. Aos esforços dela se somaram os do meu amigo Jefte Pinheiro Jr., que tive a felicidade de acompanhar desde a militância no movimento estudantil, ainda durante a graduação. Os dois, Jefte e Amanda, me socorreram especialmente na reta final da redação desta tese. Eles me franquearam o luxo de poder contar com “copidesques” eficientes, interessados e habilitados, porque além de revisores atentos são ambos historiadores. Eles me ofertaram, acima de tudo, seu estímulo sincero no momento mais decisivo do doloroso processo de conclusão do doutorado. Por fim, a Luciana Heymann, do CPDOC/FGV, que eu considerava um exemplo de pesquisadora, tornou-se depois minha colega de classe numa das disciplinas da pós-graduação, para minha surpresa. Desde então, toda vez que me encontrava – quase sempre apressado – ela tinha a paciência de oferecer uma palavra de incentivo, alguma indicação de leitura interessante, um abraço amigo ou uma oferta de ajuda. Já nos últimos momentos antes de finalizar este trabalho eu tive a honra de poder contar com sua gentileza de corrigir a tradução do resumo da tese para o francês.

Também o professor Hendrik Kraay, da Universidade de Calgary, merece meu agradecimento comovido. Não só pela dedicação ilimitada ao curso que nos ofereceu na UFRJ, mas também, e principalmente, pela qualidade das discussões que conduziu. Rígido, disciplinado e exigente, também se mostrou terno, gentil e atento. Desde meados do curso até hoje, ele foi sempre um entusiasta deste trabalho e um grande incentivador. Esta tese termina amplamente beneficiada por seu estímulo constante, bem como por sua disposição ilimitada a ajudar até mesmo nos pormenores da correta tradução do resumo da tese para o inglês.

Muitos amigos, de formas muito diversas, também contribuíram para que esta tese chegasse a um bom termo. Leandro, Marcio, Cafrê, Christiano, Marcus, Vanessa, Letícia, Fabíola, Everaldo, Lair e Ana Carolina sempre torceram por mim. Ao lado de meus pais, o Fabio, a Luiza, o meu irmão Franco, a minha tia Tide e a minha avó Heronita ofertaram sempre o ombro amigo, o estímulo constante, a palavra carinhosa, a compreensão irrestrita diante das minhas muitas ausências e a fé inabalável na minha

capacidade. Sem essas pessoas mais do que especiais eu certamente não teria conseguido. A elas se juntaram, mais recentemente, Marcello, Ricardo, Sérgio, Mafra, Gilberto, Wanderley, Karla, Diego, Beth e tantos outros com cujo carinho e competência aprendi muito. Contei ainda com o exemplo do João Daniel, um professor inacreditavelmente generoso e a um só tempo sério e engraçado. Ele me incentivou e socorreu, com seu interesse, erudição e uma memória inigualável, até os dias derradeiros antes da conclusão da redação desta tese. Sua ajuda de última hora evitou erros que seriam inconvenientes.

Registro ainda o meu orgulhoso agradecimento aos professores que se dispuseram a ler versões parciais e ainda incipientes deste trabalho. Eles aceitaram participar das muitas bancas por que passei nos últimos quatro anos, oferecendo seus comentários, críticas, elogios e principalmente sugestões valiosas para o desenvolvimento da tese. Aos professores Ricardo Salles, Jorge Ferreira, Martha Abreu, Lucia Guimarães e Marco Antonio Pamplona devo muitas das contribuições que estão incorporadas ao longo do texto.

Fui muito bem recebido e atendido pelos funcionários dos arquivos que tive de visitar durante mais de cinco anos de pesquisa. Sou grato ao pessoal das seções de Periódicos, Obras Gerais, Referência e Obras Raras da Biblioteca Nacional; ao Sr. Pedro, simpático, generoso e lendário funcionário do Instituto Histórico e Geográfico Nacional; aos arquivistas do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, que se esforçam para extrair o máximo de documentos de um arquivo com um mínimo de organização; e aos sorridentes e prestativos funcionários da Fundação Casa de Rui Barbosa, que se mobilizaram generosamente para permitir-me amplo acesso aos raríssimos periódicos sob a guarda da instituição. Agradecimento especial, contudo, devo a toda a equipe do Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, que sempre me acolheu com extremo carinho e respeito, preenchendo de calor humano e aconchego os longos dias que passei naquela sala ampla e escura.

Minha namorada e companheira, Izabela, acompanhou-me em algumas dessas incursões pelos arquivos, revelando-se uma historiadora extremamente eficiente e de raríssimo talento para a pesquisa de fontes primárias. Seu “faro” sempre atento e perspicaz tornou mais produtivo e menos solitário o trabalho ingrato de procurar vestígios do passado em companhia de papéis, poeira, fungos e traças. Ela foi, sobretudo, a minha fã número 1 durante todo esse tempo, de modo que suas palavras

enfáticas de incentivo me convenceram de que eu era capaz de chegar até o fim.

Sou grato ainda ao CNPq, que me proporcionou as mínimas condições materiais necessárias à execução da pesquisa de que resulta esta tese. Sem os poucos recursos das bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado que recebi durante mais de seis anos não teria sido possível chegar até aqui. Agradeço, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), que abrigou minha proposta de pesquisa, e viabilizou as condições institucionais indispensáveis para sua execução.

Bem se vê que fui um doutorando afortunado de poder contar com o amparo de tantas pessoas especiais durante todo esse tempo. Mas também fui muito desobediente em relação a vários dos bons conselhos que recebi, de modo que a responsabilidade pelo resultado final do trabalho, com seus erros, falhas e muitas lacunas, é exclusivamente minha.

RESUMO

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano**: Joaquim Nabuco e a República. 2008. 287 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Esta história da memória sobre Joaquim Nabuco busca analisar o processo de sua consagração como herói nacional, em dois tempos. O primeiro se situa entre 1889, quando da Proclamação da República, e 1910, quando sua morte enseja homenagens do novo regime à memória do herói através da promoção de três dias de cerimônias fúnebres oficiais na Capital Federal. O segundo tempo privilegiado na análise gira em torno de 1949, ano do centenário de nascimento de Nabuco. Este segundo tempo é identificado como o momento crucial de afirmação de uma memória que consagra a ênfase sobre a face abolicionista do herói. A partir daí, a análise se desloca de volta para o primeiro tempo do processo de consagração de Nabuco, quando foram produzidos outros olhares sobre a trajetória pública do herói, ora enfatizando sua face de escritor/intelectual, ora privilegiando sua face de diplomata e primeiro embaixador brasileiro. Em cada momento, buscam-se identificar os atores envolvidos na construção de uma memória sobre Joaquim Nabuco, seus interesses e projetos. O argumento central defendido na tese é o de que os diferentes olhares produzidos sobre o herói, em cada um desses momentos, resultaram de alterações nas correlações de forças estabelecidas entre os atores de sua consagração ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE:

Joaquim Nabuco – memória nacional – rituais cívicos – Primeira República – política externa brasileira – pan-americanismo

ABSTRACT

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano**: Joaquim Nabuco e a República. 2008. 287 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

This history of the memory of Joaquim Nabuco analyzes the process by which he became defined as a national hero. This took place during two key periods. The first was between 1889 (the proclamation of the republic) and 1910, when his death offered an opportunity for compliments from the new regimen to the hero, through the organization of a three-day official funeral in the federal capital. The second period dates to 1949, the centennial of Nabuco's birth. This period was the key moment in the development of a memory that exalted his role as an abolitionist. From that moment, the analysis moves back to the first moment of Nabuco's acclamation, when the hero's public trajectory was interpreted in different ways, sometimes focusing on his contributions as a writer and intellectual, other times favoring his contributions as a diplomat and the first Brazilian ambassador. At each point, this study seeks to identify the actors involved in the construction of Joaquim Nabuco's memory, their interests, and their goals. The central argument of this thesis is that the different views produced about the hero at each of these key moments derived from changes over time in the relative power among the actors involved in promoting his acclamation as a hero.

KEYWORDS:

Joaquim Nabuco – national memory – civic rituals – First Republic – Brazilian foreign policy – Pan-Americanism

RÉSUMÉ

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano**: Joaquim Nabuco e a República. 2008. 287 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Cette histoire de la mémoire sur Joaquim Nabuco cherche à analyser le processus de sa consécration comme héros national, en deux temps. Le premier se situe entre 1889, lors de la Proclamation de la République, et 1910, quand son décès suscite des hommages du nouveau régime à la mémoire du héros, à travers la promotion de trois jours de funérailles officielles dans la capitale fédérale. Le deuxième temps traité rapporte à 1949, centenaire de naissance de Nabuco. Ce temps-ci est identifié comme le moment privilégié d'affirmation d'une mémoire qui consacre une importance sur le côté abolitionniste du héros. À partir de là, l'analyse se déplace vers le premier temps de consécration de Nabuco, lorsque d'autres regards sur la carrière publique du héros ont été produits, soit en accentuant son côté écrivain/intellectuel, soit en accentuant son côté de diplomate et premier ambassadeur brésilien. À chaque moment, on cherche à identifier les acteurs engagés à la construction d'une mémoire sur Joaquim Nabuco, ses intérêts et ses projets. L'argument central défendu dans cette thèse c'est que les différents regards produits sur le héros, à chacun de ces moments, sont provenus de changements de corrélations de forces établies entre les acteurs de sa consécration au cours du temps.

MOTS CLES:

Joaquim Nabuco – mémoire nationale – rituels civiques – Première République – politique externe brésilienne – panamericanisme

Sumário

INTRODUÇÃO	15
FACES, OLHARES, TEMPOS	18
O HERÓI COMO OBJETO DA HISTÓRIA POLÍTICA	22
O RITUAL CÍVICO COMO OBJETO DE HISTÓRIA POLÍTICA	25
NABUCO FAZ CEM ANOS	29
UM SOCIÓLOGO NO PARLAMENTO	30
UM HERÓI NORDESTINO	36
REINVENTANDO NABUCO	41
NABUCO SOCIAL-DEMOCRATA	45
QUEM BATE PALMAS PARA NABUCO	54
A REPÚBLICA DE LUTO	79
UM PÉRIPO INTERCONTINENTAL	80
ANTI-CARNAVAIS DA MORTE	82
DURANTE O PÉRIPO, A REPÚBLICA BALANÇA...	89
O ROTEIRO	98
O POVO E O CAIS, OU O POVO NO CAIS	102
PRIMEIRO ATO: O DESEMBARQUE DO CORPO	105
SEGUNDO ATO: O PANTEÃO TRANSITÓRIO	108
TERCEIRO ATO: ENCOMENDAÇÃO DO CORPO	111
ÚLTIMO ATO: EMBARQUE DE VOLTA À TERRA NATAL	113
UM HERÓI MONROÍSTA	114
NECROLÓGIOS DE NABUCO EM PERSPECTIVA COMPARADA	123

AS FACES DO HERÓI	125
UM HERÓI MULTIFACETADO	126
HERÓI DA ABOLIÇÃO	129
CONSAGRAÇÃO INTELECTUAL	140
DERROTA COM SABOR DE VITÓRIA	162
O PRIMEIRO EMBAIXADOR	173
EMBAIXADA MONROÍSTA	174
GUERRA E PAZ	186
NOVO MUNDO, NOVO NABUCO	193
“ABOLIÇÃO, FEDERAÇÃO, PAZ”	199
À SOMBRA DO BARÃO	203
O III CONGRESSO PAN-AMERICANO	204
LAR, DOCE LAR... REPUBLICANO	211
A SOMBRA DO BARÃO E O ESTIGMA DO IDEALISMO	218
O RESGATE DE UM DIPLOMATA REALISTA	229
CONCLUSÃO	241
BIBLIOGRAFIA	247
APÊNDICE	264
ANEXOS	267
1. RÓTULOS DE CIGARROS EM HOMENAGEM A JOAQUIM NABUCO	268
2. O PALÁCIO MONROE	270
4. VESTÍGIOS DA MEMÓRIA	273
5. JOAQUIM NABUCO SEGUNDO GILBERTO FREYRE	274

Lista de ilustrações

<i>Ilustração 1 – “A profissão de fé”.</i>	216
<i>Ilustração 2 – Rótulos de cigarros “Cigarros Nabuco” e “Nabuquistas”</i>	268
<i>Ilustração 3 — Rótulos de cigarros “D.ª J.ª Nabuco” e “Príncipes da Liberdade”</i>	269
<i>Ilustração 4 — Cartão postal do Palácio Monroe</i>	270
<i>Ilustração 5 — Palácio Monroe</i>	270
<i>Ilustração 6 — Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro</i>	271
<i>Ilustração 7 — Cortejo fúnebre de Nabuco no Rio de Janeiro.</i>	271
<i>Ilustração 8 – Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro.</i>	272
<i>Ilustração 9 – Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro.</i>	272
<i>Ilustração 10 – Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro.</i>	272
<i>Ilustração 11 – Ataúde com os restos mortais de Joaquim Nabuco</i>	273
<i>Ilustração 12 – Mausoléu de Joaquim Nabuco no cemitério de Santo Amaro, Recife.</i>	273

Introdução

Joaquim Nabuco viveu e morreu como herói nacional. Seus contemporâneos não o consideravam “o maior dos brasileiros”, como Rio Branco, nem o “mais culto”, como Rui Barbosa, mas havia certo consenso em dizer que ele era o homem mais “brilhante” do seu tempo.¹ Mais de um século depois, ainda perdura no “rol dos personagens que representam a nação, como herói civilizador e pensador do Brasil”. Consagrado “político por vocação e grande explicador dos nossos males”, serviu de “fonte de inspiração para a esquerda e reserva de sensatez para a direita”.² Como poucos heróis nacionais, diz Célia Azevedo, Nabuco “parece resistir a qualquer ação do tempo, tal a longevidade de sua celebração”. Tamanha e tão difundida é sua devoção, e “tão incessantes e apaixonadas” são as evocações de seu nome, que “o mais certo, e mais conveniente”, argumenta, “será chamá-lo de Santo” ou, “simplesmente, São Nabuco”.³

É certo que o principal milagre deste santo foi o de ter liderado a campanha pelo fim da escravidão. A menção do nome de Joaquim Nabuco remete, quase automaticamente, à lembrança da campanha pela Abolição da escravidão. Joaquim Nabuco lembra abolicionismo. Quem quer que já tenha ouvido falar no seu nome saberá indicar a associação entre o intelectual e a luta pelo fim da escravidão. Na memória coletiva nacional, Nabuco é sinônimo de combate contra o regime escravista. Mas o líder abolicionista também costuma ser lembrado por outras façanhas. Ele consta do cânone de autores obrigatórios do “pensamento social brasileiro”, em especial por seu clássico *O Abolicionismo*. O caráter conservador, reformador ou revolucionário do pensamento e da ação de Nabuco, ademais, parece constituir objeto recorrente de reflexão entre intelectuais brasileiros de todas as ciências sociais. Menos controversa, contudo, é sua contribuição ao mundo das letras em sentido lato, freqüentemente referida ao pioneirismo de sua autobiografia precoce, *Minha Formação*, ou de seu clássico sobre o Segundo Reinado, *Um estadista do império*.

Mas heróis nacionais, santos, escritores consagrados ou historiadores clássicos são frutos de construções históricas,⁴ que constituem processos de consagração

¹ Cf. GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 257.

² ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 16.

³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Quem precisa de São Nabuco?”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, p. 87-97, 2001.

⁴ Este tipo de perspectiva é típico daquilo que se tem chamado de ‘nova’ história política. Ver, por exemplo, o clássico de: GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das

inequivocamente complexos e indeterminados. Para que um sujeito histórico se torne herói nacional, e para que se consagre uma memória em torno de seu nome, é necessário que, em algum momento, outros sujeitos históricos tenham deliberadamente investido na consagração daquela memória. Santos, como heróis, são obra de homens e mulheres mortais, que erguem altares laicos ou religiosos para a devoção de suas divindades de acordo com seus interesses e projetos mundanos. Mais do que “deixar o Santo de lado para alcançar o homem”⁵, o historiador que se depara com este tipo de “canonização” deve compreendê-lo como construção histórica, desvelando operações mnemônicas e suas formas de enunciação.

A proposta desta tese é reconstruir, ao menos parcialmente, alguns momentos fundamentais do processo de heroificação, ou de “canonização”, de “São Nabuco”. Iniciado em fins do século XIX, ele ainda perdura, estando sujeito, portanto, a novas inflexões. A longevidade de sua devoção evidencia esforços igualmente longevos e deliberados de perpetuação de uma memória que sofre diuturnamente a ação do tempo, estando sujeita a inflexões sempre imprevisíveis. Trata-se, então, de identificar *como, quem, quando, onde, por que, para quê e para quem* Nabuco foi feito herói nacional. Em uma palavra, cumpre escrever uma história da memória sobre Joaquim Nabuco.

Depois de mais de cem anos, esta história já teve vários episódios, em que a memória do herói foi construída através dos mais variados gêneros discursivos — “biografias, memórias, narrativas da Abolição, discursos comemorativos, artigos de imprensa, livros didáticos, prefácios e resenhas de seus livros”⁶. Mas, como anota Azevedo, não houve um papa a presidir o processo de “canonização” de Nabuco. Dele

Letras, 1987. E, ainda, para um exemplo mais próximo no tempo e no espaço, o estudo de José Murilo de Carvalho sobre a construção do mito do herói da Inconfidência Mineira, Tiradentes, em: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo : Companhia das Letras, 1991. Um painel dessa “renovação” da história política pode ser contemplado através da obra coletiva organizada por RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003. No entanto, essa obra não contempla adequadamente um aspecto fundamental dessa “renovação”, que tem sido o reconhecimento crescente da importância dos elementos do imaginário na mobilização política e na implantação, consolidação e legitimação de diferentes sistemas de governo. É esse aspecto que nos interessa mais diretamente nesse trabalho. As referências básicas, aqui, são a obra de GIRARDET, *Mitos e mitologias políticas*, op.cit.; e o texto de: BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropol-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332. Duas autoras brasileiras produziram balanços interessantes desse movimento historiográfico. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” *Estudos Históricos*, vol. 9, nº 17, p. 59-84, 1996; e FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, p. 265-271, 1992.

⁵ Idem, *ibidem*.

participaram contemporâneos, amigos, admiradores, desafetos, cientistas sociais, biógrafos, jornalistas e parentes, além do próprio Nabuco, que morreu acreditando na “imortalidade de sua alma”⁷. Muitos atores históricos, movidos por interesses os mais variados, se dedicaram à consagração da memória sobre este herói nacional.

Eles fizeram escolhas, operaram ênfases e seleções inseridas num conjunto de possibilidades cujos resultados se mostraram, em grande medida, imprevisíveis. Refletir sobre Nabuco implicou enfatizar, mencionar ou silenciar. Enfim, valorizar seletivamente o quê e como devia ser lembrado. Compor o retrato de um homem e de sua época sempre de acordo com os interesses e escolhas de quem lembrava, isto é, consagrava ou denegria. O produto final, inacabado e permanentemente re-elaborado, foi largamente tributário das condições sociais de sua produção e reprodução.

Nabuco tornou-se, assim, um herói de muitas faces. Não só porque tenha sido objeto de consagração por diferentes atores, ao longo de mais de um século, mas porque sua trajetória de vida ofereceu, e continua oferecendo, terreno particularmente fértil a uma considerável diversidade de apropriações.

FACES, OLHARES, TEMPOS

Para compreender melhor o processo de consagração de Nabuco, que é longo, complexo e permanece inconcluso, são mobilizadas algumas noções. A primeira delas é a de *faces* do herói. Joaquim Nabuco foi, ao longo de sua vida pública, líder destacado da campanha abolicionista, durante os últimos anos do Império; intelectual consagrado na capital federal, no decorrer da década de 1890, enquanto se dedicava a combater o novo regime e construir uma memória favorável à Monarquia (através, principalmente, de *Um Estadista do Império*); e, finalmente, foi também diplomata da República e primeiro Embaixador brasileiro, nos EUA, entre 1905 e 1910. Pode-se dizer, portanto, que são três as *faces* mais destacadas do herói. Todas indissociáveis, como se fossem faces da mesma moeda, caso seja permitido imaginar uma moeda de três lados.

Construir uma memória em torno da vida desse herói demandou, ao longo do tempo, privilegiar uma dessas *faces*; demandou a realização de escolhas por parte dos atores envolvidos nessa tarefa. Isto conduziu à produção de diferentes *olhares* sobre a

⁶ Idem, *ibidem*.

vida e os feitos de Nabuco, de acordo com a *face* que recebia maior ênfase. A noção de *olhares* remete a uma analogia que pode ser útil: olhar para uma paisagem significa assumir um determinado ponto de vista, um certo ângulo de análise. Assim, quem olha não necessariamente perde a perspectiva do conjunto da paisagem, mas opera hierarquizações entre o primeiro plano e o fundo. De maneira análoga, as narrativas da vida de Nabuco, construídas pelos atores de sua consagração, estabeleciam hierarquias entre as *faces* do herói. Sem ignorar as outras, uma delas merecia maior destaque em cada discurso sobre a vida e os feitos do herói.

Foram quatro os momentos estratégicos dessa história da memória sobre Nabuco. A tese se estrutura a partir da análise desses quatro *tempos* em que as iniciativas deliberadas de construção de uma memória sobre Nabuco tomaram vulto incomum. Três deles constituem objetos privilegiados de análise, à medida que reúnem e condensam as forças que atuam no processo em tela. O primeiro *tempo* foi desmembrado em três *momentos*, todos situados no período que se convencionou chamar de “República Velha”, quando Nabuco se dedicava a outras atividades que não a campanha abolicionista. Eles serão analisados no segundo, no terceiro e no quinto capítulos. Trata-se do período menos estudado da trajetória de Nabuco. Por isso mesmo, uma parte do terceiro capítulo e a totalidade do quarto foram dedicadas à apresentação, sintética e superficial, de alguns aspectos gerais do contexto, indispensáveis à compreensão dos projetos dos atores do trabalho de enquadramento da memória do herói neste primeiro *tempo*.

O segundo *tempo* é o objeto de reflexão do primeiro capítulo, e se situa em torno das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco, realizadas em 1949. O estudo comparativo dos dois *tempos* selecionados serve ao intuito de conferir historicidade à análise, identificando os diferentes atores (individuais ou coletivos) cujas construções memorialísticas concorreram para a consagração do herói, bem como os deslocamentos de ênfases que operaram, de acordo com a perspectiva adotada por cada um em cada *tempo*.

O terceiro *tempo* do processo de consagração de Joaquim Nabuco foi motivado, provavelmente, pelas comemorações do centenário da Lei Áurea, em 1988, e ensejou

⁷ ALONSO, op. cit., p. 17.

uma extensa e profícua produção acadêmica a respeito do herói. Produzida ao longo da década de 1980, esta literatura ratificou a ênfase sobre a *face* abolicionista de Nabuco. Este terceiro *tempo* não será objeto de análise mais detida na tese porque considera-se que seu resultado apenas atualizou, adaptou, consolidou e difundiu o *olhar* produzido em 1949. Apesar disso, as contribuições mais originais da literatura acadêmica produzida nesse contexto estão, obviamente, incorporadas na análise, restrita, nesse caso, a uma parte do quinto capítulo.

O quarto *tempo* ainda não está encerrado, e se inicia com o centenário da criação da primeira Embaixada brasileira. Este último *tempo* gira em torno de 2005, quando foi comemorado o centenário da nomeação de Nabuco como embaixador do Brasil em Washington, e provavelmente ainda está em curso. Neste quarto *tempo* do processo de consagração em tela parece estar ocorrendo um deslocamento de ênfases na memória sobre o herói. Alguns indícios apontam na direção de uma possível mudança em relação ao *olhar* predominante sobre Nabuco. Em 2005, por exemplo, ocorreu a publicação dos *Diários* de Nabuco, que estavam inéditos até então e são muito mais volumosos em anotações no período posterior a 1889 do que no que se refere ao momento imediatamente anterior, de dedicação à campanha abolicionista.

No mesmo ano, ademais, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) promoveu o Seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005”. Apesar de realizado nos dias 18 e 19 de agosto, alusivos à data de nascimento de Nabuco, o ano de 2005 foi o do centenário da apresentação das credenciais do primeiro embaixador brasileiro ao presidente da República dos Estados Unidos da América. Desde então, o chefe de Projetos Especiais do Museu do Homem do Nordeste, ligado à FUNDAJ, sr. Humberto França, tem proclamado publicamente e enfaticamente a necessidade de se pesquisar o período mais obscurecido da vida do herói, qual seja o de sua atuação como primeiro Embaixador brasileiro. Em entrevista ao jornal *Diário de Pernambuco*, divulgada no “Caderno Especial de Joaquim Nabuco” e sugestivamente publicada em 13 de maio de 2005, o mais novo guardião da memória de Nabuco afirmou que “Há quem diga que a trajetória de Nabuco como líder social, como pensador social, é tão grande que a outra parte de sua vida, como diplomata, não seria tão importante. Eu discordo. Porque para

Nabuco sempre era importante servir ao Brasil”.⁸ A conferência de abertura do Seminário ocorrido na FUNDAJ e uma dissertação de mestrado defendida em 2005 buscaram operar um resgate da *face* monroísta do herói.⁹ Os procedimentos mnemônicos adotados pelos dois atores centrais desse novo *tempo* da história da memória de Nabuco constituem objeto de análise da parte final do quinto capítulo.

Mas o desfecho desta história ainda é imprevisível. No mesmo ano de 2005, o deputado Elimar Máximo Damasceno (Prona-SP) reapresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei originalmente proposto por seu colega Joel de Hollanda, em 2001 (PL 5747/01), com o fito de incluir o nome de Joaquim Nabuco no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, inaugurado em 1986 em homenagem à memória do ex-presidente Tancredo Neves. Na justificativa do Projeto de Lei 5873/2005,¹⁰ o deputado Elimar Máximo volta a enfatizar a *face* abolicionista do herói, argumentando que a inclusão de Nabuco no Livro se justifica “sobretudo pela sua luta renhida em prol da liberdade refletida na abolição da escravatura”. O projeto foi enfim arquivado no início de 2008, mas sua apresentação, nos termos de que se revestiu em 2005, mostra a persistência e a força simbólica de um determinado *olhar* sobre a vida do primeiro embaixador brasileiro que ainda negligencia sua *face* monroísta.

⁸ Cf. “Entrevista / Humberto França”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Especial de Joaquim Nabuco, Recife, 13/05/2005 [on-line]. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br:8080/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=595&textCode=4450&date=currentDate>>. Acesso em: 31.out.2005.

⁹ RICUPERO, Rubens. “Joaquim Nabuco e a nova diplomacia” [on-line]. Conferência proferida no Recife, em 19.ago.2005, na abertura do Seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005”. Disponível em: <http://www.rubensricupero.com/pdf/joaquim_nabuco_e_a_nova_diplomacia.pdf>. Acesso em 31.dez.2007; e PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. O livro, publicado em 2006, foi baseado na Dissertação de Mestrado do autor, orientada pelo prof. Clodoaldo Bueno e defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp/Unicamp/PUC-SP.

¹⁰ A íntegra do Projeto de Lei pode está disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=338729>>. Acesso em: 14.fev.2007. Tendo recebido parecer favorável da relatora, Deputada Federal Celcita Pinheiro (PFL-MT), o projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em 24 de maio de 2006. Mas foi ao Arquivo m 31 de janeiro de 2007, em conformidade com a disposição do Regimento Interno da instituição que determina o arquivamento de todas as proposições que ainda se encontrem em tramitação ao final de cada legislatura. Em 22 de fevereiro de 2008 o projeto foi arquivado definitivamente. No Livro de Aço dos Heróis da Pátria estão inscritos os nomes dos doze brasileiros homenageados como heróis nacionais até outubro de 2007: Joaquim José da Silva Xavier; Marechal Deodoro da Fonseca; Zumbi dos Palmares; D. Pedro I; Duque de Caxias; José Plácido de Castro; Almirante Tamandaré; Chico Mendes; Almirante Barroso; Alberto Santos Dumont; José Bonifácio de Andrada e Silva; e Frei Caneca.

O HERÓI COMO OBJETO DA HISTÓRIA POLÍTICA

Tratar heróis como construção histórica, perseguir os atores que promoveram sua consagração, identificar os vários momentos em que sua figura mitológica é imbuída de significados e analisar as mutações que sofrem ao longo do tempo são procedimentos típicos daquilo que se tem chamado de “nova história política”. Um dos aspectos dessa renovação, de acordo com Jorge Ferreira, é o deslocamento do tradicional enfoque de descrever acontecimentos próprios da esfera do poder, voltando-se para “o estudo de imagens, símbolos e mitos que permitem às sociedades interpretarem sua realidade social e refletirem sobre a legitimidade do poder que as rege — ou, então, desqualificar esse mesmo poder”.¹¹

Raoul Girardet, um dos expoentes desse movimento historiográfico cada vez mais reconhecido e desenvolvido no Brasil, foi um dos pioneiros das análises do imaginário político. Esse tipo de reflexão se afirmou entre historiadores a partir, em grande medida, do reconhecimento de que “os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito [...] dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais”.¹²

Para Mircea Eliade, o mito, nas sociedades “arcaicas e tradicionais”, conta “uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’”. Entre os nativos de uma tribo, “a principal função do mito consiste em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas [...]”. Longe de ser uma fabulação, “o mito fala apenas do que *realmente aconteceu*”.¹³ Contudo, ressalta o autor, “alguns ‘comportamentos míticos’ ainda sobrevivem sob os nossos olhos. Não porque se trate de ‘sobrevivências’ de uma mentalidade arcaica, mas sim porque alguns aspectos e funções do pensamento mítico são constituintes do ser humano”.¹⁴

¹¹ Cf. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 15. Os autores mencionados como indicações teóricas deste tipo de história política revisitada são Bronislaw Baczko, Raoul Girardet e Pierre Ansart.

¹² GIRARDET, op. cit., p. 15.

¹³ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 11 (grifos no original).

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 157.

De modo análogo, Raoul Girardet, ao definir seu objeto, argumenta que o mito, do ponto de vista de antropólogos e “historiadores do sagrado”, deve ser concebido como uma narrativa:

[...] que se refere ao passado (“Naquele tempo...”, “Era uma vez...”), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social.¹⁵

Do ponto de vista desta tese, interessa particularmente o mito do herói. Sua função política nas sociedades contemporâneas já foi resumida por José Murilo de Carvalho em obra pioneira na aplicação desse tipo de perspectiva no Brasil. Diz o autor:

Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade. Embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais. Mas o processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas.¹⁶

Um dos lugares dessa transmutação é o ritual cívico. E a Primeira República foi um período rico na encenação de rituais cívicos de consagração de heróis nacionais. Por isso, a ênfase desta reflexão em torno da consagração de Nabuco pela República recai sobre rituais dessa natureza. De uma perspectiva típica da antropologia, os rituais não são acontecimentos corriqueiros. Muito ao contrário,

[...] são tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos. [...] Eventos em geral são por princípio mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável, mas não totalmente desprovidos de estrutura e propósito se o olhar do observador foi previamente treinado nos rituais. [...] rituais e eventos críticos de uma sociedade ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela [...].¹⁷

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 12-13.

¹⁶ CARVALHO, op. cit., p. 14.

¹⁷ PEIRANO, Mariza G. S. Prefácio: Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: _____ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 7-14. A citação é da p. 8.

Mas o rito é também, nas palavras de Clifford Geertz, “uma estória sobre eles que eles contam a si mesmos”.¹⁸ Logo, rituais são “eventos” que podem e devem ser narrados, tendo expressão pela linguagem e por um conjunto de práticas culturais (re)conhecidas e executadas por um grupo. Rituais cívicos de consagração de heróis nacionais, em particular, têm por objetivo central construir um panteão cívico composto de grandes homens, capazes de encarnar modelos de comportamento ou personalidade coletivamente valorizados. A maneira pela qual esses modelos são fixados e divulgados no ritual, como ensina Geertz, é uma narrativa. O rito pode ser entendido, nesse sentido preciso, como um *lugar de memória*. Nos próprios termos *nativos*, adotados pelos atores da consagração fúnebre de Joaquim Nabuco em 1910 e das comemorações de seu centenário em 1949, o que tinha lugar ali eram *homenagens à memória* do primeiro embaixador brasileiro.

Como produto de uma operação simbólica, o mito do herói pode ser objeto de uma história da memória. De acordo com Henry Rousso, “o objetivo de toda história da memória” é “chegar mais perto da noção de memória coletiva, ainda que por uma abordagem empírica, própria dos historiadores”.¹⁹ Trata-se, em termos práticos, de realizar “uma pesquisa sobre a representação autóctone de fatos passados e de sua evolução cronológica”.²⁰ Perseguir esse objetivo pode conduzir, contudo, a alguns inconvenientes. Um risco envolvido na elaboração de uma história da memória é o de “tomar a parte pelo todo” ou, dito de outro modo:

[...] captar a história de uma memória nacional unicamente pelo viés de grupos restritos ou de setores da sociedade particularmente sensibilizados pelo passado ou que têm tendência, como o Estado, a propor representações do passado.²¹

Para tentar evitar esse risco, esta história da memória sobre Joaquim Nabuco que vai ser delineada ao longo da tese privilegia a análise de três conjuntos de atores que se

¹⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 209.

¹⁹ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era” [1992]. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 93-101.

²⁰ FAVRET-SAADA, Jeanne. “Sale histoire”. *Gradiva*, 10:4, 1991 *apud* ROUSSO, op. cit., p. 95.

²¹ ROUSSO, op. cit., p. 96.

envolveram no trabalho de enquadramento dessa memória em cada *tempo* em que ele será focado.²²

Feitas essas ressalvas iniciais, cumpre então definir o objeto da reflexão. Isso será feito a partir de um balanço da literatura sobre rituais. Partindo dos principais autores da antropologia que se dedicaram à questão nas últimas décadas, será desenvolvida uma breve análise da incorporação desse objeto pela história cultural, desde os anos 70, e de sua utilidade para os historiadores do político.

O RITUAL CÍVICO COMO OBJETO DE HISTÓRIA POLÍTICA

Antropólogos de todos os matizes teóricos têm se ocupado longamente do estudo de rituais públicos e privados há muito tempo. O próprio nascimento da antropologia como disciplina acadêmica está intimamente ligado ao estudo de rituais. Os historiadores, por sua vez, têm se ocupado do tema há menos tempo, a partir exatamente do diálogo com aquela disciplina.

Foi a partir de, aproximadamente, meados dos anos 1970, que os historiadores de ofício passaram a dedicar maior atenção ao que seus colegas da disciplina vizinha vinham fazendo. Foi, portanto, no bojo da “nova história”, da “história das mentalidades” e da “história cultural” que o ritual adentrou o rol de temas franqueados aos estudos históricos.

Mona Ozouf foi quem mais categoricamente encarnou esse movimento em seus trabalhos. Um de seus textos teóricos a esse respeito sintetiza com clareza alguns aspectos que se quer aqui destacar. Trata-se de “A festa sob a revolução francesa”, publicado na ilustre coletânea *História: novos objetos*,²³ onde o ritual é convertido em “festa” cívica. O interesse, ademais, é claro: suprir a lacuna que a interpretação exclusivamente política das festas produz. Analisar a “necessidade coletiva”, a “avidez com que os homens da Revolução [Francesa] reclamam as festas”.²⁴ Estamos, sem

²² Para a noção de “trabalho de enquadramento da memória”, cf. POLLAK, op. cit. Esse ponto está desenvolvido detidamente no capítulo 1. Os três grupos mencionados foram identificados a partir da análise das comemorações do centenário de Nabuco, no primeiro capítulo da tese, e dos funerais de Nabuco no Rio de Janeiro, levada a cabo no capítulo 2.

²³ OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 216-232.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 223.

dúvida, no terreno das “mentalidades”, da “cultura”, do que persiste a despeito das alternâncias de grupos políticos no poder.

Algum tempo depois, já na década de 1980, Eric Hobsbawm chamou a atenção para um contexto histórico em que a festa cívica, ou o ritual político, assumiu dimensões inéditas na Europa. Entre 1870 e 1914, segundo o autor, teria ocorrido um movimento de “produção em massa de tradições”, tanto “políticas” (criadas por estados ou movimentos sociais e políticos organizados) quanto “sociais” (gestadas por grupos sociais sem organização formal).²⁵

Desta feita voltamos ao terreno do político, e mais especificamente do nacional. O ritual cívico inscreve-se, dessa forma, no amplo campo de estudos dos nacionalismos. As tradições que, nesse contexto, os Estados Nacionais europeus passaram a produzir com frequência excepcional respondiam à demanda política pela difusão de uma identidade nacional, de um sentimento de pertencimento. As fronteiras entre o político e o cultural, nesse sentido, se diluem, talvez até deixem de fazer sentido. Mas, em termos formais, trata-se de um objeto de história política.

Muito tempo antes dos historiadores, os antropólogos já tinham destacado a função integradora dos rituais e sua capacidade de criar identidade e coesão social. Também já ressaltavam, havia muito, a dimensão religiosa ou mágica do rito. Mas foi Benedict Anderson, um antropólogo, o primeiro a relacionar a nação, essa *comunidade imaginada* típica da modernidade, a sentimentos religiosos.²⁶ Anderson caminhava, assim, ao lado de vários de seus colegas de profissão, que se empenhavam em demonstrar a importância do religioso, do mítico ou ainda do “irracional”, no mundo contemporâneo, racionalista, secular e cientificista.²⁷

²⁵ HOBBSAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: _____ e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. cap. 7: p. 271-316.

²⁶ Nas palavras do próprio autor, haveria uma forte afinidade entre a imaginação nacional e a religiosa, posto que é comum a ambas uma concepção de morte e imortalidade. O que não quer dizer, resalta Anderson, que o nacionalismo suplantou historicamente a religião, mas que ele tem que ser entendido a partir dos amplos sistemas culturais (a comunidade religiosa entre eles) que o precederam, e em oposição aos quais se forjou. “[I am not] suggesting that [...] nationalism historically ‘supersedes’ religion. What I am proposing is that nationalism has to be understood by aligning it [...] with the large cultural systems that preceded it, out of which — as well as against which — it came into being.” Cf. ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Rev. and extended ed., 2nd. ed. London / New York: Verso, 1991 [1ª ed.: 1983]. p. 10 e 12.

²⁷ Ver, entre outros: ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. Para uma versão deste tipo de argumento aplicada ao ritual político, ver também: KERTZER, David. *Ritual*,

Não se trata aqui de acompanhar o modelo um tanto fatalista e generalizador que o autor elabora como universalmente aplicável e sem prescindir de certa dose de teleologia.²⁸ Mas seu argumento é útil ao identificar elementos sagrados na forma laicizada e moderna de imaginar a comunidade nacional. O conceito de *comunidade imaginada*, ademais, tem um duplo mérito, que faz das proposições de Anderson profícuas ainda que discutíveis na forma como foram aplicadas a um modelo explicativo quase universal. Em primeiro lugar, porque o autor concebe o termo em oposição ou como alternativa à “invenção” ou “fabricação”, noções largamente difundidas e marcadas por um sentido pejorativo, pois associado a “falsificação”.²⁹ Em segundo lugar, porque incorpora, numa certa chave, o caráter compartilhado da imaginação nacional. Dessa perspectiva, se um repertório cultural de caráter político como o que forja as nações é inequivocamente “inventado” (como quaisquer outros repertórios simbólicos, aliás) por alguns a partir de referências preexistentes ou para além delas, há que se notar que ele também é “imaginado” (ou seja, compartilhado) pelos membros da comunidade que forja.

O ritual cívico, então, se delinea como objeto de história política a partir dessas duas referências teóricas clássicas (Hobsbawm e Anderson), vinculando-se, dessa maneira, ao estudo dos nacionalismos. Mas é justamente nesse tipo de formulação que reside um dos mais recorrentes problemas teóricos de quem se dedica a estudar os lugares de produção de “tradições inventadas”: deduzir a função dessas construções de memória a partir da análise pura e simples de sua forma.³⁰ O procedimento que conduz a

politics, and power. New Haven; London: Yale University Press, 1988; e “Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano”. *Horizontes Antropológicos*, ano 7, n° 15, p. 15-36, jul. 2001.

²⁸ As críticas ao modelo de Anderson vêm de todos os cantos do mundo. Cito apenas três exemplos enfáticos, sem pretender exaurir o debate: para a América Espanhola, cf. GUERRA, François-Xavier. “Forms of communication, political spaces and cultural identities in the creation of spanish american nations”. In: CHASTEEN, John Charles, CASTRO-KLARÉN, Sara (orgs.). *Beyond Imagined Communities: reading and writing the nation in nineteenth-century Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003. p. 3-32; para os casos da Ásia e da África, a partir do exemplo indiano, um artigo cujo título é inigualavelmente emblemático: CHATTERJEE, Partha. “Comunidade imaginada por quem?” [1993]. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; finalmente, para uma crítica vigorosa não só ao modelo de Anderson como a quase toda a tradição de *scholars* que se dedica ao que o autor designa “campo de estudos” do nacionalismo, ver: WIEBE, Robert. “Imagined communities, nationalist experiences”. *The Journal of The Historical Society*, vol. 1, n° 1, p. 33-63, Spring 2000.

²⁹ A clássica coletânea *A invenção das tradições*, mencionada acima, é o maior emblema teórico deste tipo de perspectiva — e de sua difusão.

³⁰ Cf., por exemplo, CARDOSO, Ângela Miranda. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das

esse erro capital é relativamente conhecido entre historiadores. Trata-se de isolar um discurso emitido pelo Estado (ou outro ator político), e interpretá-lo de acordo com os instrumentos metodológicos adequados. A partir daí produzem-se análises categóricas sobre o efeito que a mensagem teve sobre seu destinatário. Sem, contudo, comprová-las. Ou seja, confunde-se o resultado esperado com o resultado efetivo do discurso. No caso dos nacionalismos, muitos são os exemplos em que a história mostrou aos estudiosos o equívoco de suas conclusões apressadas sobre a coesão supostamente produzida pela propaganda massiva, seja estatal ou não.

Por fim, deve-se notar uma outra consequência importante da incorporação do ritual cívico aos estudos de história política a partir da influência de Anderson. Em seu modelo explicativo da origem e difusão dos nacionalismos, o autor enfatiza a importância da emergência da grande imprensa para a produção da uma *comunidade imaginada*. Em certa medida, isso levou os estudos históricos sobre rituais a dedicar considerável atenção à cobertura que os jornais de época dispensaram aos ritos cívicos. Seja por tal motivo ou porque esse é, em geral, o tipo de fonte mais acessível ao pesquisador, convém notar que, em sociedades contemporâneas, tão ou mais importante que a própria encenação do ritual é o seu relato na imprensa, acessível a um público infinitamente maior.

cerimônias de entronização brasileiras.” In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p. 549-602.

1

Nabuco faz cem anos

Il n'y a que le premier pas qui coûte, depois dele fata viam invenient.***

(Joaquim Nabuco. 7 de janeiro de 1905. In: _____.
Diários. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE:
Fundação Joaquim Nabuco, 2005. v. 2: p. 325)

** Só custa dar o
primeiro passo
** o destino
encontrará seu
próprio caminho*

UM SOCIÓLOGO NO PARLAMENTO

O que Gilberto Freyre tem a ver com Joaquim Nabuco? Os dois foram pernambucanos; ambos foram intelectuais ilustres; cada um tem pelo menos uma obra considerada clássica em sua respectiva área de atuação; os dois têm fundações batizadas com seus nomes e sediadas no Recife; entre muitas outras semelhanças.

Mas há muito mais ligações entre estes dois conterrâneos do que se pode imaginar pela simples comparação de suas biografias. Se Joaquim Nabuco é hoje sinônimo de luta pela abolição da escravidão, é porque Gilberto Freyre também se empenhou para que assim o fosse. Então deputado federal pela UDN de Pernambuco, o sociólogo de Apipucos esteve à frente das comemorações do centenário de nascimento de seu conterrâneo, celebrado em 1949. Mas o que fez então Gilberto Freyre?

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife (PE) em 19 de agosto de 1849. Quase cem anos depois, o deputado-sociólogo subia à tribuna da Câmara dos Deputados para sugerir que o Estado brasileiro, recém saído da ditadura do Estado Novo, promovesse as homenagens relativas ao centenário de nascimento do diplomata, escritor e parlamentar pernambucano.

Eleito deputado federal constituinte (UDN-PE) para a legislatura de 1946 a 1950, Freyre chegou ao Parlamento por sua proximidade dos estudantes universitários de Pernambuco durante a luta pela redemocratização de 1945. Apesar de simpático às diretrizes políticas mais gerais do Estado Novo, o sociólogo se opunha publicamente à ditadura desde, pelo menos, 1942. Vítima da perseguição política do interventor de seu estado natal, Agamenon Magalhães, ele se aproximara de grupos oposicionistas denominados e conhecidos como a “geração de 45”.³¹ Em Pernambuco, mas não apenas neste estado, a “geração de 45” está associada aos estudantes universitários que, desde meados dos anos 1940, “participaram do movimento, da luta contra o Estado Novo e contra o pensamento direitista”.

Naqueles tempos, portanto, Gilberto Freyre era considerado um “esquerdista

³¹ ANDRADE, Manoel Correia de. “Gilberto Freyre e a geração de 45”. *Ciência & Trópico*, Recife, nº 15, vol. 2, p. 147-156, jul./dez. 1987. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_cientificos/geracao_45.htm>. Acesso em 12.jan.2007.

moderado”. Chegara à UDN pela via da *União Socialista*, grupo que “reunia socialistas e democratas progressistas” e tinha o objetivo de “congregar trabalhadores, intelectuais, pequenos proprietários dispostos a pôr em prática um programa democrático progressista”, de acordo com Antônio Henrique Gouveia da Cunha.³² Com a decretação da anistia e a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1945, os comunistas da *União Socialista* deixariam a agremiação, interrompendo o incipiente processo de gestação de um novo partido. Desaparecida a *União*, a parcela de seus membros que não se integrou ao PCB acabou alinhada na chamada Esquerda Democrática. Este era um grupamento político que, por sua vez, compunha-se marcadamente por intelectuais que, nas eleições de 1945, se lançaram candidatos pela legenda da UDN e apoiaram a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República.³³

Segundo Cunha, o Partido Comunista chegou a convidar o sociólogo “para eleger-se por sua legenda nas eleições de dezembro de 1945 para a Constituinte, que se instalaria em 1946”, mas Freyre concorreria “mesmo pela UDN, que dera uma vaga aos universitários pernambucanos, e eles escolheram Gilberto para representá-los, instigando-o a aceitar o oferecimento”.³⁴

Enfim, eleito deputado federal, Freyre teve atuação destacada na Constituinte,

³² CUNHA, Antônio Henrique Gouveia da. *Talentos e equívocos de Gilberto Freyre*, 2001. [on-line]. Disponível em: <<http://pluridata.sites.uol.com.br/talentos.htm>>. Acesso em: 02.jan.2007.

³³ ANDRADE, op. cit. Em 1947, a Esquerda Democrática se transformaria no Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao qual Freyre não aderiu por considerar que fora da UDN a agremiação seria apenas um subpartido. Cf. FREYRE, Gilberto. *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Brasília: MEC-CFC-DAC, 1978. p. 237-238. Apud CUNHA, op. cit. Sobre a Esquerda Democrática e sua transformação em Partido Socialista Brasileiro, ver o trabalho de BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (em especial o capítulo 1: “Raízes”, p. 23-59).

³⁴ CUNHA, op. cit. Manoel Correia de Andrade narra acontecimentos da campanha pela redemocratização no Recife que explicam por que Freyre foi escolhido pelos estudantes. Em 3 de março de 1945, segundo o autor, Freyre participou de um comício contra o Estado Novo ao lado dos estudantes da Faculdade de Direito. Aos pronunciamentos dos oradores seguiu-se uma passeata, que terminou diante do *Diário de Pernambuco*. Ali, uma emboscada de policiais e líderes sindicais ligados ao governo resultou em disparos contra os manifestantes, cujo saldo foi de duas mortes: as do estudante Demócrito de Souza Filho e a do carvoeiro Manuel Elias dos Santos. Freyre, que falava da sacada do *Diário*, era certamente uma das pessoas visadas pelos tiros dos policiais. O estudante atingido encontrava-se ao lado do sociólogo quando foi morto. O incidente deu origem a uma mobilização popular que contou com a participação destacada de Freyre e em que se envolveram os professores da Faculdade de Direito e o próprio *Diário de Pernambuco*, proibido de circular. Em 15 de abril de 1945, quando voltou a funcionar, o periódico publicou uma longa entrevista de Freyre sob o título “Estamos empenhados, todos, numa campanha que é maior que a da Abolição”. Cf. ANDRADE, op. cit.

“procurando priorizar a problemática social frente aos problemas apenas jurídicos”.³⁵ Em sua breve passagem pelo Parlamento, o deputado chegaria a vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara e representante do governo brasileiro na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1947.³⁶ Nesse mesmo ano, anunciado como preparatório das comemorações do centenário de nascimento de Rui Barbosa, a ser realizado em novembro de 1949, Freyre entregou à Mesa da Câmara dos Deputados um discurso escrito, para ser dado como lido, defendendo a relevância das comemorações de outro centenário; o de nascimento de Joaquim Nabuco, também em 1949. Do alto da tribuna, contudo, o deputado-sociólogo fez um discurso mais breve, e também mais incisivo que a versão entregue à Mesa para publicação nos Anais da Casa.³⁷

O deputado udenista começou anunciando que trataria de um assunto “de tal modo urgente que qualquer demora lhe seria prejudicial”: o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, que seria completado dali a menos de 27 meses. Não era uma idéia absurda. Afinal, o próprio ministro da Educação e Saúde — o baiano Clemente Mariani — tinha promovido o início dos preparativos das comemorações do centenário de nascimento do Conselheiro Rui Barbosa, que se completaria no mesmo ano do centurião do nascimento de Nabuco. Desde 27 de janeiro do ano que corria, lembrava Freyre em 1947, o ministro já designara comissão para planejar e organizar as comemorações em homenagem à memória de Rui. E o mesmo ministro, através do Presidente Dutra, tinha agora encaminhado ao Congresso Nacional as propostas de criação de uma medalha comemorativa do centenário de nascimento do político baiano; de declaração da data como dia de festa nacional; e ainda de “autorização para a abertura de um crédito

³⁵ ANDRADE, op. cit.

³⁶ Sobre a atuação parlamentar de Gilberto Freyre, ver a introdução da coletânea de discursos parlamentares do deputado-sociólogo: CHACON, Vamireh. “Gilberto Freyre: constituinte e parlamentar”. In: FREYRE, Gilberto. *Discursos parlamentares*. Seleção, introdução e comentário de Vamireh Chacon. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994. Disponível em: <http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/discursos_par.htm>. Acesso em: 23.jan.2007.

³⁷ Discurso do deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE) em 20 de maio de 1947. Há duas versões do discurso. A versão integral, entregue à Mesa para ser dado como lida, foi publicada nos *Diário do Congresso Nacional- Estados Unidos do Brasil* de 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 30.dez.2006. A outra versão do discurso, aquela que Freyre de fato proferiu a partir da tribuna da Câmara em 20 de maio de 1947, está disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/50/discurso.html>>. Acesso em: 30.dez.2006. Todas as citações das palavras de Freyre ao longo dos próximos parágrafos foram retiradas desta segunda versão do discurso, até que seja anunciado o contrário. Note-se, a propósito, que a ortografia foi atualizada, como aliás será feito com todos os outros discursos citados ao longo do capítulo.

especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinados a atender às despesas das comemorações”.

Entretanto, lembrava Freyre, “no mesmo ano do centenário do nascimento do grande brasileiro, filho da Bahia, ocorre o centenário do nascimento de outro brasileiro igualmente grande, este de Pernambuco: Joaquim Nabuco.” Ele próprio já havia, “há mais de um ano”, chamado a atenção do Ministro e do Parlamento para a aproximação da data. “Verifico, entretanto, com tristeza”, continuava,

que não se sabe até hoje de providência alguma no sentido da comemoração do centenário do nascimento daquele que foi, tanto quanto Rui Barbosa, grande como homem público, grande como parlamentar, grande como intelectual; e que, tanto como Rui Barbosa, foi um homem de sua província e do seu Estado e, ao mesmo tempo, um brasileiro do Brasil inteiro, um americano de todas as Américas, um autêntico cidadão do mundo.

O discurso proferido por Freyre do alto da tribuna evidenciava e queria denunciar um certo “esquecimento” de Nabuco, e terminava incisivo. Classificava de belas e justas todas as iniciativas do governo no sentido de promover as comemorações do centenário de nascimento de Rui Barbosa. Mas, “diante do estranho silêncio em volta do nome e da figura de Nabuco”, perguntava aos “ilustres responsáveis pelo Governo da República” se, no mesmo ano de 1949, não cogitavam “de assumir a iniciativa de homenagens à memória de Nabuco iguais às que propõem com aplausos de todos os brasileiros à memória de Rui Barbosa”.

Implicitamente, o deputado pernambucano utilizava-se da tribuna para provocar o ministro. O que estava em jogo, em certa medida, era também uma disputa entre dois membros das elites políticas de estados “rivais”. Clemente Mariani Bittencourt (1900-1981) era advogado e professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito de sua terra natal e fora eleito deputado federal consuinte pela UDN da Bahia, para a mesma legislatura que Freyre. Mas se afastou do Parlamento em dezembro de 1946 para assumir a pasta ministerial, onde permaneceria até maio de 1950. Em seu discurso, Freyre definia o ministro como “bom discípulo e não apenas digno conterrâneo do grande Rui”. Mariani tinha, portanto, bons motivos para lembrar da data que seu Ministério se empenhava em comemorar oficialmente. Era um político baiano homenageando outro político baiano. Da mesma forma, Freyre, agora político eleito por Pernambuco, lutava por atenção para as homenagens a outro notório político pernambucano: o grande Nabuco.

Na versão escrita do discurso entregue à Mesa da Câmara dos Deputados para ser dado como lido, o deputado pernambucano registrou sua primeira proposta para as comemorações do centenário de nascimento de Nabuco. Sugeriu ao Ministério da Educação e Saúde que instituisse um prêmio de cinquenta mil cruzeiros ao melhor ensaio sobre Nabuco, e que se publicassem, em edição popular, os discursos parlamentares em que o líder da campanha abolicionista no Parlamento teria se posicionado como um reformador social do Brasil.

Contudo, seus argumentos a favor das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco não parecem ter servido para muita coisa. Em dezembro de 1948, mais de 15 meses depois, Freyre voltará à tribuna para tratar do mesmo assunto. Desta vez, defenderia uma idéia ainda mais dispendiosa e ousada. Desejava que se acrescentasse “alguma coisa de duradouro e fora das convenções” às cerimônias festivas em homenagem à memória de Nabuco.³⁸ A proposta era fundar, com dinheiro público, um instituto de pesquisas que levasse o nome do homenageado. Mas, como argumenta Cunha, apesar da “sugestão de que o instituto de pesquisa fosse uma espécie de marco comemorativo” do centenário de nascimento do líder abolicionista pernambucano, esta era uma idéia antiga e não estava ligada a Joaquim Nabuco no começo.³⁹ Freyre já a esboçara em 1935, quando esteve no Rio de Janeiro: “Na Capital Federal falaram-lhe de um apoio, mas Gilberto admitiu que não havia firmeza na promessa, todavia, mesmo assim, mostrava disposição para continuar na luta pela concretização do seu ideal”.⁴⁰ Cinco anos depois, em 1940, voltaria a escrever sobre o assunto, “reafirmando que o *Instituto de Pesquisas e Estudos* no Recife poderia demorar para sair, mas acabará sendo uma realidade”.⁴¹

O motivo para vincular às comemorações do centenário o futuro Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco) seria encontrado pelo próprio formulador da proposta. Já no primeiro discurso a respeito do assunto, aquele proferido em maio de 1947, Freyre citara as célebres palavras de seu

³⁸ FREYRE, Gilberto. “Necessidade de institutos de pesquisa social no Brasil”. Discurso proferido na Câmara Federal, Rio de Janeiro, 4.dez.1948. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_palestras/necessidade.htm>. Acesso em: 02.jan.2007.

³⁹ CUNHA, op. cit.

⁴⁰ Idem, ibidem.

⁴¹ FREYRE, *Cartas...*, op. cit., p. 200-231 e 235. *Apud* CUNHA, op. cit.

conterrâneo durante a campanha abolicionista: “Acabar com a escravidão não basta”, dissera Nabuco, “é preciso destruir a obra da escravidão”.⁴² Depois, em certa oportunidade, o sociólogo pernambucano completaria o raciocínio, argumentando que o Instituto se especializaria em atividades que apontassem na direção desta destruição.⁴³ Assim, como defende Cunha, a criação do Instituto “foi longamente elaborada e planejada”.⁴⁴ Em dezembro de 1948, quando voltou à tribuna da Câmara para tratar de seu projeto, Freyre já dispunha de uma ampla gama de argumentos sobre as atividades e os objetivos a serem executados pela instituição a ser criada, o que lhe permitiu retrucar com desenvoltura todos os insistentes apartes desfavoráveis ao projeto.⁴⁵

As propostas de Freyre foram, enfim, atendidas — ainda que bem tarde, a menos de um mês da data do centenário de nascimento de Nabuco. No ano seguinte, no dia 21 de julho de 1949, foi promulgada a lei nº 770, liberando Cr\$ 2.000.000,00 para as despesas relativas às comemorações do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco. Três quartos do total da verba destinada às homenagens estavam diretamente vinculados à criação do Instituto Joaquim Nabuco, “dedicado ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do norte e do pequeno lavrador dessa região, que vise o melhoramento dessas condições”. Dos 500 mil cruzeiros restantes, 150 mil serviriam para pagar os prêmios aos três melhores “ensaios originais sobre a personalidade, a vida e a obra de Joaquim Nabuco”, escolhidos em concurso a cargo do Ministério da Educação e Saúde; e os outros 350 mil foram alocados para a publicação, “em edição popular, de seleção dos discursos e escritos de Joaquim Nabuco, que forem considerados de maior interesse social e popular, por outra comissão de competentes a ser escolhida pelo Ministro da Educação e Saúde”.⁴⁶

⁴² Discurso escrito do deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE), entregue à Mesa da Câmara dos Deputados em 20 de maio de 1947, para ser dado como lido. In: *Diário do Congresso Nacional-Estados Unidos do Brasil* de 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso: 30.dez.2006. [Há também uma transcrição do discurso reproduzida nos Anexos deste trabalho]. A mesma *sentença* foi reproduzida por Nabuco em vários de seus escritos, em versões mais ou menos parecidas com esta.

⁴³ FREYRE, Gilberto. “Revolucionário-conservador”. In: *Quase política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 82-111. *Apud* CUNHA, op. cit.

⁴⁴ CUNHA, op. cit.

⁴⁵ FREYRE, “Necessidade...”, op. cit.

⁴⁶ Lei nº 770 de 21 de julho de 1949. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/50/lei770.html>>. Acesso em: 30.dez.2006.

UM HERÓI NORDESTINO

O empenho político e o investimento simbólico de Gilberto Freyre na promoção das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco foram significativos o bastante para autorizar uma análise mais detida quanto a suas motivações e objetivos. Chama atenção, em especial, a associação proposta por Freyre entre os festejos em torno da data e a criação do Instituto Joaquim Nabuco.

É possível identificar pelo menos dois conjuntos de significados para esta associação. Em primeiro lugar, há as implicações da idéia que está implícita na sugestão de acrescentar “alguma coisa de duradouro e fora das convenções” às comemorações do centenário de Nabuco. Com esta proposta, Freyre buscava materializar a memória de Nabuco, conferindo ao novo Instituto uma aura simbólica e de imortalidade. Tratava-se de criar uma instituição que, em sua origem, guarda as características de um *lugar de memória*.⁴⁷

Em segundo lugar, o esforço de Freyre caminhava no sentido de associar o pensamento e a ação política de Nabuco à tentativa de resolução dos problemas do Nordeste. Os discursos parlamentares em que o sociólogo-deputado defendia a necessidade e a urgência de organizar as comemorações oficiais do centenário de nascimento de seu conterrâneo apontavam claramente na direção da construção de uma nova biografia de Nabuco que enfatizasse sua luta pelo fim da escravidão e do “monopólio territorial”. Sua declaração mais explícita nesse sentido foi proferida durante o discurso em que defendeu, diante de seus colegas, a criação do Instituto com o nome do líder abolicionista. Em dezembro de 1948, Freyre argumentava:

A Academia de Letras, os Institutos Históricos, o Itamarati saberão comemorar o Nabuco acadêmico, o Nabuco homem do mundo, o Nabuco diplomata [...]. Mas o Nabuco, se não maior, mais digno de ser comemorado pelo Parlamento, foi o outro: o da campanha abolicionista, o lutador pela Justiça Social, o escritor que soube batalhar sem demagogia, nem vulgaridade, pela valorização do homem do povo, da gente média, do operário [...].⁴⁸

E, no mesmo discurso, explicava o porquê da escolha do Recife para sede do

⁴⁷ Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁴⁸ FREYRE, “Necessidade....”, op. cit.

Instituto, esclarecendo a associação entre sua criação e as comemorações do centenário de nascimento do líder abolicionista. Além de ter sido a cidade onde Nabuco nasceu, o Recife foi o lugar onde Nabuco “se familiarizou com os problemas do operário; de onde estudou o problema da escravidão e do que chamou ‘monopólio territorial’”. O novo Instituto era a continuação da obra de Nabuco, na medida em que buscava subsidiar políticas governamentais voltadas à resolução do “problema do trabalhador rural e do pequeno lavrador”, da região que Freyre chamava de “Norte agrário”. Era ali, dizia o sociólogo, que “mais fortemente se vêm fazendo sentir, no Brasil, os efeitos do latifúndio, da monocultura e do regime semifeudal de trabalho”. Onde se faziam sentir, com mais intensidade, as conseqüências do que o líder abolicionista chamava de “obra da escravidão”. Uma obra que, de acordo com ele, Nabuco sabia não ter sido destruída “mágica ou repentinamente pelo 13 de Maio”.⁴⁹

A escolha do Recife para sede do Instituto obedecia, portanto, a um “critério regional de pesquisa, que é um critério científico”. A cidade natal de Nabuco “foi por muito tempo a capital, se não econômica, intelectual, de toda essa região”. Assim, o Recife seria, historicamente, a metrópole daquela região-problema, rapidamente associada ao “Nordeste”, como espaço político, geográfico e imaginário.

O segundo significado da associação das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco com a criação de um Instituto de Pesquisas reside na própria idéia de que Nabuco tinha lutado para resolver os mesmos problemas regionais cujas soluções o novo Instituto buscava subsidiar através de seus estudos e pesquisas científicos. Problemas típicos da região Nordeste, aí entendida como aquela em que a “obra da escravidão”, identificada por Nabuco, seria mais sentida, seria mais profunda. Essa associação faz parte, portanto, de uma imagem recorrente que vê o Nordeste como a região “do atraso e da miséria”. Uma imagem construída historicamente, e que é fruto de um processo que Durval Muniz Albuquerque Jr. chamou de *a invenção do Nordeste*. Como afirma Margareth Rago, no prefácio do livro de mesmo título:

Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

Aliás, não existiam. As elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo Federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e de sede [...].⁵⁰

O termo Nordeste, explica o autor, passa a ser usado em 1919, para designar “a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal”.⁵¹ Ao longo dos anos 1920 é que a confusão entre os termos Norte e Nordeste vai sendo resolvida. “Filho das secas”, o Nordeste surge paulatinamente nos discursos de sulistas e nortistas como uma região miserável, cujos problemas expulsam a população para a extração da borracha na região amazônica, ameaçando “o suprimento de trabalhadores para as lavouras tradicionais do Nordeste”. E são esses mesmos problemas que Freyre vai associar à “obra da escravidão” e à região que ele chama de “Norte agrário” (a zona da lavoura agro exportadora situada entre o Maranhão e o Recôncavo Baiano, oposta ao Norte não-agrário, ou seja, a região amazônica). Em nome da resolução desses problemas é que o sociólogo-deputado vai subir à tribuna do Parlamento para pedir verbas do governo federal para a criação do Instituto que levaria o nome do pernambucano que, ainda em meados do século XIX, os tinha primeiro identificado.

Nada disso, obviamente, é mera coincidência. Gilberto Freyre foi um dos mais destacados inventores do Nordeste — e do Recife como pólo regional de formação do “representante do Nordeste”, do “intelectual regional”, a exemplo do próprio sociólogo. De acordo com Albuquerque Jr., a Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda eram, desde o século XIX, “lugares privilegiados para a produção de um discurso regionalista e para a sedimentação de uma visão de mundo comum”. Recife era também “o centro jornalístico de uma vasta área que ia de Alagoas até o Maranhão”. O principal periódico da cidade, o *Diário de Pernambuco*, tornar-se-ia, aos poucos, “o principal veículo de disseminação das reivindicações dos estados do Norte, bem como vai se constituir num divulgador das formulações em defesa de um novo recorte regional: o Nordeste”.⁵² Dessa forma, não foi gratuita a recepção entusiástica do jornal à iniciativa de se criar um Instituto de Pesquisas no Recife. Em 1º de janeiro de 1949,

⁵⁰ RAGO, Margareth. “Prefácio: Sonhos de Brasil”. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

⁵¹ ALBUQUERQUE JR., *ibidem*.

menos de um mês depois do discurso em que Freyre defendera a idéia, o *Diário* publicaria matéria efusiva, repercutindo o assunto e afirmando que “com o Instituto Joaquim Nabuco volta o Recife ao antigo esplendor de Centro de Renovação Social e Intelectual do Brasil”.⁵³ Gilberto Freyre, aliás, trabalhava no *Diário de Pernambuco* em 1925, ano da comemoração do centenário do jornal, quando foi produzida

a primeira tentativa de dar ao recorte espacial Nordeste, mais do que uma definição geográfica, natural, econômica ou política. *O Livro do Nordeste*, elaborado sob a influência direta de Gilberto Freyre, dará a este recorte regional um conteúdo cultural e artístico, com o resgate do que seriam as suas tradições, a sua memória, a sua história. Para José Lins [do Rego], foi aí que ‘o Nordeste se descobriu como pátria’. No editorial de abertura de *O Livro do Nordeste*, Freyre afirma ser esse um ‘inquerito da vida nordestina; a vida de cinco de seus Estados, cujos destinos se confundem num só e cujas raízes se entrelaçam nos últimos cem anos’, período de vida não só do jornal, como da própria Faculdade de Direito.⁵⁴

No ano seguinte Freyre estaria entre os organizadores do Congresso Regionalista do Recife. Para legitimar o recorte Nordeste, ainda com Albuquerque Jr., “o primeiro trabalho feito pelo movimento cultural iniciado com o Congresso Regionalista de 1926 [...] foi o de instituir uma origem para a região”. O sociólogo pernambucano foi um dos que se incumbiram dessa tarefa. Ele atribuiu um dos fatores de diferenciação do Nordeste à influência holandesa no século XVII, “a partir do momento em que Recife se constituiu em centro administrativo de uma área equivalente ao atual Nordeste”.⁵⁵ O que estava sendo gestado ali era um discurso que via o regionalismo “como um elemento da nacionalidade brasileira, desde seus primórdios”. Cada região do país teria uma origem distinta, definindo-se “por histórias diferentes, grupos espirituais típicos; com usos, heróis e tradições convergentes”.⁵⁶ A origem da nacionalidade é, assim, buscada na história de cada região:

⁵² Idem, *ibidem*, p. 71-72.

⁵³ Cf. informações institucionais do *site* da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=238&date=currentDate>>. Acesso em: 30.dez.2006.

⁵⁴ ALBUQUERQUE JR., *op. cit.*, p. 72.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 75.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 75.

Produce-se toda uma mitologia em torno da origem de cada região e da nação, em torno de fatos históricos e pessoas que são afirmadas como precursores da nacionalidade, como heróis fundadores do Brasil.⁵⁷

Um desses heróis, filho do Nordeste e de sua capital intelectual, era justamente Nabuco, cuja memória Freyre buscava homenagear oficialmente em 1949.

Mas não eram apenas os intelectuais nordestinos que se encarregavam desta tarefa de “invenção do Nordeste”. O Nordeste é “em grande parte, uma invenção do Sul, de seus intelectuais que disputam com os intelectuais nortistas a hegemonia no interior do discurso histórico e sociológico”.⁵⁸ É assim que, a partir da década de 1920, no Sul, o discurso historiográfico passa a pensar “a identidade nacional dividida em pólos antagônicos”, tomados como “células iniciais do tecido nacional”. Dois desse pólos, naquele momento, eram exatamente Pernambuco e Bahia — os estados de origem, respectivamente, de Freyre e de Mariani.

Nesse embate entre intelectuais de estados vistos como pólos rivais da identidade nacional, são criados verdadeiros mitos de origem, ensejando uma disputa em torno das origens da nacionalidade.⁵⁹ O discurso sociológico de Freyre, que toma como base “as preocupações com a idéia de região e, mais especificamente, a idéia de região Nordeste”,⁶⁰ se insere nessa disputa. É por isso que, desde sua primeira fala em torno das comemorações oficiais do centenário de nascimento da Nabuco, Freyre exige que as homenagens à memória de seu conterrâneo sejam equiparadas àquelas que o ministro baiano vinha promovendo para comemorar o centenário de nascimento de Rui Barbosa. Como ensina Roger Chartier:

As lutas de representações têm tanto importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações [...] consiste em localizar os pontos

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 102.

⁶⁰ Idem *ibidem*, p. 94.

de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.⁶¹

Mas, para consagrar a memória de um herói que se adequasse àquele projeto mais amplo de “invenção do Nordeste”, Freyre precisou enfatizar aspectos da biografia de Nabuco que, àquela altura, encontravam-se “um tanto obscurecido[s] pelo relevo que se tem dado ao Nabuco embaixador”.⁶² Em termos formais, o sociólogo pernambucano estava trabalhando política e culturalmente para construir um outro *enquadramento* da memória sobre Joaquim Nabuco; um outro *olhar* sobre a biografia do herói.

REINVENTANDO NABUCO

O sucesso da proposta de promover homenagens à memória de Nabuco dependia de uma estratégia política e intelectual que lograsse, ao mesmo tempo, converter Nabuco em herói do Nordeste e igualar sua figura à de Rui Barbosa — e, corolário disso, igualar a importância de Pernambuco à da Bahia no processo de construção da nacionalidade brasileira.⁶³

Para ter sua proposta aprovada, Freyre elaborou uma dupla estratégia. Por um lado, fez suas articulações políticas e seus discursos no Parlamento, instigando o ministro baiano que buscava homenagear a memória de Rui Barbosa e “esquecia” da de Nabuco. Por outro, dedicou-se a inventar um herói nordestino, associando a atuação parlamentar e o pensamento social de Nabuco à preocupação então existente com as questões sociais do Nordeste. Foi com esse projeto que Freyre subiu à tribuna em 1947, para um discurso breve, incisivo e provocador. Mas, no mesmo dia, entregou à Mesa da Câmara um outro discurso, escrito, que foi efetivamente publicado nos Anais da Casa. Essa “segunda versão” do discurso de 1947, mais longa e menos agressiva, foi eternizada pelo próprio Freyre sob a forma de um livro chamado *Joaquim Nabuco* e publicado em 1948.⁶⁴ Uma iniciativa, aliás, que evidencia também mais um aspecto da

⁶¹ CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

⁶² FREYRE, “Necessidade...”, op. cit.

⁶³ Nas divisões regionais oficiais dos Estados Unidos do Brasil de 1943 e de 1950, a Bahia não fazia parte da região Nordeste.

⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1948. 47 p. Ver anexo. A versão do

estratégia de Freyre. Divulgando sua “causa” para além do Parlamento, buscava mobilizar instituições não oficiais, no sentido de comemorar o centenário de nascimento de Nabuco. Uma atitude talvez motivada pela lentidão do governo e do poder Legislativo em aprovar as comemorações oficiais da data que se aproximava célere.

É nesse texto, a um só tempo uma biografia de Nabuco e uma espécie de panfleto político, que o deputado propõe um novo enquadramento da memória do grande pernambucano. Evidentemente, nada do que Freyre fazia naquele momento era inventado a partir do vazio. O sociólogo pernambucano, a rigor, fez uma síntese de construções de memória que já circulavam, principalmente em Pernambuco.⁶⁵ Mas tratava-se de uma síntese muito original. Agindo como inventor do Nordeste e, no mesmo movimento, como guardião da memória de Nabuco, Freyre, de fato, recriou o herói da abolição. A partir de então, o líder abolicionista passou a integrar o panteão dos heróis fundadores da região Nordeste; ao lado, é claro, de muitos outros, com destaque para os líderes da “Insurreição Pernambucana”.⁶⁶

Cabe então analisar os procedimentos mnemônicos que o sociólogo pernambucano acionou neste seu opúsculo, de modo a associar a memória de Nabuco à resolução de problemas sociais típicos de sua região natal. Como foi mencionado, a pedra de toque do investimento simbólico de Freyre sobre a memória de Nabuco esteve assentada numa batalha pela sua memória. Até então, segundo ele mesmo, o aspecto mais valorizado da biografia de Nabuco tinha sido o de sua atuação na diplomacia republicana, com destaque para o período final de sua vida, quando esteve à frente da primeira Embaixada brasileira, em Washington (de 1905 a 1910). Tratava-se, então, de enfatizar um outro aspecto da biografia do herói pernambucano, que estava “obscurecido pela figura mais imponente do diplomata, do primeiro embaixador do Brasil em Washington, do homem do mundo”.⁶⁷

discurso publicada no opúsculo de 1948 traz uma dedicatória a Eduardo Gomes.

⁶⁵ A noção de “correntes de memória” ou “correntes de pensamento” está presente na obra de Halbwachs. Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. As “correntes” referidas aqui são aquelas forjadas em Pernambuco entre fins do século XIX e início do XX, e serão mais detidamente analisadas nos próximos dois capítulos.

⁶⁶ Para a memória dos heróis da Insurreição Pernambucana, alçada à categoria de mito de origem da nacionalidade, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. No panteão restaurador. In: *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 195-239. [1ª ed.: 1975]

⁶⁷ Discurso escrito do deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE), entregue à Mesa da Câmara dos

A absoluta maioria dos biógrafos de Nabuco concorda com o caráter multifacetado e complexo de sua personalidade. Ele foi um herói de muitas *faces*. Um autor empenhado em evidenciar em toda a sua plenitude o que chama de “a polimorfia de Nabuco” foi capaz de listar mais de 10 aspectos de sua personalidade, de sua atuação pública e de sua sensibilidade.⁶⁸ Mas, de modo geral, é possível identificar na literatura — acadêmica ou não — três *faces* que resumem as fases em que costuma ser dividida a vida de Nabuco: abolicionista, escritor, diplomata.

Estes três aspectos da biografia do herói aparecem, quase sempre, como três *faces* da mesma moeda, ainda que uma moeda imaginária, de três lados. Na maioria dos casos, todas as três fases da vida de Nabuco são retratadas através de uma narrativa linear, inteiramente atravessada por elementos imutáveis de sua personalidade — seja o idealismo, o espírito de luta, o brilhantismo intelectual ou todos esses elementos juntos. Essa coerência conferida à biografia de Nabuco não constitui exatamente uma particularidade. Como destacou Pierre Bourdieu, as narrativas biográficas se fundamentam nesta “ilusão”.⁶⁹ Mas a *face* mais conhecida de Nabuco é, sem dúvida, a do abolicionista. Ao contrário do que acontecia há 60 anos — e que Freyre diagnosticava com nitidez —, o diplomata é obscurecido por outro aspecto mais imponente de sua biografia, o do líder da campanha pela Abolição.

Como todo herói nacional, Nabuco foi objeto de um investimento simbólico deliberado e histórico. Muitos atores se envolveram nesse processo centenário de sua consagração como herói nacional. Mas, ao elogiar os feitos do herói, ao narrar sua vida, ao justificar homenagens, enfim, ao lembrar de Nabuco, tais atores enfatizaram algum(ns) aspecto(s) de sua biografia, alguma(s) dentre as *faces* do herói. Lembrar, afinal, implica necessariamente esquecer.⁷⁰ Como ensinam Michel Pollak e muitos

Deputados em 20 de maio de 1947, para ser dado como lido. In: *Diário do Congresso Nacional- Estados Unidos do Brasil* de 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso: 30.dez.2006. [ver transcrição nos Anexos deste trabalho]. A mesma *sentença* foi reproduzida por Nabuco em vários de seus escritos, em versões mais ou menos parecidas com esta.

⁶⁸ BARRETO, Carlos Xavier Paes. *A polimorfia de Nabuco*. S.l.: Departamento Administrativo do Serviço Público / Serviço de Documentação, 1961. (Pequenos Estudos sobre Administradores Brasileiros)

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

⁷⁰ Para uma história cultural do esquecimento e de suas relações com a lembrança ao longo do tempo, ver o livro de: Harald Weinrich. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

outros autores devotados à análise da memória, o ato de lembrar depende invariavelmente de uma dose considerável de seleção daquilo que é digno de ser lembrado, e da “gestão de um equilíbrio precário” entre o que deve ser dito e o que merece ser silenciado.⁷¹ Os critérios que presidem esta seleção dependem de *quem* lembra e de *quando* se lembra. A noção de *projeto* busca dar conta dessas dimensões da lembrança. Segundo Gilberto Velho, a memória obedece a critérios prospectivos e retrospectivos. Quem lembra, portanto, imprime à memória uma perspectiva do presente, projetando no passado uma coerência vinculada a seus planos para o futuro.⁷²

Por isso, à multiplicidade de atores que se empenham na difícil tarefa de construir uma narrativa biográfica, num determinado momento, corresponde uma diversidade de *olhares* que entram em disputa e, muitas vezes, se envolvem em intermináveis batalhas da memória. Henry Rousso definiu o resultado dessas batalhas através da expressão “memória enquadrada”. Michael Pollak sugeriu alargar a noção para falar de “trabalho de enquadramento”, cuja expressão mais visível é, sem dúvida, o trabalho político.⁷³

Mas o processo de construção de memória é constantemente atualizado. E os atores que se empenham no “trabalho de enquadramento da memória” mudam ao longo do tempo. Quem se envolve neste tipo de trabalho busca perpetuar uma determinada visão sobre o passado. Esta intenção, contudo, é invariavelmente frustrada. Outros

2001. Note-se que, ao tratar da memória, estamos deliberadamente restringindo nossa reflexão ao debate teórico sobre a memória social, sempre voluntária e coletiva. Outras formas de encarar o tema estão presentes na literatura sobre memória produzida no campo da psicologia, das neurociências e das próprias ciências sociais. Para um exemplo ilustrativo de uma perspectiva alternativa dos estudos sobre a memória social, que enfatiza os aspectos involuntários da maneira como as sociedades se lembram, ver: Paul Connerton. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. [trad. de: *How societies remember*, Cambridge, 1989].

⁷¹ Há uma série incontável de autores que argumentam sobre a seletividade da memória. Aqui estamos pensando primordialmente em dois deles: Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. [trad. de: *La mémoire collective*, Paris, 1950]; e Michael Pollak. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989. É este último que fala da “gestão de um equilíbrio precário” entre o dizível e o indizível. Cf. Michael Pollak. “La gestion de l’indicible”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, 1986, p. 30 ss. Citado pelo próprio autor em “Memória, esquecimento...”, op. cit., p. 15 (nota 33).

⁷² Para a noção de *projeto*, originalmente elaborada com o fito de compreender as relações entre memória e identidade, e aqui alargada numa apropriação livre, ver: Gilberto Velho. “Memória, identidade e projeto. Uma visão antropológica”. *Revista Tempo Brasileiro*, nº 95, p. 119-126, out./dez. 1988.

⁷³ Cf. POLLAK, op. cit., nota 21. A expressão “memória enquadrada” aparece em: Henry Rousso. “Vichy, le grand fossé”. *Vingtième Siècle*, 5, 1985, p. 73, conforme citado por Pollak na nota 20 do texto referido acima.

atores, em outros momentos, se dedicam a “atualizar” essa memória. E, obviamente, cada ator enquadra o passado de acordo com sua perspectiva, seus interesses, seu *projeto*.

Uma analogia pode, uma vez mais, ser útil para sintetizar este raciocínio. Imagine-se um observador que avista uma figura, de um quadro por exemplo. Se a direção de seu *olhar* for comparada a um foco de luz, pode-se dizer que ele incidirá sobre a figura a partir de determinado ângulo. Assim, o observador não necessariamente perde a perspectiva do conjunto da paisagem retratada neste quadro hipotético, mas o ângulo a partir do qual a “luz” incide sobre a figura estabelece zonas de sombra e de penumbra. De maneira semelhante, os *olhares* sobre a vida de Nabuco produzidos pelos atores de sua consagração estabelecem hierarquias entre as *faces* do herói. Os critérios que presidem a escolha do ângulo de análise, da *face* que será privilegiada, dependem dos *projetos* de cada ator do “trabalho de enquadramento da memória” de Nabuco em cada *tempo* considerado.

Não é difícil imaginar, a esta altura, que a maneira como lembramos de Nabuco tenha alguma relação com os esforços de Gilberto Freyre em torno das comemorações do centenário de nascimento do herói. O *projeto* do deputado-sociólogo em 1947-1949 era converter Nabuco em herói símbolo do Nordeste. Para tanto, Freyre propunha um *olhar* sobre a memória do herói que rivalizava com aquele que predominava até então. Mas como ele fez isso? Que seleções e hierarquias operou entre as *faces* do herói? Que *enquadramento* da memória de Nabuco foi capaz de dar conta daquele *projeto*? A análise do discurso que Gilberto Freyre entregou à Mesa da Câmara dos Deputados em 1947 e publicou em opúsculo em 1948 ajuda a responder essas perguntas.

NABUCO SOCIAL-DEMOCRATA

Para obter a aprovação de suas propostas pelo Parlamento, Freyre precisava, antes de mais nada, convencer seus pares. Por isso, o discurso escrito que o deputado-sociólogo fez publicar integralmente em 1948 empenhava-se em demonstrar que havia bons motivos para que o Estado e, em particular, o Parlamento brasileiro tomassem a iniciativa das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco, conferindo aos festejos oficiais um caráter popular. A citação é longa, como o discurso que foi publicado, mas se justifica pela clareza e pelas possibilidades analíticas que oferece:

Um Brasil que tem entre os homens públicos, os políticos, os parlamentares do seu passado, um homem, um político, um parlamentar da grandeza e da atualidade de Joaquim Nabuco, não deve nunca deixar que essa grandeza seja esquecida ou que essa atualidade seja ignorada. Principalmente numa época como esta que atravessamos, marcada pela desconfiança ou pela suspeita de que todo político brasileiro seja ou tenha sido um politiqueiro e todo homem público, um mistificador; e a política, os parlamentos, os congressos, inutilidades dispendiosas, senão palhaçadas ou mascaradas prejudiciais ao povo ingênuo, necessitado apenas de governo paternalestamente [sic] forte. Nabuco é uma das maiores negações dessa lenda negra com que se pretende desprestigiar, entre nós, a vida pública, a figura do político, a ação dos parlamentares.⁷⁴

A época que se atravessava, note-se, era a da construção de um regime liberal-democrata no país, após quinze anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. E durante nada menos do que oito daqueles quinze anos anteriores, enquanto o país vivera sob o Estado Novo (de novembro de 1937 a outubro de 1945), a ditadura tinha se justificado através da negação das instâncias legislativas da democracia liberal. O próprio Vargas insistia nesse tipo de argumento, repetido à exaustão pelos veículos da propaganda oficial. Em lugar do liberalismo, da democracia política, diziam os ideólogos do Estado Novo, era preciso estabelecer a “verdadeira” democracia, a democracia social. Nas palavras do presidente:

Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das democracias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores da desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte do engrandecimento nacional e não meio de fortunas privadas.⁷⁵

O discurso oficial do Estado Novo negava a necessidade, e mesmo a possibilidade, da manutenção dos partidos políticos. Como explica Angela de Castro Gomes, “a identificação entre Estado e nação eliminava a necessidade de corpos intermediários entre povo e governante”. Desqualificando os partidos ou órgãos

⁷⁴ Discurso escrito do deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE). In: *Diário do Congresso Nacional- Estados Unidos do Brasil* de 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso: 30.dez.2006. Há também uma transcrição do discurso reproduzida nos Anexos deste trabalho.

⁷⁵ Discurso de Getúlio Vargas, proferido a 11 de junho de 1940. In: VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

legislativos como fonte da vontade popular, “nos quais se despendia tempo e dinheiro preciosos”, o Estado Novo substituiu os mecanismos da democracia liberal por “órgãos técnicos e [...] corporações que consultavam as verdadeiras necessidades sociais pela observação e experiência diretas”.⁷⁶

O sociólogo-deputado defendia a necessidade das homenagens à memória de Nabuco como indicativas da relevância do próprio Parlamento, do qual o herói era uma figura exemplar. Portanto, através dessa associação, Freyre formulava um novo discurso, oposto àquele do passado recente. Apontando para o futuro através da legitimação da própria existência do Parlamento, o sociólogo convertia a figura do Nabuco parlamentar em uma “alegoria” da própria instituição e da democracia liberal. No mesmo movimento, ademais, o argumento de Freyre reforçava a legitimidade de sua própria proposta diante dos seus pares:

Este o homem atualíssimo, de palavra e de idéias tão moças que dificilmente o imaginamos nascido há quase cem anos na capital de Pernambuco. O que aumenta a responsabilidade dos que hoje representam a Nação Brasileira nesta Câmara - a Câmara das grandes lutas e das grandes vitórias de Joaquim Nabuco - no sentido de concorrermos para que o centenário do seu nascimento, em vez de pretexto ou motivo de simples atos de liturgia parlamentar ou oficial, seja a ocasião de comemorações a que desde já se procure associar largamente o povo, a mocidade, o estudante, o operário, o trabalhador, a gente média do interior, por ele sempre lembrada. [...]⁷⁷

Mas como associar o povo às comemorações do centenário de nascimento do “mais puro dos fidalgos pernambucanos”? Freyre respondia implicitamente a esta questão através de uma operação simbólica extremamente engenhosa. De acordo com o sociólogo de Apipucos, Nabuco deixara “atônito o Parlamento da época”. “Legítimo senhor-moço de casa-grande”, foi um “desertor de sua casta”, capaz de absorver dos pretos a dor e o sofrimento da escravidão. O “transbordamento” deste “sofrimento da gente escrava” que, “mais do que ninguém”, Nabuco absorvera, o impulsionou para a ação política. Com “eloquência britânica”, o herói da abolição soube trazer “para a tribuna da Câmara” a “grande voz do povo”, traduzindo “toda a dor” e “todo o

⁷⁶ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Todas as citações do parágrafo foram retiradas da p. 207.

⁷⁷ Discurso escrito do deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE), op. cit.

sofrimento” dos escravos em um “desejo imenso [...] de liberdade ou de redenção” “nem sempre claro em todos eles”.

Para Freyre, Joaquim Nabuco foi, “mais que qualquer outro [...], o redentor dos cativos no Brasil”. Mas não só com os escravos se preocupava o herói da abolição. “Se desertou de sua casta, de sua classe e de sua raça”, argumentava o sociólogo, “foi para se por ao serviço não de outra casta, de outra classe ou de outra raça, mas daquele Brasil, daquela América, daquela humanidade sem divisões artificiais entre os homens [...]”. O abolicionismo que Nabuco defendia “não era apenas a libertação dos escravos negros do jugo dos senhores brancos [...]”. “Era também a libertação econômica e social, de moradores aparentemente livres de domínios essencialmente feudais.”

Seu abolicionismo era, portanto, um projeto para o Brasil, de combate ao que havia de “feudal” na economia brasileira. Era, enfim, uma antecipação da “luta em que ainda nos encontramos todos os que dentro de programas políticos diversos, e até de partidos antagônicos, combatemos o que continua a haver na economia brasileira [...] de arcaica ou renovadamente feudal”. Para Nabuco, continuava Freyre, a abolição da escravidão “era o primeiro passo para a organização do ‘trabalho nacional e por conseguinte da civilização brasileira’”. A luta do herói da abolição antecipava, assim, a “dos que hoje se batem pela organização do trabalho no Brasil como condição básica do desenvolvimento não só da democracia como da civilização brasileira”. Por isso, dizia Freyre aos seus pares, é que “precisamos de ver — e não apenas de ver, mas de cultivar” em Joaquim Nabuco:

um pioneiro daquele socialismo ou trabalhismo de sentido ético, para o qual devemos caminhar cada vez mais resolutamente no Brasil, acima de seitas e de facções, de doutrinas fechadas e de sistemas rígidos.⁷⁸

Através deste raciocínio, estruturado numa forma fabulosa, mas absolutamente crível, Freyre convertia Nabuco em um precursor do trabalhismo no Brasil. Ele teria sido um visionário, que enxergou a questão social no país antes que seus contemporâneos sequer se dessem conta de que ela existia. Através desta operação simbólica, o que o sociólogo-deputado fazia era associar o herói da abolição à defesa de

⁷⁸ Idem, *ibidem*.

uma ideologia extremamente popular à época.⁷⁹ Uma estratégia que, se bem sucedida, sem dúvida ajudaria — e muito — na tarefa de “associar largamente o povo, a mocidade, o estudante, o operário, o trabalhador, a gente média do interior”⁸⁰ às comemorações do centenário de Nabuco. Falar de trabalhismo era, naquele momento, uma boa forma de reinventar o herói da abolição, transmutando sua “figura real a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas”, como resumiu José Murilo de Carvalho.⁸¹

Mas como compreender que um deputado udenista se referisse positivamente ao trabalhismo, que no Brasil de 1947 já estava larga e solidamente associado ao getulismo e a tudo o que a UDN nasceu para combater? É que, para Freyre, o trabalhismo de Nabuco não era o trabalhismo de Vargas, mas o inglês. Em outra passagem do discurso, Freyre afirmava que Nabuco tinha se aproximado dos trabalhadores brasileiros devido a um socialismo “com muitas afinidades com o trabalhismo mais avançado de hoje que é o britânico da ala Cripps”.⁸²

A “ala Cripps” do Partido Trabalhista britânico, naquele momento, começava a implantar as idéias da social-democracia no Reino Unido. Stafford Cripps, a quem Freyre faz referência direta, era um dos integrantes do governo trabalhista liderado por Clemente Attlee, eleito em maio de 1945 após uma campanha baseada em bandeiras como nacionalização, reconstrução nacional e aumento dos investimentos nas políticas públicas de saúde. Tem origem neste governo a construção dos alicerces daquilo que seria o Estado de Bem-Estar Social britânico.

Cripps era um socialista cristão⁸³ que o sociólogo admirava e a quem dedicou

⁷⁹ Como Angela de Castro Gomes já demonstrou, o discurso trabalhista foi sendo insistentemente veiculado pelos meios de comunicação oficiais, em especial após 1942. Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 (ver, em especial, o capítulo VI, “A invenção do trabalhismo”). A difusão da ideologia trabalhista e sua ampla penetração entre os trabalhadores urbanos foram comprovadas por vários autores, com destaque para as pesquisas de Jorge Ferreira. Cf., por exemplo, FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; e, do mesmo autor, “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁸⁰ FREYRE, Discurso escrito..., op. cit.

⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14.

⁸² Idem, *ibidem*.

⁸³ Referência a “Sir” (Richard) Stafford Cripps (1889-1952), advogado e político, membro do Partido Trabalhista inglês desde 1929. Depois da Guerra Civil Espanhola, passou a advogar a formação de uma

seu livro *Inglese no Brasil*.⁸⁴ Em 2006, na Sessão Solene em que a Câmara dos Deputados prestou uma homenagem a Gilberto Freyre, o deputado federal Armando Monteiro proferiu um discurso em que a admiração do sociólogo por Sir Stafford Cripps ganha uma explicação bastante didática, considerando-se os objetivos estritos desta análise. Referindo-se à dedicatória de Freyre ao socialista inglês, diz Monteiro: “Era uma confissão social-democrata aquela, diferente da ideologia marxista-leninista, mas precursora de uma Terceira Via como a defendida, hoje, por Tony Blair.” E conclui, citando o próprio Freyre: ““Não estou só na confiança com que acompanho a Revolução Social na Comunidade Britânica realizada pelos seus socialistas no sentido de um mundo [...] mais cristão e mais democrático.”[...]”⁸⁵

Não é absurdo depreender daí que o Nabuco elogiado por Freyre em 1947 era um abolicionista precursor da social-democracia britânica — e que o próprio Freyre se considerava um social-democrata. Um abolicionista preocupado não apenas com os escravos, mas também “amigo leal da gente de trabalho no Brasil”, dos “operários que vivem do seu trabalho de cada dia”. Nabuco teria, assim, antecipado o programa que o Partido Trabalhista britânico executava em fins da década de 1940. O herói desenhado por Freyre foi o “redentor” dos escravos que se preocupou com a “organização do trabalho nacional” e com a educação do trabalhador. Nabuco, nas palavras do deputado-sociólogo,

Insistiu sempre na necessidade de educar-se o trabalhador, certo de que sem essa educação as melhores leis a favor do operário não seriam compreendidas pela gente de trabalho, ainda tão necessitada, no Brasil, dessa educação e tão à mercê dos mistificadores: dos que só

Frente Popular que unisse o Partido Trabalhista ao Partido Comunista, como forma de conter a expansão do fascismo. Por divergir de lideranças do Partido, essa proposta lhe rendeu a expulsão da agremiação em 1939. Durante os dois primeiros anos da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), Cripps fez parte do mais feroz grupo de oposição ao governo de coalizão liderado pelo primeiro-ministro Winston Churchill. Em 1942, contudo, foi nomeado pelo governo como negociador da independência da Índia, sem sucesso. Retornou ao Partido em 1945, integrando o governo trabalhista liderado por Clemente Attlee. Margaret Thatcher, responsável pelo desmantelamento deste modelo na Inglaterra, certa vez declarou que “Onde quer que Sir Stafford Cripps tenta incrementar riqueza e felicidade, a grama jamais volta a crescer”.

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. (Documentos Brasileiros, 58).

⁸⁵ Pronunciamento do deputado Armando Monteiro em 11/04/2006, representando o PMDB em homenagem a Gilberto Freyre em Sessão Solene da Câmara. Disponível em: <http://armandoMonteiro.neto.com.br/areas/pronunciamentos/pronunciamentos_texto.asp?Pronunciamento_Id=3>. Acesso em 23.jan.2007.

falam nos direitos, sem acentuarem a responsabilidade social do trabalhador.⁸⁶

A preocupação de Nabuco com a educação do operário fora tão grande, continuava Freyre, que o líder abolicionista prometera, em campanha, que se entrasse para Câmara trataria de “mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutores devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios”.

Na leitura do sociólogo, o abolicionismo de Nabuco era mesmo uma proposta de organização da “civilização brasileira” com base no trabalho. Um projeto, aliás, muito próximo daquele apregoado pelo Estado Novo, note-se. Mas que o superava porque, através da organização do trabalho e da educação do trabalhador, garantiria a democracia no Brasil, à medida que faria com que o trabalhador compreendesse as leis a seu favor e que acabaria com os “feudos eleitorais das áreas estagnadas do interior”

A existência do “feudo eleitoral”, dizia Freyre, era o que permitia que os “donos de terras, de fazendas, de indústrias, de fábricas, de barracões absorventes” se fizessem “donos de eleitores tristemente passivos, inermes, impotentes”, traindo “a vontade, o interesse, as aspirações populares” em favor de suas próprias vontade, interesses e aspirações. A educação do trabalhador livre diminuiria o poder do feudo eleitoral pela libertação das consciências. Mas, para destruí-lo, era preciso democratizar o solo. “Porque o ‘monopólio territorial’”, dizia Freyre, “significa o feudo eleitoral”.

O próprio Nabuco não subestimara o problema. E, em seus “últimos anos de parlamentar”, esteve menos preocupado com a abolição da escravidão do que com a “democratização do solo”, segundo Freyre. Diante de uma reforma eleitoral, Nabuco se mostrava cético, porque no Brasil as “áreas mais atrasadas”, onde predominava o “monopólio territorial”, eram “tantas e tão consideráveis pelo número de votos inconscientes que a quantidade e o peso bruto desses votos” reduziam “a expressão dos conscientes e independentes”, restritos às cidades mais cultas e a alguns poucos rincões do mundo rural “já livres do antigo ‘monopólio territorial’”.

Por considerar que qualquer reforma eleitoral teria seus efeitos reduzidos pela

⁸⁶ FREYRE, Discurso escrito..., op. cit. Todas as citações a seguir são do mesmo discurso de Freyre, até que se indique o contrário.

existência do “feudo eleitoral”, Nabuco passara de abolicionista a “reformador social”, em suas próprias palavras, apenas repetidas por Freyre. Foi com base nesta expressão, “reformador social”, e nas propostas de Nabuco em seus últimos tempos de Parlamento, que o deputado-sociólogo aproximou o líder abolicionista do trabalhismo inglês.

Num momento em que os políticos viviam “fascinados pelas soluções simplesmente políticas ou jurídicas dos problemas brasileiros”, Nabuco teria defendido a necessidade de resolvê-los “indo às suas raízes mais profundas que são as sociais, inclusive as econômicas”. Assim, o abolicionista pernambucano vislumbrara, já em fins do século XIX, a existência da questão social, a que os políticos de seu tempo estiveram absolutamente alheios. Nabuco tornou-se “reformador social” porque enxergou, com “uma nitidez que nenhum outro homem público do Brasil do seu tempo excedeu ou sequer igualou”, “questões sociais, além da dos escravos, sentindo a necessidade de proteção social ao trabalho e aos trabalhadores e, principalmente, à gente média do interior, estimulado as associações operárias”, entre outras antecipações do programa trabalhista. De acordo com Freyre, Nabuco chegara até a anunciar, em 1884, a promessa de proteção social ao trabalhador que ficou “consagrada pela Constituição de [19]46: ‘leis sociais que modifiquem as condições do trabalho como ele se manifesta sob a escravidão’”.

O líder abolicionista assumira, como “reformador social”, um discurso nitidamente trabalhista. “Trabalhista sem aspas que o particularizassem”, dizia Freyre. “Trabalhista no sentido em que somos hoje trabalhistas, homens de partidos diversos e até sem partido nenhum”. Nabuco fora, enfim, um “pioneiro”, que antecipara claramente o “movimento em que hoje se empenham, em nosso país, parlamentares, intelectuais, líderes operários e líderes cristãos no sentido de um trabalhismo ou de um socialismo de sentido ético e não apenas econômico; de alcance social e cultural e não apenas político”.

O resultado mnemônico desta operação simbólica levada a cabo por Gilberto Freyre sobre o abolicionismo de Nabuco era claro: o herói da abolição fora o maior político de seu tempo. Nenhum contemporâneo o superaria. A “fundação da República lhe cortou de repente a carreira política”. E depois de 1889 “nenhum dos grandes” políticos brasileiros da época continuara seu “esforço magnífico”. Nem o próprio Nabuco fora capaz de fazê-lo, mais tarde, depois de reconciliar-se com o novo regime. Afinal, tinha exaurido suas forças durante a campanha abolicionista.

Do restante da biografia que Freyre escreve sobre a vida do líder abolicionista, nada supera a magnanimidade que o deputado-sociólogo confere à fase abolicionista de sua trajetória pública. No discurso de Freyre, há um divórcio radical entre o Nabuco do Império e o Nabuco da República. Freyre considera a participação de Nabuco na campanha abolicionista “sua melhor glória: a de ter concorrido para extinguir a escravidão africana na América”. Uma glória tão amplificadora que ofuscaria todo o restante da biografia de Nabuco. Emblematicamente, o próprio Freyre afirma que aquela campanha é que fizera “sua bela cabeça [...] embranquecer-se tão cedo”. Os cabelos brancos simbolizando, talvez, o esgotamento das melhores energias do herói, como se não tivesse sobrado quase nada para depois:

Teria sido talvez o mais completo dos homens públicos do Brasil do seu tempo se a proclamação da República, surpreendendo-o aos quarenta anos, não tivesse partido ao meio sua carreira de político, separando de algum modo do Nabuco da Abolição e da Câmara, o Nabuco do Pan-Americanismo e do Itamarati; e fazendo de um só homem quase dois, cada qual incompleto em suas realizações e em suas aspirações.

“Homem extremamente escrupuloso em seus melindres de lealdade e em sua noção de fidelidade a princípios”, Nabuco não aderiu à República. “Homem de bem” que nunca “fugiu aos deveres de oposicionista ou de crítico dos governos”, fora “o mais agreste dos Joões Batistas,⁸⁷ ousando dizer a palavra dura mas precisa, áspera mas necessária, a homens poderosos”. Seu espírito público revestia-se de tamanha pureza “que numa época em que se nomeavam para as presidências de província rapazes mal-saídos das academias, ele chegou à idade madura sem ter presidido qualquer província”.

Sem nunca ter adulado, cortejado, ou se oferecido a poderosos, “não soube aderir ao regime triunfante”, porque “não quis ser um daqueles monarquistas já curvados [...] que da noite para o dia se tornaram estadistas da República”. Viu-se então “obrigado”, antes do tempo, a escrever sua autobiografia, “o testamento de homem público consagrado ao serviço do Brasil”. Tendo recebido “de repente o título de velho, de homem do passado, de ‘ancien régime’”, cumpriu com “serena bravura” sua “sentença de morte”.

⁸⁷ Referência a João Batista, personagem bíblico defensor dos fracos e oprimidos.

Quando aceitou servir ao Estado republicano, em 1899, em cargo diplomático “- um serviço acima de partidos e até de regimes -”, Nabuco já “era quase outro”, argumenta Freyre. “Fez muito esse novo Nabuco”, na opinião do deputado-sociólogo, “mas muito deixara de fazer pelo Brasil nos dias dedicados a uma autobiografia prematura”.

QUEM BATE PALMAS PARA NABUCO

Sem dúvida, este discurso parlamentar que Freyre fez questão de publicar em 1948 inaugurava um novo *olhar* sobre o herói. Sintetizando correntes de memória que circulavam em Pernambuco desde fins do século XIX, o guardião da memória de Nabuco promovia uma releitura do significado de seu abolicionismo. Ator privilegiado da “invenção do Nordeste”, o sociólogo de Apipucos produzia uma memória sobre o líder abolicionista que projetava sobre o passado as suas próprias preocupações do presente. Entusiasta da social-democracia, enxergava retrospectivamente em Nabuco o precursor de seu próprio “trabalhismo de sentido ético”. Privilegiando a *face* abolicionista do herói, o sociólogo legitimava seu próprio diagnóstico dos problemas brasileiros — em particular dos problemas sociais do Nordeste. Preocupado com a diminuição do poder dos latifundiários, conferia aspectos de reforma agrária às idéias de “democratização do solo” defendidas por Nabuco no final do Império.

Mas, para ter sucesso em sua empreitada, não bastava que Freyre convencesse seus colegas parlamentares; era preciso também influenciar outros atores envolvidos nas comemorações do centenário de nascimento de Nabuco. Isto é que explica a publicação de seu discurso de 1947, que saiu em opúsculo no ano seguinte. Legítimo *lugar de memória*, o folheto *Joaquim Nabuco* foi produzido com o intuito evidente de divulgar a “campanha” de Freyre em prol das homenagens oficiais à memória do líder abolicionista. Esta era uma das armas do sociólogo pernambucano em sua batalha contra o privilégio concedido pelo governo federal à memória do baiano Rui Barbosa.

Cumpra então responder às seguintes questões: qual a repercussão da iniciativa de Freyre? Como o *enquadramento* produzido pelo guardião da memória de Nabuco influenciou os outros atores do processo de consagração do herói empenhados nas homenagens à memória do líder abolicionista?

Em 1949, é possível distinguir três conjuntos de atores das comemorações do

centenário de nascimento de Nabuco. Por questões de estilo e para garantir fluidez ao texto, eles serão denominados abolicionistas, intelectuais e diplomatas, ainda que essa nomenclatura possa parecer um tanto simplista.

O primeiro grupo de atores foi composto por aqueles, como Gilberto Freyre, que produziram em 1949 um *olhar* abolicionista sobre Joaquim Nabuco. O próprio Ministério da Educação e Saúde pode ser incluído neste conjunto. Em julho de 1949, a menos de 30 dias do centenário de nascimento do herói, foi enfim liberado o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a execução das comemorações reivindicadas pelo deputado pernambucano. Era o mesmo valor destinado às homenagens à memória de Rui Barbosa, realizadas naquele mesmo ano.

No dia 11 de agosto o *Jornal do Brasil* divulgou “o programa de comemorações” elaborado “pela comissão designada pelo ministro da Educação e Saúde, Dr. Clemente Mariani”. Além dos atos oficiais propostos por Freyre (a criação do Instituto Joaquim Nabuco, o concurso de ensaios e a edição popular dos discursos e escritos do tribuno da Abolição), foram anunciadas outras homenagens do Ministério à memória do herói, a saber:⁸⁸

- 1) exposição comemorativa;
- 2) dois ciclos de conferências no auditório do Ministério;
- 3) medalha comemorativa e selo postal em homenagem a Nabuco;
- 4) prelações sobre Joaquim Nabuco nos cursos da campanha de Educação e Alfabetização de Adultos;
- 5) irradiação de programas especiais sobre Nabuco pela rádio do Ministério “e outras emissoras”;
- 6) comemorações no Colégio Pedro II, onde Nabuco estudara.

⁸⁸ “O centenário de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 11/08/1949, p. 6. Dois dias depois seria noticiada a emissão do selo comemorativo do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco: “O governo prestará uma homenagem à memória de Joaquim Barreto Nabuco de Araújo, ou, simplesmente, Joaquim Nabuco, como era mais conhecido o fulgurante nordestino que ocupou lugares de destaque na tribuna, no jornalismo, nas letras e na política. [...] O Diretor Geral dos Correios e Telégrafos [...] tomou todas as providências no sentido de, na data própria, o selo estar à venda em todas as agências postais telegráficas ou simples balcões de Correios. Destina-se às correspondências aéreas e tem as seguintes características: Cr\$ 3,80 (três cruzeiros e oitenta centavos), papel, fibra de garantia, sem filigrana, formato retangular vertical, impressão em talho doce, cor violeta. As dimensões do selo propriamente são de [...]” Cf. “Selo comemorativo do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 13/08/1949, p. 6.

Havia, ainda, outros três atos oficiais previstos para execução pelo Ministério, todos em parceria com o Instituto Nacional do Livro: a distribuição de livros de e sobre o herói para bibliotecas e instituições escolares; a publicação de uma bibliografia de Nabuco; e a edição de uma antologia de Joaquim Nabuco, de autoria de Ubaldo Soares.

A maior parte dessas iniciativas oficiais promovidas pelo MEC parece ter ecoado a ênfase que Freyre conferira à face abolicionista do herói. A edição popular de discursos e escritos de Nabuco, por exemplo, era exclusivamente dedicada à divulgação de peças de retórica produzidas em defesa da Abolição ou/e de reformas sociais. Quanto ao Instituto Joaquim Nabuco, teve sua criação defendida e justificada por Freyre com base em argumentos emblemáticos de uma ênfase sobre a *face* abolicionista do herói, como já foi demonstrado. Na cerimônia de assinatura do regulamento da instituição, ademais, a maioria dos presentes eram políticos nordestinos, de modo bastante coerente com o enquadramento que Freyre elaborou ao associar o Instituto ao nome de Nabuco e ao projeto de “invenção do Nordeste”.⁸⁹

Outras comemorações previstas no programa definido pelo Ministério, contudo, refletem o caráter de uma batalha de memória ainda em curso, de modo que se explicita algo próximo do que poderia ser chamado de “memória dividida”⁹⁰ entre, de um lado, um *olhar* que enfatiza sobremaneira a *face* abolicionista sobre o herói e, de outro lado, outros *olhares*, concorrentes ou não, que tratam das várias fases da trajetória pública ou/e da personalidade de Nabuco de maneira mais equilibrada, sem inflar tanto quanto Freyre a importância da atuação do herói em favor da libertação dos escravos. E, principalmente, sem diminuir a importância de sua atuação diplomática.

Os eventos no Colégio Pedro II, por exemplo, se estenderam ao longo de todos os dias da semana do centenário de nascimento do herói. O professor catedrático de História da instituição, J.B. Melo e Souza, proferiu conferência sobre “Nabuco

⁸⁹ Além de “professores, estudantes e jornalistas” e do próprio Freyre, compareceram à cerimônia o senador Novais Filho (PSD/PE), os deputados Paulo Sarazate (CE), Samuel Duarte (PSD/PB), Prado Kelly (UDN/RJ), Alde Sampaio (UDN/PE), Toledo Piza (UDN/SP), Pacheco de Oliveira (PSD/BA), Lima Cavalcante (UDN/PE) e Coelho Rodrigues (UDN/PI). Também estiveram presentes vários escritores, como Otávio Tarquínio de Souza, Lucia Miguel Pereira, o baiano Eugenio Gomes, o maranhense Josué Montello e o pernambucano José Lins do Rego. Cf. “O centenário de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 17/08/1949, p. 6.

⁹⁰ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum” [1995]. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos*

estudante no Colégio Pedro II”; alunos “de acentuada aplicação” foram premiados com “vários livros que tratam da personalidade de Joaquim Nabuco”; e os professores de História da casa ministraram “aulas alusivas ao vulto nacional aos alunos do externato e do internato”. Mas a semana terminou com uma conferência sobre “Nabuco e a questão Guiana Inglesa”, do professor Gabaglia, decano da Congregação.⁹¹

Algo parecido se evidenciou no primeiro ciclo de conferências do programa comemorativo do centenário organizado pelo Ministério da Educação e Saúde. No dia 17 de agosto, antevéspera da data do centurião, o então deputado Luiz Viana Filho, um dos biógrafos mais notórios de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, proferiu conferência sobre os dois heróis centenários. A matéria publicada no dia seguinte, da lavra de Benjamim Costallat, conferia um tom de conciliação às palavras de Viana Filho. O conferencista se referia à nomeação de Rui Barbosa para chefe da delegação brasileira à Conferência de Haia, em detrimento de Nabuco. Mas afirmara, baseado em “notas confidenciais” do Embaixador, que ele tinha sido enviado por Rio Branco para auxiliar Rui. E, “mesmo na penumbra, atrás do cenário, [Nabuco] servia ao Brasil, ajudando a glória daquele que o havia preterido e que se achava naquele momento brilhando num palco que tinha, por platéia, o mundo inteiro”.⁹² As outras conferências do ciclo, contudo, abordavam outras *faces* de Nabuco: no dia 18, no auditório do Ministério, estava programada uma intervenção do deputado Munhoz da Rocha sobre “Nabuco e a Eloquência Parlamentar”; e no dia 19 o professor Pedro Calmon trataria do tema “Joaquim Nabuco – A vida e a ação”.⁹³

A mesma característica de uma “memória dividida” em torno da trajetória pública de Nabuco transparece em outras iniciativas de homenagens à memória do herói realizadas no ano de 1949. A Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, por exemplo, participou das comemorações daquele ano através de uma iniciativa na área de Educação Cívica. Aparentemente por iniciativa do secretário Clóvis Monteiro,⁹⁴ o

& *abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103-130.

⁹¹ “Joaquim Nabuco e o Abolicionismo”. *Jornal do Brasil*, 13/08/1949, p. 8.

⁹² COSTALLAT, Benjamim. “Nabuco e Rui”. *Jornal do Brasil*, 18/08/1949, p. 5.

⁹³ Cf. “O centenário de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 17/08/1949, p. 6.

⁹⁴ Clóvis do Rego Monteiro (1898-1961) nasceu no Ceará e foi professor de português em escolas das tradicionais redes pública e privada do Rio de Janeiro: trabalhou nos colégios Andrews, Jacobina, Santo Inácio, São Bento e Sion. Passou também pela Faculdade Santa Úrsula, pela PUC-RJ e pela Faculdade Lafayette, depois UEG e hoje UERJ. Foi diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação (1937), do Colégio Pedro II - Internato (de 1938 a 1947) e Externato (de 1956 a 1961).

Serviço de Educação Cívica da Prefeitura do Distrito Federal organizou a edição e publicação de um boletim com dados biográficos sobre Joaquim Nabuco. O documento impresso para divulgação entre alunos do Rio de Janeiro versava sobre itens de várias fases da vida do herói: “Nabuco e a Monarquia”, “Nabuco e o Pan-americanismo”, “Nabuco e a Paz da América”, “Nabuco e a República”, “Traços da Personalidade de Nabuco”, “Sua vida Cultural”. Mas o *Jornal do Brasil* noticiou a iniciativa sob a manchete “Joaquim Nabuco – Impressão de um Boletim sobre o *Grande Abolicionista* para Distribuição entre Escolares”.⁹⁵

O *Jornal do Brasil* tinha bons motivos para participar ativamente das comemorações do centenário do herói em 1949. Nabuco fora o primeiro redator-chefe do periódico, nascido para fazer oposição à República e defender moderadamente a Monarquia. Em 19 de agosto, data exata do “aniversário” de 100 anos do líder abolicionista, o jornal publicou um artigo, como forma de agradecimento institucional ao trabalho de Nabuco naquela função. A edição do dia 19 trazia ainda um caderno de 16 páginas sobre o herói, e noticiava em detalhes as várias comemorações do centenário de nascimento do líder abolicionista.

Alguns elementos das matérias publicadas no jornal nesta edição, aliados à análise das notícias sobre a “efeméride” durante os meses de julho e agosto de 1949, permitem identificar a influência do *olhar* de Freyre sobre a cobertura do *Jornal do Brasil*. Em artigo intitulado “Joaquim Nabuco”, por exemplo, os editores do periódico repetem com exatidão as palavras do sociólogo, ao afirmar que Nabuco foi capaz de despir-se de seu “berço aristocrático” e assim tornar-se “apóstolo da redenção dos escravos”.⁹⁶

O empenho do *Jornal do Brasil* na consagração de Nabuco como herói nacional era inequívoco. Avaliando a celebração da data como “confortadora”, o jornal publica matéria defendendo a tese de que comemorações como aquela eram indício da afirmação da nacionalidade, à medida em que os brasileiros estariam se apercebendo de que possuem uma personalidade, e passavam a orgulhar-se dela através da reverência

Ocupou o cargo de Secretário Geral de Educação e Cultura na administração do Prefeito Mendes de Moraes. Neste cargo criou o almoço escolar, sob inspiração de pesquisa da época que comprovava haver relação direta entre deficiência alimentar e mau rendimento escolar.

⁹⁵ “Joaquim Nabuco – Impressão de um Boletim sobre o *Grande Abolicionista* para Distribuição entre Escolares”. *Jornal do Brasil*, 14/07/1949, p. 10. Grifo no original.

⁹⁶ “Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 19/08/1949, p. 5.

prestada a “nomes que ornaram a galeria do passado nacional”.⁹⁷

O tom de júbilo cívico conferido às homenagens à memória do herói parecia se confirmar nas notícias do dia seguinte. Sob a manchete “Comemorado com excepcional brilho o centenário de Joaquim Nabuco”, o *Jornal do Brasil* dedicava duas páginas inteiras à cobertura dos eventos realizados em todo o país no dia do “aniversário” de cem anos do herói. A reportagem enfatizava as sessões solenes na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na Academia Brasileira de Letras. Dedicava uma matéria de visibilidade aos eventos que tiveram lugar no Teatro Santa Isabel, no Recife, *lugar de memória* por excelência da campanha abolicionista em Pernambuco.⁹⁸

Foi notório o esforço do periódico para cobrir todas as comemorações realizadas naquela data. Algumas comemorações inesperadas, para dizer o mínimo, foram objeto de matérias do *Jornal do Brasil*: uma palestra do Dr. Irineu Malagueta na Academia Nacional de Medicina versou sobre o “Perfil de Nabuco e alguns aspectos de sua contribuição à Medicina”; no restaurante Central da Praça da Bandeira, o major Umberto Peregrino organizou uma “contribuição do SAPS às festas nacionais do centenário de Nabuco”, tratando dos “Aspectos da vida norte-americana”; e o Dr. Ordival Gomes falou sobre a vida e a obra de Nabuco no Instituto Brasileiro de História da Medicina, focalizando “os feitos do notável médico Dr. Manuel Fernandes Nabuco, bisavô do eminente patricio”.⁹⁹

Na Associação dos Jornalistas Católicos, um certo Alfredo [Baltazar da Silva] falou sobre “Joaquim Nabuco – o católico”.¹⁰⁰ O Diretório Acadêmico da Universidade Católica realizou homenagem à memória do herói em 19 de agosto, quando falaram Manuel Moreira e o Monsenhor Nabuco (filho do herói homenageado), tratando da “grande personalidade do jurista patricio”.¹⁰¹ E o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, celebrou missa pelo descanso da alma de Nabuco na arquidiocese do Rio de Janeiro.¹⁰²

O esforço do *Jornal do Brasil* parece caminhar no sentido de um inventário de

⁹⁷ “Homenagem confortadora”. *Jornal do Brasil*, 19/08/1949, p. 5.

⁹⁸ “Comemorado com excepcional brilho o centenário de Joaquim Nabuco – sessões solenes na Câmara dos Deputados, no Senado e na Academia de Letras”. *Jornal do Brasil*, 20/08/1949, p. 9-11.

⁹⁹ Idem, ibidem.

¹⁰⁰ “Centenário de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 30/08/1949, p. 6.

¹⁰¹ “Universidade Católica”. *Jornal do Brasil*, 17/08/1949, p. 11.

todas as comemorações do centenário de nascimento do herói. O jornal parecia querer demonstrar a participação de todas as classes profissionais nas homenagens à memória do herói. Mas, qualquer que tenha sido a motivação do periódico, sua cobertura evidencia que muitos atores se envolveram na consagração de Nabuco em 1949. Seria possível estender ainda mais o inventário, mas a análise não chegaria muito longe se fosse feita uma lista exaustiva dos eventos daquele ano. O importante é notar que, no balanço geral das homenagens à memória do herói, destacaram-se três conjuntos de atores principais, com interesses e influência significativa. Em última análise, foi a correlação de forças estabelecida entre eles em 1949 que conduziu à vitória da ênfase sobre a *face* abolicionista de Nabuco.

O segundo grande conjunto de atores envolvidos nas homenagens à memória do herói em 1949 foi composto pelos “diplomatas”. Trata-se, portanto, de grupo intimamente ligado a um órgão do governo federal, o Ministério das Relações Exteriores. Como os dois heróis “aniversariantes” tinham sido diplomatas, o Itamaraty parece ter ficado dividido, o que resultou numa atuação tímida deste conjunto de atores nas comemorações de 1949. Algo bem diferente tinha ocorrido em 1910, nos funerais de Nabuco no Rio de Janeiro. Conforme será demonstrado no capítulo 2, naquele primeiro *tempo* foi possível identificar a participação ativa, poder-se-ia dizer o protagonismo, de um conjunto de atores ligado ao *círculo Rio Branco*, cujo lugar de sociabilidade central era o Itamaraty, símbolo do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A influência do ministro parece ter sido, em grande medida, responsável pela ênfase sobre a *face* monroísta de Nabuco que predominou nos seus funerais cívicos.

Em 1949, por contraste, o MRE não parece dispensar tantos esforços na divulgação da atuação de Nabuco como embaixador da República. Mauricio, o único filho do herói que seguiu a carreira diplomática, ainda teve a iniciativa de doar os arquivos diplomáticos do pai, até então sob a guarda da família de Nabuco, para o Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, naquele ano. Mas o investimento simbólico do próprio MRE na consagração do primeiro embaixador brasileiro não foi significativo neste segundo *tempo*.

O Itamaraty participou das comemorações do centenário de nascimento do primeiro embaixador brasileiro de forma tímida. Além de ter publicado, antes do

¹⁰² “Joaquim Nabuco. *Jornal do Brasil*, 30/08/1949, p. 6.

Ministério da Educação e Saúde, uma bibliografia de Joaquim Nabuco, a Divisão Cultural do MRE organizou uma série de apenas quatro conferências em homenagem à memória do herói. De julho a setembro, o programa divulgado pelo *Jornal do Brasil* previa a realização das palestras de Levi Carneiro, sobre “Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, duas vidas paralelas” (em 25 de julho); de Afonso Arinos de Melo Franco, intitulada “Joaquim Nabuco, advogado do Brasil” (em 1º de agosto); de Alceu Amoroso Lima, “A evolução religiosa de Joaquim Nabuco” (5 de setembro); e do Dr. Elmano Cardim, “Joaquim Nabuco, homem de imprensa” (13 de setembro).¹⁰³

É certo que os palestrantes convidados pelo MRE foram nomes de destaque, e que trataram de várias *faces* do herói. A sessão de abertura das comemorações dos centenários de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, ademais, contou com presenças ilustres, como o Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, e o vice-presidente da República, Nereu Ramos. Depois da conferência de Levi Carneiro, ainda foi realizada uma grande recepção no Palácio Itamaraty, com a presença de “membros do corpo diplomático estrangeiro, parlamentares, altas autoridades civis e militares e figuras de destaque na nossa sociedade”, além do próprio presidente Dutra, que chegou às 18h30. E, por fim, o MRE organizou também uma exposição com “livros, autógrafos e objetos de uso pessoal de Joaquim Nabuco”, ao lado de documentos relativos à participação de Rui Barbosa na II Conferência de Haia.¹⁰⁴ Mas é de se notar que todos os conferencistas convidados pelo Itamaraty sejam figuras associadas menos à diplomacia do que ao mundo das letras, e que não tenha sido programada nenhuma palestra que tratasse primordialmente da atuação de Nabuco como embaixador em Washington.

Em 1949, portanto, o conjunto de “diplomatas”, aí incluído o próprio MRE, parece não ter conferido ao centenário de Nabuco a mesma importância que outros atores atribuíram à data. A explicação para esta relativa negligência pode ser encontrada para além da coincidência dos centuriões de Nabuco e Rui Barbosa. É que, depois de 1910, a figura do Nabuco diplomata parece ter sido obscurecida pelo vulto do barão do Rio Branco, que esteve à frente do MRE durante o período em que o líder abolicionista atuou como embaixador brasileiro em Washington.¹⁰⁵

¹⁰³ “Os centenários de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa”. *Jornal do Brasil*, 01/07/1949, p. 3.

¹⁰⁴ “Centenários de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco – o início das comemorações no Itamaraty”. *Jornal do Brasil*, 27/07/1949, p. 6.

¹⁰⁵ Este argumento será desenvolvido com mais vagar no capítulo 5.

O terceiro conjunto de atores, aqui chamados um tanto inapropriadamente de “intelectuais”, foi muito mais ativo nas comemorações do centenário de Nabuco em 1949 do que os “diplomatas”. Apesar disso, também os homens e as instituições ligados ao mundo das letras tiveram suas atenções divididas entre os dois heróis nacionais cujos centenários se comemoravam em 1949.

Entre esses dois vultos da vida intelectual e política do país, parece que os maiores esforços da intelectualidade brasileira foram dispensados a Rui Barbosa. Mas, como não poderia deixar de ser, também Nabuco foi objeto de investimento simbólico do conjunto de atores formado por “intelectuais”. Data de 1949, por exemplo, a publicação de suas *Obras completas*, organizadas por Celso Cunha em 14 volumes editados desde 1947 pelo Instituto Progresso Editorial.¹⁰⁶ A comparação com os casos da publicação das obras completas de dois outros grandes heróis da Primeira República pode auxiliar na compreensão do significado dessa iniciativa.

As obras completas do barão do Rio Branco, cujo centenário de nascimento tinha sido comemorado em 1945, foram publicadas pelo Ministério das Relações Exteriores. A edição das obras completas de Rui Barbosa, que no início de 2007 já contava 137 tomos (e ainda havia algo em torno de 30 outros previstos), ficou a cargo da Casa de Rui Barbosa, que tomou as providências para sua organização desde 1930, com a publicação do primeiro tomo em 1942. Nos casos desses dois heróis da Primeira República, portanto, a iniciativa da publicação de suas *Obras completas* partiu de instituições guardiãs de suas respectivas memórias. No caso de Nabuco, por contraste, o fato de isto ter sido feito por iniciativa de parte do conjunto de atores aqui chamado de “intelectuais” dá a dimensão correta do seu papel nas homenagens à memória do herói em 1949.

¹⁰⁶ Angela Alonso afirma que as *Obras Completas* de Nabuco “saíram, entre 1934 e 1941, pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, e pela Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. Por ocasião de seu centenário, em 1949, o Instituto Progresso Editorial as reeditou”. Mas, conforme conta Maurício Nabuco, o que se publicou a partir de 1934 foi a *edição uniforme* das obras de seu pai, em oito volumes. Tratava-se de iniciativa da família após imbróglio judicial com a Garnier: há décadas se tinham esgotado, ao menos no Brasil, os exemplares dos livros de Nabuco editados pela editora francesa. Vitoriosos no tribunal, seus filhos, detentores dos direitos autorais da obra do pai, acertaram com as duas editoras aquela *edição uniforme*, publicada ao longo de sete anos. As *Obras completas de Joaquim Nabuco*, com esse nome, saíram, em quatorze volumes, apenas em 1949, editadas pelo recém-fundado Instituto Progresso Editorial (IPE), de São Paulo. Cf. NABUCO, Maurício. *Reflexões e reminiscências*. Rio de Janeiro: FGV, 1982. p. 92.

Mas as iniciativas deste grupo de atores não se limitaram à publicação das *Obras completas* de Nabuco. A Biblioteca de Autores Brasileiros, por exemplo, traduziu para o castelhano a obra máxima do herói, *Um Estadista do Império*.¹⁰⁷ O Gabinete Português de Leitura realizou, em 19 de agosto, uma sessão solene em homenagem à memória do “tribuno e literato” (mas não diplomata...), proferida pelo Capitão-de-Corveta da Marinha, A. M. Braz da Silva.¹⁰⁸ A Biblioteca Nacional organizou uma tímida exposição bibliográfica sobre Rui e Nabuco, feita por alunos da instituição sob orientação da prof.^a Carmelita Rego.¹⁰⁹ O Arquivo Nacional promoveu exposição comemorativa do centenário de Nabuco, onde foram divulgados documentos relativos a duas das *faces* do herói: sua atuação na campanha abolicionista e seu trabalho como advogado do Brasil na questão da Guiana Inglesa.¹¹⁰ No Instituto Histórico da Bahia, por sua vez, o senador Aloísio de Carvalho Filho fez uma conferência sobre a personalidade de Nabuco.¹¹¹

As Academias de Letras também se destacaram entre os atores “intelectuais” das comemorações do centenário de Nabuco, repetindo sempre o mesmo estilo de homenagens, sob a forma de séries de conferências de nomes ilustres do mundo das letras. A Academia Carioca de Letras convidou “todos os membros dos Poderes Públicos”, do Corpo Diplomático e das principais instituições culturais do país para assistir à sessão pública especial de 9 de agosto em que seria realizada a conferência que abriu a série organizada pela instituição. O *Jornal do Brasil* anunciou o evento como uma das “celebrações culturais do centenário do tribuno da abolição e defensor das grandes reformas durante o Segundo Reinado”, ecoando mais uma vez o *olhar* produzido pelo discurso de Gilberto Freyre. A palestra anunciada, além disso, versou sobre “Nabuco, historiador”, mas foi proferida por um diplomata, Álvaro Teixeira Soares, Chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores.¹¹²

Na Academia Fluminense de Letras as comemorações duraram apenas um dia. Em 16 de agosto foi realizada uma sessão em homenagem à memória de Nabuco, com entrada franca. A abertura do evento ficou a cargo do acadêmico Alberto Fortes,

¹⁰⁷ “Joaquim Nabuco”, *Jornal do Brasil*, 19/08/1949, p. 10.

¹⁰⁸ “Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 18/09/1949, p. 9.

¹⁰⁹ “Duas luzes no século”. *Jornal do Brasil*, 17/08/1949, p. 8.

¹¹⁰ “Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 23/08/1949, p. 6.

¹¹¹ “O centenário de Joaquim Nabuco na Bahia”. *Jornal do Brasil*, 28/08/1949, p. 8.

¹¹² “Centenário de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 04/08/1949, p. 8.

seguido pelo governador Edmundo de Macedo Soares e Silva, membro honorário da instituição. Por fim, o acadêmico Maurício de Medeiros falou sobre “Joaquim Nabuco. Aspectos da sua individualidade”, e as atividades foram encerradas.¹¹³

A Federação das Academias de Letras do Brasil, por sua vez, promoveu duas sessões públicas de homenagens à memória de Nabuco: uma, sobre a “Polimorfia do talento de Joaquim Nabuco”, foi proferida pelo desembargador Carlos Xavier Paes Barreto. Mas a outra voltou à ênfase sobre a *face* abolicionista do herói: o historiador “e homem de letras” major De Paranhos Antunes tratou do tema “Joaquim Nabuco e o Abolicionismo”.¹¹⁴

A Academia Brasileira de Letras, por fim, parece ter dispensado um único dia às comemorações do centenário de Nabuco. Anunciada pelo *Jornal do Brasil* como “grande solenidade na Academia Brasileira de Letras”, foi realizada uma sessão solene na noite do dia 19 de agosto, com audiência vestida em “traje a rigor”, em que o acadêmico Levi Carneiro ocupou a tribuna para tratar da obra de Nabuco, um dos membros fundadores da instituição.¹¹⁵

Mas a principal iniciativa dos “intelectuais” no sentido de comemorar o centenário de Nabuco foi o Curso Joaquim Nabuco promovido Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGB fora a primeira instituição a reconhecer as qualidades de escritor/historiador do herói e admiti-lo entre seus membros após a Proclamação da República. Durante três meses, de julho a setembro de 1949, o Instituto promoveu uma série de onze conferências em homenagem à memória de Nabuco. Todas elas foram publicadas, ademais, no volume nº 204 da *Revista* trimestral do Instituto.¹¹⁶

A julgar pela cobertura do *Jornal do Brasil*, este foi o evento mais bem sucedido entre todas as comemorações do centenário de Nabuco realizadas no Rio de Janeiro. Cada palestra do curso era insistentemente anunciada pelo periódico nos dias anteriores à sua realização. E, no dia seguinte, o *JB* dava ampla cobertura ao evento, publicando o

¹¹³ “Selo comemorativo do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 13/08/1949, p. 6.

¹¹⁴ “Joaquim Nabuco e o Abolicionismo”. *Jornal do Brasil*, 13/08/1949, p. 8; e “Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 19/08/1949, p. 10.

¹¹⁵ “O centenário de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 17/08/1949, p. 6; “Uma grande solenidade na Academia Brasileira de Letras”. *Jornal do Brasil*, 18/08/1949, p. 9; e “Joaquim Nabuco”. *Jornal do Brasil*, 19/08/1949, p. 10.

¹¹⁶ Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 204, p. 107-334, jul.-set. 1949.

conteúdo da conferência proferida e descrevendo em detalhes o desempenho do orador. O jornal, além disso, listava as principais autoridades e personalidades presentes, evidenciando a importância atribuída ao Curso pelos próprios atores da consagração de Nabuco em 1949.

Na sessão de instalação do curso, no dia 1 de julho, por exemplo, o *JB* relata que estiveram presentes, além de “cerca de 250 alunos”,¹¹⁷ o representante do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara; o monsenhor Gastão Neves; o general Candido Rondon; o representante do ministro da Justiça, Ernesto Gurgel Valente; os acadêmicos Múcio Leão, João Luso e desembargador Ademar Tavares, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; o deputado Aureliano Leite; e “parlamentares e autoridades cujo nome não nos foi possível anotar”.¹¹⁸

Ao longo das onze sessões do curso compareceram também outras personalidades, como Gilberto Freyre; Adroaldo Mesquita da Costa, ministro da Justiça; Afonso Pena Júnior; Antonio Carlos Lafaiete de Andrade, ministro do Superior Tribunal Federal (STF); desembargador Oliveira Sobrinho; Laudo de Camargo, presidente do STF; Hahnemann Guimarães e Ribeiro da Costa, ministros do mesmo Tribunal; Luiz Galotti, procurador-geral da República; Carolina Nabuco, filha e biógrafa do pai; Bocaiúva Coelho, ministro do Superior Tribunal Militar; os acadêmicos Celso Vieira e Rodrigo Otávio Filho; Idelfonso Mascarenhas da Silva; José Tomas Nabuco (filho do homenageado); Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, acompanhado da esposa; o coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, governador do Rio de Janeiro; dom Paulo Tarso de Campos, Bispo de Campinas e reitor da Universidade Católica de São Paulo; o padre Ranwart, reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro; os embaixadores Barros Pimentel, Lafaiete de Carvalho e Souza e Rubens de Melo; entre muitos outros.¹¹⁹

A assistência do curso, como se vê, reuniu autoridades do país, especialmente do poder Judiciário; personalidades pernambucanas e familiares de Nabuco; membros do

¹¹⁷ Na versão publicada na *RIHGB* o número cai para “mais de 200 alunos”. Cf. *Revista do Instituto...*, op. cit., p. 107.

¹¹⁸ “Instalado solenemente o ‘Curso Joaquim Nabuco’”. *Jornal do Brasil*, 02/07/1949, p. 6.

¹¹⁹ “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 18/08/1949, p. 9; “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 11/08/1949, p. 12; “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 04/08/1949, p. 11; “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 28/07/1949, p. 9; e “No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Jornal do Brasil*,

Corpo Diplomático; deputados; acadêmicos e representantes de instituições culturais. Estiveram ali, portanto, integrantes dos três principais conjuntos de atores das homenagens à memória de Nabuco em 1949.

O mesmo ocorreu com os conferencistas. Mas não na mesma proporção. Idealizado pelo presidente-perpétuo do Instituto Histórico, embaixador José Carlos de Macedo Soares,¹²⁰ o Curso Joaquim Nabuco contou com onze palestrantes, além do próprio presidente do IHGB:

1) Antonio Austregésilo, acadêmico, que falou sobre “O acadêmico e o homem de letras” em 1 de julho de 1949;

2) José Duarte, desembargador, que tratou da “Formação moral e intelectual de Joaquim Nabuco” em 6 de julho;

3) Aureliano Leite, deputado do PSD de São Paulo, cuja conferência, em 13 de julho, versou sobre “O publicista e o historiador”;

4) Múcio Leão, acadêmico, orador da sessão de 20 de julho, sobre as “Atividades jornalísticas de Joaquim Nabuco”;

5) Aníbal Freire, acadêmico, ministro do STF e depois diretor do *Jornal do Brasil*, falou sobre “A vida e a obra de Joaquim Nabuco” em 27 de julho, numa exposição que contemplava de forma bastante equilibrada as três *faces* do herói;

6) Celso Vieira, acadêmico, que intitulou sua conferência, proferida em 3 de agosto, de “O apóstolo da Abolição”;

7) Odete de Carvalho e Sousa, diplomata, que tratou do “Joaquim Nabuco, diplomata e geógrafo” no dia 10 de agosto, na presença de vários membros do Corpo Diplomático brasileiro, incluindo o próprio ministro das Relações Exteriores;

8) Artur Cezar Ferreira Reis, sócio do IHGB, que discorreu sobre “As atividades políticas de Joaquim Nabuco” (excluída a atividade diplomática), no dia 17 de agosto;

07/07/1949, p. 9.

¹²⁰ José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) formou-se em Direito em 1905 e apoiou ativamente a candidatura presidencial de Getúlio Vargas em 1930. Foi nomeado ministro das Relações Exteriores em 1934, deixando a pasta em 1937. Assumiu o Ministério da Justiça no mesmo ano, mas deixou o cargo antes do golpe do Estado Novo. Esteve à frente do Instituto Brasileiro de Estatística, depois IBGE, entre 1937 e 1951. Membro da Academia Brasileira de Letras desde 1937, presidiu a instituição entre 1942 e 1944. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1939, chegando a presidente perpétuo da instituição. Foi ainda interventor federal em São Paulo entre 1945 e 1948. Voltou ao cargo máximo do Ministério das Relações Exteriores em 1955, e permaneceu no Ministério de JK até 1958.

9) Aníbal Fernandes, jornalista e diretor do *Diário de Pernambuco*, que proferiu conferência sobre “Nabuco, cidadão do Recife”, em 24 de agosto;

10) Gustavo Barroso, presidente da Academia Brasileira de Letras, que falou sobre “O cruzado da Abolição – Nabuco, orador”, em 6 de setembro;

11) Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil, encerrou o curso enfatizando a luta de Nabuco em prol da Abolição e denominando-o “Spartacus de Massangana”.

Note-se que se repetiram no Curso alguns dos autores de conferências sobre Nabuco realizadas por outras instituições culturais. Parece, de fato, que o Curso promovido pelo IHGB foi o grande palco dos atores ligados ao mundo das letras durante as comemorações do centenário de nascimento do herói. O balanço da lista de conferencistas elencados pelo presidente do Instituto é claro: dos onze conferencistas, havia uma autoridade do Poder Judiciário (desembargador); um deputado; apenas uma conferencista ligada à diplomacia; e oito personalidades do mundo das letras (jornalistas, acadêmicos, professores ou/e sócios do IHGB).

Os temas escolhidos revelam ainda as *faces* do herói que foram privilegiadas: cinco conferências enfatizaram a atuação de Nabuco como líder abolicionista ou/e sua ligação com o Recife, lugar por excelência de sua atividade política; outras cinco versaram sobre a *face* do Nabuco escritor (na chave de sua vida e obra ou/e de sua atividade como escritor, historiador, jornalista, intelectual, homem de letras etc.); e apenas uma conferência tratou do diplomata republicano. Os “intelectuais”, portanto, enfatizaram ou a *face* do Nabuco escritor, como era de se esperar, ou — talvez sob influência dos investimentos simbólicos de Gilberto Freyre — a *face* abolicionista do herói.

Também é digno de nota observar como, no mesmo ano de 1949, o IHGB organizou outro curso, desta vez em homenagem à memória de Rui Barbosa. E, mais significativo ainda, o Instituto criou a “Medalha do I Centenário de Nascimento de Rui Barbosa - 1849-1949”. Cumpre ainda notar que, em 1945, o Instituto tinha concebido a “Medalha do I Centenário de Nascimento do Barão do Rio Branco – 1845/1945”. Explica-se: o barão tinha sido presidente perpétuo do IHGB. O que não se explica é que Rui Barbosa tenha merecido a homenagem sem sequer ter figurado entre os sócios do Instituto. Mais que isso: não se tem notícia de uma medalha similar dedicada à memória de Nabuco. Parece que, em 1949, “divididos” entre Rui e Nabuco, os homens de letras

deram mais atenção ao primeiro do que ao segundo. O próprio presidente do IHGB, Macedo Soares, confessou este privilégio conferido a Rui. Em entrevista a *Letras e Artes*, o embaixador que idealizou o “Curso Joaquim Nabuco” tratou da importância das homenagens à memória do herói, afirmando sobre ele que:

Sob vários aspectos, - pode-se mesmo dizer – sua atuação, no cenário da vida brasileira, só foi superada em importância pela de Rui, seu ilustre contemporâneo, cujo centenário de nascimento também este ano se comemora.¹²¹

Uma outra iniciativa auto-intitulada como obra da “intelectualidade brasileira” pode ser elucidativa dos motivos por que foi consagrada, em 1949, a ênfase sobre a *face* abolicionista de Nabuco: a edição de uma antologia de Nabuco organizada por Ubaldo Soares, que foi anunciada como parte das comemorações oficiais do centenário, promovidas pelo Ministério da Educação e Saúde. Embora a antologia não tenha sido publicada pelo INL, como havia sido previsto no programa de comemorações do Ministério, foi localizado um livro de 1949 organizado pelo próprio Soares e intitulado *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*.¹²² Ele se compõe de mais de 60 textos (ou discursos transcritos) sobre Joaquim Nabuco publicados entre fins do século XIX e meados do século XX. Uma preocupação evidente na obra é a seleção de textos escritos em diferentes regiões do país, o que assinala a intenção de enfatizar a admiração nacional pela figura do herói. Assinam os “artigos” do livro, entre outros, críticos literários (como João Ribeiro, Silvio Romero, José Veríssimo), amigos de Nabuco (como Machado de Assis e Graça Aranha), intelectuais consagrados (Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Tristão de Athayde, Mucio Leão, Olavo Bilac etc.) e diplomatas notórios (Raul Fernandes e Rui Barbosa, por exemplo).¹²³

¹²¹ FISCHER, Almeida. “Fala a ‘Letras e Artes’ o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo dessa instituição cultural”. *Revista do Instituto Histórico...*, op. cit., p. 432.

¹²² SOARES, Ubaldo (org.). *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949. Poucas informações sobre Ubaldo Soares foram localizadas. Sabe-se apenas que era um jornalista do Rio de Janeiro, nascido em 1893, e que publicou *A Questão da Alta Silésia*, 1921; *A Questão Chileno-Peruana*, 1924; *O Hospital da Misericórdia*, 1952; *A Velha Igreja da Misericórdia*, 1954; *José Clemente Pereira*, 1954; *Grieco*; *O Gato que Lambeu Vinagre*, 1956; *A Escravatura na Misericórdia*, 1958; e *O Passado Heróico da Casa dos Expostos*, 1959. Cf. J.S. Ribeiro Filho. *Dicionário Biobibliográfico de Escritores cariocas (1565-1965)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. (Coleção Vieira Fazenda, III). p. 249.

¹²³ Note-se que esta classificação dos autores dos elogios a Nabuco em “categorias” (intelectuais, amigos, diplomatas, críticos literários) é extremamente arbitrária e pouco rigorosa, considerando-se que, até

Dentre os discursos selecionados para publicação na coletânea, predominam os que tratam primordialmente da atuação de Nabuco em favor da libertação dos escravos (ou, em alguns casos, em favor de reformas sociais). Mas todos os outros aspectos da vida pública do ex-líder abolicionista estão ali contemplados: o literato, o historiador, o político, o orador, o diplomata, o embaixador, o acadêmico etc. Os discursos enunciados em 1949, entretanto, ou se referem simultaneamente a Nabuco e Rui (ambos abolicionistas, mas ambos também diplomatas sob a República) ou, mais freqüentemente, remetem à campanha de Nabuco pelo fim da escravidão.

Os textos em homenagem à memória de Nabuco estão ordenados na coletânea segundo a ordem alfabética dos nomes dos autores dos elogios. A dedicatória do livro diz o seguinte:

À Excelentíssima Senhora D. CAROLINA NABUCO, que aportou para os fastos de nossa História, a ‘VIDA DE JOAQUIM NABUCO’, precioso legado da Família ao Panteon das glórias nacionais, permite-se o organizador desta ‘Coletânea’, reconduzir ao sacrário de sua piedade filial, o **tributo de reverência da intelectualidade brasileira**, que aplaudiu JOAQUIM NABUCO durante a vida e não o esqueceu após a morte.¹²⁴

A coletânea se anuncia, portanto, como um fruto da iniciativa da intelectualidade brasileira, que reverencia Joaquim Nabuco no ano do centenário de seu nascimento, e não como resultado de um ato oficial do Ministério. O tom da obra, diz seu organizador, é consagrar um culto ao herói, à “força de seus valores”. Ao terminar de percorrer as páginas da coletânea, diz Ubaldo Soares, o leitor “sentir-se-á mais espiritualizado, mais livre, mais humano e, acima de tudo, mais brasileiro”. Repetindo o que acontecera nos necrológios de Nabuco produzidos em 1910 (analisados com mais vagar no capítulo 2), aqui a retórica é toda cívica. E esta preocupação se expressa na seleção dos discursos publicados na coletânea, que inclui elogios de autores de vários estados do Brasil.

Também é notável a recorrência com que aparece ao longo das páginas iniciais do livro a idéia de uma dívida dos brasileiros em relação à memória de Nabuco. Nas páginas da coletânea estão reunidos, de acordo com Soares, os compatriotas do herói,

pele menos meados dos anos 30, os intelectuais brasileiros transitavam livremente entre essas várias “especialidades” ou “possibilidades” profissionais, além de acumular muitas delas.

¹²⁴ SOARES, op. cit., p. 7. Grifo meu.

“reconhecidos e proclamados em páginas de amor e gratidão pelos seus feitos”.¹²⁵ A própria epígrafe do livro, estampada na primeira página da obra, atesta este aspecto. Abaixo de uma foto de Nabuco em traje diplomático de gala, cabelo e bigode brancos, é reproduzida uma citação do discurso que Gilberto Freyre fez publicar em 1948:

Um Brasil que tem entre os homens públicos, os políticos, os parlamentares do seu passado, um homem, um político, um parlamentar da grandeza e da atualidade de Joaquim Nabuco, não deve nunca deixar que essa grandeza seja esquecida ou que essa atualidade seja ignorada.¹²⁶

Note-se que, nesse pequeno trecho que abre o livro e ecoa explicitamente a iniciativa de Freyre, Nabuco é tudo menos diplomata. Mas, ao longo da obra, todas as *faces* do herói são contempladas, já que os discursos ali publicados foram escritos entre 1885 e 1949. É relevante, contudo, que os primeiros cinco textos da coletânea foram deslocados da ordem alfabética que predomina no restante do livro. Os autores desses primeiros discursos de elogio a Nabuco representam, não casualmente, os três grupos de atores das homenagens à memória de Nabuco levadas a cabo em 1949: 1) o Chanceler Raul Fernandes; 2) o governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho; 3) Rui Barbosa; 4) Carolina Nabuco; 5) Gilberto Freyre.

Aparecem aqui, em primeiro lugar, o Ministério das Relações Exteriores, através de seu chanceler, um representante do grupo de atores que está sendo designado aqui sob a rubrica de “diplomatas”; os pernambucanos, por meio do governador do Estado; e a família de Nabuco, através de sua filha e biógrafa, Carolina, autora da consagrada *A vida de Joaquim Nabuco*, de 1928. Ao lado de Gilberto Freyre, que está listado entre os cinco primeiros porque foi o “autor do projeto de Consagração Nacional à figura de Joaquim Nabuco”,¹²⁷ o governador e a filha de Nabuco podem ser alocados na categoria dos atores “abolicionistas”. Por fim, Rui Barbosa: amigo de Nabuco, diplomata como ele, objeto de consagração naquele mesmo ano, e também reconhecido como o representante máximo da intelectualidade da Primeira República — o que autoriza, portanto, sua inclusão na categoria dos “intelectuais”. O fato de Rui aparecer na lista dos cinco autores cujos nomes foram deslocados da ordem alfabética seguida no

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 5. As citações do parágrafo anterior também são dessa página.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 3.

restante da coletânea se explica. Como “tributo de reverência da intelectualidade brasileira”, este *lugar de memória* produzido por Ubaldo Soares também revela como o grupo de atores designado como “intelectuais” estava dividido entre os centuriões dos dois heróis “aniversariantes” em 1949.

Apesar disso, o interesse analítico de *Os louros...* reside menos nas intenções de seus produtores (seja o Ministério ou o próprio Ubaldo Soares) do que no conteúdo dos discursos publicados na coletânea. Pode ser que o organizador da obra fosse um intelectual menor buscando notoriedade e ascensão profissional. Mas o interessante, na verdade, é que ele acabou selecionando, reunindo e publicando de uma só vez vários discursos de elogio a Nabuco produzidos ao longo de mais de cinquenta anos de consagração. A análise mais detida dos elogios ao *herói da abolição* produzidos entre 1947 e 1949 pode ser útil, em especial, para verificar a ressonância do discurso de Freyre entre os outros a(u)tores envolvidos nas comemorações do centenário de nascimento de Nabuco.

Os textos dos três primeiros autores da coletânea foram escritos antes de se aventar a idéia das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco. Cumpre então passar aos dois últimos, de Carolina Nabuco e de Gilberto Freyre, para iniciar a análise dos elogios do *herói da abolição* produzidos em fins dos anos 1940, e relacionados ao segundo *tempo* do processo de construção da memória sobre Nabuco.

O artigo da filha e biógrafa de Nabuco foi publicado pelo *Correio da Manhã* em 14 de agosto de 1949, e intitula-se “Nabuco e o espírito de luta”.¹²⁸ O parágrafo de abertura do texto já anuncia a *face* do herói que será enfatizada: Carolina rememora sua visita, então recente, à “terra pernambucana”, remetendo aos *lugares de memória* associados à campanha da Abolição e, claro, à própria vida pública de seu pai em fins do Império. “Tive a alegria e a honra de falar dele no Teatro Santa Isabel. [...] Percorri os pontos onde realizava comícios eleitorais”.¹²⁹ É do Nabuco monarquista e abolicionista que se está tratando, fica avisado o leitor desde o início do artigo.

O que sintetiza a vida de seu pai, segundo Carolina, é a luta pelos ideais, oposta à “luta pelos interesses”: “Não tinha amor à luta pela luta. [...] Joaquim Nabuco só

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 9.

¹²⁸ NABUCO, Carolina. “Nabuco e o espírito de luta”. In: SOARES, *Os louros...*, op. cit., p. 21-26. Note-se que todas as citações de artigos desta obra ao longo do texto tiveram sua ortografia atualizada.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p. 21.

queria movimentar idéias, respeitando as pessoas, e é sob esse aspecto de soldado do ideal que hoje o recordo”.¹³⁰ Mas, ao longo de seu texto, aparece uma única idéia entre as várias a que o “soldado” Nabuco serviu em vida: a luta pelo fim da escravidão. Ali em 1949, vista retrospectivamente, com a distância de quase quatro décadas da morte de seu pai, aquela luta se revestia de um significado especial. Depois de duas guerras mundiais, da ascensão de ditaduras nos quatro cantos do mundo, e da emergência da bipolaridade característica da “Guerra Fria”, a luta pela escravidão em fins do século XIX era vista por Carolina Nabuco como a luta da liberdade contra o abuso:

O abuso existe sempre. Não se chama Monarquia, embora as Monarquias tenham caído por sua causa. Não se chama democracia, embora esta tenha criado as demagogias. Não se chama capitalismo embora este nos ofereça o espetáculo dos necessitados em tempos de abundância. O capitalismo hoje se chama dinheiro, rendimento, mas em outra época se chamará poder, autoridade. No tempo de Nabuco seu abuso no Brasil se chamava Escravidão. O abuso só muda de forma e de nome. Os jacobinos chamavam-no aristocracia, os bolchevistas chamavam-no tzarismo. E os idealistas sob todos os nomes lutam contra ele em todas as terras [...]¹³¹

O herói da abolição era, assim, alçado ao panteão dos heróis revolucionários da história humana, fossem eles jacobinos, comunistas ou liberais. O mesmo “sentimento de compaixão e de solidariedade humana” unia Nabuco e “seus companheiros da Abolição” e os “tantos homens de boa fé” que em 1949 defendiam reformas sociais para melhorar “a situação dos oprimidos”.¹³²

O texto que sucede ao de Carolina Nabuco em *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco* é de Gilberto Freyre. Trata-se de um trecho da obra *Joaquim Nabuco*, que foi publicada pela Livraria José Olímpio Editora em 1948 e reproduzia, como já foi dito, o discurso publicado nos *Anais* da Câmara dos Deputados em 1947.¹³³

Na parte do discurso que foi selecionada por Ubaldo Soares para publicação na coletânea, Nabuco é, uma vez mais, o abolicionista. Um trecho, em especial, merece transcrição:

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 22.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 24-5.

¹³² Idem, *ibidem*, p. 22.

¹³³ FREIRE, Gilberto. “Joaquim Nabuco”. In: SOARES, *Os louros...*, op. cit., p. 27-29.

[...] A Nabuco o que sempre preocupou mais profundamente no Brasil do seu tempo foi o próprio Brasil doente; e não apenas a doença mais alarmante que marcava a face do Brasil daqueles dias que era a escravidão. Fechada essa ferida enorme ele sabia que o doente não estaria curado. Sabia que era preciso tratá-lo nas suas fontes corrompidas de vida e não apenas nas suas feridas mais terrivelmente abertas, por mais alarmantes. Daí aquele seu agrarismo, aquele seu socialismo, aquele seu trabalhismo — todos mais construtivos, mais tonificantes e mais profiláticos que cirúrgicos; aquela sua preocupação de dar forças, dar energias, dar resistência ao Brasil, animando-lhe as verdadeiras fontes de vida, fortalecendo-o contra os abusos dos poderosos e dos exploradores, dos aventureiros e dos demagogos.

Esse argumento de Freyre acerca da suposta radicalidade — no sentido de apontar a raiz dos problemas — das propostas de Nabuco, destacado por Ubaldo Soares, parece apontar para a defesa de uma ampla reforma social, pelo que dá a entender este pequeno trecho selecionado para publicação em *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Foi exatamente este o argumento ecoado por Carolina Nabuco no texto precedente.

Alceu Marinho Rego é outro dos que trataram de homenagear a memória de Nabuco depois de Freyre ter pronunciado seu discurso na Câmara. Evidenciando, mais uma vez, a repercussão da iniciativa do deputado-sociólogo, Rego destaca o caráter singular da personalidade e da ação política do herói, que “tanto se diversifica da generalidade dos políticos e intelectuais do país”.¹³⁴ Em artigo intitulado “Um espetáculo do espírito”, publicado no *Correio da Manhã* de 16 de abril de 1948, o autor afirma que Nabuco não é igualado por nenhum dos seus contemporâneos, nem sequer por Rio Branco e Rui Barbosa:

Mais facilmente descobriremos pontos de contato entre Rio Branco e Rui, que ambos tinham em comum a aspiração do poder, do que entre qualquer dos dois e Nabuco. [...] Sua atividade pública [...] mais apostolar que pessoal, já que lhe faltam o instinto e a ambição de mando. [...] realiza o segredo que ninguém jamais copiou, entre nós, de, na ação,¹³⁵ empenhar a inteligência sem comprometer o sentimento.

¹³⁴ REGO, Alceu Marinho. “Um espetáculo do espírito”. In: SOARES, *Os louros...*, op. cit., p. 37-41. Alceu Marinho Rego foi um dos fundadores da “Esquerda Democrática”, em 1945, ao lado de Sérgio Buarque de Holana, Castro Rebelo, Hermes Lima, Octávio Tarquínio, Gastão Cruls, Manoel Bandeira, Guilherme Figueiredo, entre outros. Em 1947 estará entre os fundadores do Partido Socialista Brasileiro, ao lado de João Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco, Rubem Braga e Joel Silveira. Mais tarde, em 1951, Alceu Marinho Rego publicaria *Nabuco*, pela José Olímpio (REGO, Alceu Marinho. *Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1951).

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 38-39.

Mais uma vez, a face monroísta de Nabuco não é lembrada. Fundador do Partido Socialista Brasileiro, o que Rego ressalta na trajetória pública do herói é a defesa do fim da escravidão, que evidenciaria o desdém do líder abolicionista pela “vida dos partidos e os votos de obediência política”; e sua face de pensador político, mais um dos aspectos em que Nabuco se diferenciaria de tantos dos seus contemporâneos. Para o autor, nem Tavares Bastos, nem sequer Rui Barbosa seriam comparáveis a Nabuco sob este aspecto. E acrescenta, citando palavras de Oliveira Viana:

um e outro foram grandes e geniais doutrinadores políticos, mas não pensadores políticos propriamente ditos. [...] só em Nabuco eu encontro a impersonalidade [sic] do pensador, isto é, o espírito que, por um esforço de abstração, consegue isolar-se do seu meio e ver os homens e os acontecimentos, de fora, como se os visse de Netuno ou de Sirius.¹³⁶

Outro discurso de elogio escrito por ocasião do centenário de Nabuco e selecionado para publicação em *Os louros...* é o de Octavio Tarquínio de Souza, advogado, escritor e historiador fluminense. Publicado no *Correio da Manhã* em 14 de agosto de 1949 e intitulado “Nabuco: ação e sentimento”, o texto de Octavio Tarquínio busca “julgar o homem interior”, desvendar seu “segredo inviolado”, “descobrir os motivos, os impulsos, as reações” que motivaram a “conduta sempre bela e generosa do homem público”.¹³⁷

De maneira distinta dos outros textos publicados na coletânea e escritos na mesma época, esse assinala claramente as várias faces de Nabuco: abolicionista/político/orador, historiador/escritor e diplomata. A face mais destacada do herói, contudo, “o traço inconfundível de sua individualidade”, teria sido a do intelectual: “Nabuco foi em todos os atos e manifestações da vida um intelectual”. Mas, segundo o autor, o herói da abolição “não se endureceu nessa horrível espécie de monstro que é o homem em quem só o intelecto funciona, para quem tudo se transforma em raciocínios e julgamentos”. Sua sensibilidade teria sido apurada sob influência do ambiente favorável que encontrara no engenho Massangana, em Pernambuco, onde tinha passado sua infância. “E isso lhe propiciou a *grande ação de sua vida* – o

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 41.

¹³⁷ SOUZA, Octavio Tarquínio de. “Nabuco: ação e sentimento”. In: SOARES, *Os louros...*, op. cit., p. 201-

devotamento comovido à causa da emancipação dos escravos”.¹³⁸

Não obstante os aspectos sociais implicados na defesa do fim da escravidão, o que moveu Nabuco à ação “em favor da abolição” foi um impulso “em grande parte sentimental”, que se originara “das impressões dominadoras da meninice”. Encarando aquela luta como “obra de misericórdia nacional”, segundo suas próprias palavras, Nabuco teria defendido a libertação dos escravos “menos em nome da justiça do que da caridade”, segundo Octavio Tarquínio de Souza.¹³⁹ O que conduz o autor do elogio a um raciocínio frontalmente oposto ao de Carolina Nabuco:

Por isso mesmo, se sobraram a sua campanha a palpação e o calor de quem procede ao impulso de um sentimento magnânimo, foi menos nítido o caráter de reivindicação de um direito postergado, de um protesto contra uma injustiça. Daí ser difícil descobrir em Nabuco a marca de verdadeiro revolucionário ou de grande rebelado.¹⁴⁰

Assim, a abnegação e a caridade de Nabuco, estimuladas por “uma profunda sugestão dos primeiros anos”, contrabalançaram a “certeza de possuir em grau acima do comum inteligência, beleza e sedução pessoal”. Colocando o coração a serviço dos negros escravos, Nabuco evitou que seu brilhantismo intelectual o conduzisse ao diletantismo: “em vez de narcisismo, dádiva de si mesmo à causa de humildes criaturas com quem fraternalmente se identificou”.¹⁴¹

O próprio organizador da coletânea também incluiu um texto seu entre os que foram selecionados para integrar a homenagem da intelectualidade brasileira à memória do herói da abolição. Publicado na *Revista Carioca* em 7 de abril de 1949, o artigo de Ubaldo Soares¹⁴² trata dos dois intelectuais brasileiros cujos centenários eram comemorados naquele ano: Nabuco e Rui Barbosa. Intitulado “Nabuco e Rui: dois arautos das glórias brasileiras”, é um texto em formato de panegírico, com linguagem rebuscada e tom grandiloquente, além de ufanista. É especialmente útil por evidenciar alguns aspectos importantes do pensamento do autor, fornecendo alguns indícios do tom

204.

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 202. Grifo meu.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p. 203.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 204.

¹⁴² SOARES, Ubaldo. “Nabuco e Rui: dois arautos das glórias brasileiras”. In: Idem, *Os louros...*, op. cit.,

que o organizador quis conferir à coletânea.

Vejamos, por exemplo, como o autor anuncia, depois de ter escrito dez parágrafos de palavras barrocas, quem serão os dois heróis nacionais elogiados em seu texto:

As teclas da máquina que grafam essas linhas se enfeitam, parecem animadas para reverenciar aqueles nomes que se pronunciam em pé, em continência e sempre descobertos.

O próprio papel se bicromisa em verde e amarelo, as tintas se transformam em estrelas e eis que surgem no céu de nossa terra, as duas grandes flâmulas nacionais: Rui e Nabuco, Nabuco e Rui!

Irmãos nos mesmos credos, vizinhos no alongamento de nosso torrão que é o Brasil, seria diminuí-los se os disséramos apenas, filhos de Pernambuco e da Bahia.¹⁴³

Minimizadas as diferenças entre os dois (como a recusa inicial de Nabuco em aceitar a República), Rui e Nabuco são tratados por Ubaldo Soares como “libertadores de uma raça”. Mais uma vez, a face abolicionista de Nabuco é a que está em destaque. Ao lado de Rui Barbosa, o herói da abolição a quem a coletânea se dedica promoveu uma luta de ideais, sem armas, apenas com palavras. Assim, teria conferido à epopéia brasileira da libertação dos escravos um traço singular em toda a história da humanidade:

Desde Maraton e Salamina, houve batalhas decisivas para a marcha do homem para um fim ideal. Mas ali e alhures, nas epopéias que lhes sucederam, eram soldados e espadas, sangue, morte e destruição; aqui a palavra soberana de dois homens bastou para quebrar os grilhões que acorrentavam em miseráveis e infames cadeias, um milhão e quinhentos mil escravos, de que Nabuco e Rui,¹⁴⁴ Rui e Nabuco, fizeram um milhão e quinhentos mil brasileiros!

Elogiar os dois heróis nacionais da abolição, prossegue o autor, seria uma tarefa patriótica, uma demonstração de gratidão e orgulho pelo “privilégio de possuir um Rui e um Nabuco, os mais altos numes [sic] da nossa trajetória espiritual”.¹⁴⁵ Recordar e homenagear suas memórias, consagrar suas obras, tornaria os brasileiros “mais dignos

p. 227-231.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 228-229.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 229-230.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 231.

da dignidade de sermos filhos do mesmo solo que os plasmou”.

Há no texto de Ubaldo Soares uma única referência, e ainda assim implícita, indireta, à atuação diplomática de Nabuco e Rui. Símbolos da grandiosidade nacional, os dois heróis objetos do culto cívico do autor teriam feito o mundo prestar um tributo ao Brasil, através de sua atuação em fóruns internacionais. Às homenagens dos brasileiros à memória de ambos deveriam corresponder também as homenagens de outros povos aos símbolos nacionais do Brasil:

Que a França se agigante na visão saudosa de Georges Clemenceau, o último dos grandes franceses, o pan da vitória em 1914-1918; que a Inglaterra [...] cante os hinos de sua gratidão nacional a Winston Churchill [sic] [...]; que a América do Norte se engalane em contar o americano Roosevelt, bastião de suas liberdades e de seus feitos na guerra pela decência de um mundo melhor e mais humano; [...] que a Itália se penitencie, antes os altares da cidade eterna de haver contado um Mussolini depois que possuiu um Cavour; que a Alemanha jamais se lamente da viuvez de seu sinistro Adolf Hitler [...].

Mas que toda essa corte de velhas nações continuem a tributar ao Brasil a festa que lhe tributaram quando viram no seio das assembléias internacionais a fulguração radiosa de nosso Nabuco e nosso Rui [...].

Parece, então, que a ressonância do *olhar* sobre Nabuco produzido no discurso de Freyre começou a se explicitar já em fins dos anos 1940. Mesmo os elogios feitos em 1948-49 e provenientes do grupo de atores que podemos chamar, um tanto arbitrariamente, de representantes do mundo intelectual, parecem ter enfatizado a *face* abolicionista do herói. Foi o caso de Ubaldo Soares e, principalmente, de Octavio Tarquínio de Souza.

Em suma, em 1949, a correlação de forças entre os três conjuntos de atores da consagração de Nabuco favoreceu o grupo dos “abolicionistas”. Sob a inspiração e mesmo a liderança política de Gilberto Freyre, pernambucanos, nordestinos e a família de Nabuco viram finalmente ecoar o *olhar* que enfatizava a *face* abolicionista do herói. Originado em fins do século XIX e cultivado ao longo de mais de meio século em Pernambuco, o *olhar* dos conterrâneos de Freyre foi resgatado, reinventado e amplificado em 1949. Com uma tímida atuação nas comemorações do centenário de nascimento do herói, os “diplomatas” não foram capazes de (ou não quiseram) repetir o feito de 1910, quando a mão hábil e sutil do barão do Rio Branco produziu ênfase sobre uma outra *face* do herói. Os “intelectuais”, por sua vez, divididos entre os centenários

de dois grandes heróis intelectuais da Primeira República, acabaram por negligenciar a fase republicana da trajetória pública de Nabuco, difundindo a ênfase sobre a *face* abolicionista do herói que Gilberto Freyre estava reinventando para a memória nacional.

O *enquadramento*, ou melhor, o *olhar* que “venceu”, ou seja, que sobreviveu e se perpetuou (sem nunca ter se tornado estático, até porque isto não seria possível), e que nos faz associar quase automaticamente a imagem de Nabuco à campanha abolicionista, parece ter menos a ver com os projetos de construção de uma galeria de vultos históricos gestados durante a Primeira República do que com os termos da consagração do herói por ocasião das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1949. Quase quatro décadas após a sua morte, o Nabuco que Gilberto Freyre procurava consagrar era o símbolo de uma intelectualidade pernambucana, preocupada com a resolução dos graves problemas sociais daquela região — *enquadramento* inscrito no projeto e nos objetivos do Instituto Joaquim Nabuco. Ele se insere, ademais, na lógica discursiva que associa o Nordeste, “um lugar imaginário e real no mapa do Brasil”, a um repertório de estereótipos e mitos centrados nas noções de miséria e atraso. Uma região que, aliás, não existia em 1910, e em cuja invenção Gilberto Freyre se engajaria ativamente.¹⁴⁶ O Nabuco de 1949 é pernambucano, e sua consagração parece obedecer à lógica da afirmação de uma *pernambucanidade*, que até hoje orienta boa parte dos estudos sobre sua vida e obra.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Cf. ALBUQUERQUE JR, op. cit.

¹⁴⁷ Talvez o exemplo mais acabado deste tipo de “*enquadramento*” da memória sobre Joaquim Nabuco como símbolo da *pernambucanidade* seja o livro de: ANDRADE, Manuel Correia de. *Joaquim Nabuco: um exemplo de pernambucanidade*. Recife: CEPE, 2000. Nesta obra o autor define *pernambucanidade* como “a identidade que o pernambucano nato ou de adoção tem com os usos, costumes e a formação cultural de sua terra, que diferencia dos nascidos em estados vizinhos e irmãos”.

2

A República de luto

Tenho, às 2h da noite, uma vertigem. Sinto a cama abalar e eu ser envolvido no movimento, caminhando para perder os sentidos, e então digo: “estou morrendo”, e, quando a cama vira sobre mim e eu suponho que estou perdendo conhecimento de todo, digo: “morri”. Nisto, porém, sinto Evelina que me dá uns saís a cheirar e volto completamente a mim. Todo o dia grande dor de cabeça e sonolência.

(Joaquim Nabuco. 10 de janeiro de 1910. In: _____.
Diários. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE:
Fundação Joaquim Nabuco, 2005. v. 2: p. 479)

UM PÉRIPOLO INTERCONTINENTAL

Eram 2h da madrugada quando começara a sentir uma vertigem avassaladora. Sentia a cama balançar e tragar seu corpo no mesmo movimento. Tinha a sensação de perder definitivamente os sentidos. Pensava estar, enfim, esmorecendo. Nos últimos anos, a decadência física lhe parecia consumir a elegância de outrora com mais voracidade do que o fazia aos outros de sua idade. Por isso, talvez a única coisa de que se ressentisse naquele momento era de morrer no estrangeiro, sem tempo para regressar à terra natal. O tremular da cama lhe impedia, contudo, de entregar-se a divagações. Ela tinha agora se virado sobre ele. “Morri!”, pensou. Mas ainda não terminara seu infortúnio. Evelina, que não descuidava do marido um só minuto, percebera o delírio e ouvira o balbuciar de Nabuco, apressando-se em trazer alguns saís que lhe deu a cheirar, adiando mais um pouco o fatídico dia que se anunciava.

O ano de 1910 começara mal para aquele velho guerreiro de causas tão nobres. Cansado, surdo, vítima de fortes dores de cabeça e sonolência diária, via seu corpo sendo progressivamente tomado pela arteriosclerose. Uma semana antes de morrer, o primeiro embaixador teria outra de suas crises, que se tornavam cada vez mais recorrentes. A esta altura, ainda pôde reunir suas forças e o pouco que lhe restava de lucidez para fazer algumas anotações em seu diário, ciente de que o fim se aproximava. Com efeito, faleceria poucos dias depois, em 17 de janeiro de 1910, aos sessenta anos, vítima de congestão cerebral.

Seu funeral, nos EUA, foi um tributo no qual tomou parte o presidente Taft, o secretário de Estado Knox, membros da Suprema Corte, membros do Congresso e senadores, altas patentes militares e o corpo diplomático.¹⁴⁸ Era a primeira vez que um estrangeiro merecia um funeral com honras de chefe de Estado em território norte-americano. Num gesto sem precedente, o presidente Taft ordenou que um navio de guerra do país, o cruzador *North Carolina*, comboiado pelo encouraçado brasileiro *Minas Gerais*, trasladasse o corpo para o Brasil. Ofereceu ainda seu iate pessoal para a

¹⁴⁸ Francisco Luiz Teixeira Vinhosa. “O Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco”. In: *Seminário “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”* [on-line]. Brasília: Instituto Rio Branco, 28 e 29 de agosto de 2002.

viagem de retorno da viúva, que agradeceu e declinou.¹⁴⁹ No Brasil, os funerais aconteceram no Rio de Janeiro e depois no Recife, onde Nabuco foi enterrado no cemitério de Santo Amaro, conforme sua própria vontade e a do governo de Pernambuco.

Entre a morte e o túmulo, portanto, os restos mortais de Nabuco passaram por um longo périplo intercontinental. Muito tempo, dinheiro, saliva, papel, tinta e crepe negro foram gastos nos seus funerais. Isto é indício suficiente de que as cerimônias fúnebres dispensadas a Nabuco têm algo a dizer ao historiador. Em especial, chama atenção o fato de seu corpo ter sido objeto de funeral na capital da República. O caminho de Washington a Recife não demandava uma escala no Rio de Janeiro. Se houve, portanto, este “desvio” de rota, é lícito considerar que haja aí um investimento simbólico deliberado do regime em conferir um caráter cívico à consagração de seu primeiro embaixador. Os indícios dessa intenção são confirmados, aliás, pelas próprias fontes. Alguns dos jornais da época chamam as cerimônias em questão de “funerais cívicos”.¹⁵⁰

O capítulo que se inicia pretende, então, acompanhar de perto este evento, debruçando-se sobre os relatos de jornais de época do Rio de Janeiro para identificar os atores daquelas cerimônias fúnebres e seus respectivos interesses simbólicos na consagração de Joaquim Nabuco.¹⁵¹ Foram três dias de funerais na capital da jovem República, preparados durante quase três meses por uma Comissão de Homenagens nomeada pelo Congresso Nacional. Durante este período, a imprensa divulgou os detalhes da viagem do *ilustre morto* de Washington até o Brasil, a adesão de organizações da sociedade civil às comemorações, a programação dos três dias de *funerais cívicos*, a decoração dos lugares por onde passou o corpo, os discursos em homenagem à memória do morto e, principalmente, a impressionante quantidade de gente do *povo* da capital da República que supostamente acompanhou o evento.

¹⁴⁹ Carolina Nabuco. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958. 4ª ed. p. 468. Citado por Ricardo Salles. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

¹⁵⁰ A expressão será largamente utilizada ao longo do texto, exatamente por se tratar daquilo que os antropólogos denominam de *categoria nativa*.

¹⁵¹ Foram doze os jornais pesquisados: *Correio da Manhã*, *Correio da Noite*, *Diário de Notícias*, *Folha do Dia*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *A Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Comércio* (Edição da Tarde), *O País*, *O Século* e *A Tribuna*.

Joaquim Nabuco, morto, tornava-se, segundo os jornais, um dos novos heróis do panteão republicano.

Mas é preciso registrar que cerimônias cívicas como essas são o lugar da polifonia. Justamente por isso, este trabalho não pretende, nem poderia, esgotar todos os significados do ritual em análise. Trata-se, tão somente, de procurar identificar alguns dos sentidos que os promotores do evento quiseram atribuir à consagração fúnebre de Nabuco no Rio de Janeiro. Uma consagração que, como se quer demonstrar, torna Nabuco — o abolicionista, o monarquista — um “herói” da República. O escopo da análise fica, assim, restrito, tanto pelos interesses da pesquisa quanto pela disponibilidade de suas fontes.

ANTI-CARNAVAIS DA MORTE

Funerais de grandes homens públicos eram uma recorrência durante a Primeira República. João Felipe Gonçalves, ao analisar em detalhes o enterro de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, em 1923, identificou esse “gênero de consagração fúnebre-cívica”. Para o autor, o caso do enterro de Rui Barbosa “pode ser legitimamente considerado representativo de práticas cívicas mais gerais da época”. O período decorrido entre 1889 e 1930, neste sentido, foi “particularmente interessante por ter certo caráter de interregno simbólico entre os períodos de predomínio de dois chefes de Estado como heróis máximos da Nação: D. Pedro II e Getúlio Vargas”.

Assim, pululavam candidatos à posição simbólica de dom Pedro na República Velha, sem que nenhum a alcançasse de modo pleno. Ou seja, esse interregno se coloca como importante laboratório para o estudo da tentativa de construção de heróis nacionais, por ter servido como um celeiro de ‘grandes homens’ que não foram subsumidos, na época, por nenhuma figura hierarquicamente superior, como nos períodos anterior e posterior.¹⁵²

¹⁵² João Felipe Gonçalves. “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. *Estudos Históricos*, vol. 14, nº 25, p. 135-161, 2000. p. 148. As citações do parágrafo anterior são todas desta mesma página. Ver também a dissertação de mestrado do autor, *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ / MN / PPGAS, 1999. Cf., em especial, o capítulo 7, “O Rui morreu, viva o Rui!”, p. 175-201, onde o autor primeiro formula as idéias centrais que desenvolve no artigo mencionado acima.

Em outros contextos, no Brasil e no mundo, houve exemplos de iniciativas oficiais e institucionalizadas com o intuito de promover festas cívicas. Na França do Antigo Regime, Luís XIV contava com um “departamento da glória”, responsável por organizar a apresentação de *l’histoire du roi*, a imagem do rei, cujo emblema mais destacado e conhecido é a figura do Rei Sol.¹⁵³ No México colonial (ou, em termos menos anacrônicos, na Nova Espanha) as festividades urbanas de caráter público e oficial, tanto as religiosas quanto as que a realeza promovia para sua própria glorificação, eram rigidamente regulamentadas pela Coroa.¹⁵⁴

Em épocas e lugares mais próximos do período da Primeira República no Brasil também há exemplos notórios nesse sentido. No início do período regencial, liberais moderados, exaltados e caramurus disputavam espaço político nas ruas da Corte. Os moderados, em especial, procuraram “mobilizar a população e o seu fervor patriótico em manifestações cívicas”, buscando controlar um espaço que já era ocupado pelos exaltados e logo disputado pelos caramurus.¹⁵⁵ Politizar as ruas, neste momento, era o objetivo central da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, organização dos moderados que primeiro se dedicou à celebração de um calendário de festas cívicas em torno de “momentos marcantes da recente história do Brasil independente”.¹⁵⁶

Avançando um pouco mais no tempo, a caminho do Segundo Reinado, D. Pedro II ficou conhecido como patrono das artes e da cultura em geral, subvencionando e tomando parte, pessoalmente, das atividades de algumas instituições centrais para a glorificação da Monarquia.¹⁵⁷ Ao mesmo tempo, as festas imperiais eram “espaço privilegiado para a construção de uma representação da monarquia”, e assim

¹⁵³ Peter Burke. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. [1ª edição em inglês: 1992]

¹⁵⁴ Pilar Gonzalbo Aizpuru. “Las fiestas novohispanas: espectáculo y ejemplo”. *Estudios mexicanos / Mexican Studies*, vol. 9, nº 1, p. 19-45, Winter 1993.

¹⁵⁵ Marcello Otávio Neri de Campos Basile. “As festas cívicas regenciais”. In: _____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2004. Cap. IV: p. 110-128.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ Ver, por exemplo, sua inserção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde chegava a presidir algumas das sessões magnas da instituição. Cf. Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, vol. 1, nº 1, p. 5-27, 1988; e também: Lucia Maria Paschoal Guimarães. “Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-609, jul./set. 1995.

“transformavam-se em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da realeza”. Durante quase todo o século XIX, aliás, “a realeza era personagem frequente, porém não sempre principal”, das festas populares que fizeram do Brasil “o país das festas”. Em várias ocasiões, “as realezas se encontravam”, seja “nas aparições públicas, nos cortejos reais, procissões e festas cívicas”, aproximando a população do monarca. D. Pedro II, até pelo tempo que ficou no poder, “foi o monarca brasileiro que teve maior participação” nas festas do Império. Governando o reino sob um “assoerbado calendário de festas”, o imperador “estava envolto, portanto, por ‘muitas realezas’”:¹⁵⁸

De toda forma, mais ou menos ligadas ao projeto institucional das elites de dar visibilidade ao Império, nesses rituais se divulgava a representação da realeza, mesmo que de formas pouco usuais.¹⁵⁹

Após a Primeira República, já sob o Estado Novo, Getúlio Vargas contava com todo o aparato, inédito no país em termos de tecnologia e estruturação, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Responsável não só pela censura como pela divulgação sistemática e articulada da imagem do presidente por todos os ministérios e meios de comunicação oficiais, o DIP teve a importante atribuição de converter o 1º de maio, por exemplo, em data de celebração da figura de Vargas e do pacto trabalhista que fundava, eternizando a figura do “pai dos pobres”.¹⁶⁰ O Estado Novo chegou mesmo a constituir o que Ângela de Castro Gomes chamou de “tempo festivo”, lugar de afirmação de valores cívicos e de uma cultura política trabalhista, cuja estratégia de divulgação esteve centrada na figura do chefe do Estado. Todo um calendário de cerimônias cívicas foi elaborado e patrocinado pelo regime, encontrando sua forma

¹⁵⁸ Lilia Moritz Schwarcz (em co-autoria com Valéria Mendonça de Macedo). “O Império das festas e as festas do Império”. In: _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulo 10: p. 253-294.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 290. Outros trabalhos têm se dedicado, cada vez mais, ao estudo dos rituais cívicos do século XIX em algumas províncias mais afastadas da Corte. Ver, por exemplo, Hendrik Kraay. “Definindo a nação e o Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 3, 63-90, 2001; Hendrik Kraay. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX”. *Afro-Asia*, n° 23, 49-87, 2000; e Carla Simone Chamon. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

¹⁶⁰ Ver, entre muitos outros, o clássico de Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

acabada já em 1938 (exceção feita ao aniversário de Vargas, que passa a ser objeto de ritos específicos apenas a partir de 1940).¹⁶¹

Ao assinalar a profusão de rituais fúnebre-cívicos durante a Primeira República, no entanto, não se está propondo a existência de um projeto tão estruturado e sofisticado de panteonização de heróis nacionais quanto o que existiu nos períodos anterior e, sobretudo, posterior. Durante esse período, não havia uma entidade promotora dessas manifestações políticas, como a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, nem muito menos uma instância governamental responsável pelas festas cívicas do regime, como seria mais tarde o DIP. Sequer os funerais cívicos de heróis nacionais da Primeira República referem-se a datas comemorativas constantes de um calendário de feriados nacionais, que também havia e merece pesquisas específicas.¹⁶²

Arriscando um exercício contra-factual, talvez se possa aventar que isso só teria existido, caso o projeto de República positivista tivesse logrado sobrepujar as outras concepções sobre o regime, em disputa naquele período inaugural. Mas cumpre relevar a utilidade e a eficácia analítica que a grande quantidade de operações simbólicas desse tipo, durante as décadas iniciais do novo regime, oferece ao intuito de investigar a sociedade brasileira e, em especial, as tentativas de legitimação política da República. Cabe notar, ademais, que a maioria dos trabalhos mencionados sobre festas cívicas ao longo da história brasileira esteve devotada ao entendimento das supostas funções sociais deste tipo de prática cultural.

Aqui, contudo, a intenção é um pouco distinta. Como foi anunciado no início do capítulo, pretende-se identificar, a partir de um único caso, os atores que promoveram os funerais de Nabuco e as ênfases que operaram sobre as faces do herói. Entre os

¹⁶¹ O calendário de festas cívicas do Estado Novo já foi objeto de reflexão de muitos trabalhos. Ver, em especial, a tese de Mauricio Parada sobre a “cultura cívica varguista”, que se concentra na análise dos rituais cívicos em torno do *Desfile da Juventude* e da *Hora da Independência*. Cf. Mauricio Parada. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2003. Ver também o caso do curioso e pouco conhecido calendário de 1940: Angela de Castro Gomes. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940.” In: Elide Rugai Bastos, Marcelo Ridenti, Denis Rolland (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

¹⁶² Apenas uma autora chegou a tentar uma abordagem inicial sobre uma das principais festas cívicas do calendário de feriados nacionais da Primeira República, o 7 de setembro. Sua análise, contudo, esteve restrita ao estado de São Paulo. Além disso, o projeto de pesquisa em que se inseria parece não ter tido continuidade. Para alguns de seus resultados preliminares, ver: Hercília Mara Facuri Coelho Lambert. “Festa e participação popular (São Paulo — início do século XX)”. *História*, n° 13, p. 121-129, 1994. Ver também, da mesma autora, “Festa cívica: a face visível do poder”. In: M.H.C. dos Santos (org.). *A festa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992. p. 77-91.

propósitos da análise empreendida não está o de aventar hipóteses acerca da função do conjunto dos *rituais cívicos* republicanos, nem propor qualquer especulação sobre a eficácia dos eventos em tela.¹⁶³ Deve ser reconhecida, entretanto, a recorrência deste tipo de *prática cultural* ao longo do período, bem como seu caráter cívico e o investimento material, humano e simbólico do regime em promovê-la.

Para comprovar esta recorrência, João Felipe Gonçalves relaciona, além de Rui Barbosa, outros heróis nacionais que foram enterrados no Rio ou tiveram funerais na capital da República durante aquele “interregno simbólico”: Machado de Assis (1908), Afonso Pena (1909), Euclides da Cunha (1909), Barão do Rio Branco (1912), Osvaldo Cruz (1917), Joaquim Nabuco (1910), Pinheiro Machado (1915) e Rodrigues Alves (1921). Encarada desta perspectiva, a Primeira República teria sido marcada “por uma abundância de faustosos funerais cívicos de homens que então se afirmavam como heróis nacionais”.¹⁶⁴ Os homens públicos “assim celebrados no momento de sua morte”, continua Gonçalves, eram “notadamente homens de letras e políticos”, e seus nomes eram invariavelmente associados “com a Nação, a Pátria”. Em outras palavras, “a retórica era toda cívica”. Se os enterros em questão “eram invariavelmente celebrações da Nação”, ele argumenta, então é legítimo tomá-los como *rituais cívicos*.

Mas, para além deste e de vários outros traços formais compartilhados, esses *funerais cívicos* de heróis nacionais também tinham em comum uma função bem específica:

¹⁶³ Por motivos parecidos, quais sejam uma opção metodológica e a escassez de fontes, a análise que se faz aqui não explora a fundo o tema mais óbvio e potencialmente mais profícuo que o estudo dos *rituais cívicos* republicanos poderia ensejar: o civismo ou a cultura cívica republicana, e o papel destes *funerais cívicos* como lugares privilegiados de sua conformação ao longo da Primeira República.

¹⁶⁴ Entre os “funerais cívicos” mencionados por Gonçalves ao longo do texto, figuram pelo menos outros quatro que são dignos de nota, até porque foram objeto de estudos específicos: as cerimônias fúnebres de Floriano Peixoto, em 1895, que duraram 3 meses, entre 29 de junho e 29 de setembro; a trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina, em 1921 (este último evento mencionado por Gonçalves); e os funerais de Pinheiro Machado e de Osvaldo Cruz. Cf. SIMAS, Luiz Antonio. *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do salvador da república brasileira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1994; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “A Primeira República e as representações de D. Pedro II”. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco, MACHADO, Maria Clara Thomaz (orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia (MG): EDUFU, 2005. p. 143-159; BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB / Ed. Livre Expressão, 2004; e BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

Eles eram uma demonstração pública e teatral do mundo das letras e do poder político, dois dos maiores símbolos da elite de então. Sua firme associação simbólica e ritual com os poderes militares apenas salientava o *caráter de reforço das hierarquias que tinham essas festas*.¹⁶⁵

Dialogando com uma longa e profícua tradição antropológica de reflexão sobre rituais, Gonçalves argumenta que tais funerais, menos do que *ritos de passagem*, eram *ritos de instituição*. Assim, “de forma não necessariamente consciente”, a elite brasileira se servia destes *rituais de reforço* para contrapor a ordem e a solenidade à carnavalização e à subversão das hierarquias sociais. “O discurso sobre o morto era menos para separá-lo da vida do que para separá-lo da humanidade normal”.¹⁶⁶ Tantos exemplos de consagração fúnebre de heróis nacionais constituíam, em uma palavra, “anti-carnavais da morte”:

Contra os carnavais, enterros solenes e paradas militares. Contra a festa do povo que seduzia as elites, as festas das elites que deslumbravam o povo. E, muito importante: contra a festa da massa, a festa do indivíduo, do indivíduo único, singular.¹⁶⁷

Seguindo o argumento do autor, os *funerais cívicos* de heróis nacionais durante a Primeira República podem e devem ser entendidos como uma *prática cultural* largamente utilizada com o fito de legitimar simbolicamente o regime. Os heróis nacionais que eram objetos deste tipo de investimento simbólico deveriam encarnar valores de civismo e patriotismo adequados a uma cidadania republicana que se queria fundar e consolidar. Exatamente por isso, faz-se imperioso, ao tomá-los como objeto de análise historiográfica, estender o escopo da reflexão de João Felipe Gonçalves. Isto porque ele constrói um modelo de explicação deste gênero de consagração fúnebre-cívica válido para todo o período decorrido entre 1889 e 1930, minimizando as mudanças bruscas por que passou a República brasileira ao longo das quatro primeiras décadas de sua existência. Além disso, o autor trata essa *prática ritual* fundamentalmente como

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 153-4. Grifo meu.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 154.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 156.

local privilegiado de afirmação de um individualismo da *singularidade*. E a singularidade, no caso, supunha uma desigualdade tida por natural que separava os grandes heróis da própria humanidade. Eles eram super-homens, naturalmente predestinados a cumprir um papel na história.¹⁶⁸

Não há como negar essa dimensão da consagração fúnebre de heróis nacionais na Primeira República como *rituais de reforço* das hierarquias sociais e lugar de afirmação de um individualismo típico da modernidade ocidental. Mas o historiador que se dedica ao estudo dessa *prática cultural* republicana deve atentar para alguns outros aspectos desse processo de construção de símbolos do regime. Ao buscar explicar, por exemplo, o que haveria de comum entre os *funerais cívicos* de heróis nacionais tão diferentes entre si, Gonçalves argumenta que “é ingenuidade esperar dos cultuadores de um herói completa adesão ao pensamento e aos valores do ídolo”.¹⁶⁹ A função desse tipo de cerimônia deve ser buscada no seu sentido mais geral. Chamando a atenção para “outros espetáculos da elite para o povo” que eram também objeto de investimento material e simbólico do regime, como “recepções grandiosas a chefes de Estado estrangeiros, centradas em solenidades públicas e cortejos imensos”, ele conclui que:

Essas festas, os funerais e o 7 de setembro eram espécies de celebrações do respeito às autoridades e à elite num universo cultural marcado por uma ampla carnavalização das relações com o poder. [...] O que a análise dos enterros demonstra é que, no primeiro pólo, encontrava-se o *indivíduo*, o ser singular, contra a *massa*, supostamente senhora do carnaval. O individualismo entrava do lado da separação, do reforço, da hierarquia.¹⁷⁰

Assim, “a maior lição a se retirar da construção desses heróis na República Velha”, prossegue, “talvez seja a de que”

cultuar um herói não necessariamente implica adotar seus valores políticos e compartilhar sua visão básica de mundo. Provavelmente importa mais em um herói celebrá-lo enquanto tal do que realmente imortalizar suas idéias e bandeiras. É isso que permite a convivência fluida de vários heróis em um só politeísmo cívico [...]. Importa mais construir um amplo panteão do que dotá-lo de uma suposta coerência “ideológica”. Indivíduos que em vida se opõem fortemente deixam de

¹⁶⁸ GONÇALVES, op. cit., p. 152.

¹⁶⁹ Idem, ibidem, p. 157.

¹⁷⁰ Idem, ibidem, p. 155. Grifo no original.

estar em conflito quando acedem à imortalidade. [...] Seu culto os une a todos.¹⁷¹

Certamente trata-se de interpretação profícua e legítima; mas há também outras maneiras de analisar os *funerais cívicos*. Seguindo indicação do próprio Gonçalves, cabe lembrar sua caracterização da Primeira República como “interregno simbólico” ou, na feliz definição, como “importante laboratório para o estudo da tentativa de construção de heróis nacionais”. Cabe então perguntar o que o antropólogo não se pergunta: quem são os atores dessas “tentativas”? Quem deseja fazer, desses mortos, heróis e objetos de culto? Quem são os mortais da República que querem conduzir à imortalidade aqueles políticos e homens de letras, assim convertidos em candidatos potenciais à posição simbólica de dom Pedro? José Murilo de Carvalho, ao estudar as tentativas de legitimação da República em seus primeiros anos de vida no Brasil, chama atenção para as disputas políticas que este tipo de investimento simbólico envolve.¹⁷² Em sentido diverso ao proposto por Gonçalves, atenta para as lutas travadas entre os vários grupos políticos em torno da seleção e definição dos símbolos que deveriam representar a República e legitimar a própria existência do novo regime.

A análise dos *funerais cívicos* de Joaquim Nabuco que se realizará neste capítulo pretende se beneficiar dessa dupla perspectiva interpretativa. Trata-se, em suma, de atentar para o *ritual cívico* republicano com uma perspectiva típica daquilo que se tem chamado de “nova” história política, associando-a às virtudes do *approach* antropológico. Um exercício que demanda alguns esclarecimentos acerca do momento político em que se inscreveram tais funerais na capital da República, de modo a atentar para a posição dos atores de sua consagração fúnebre.

DURANTE O PÉRIPLO, A REPÚBLICA BALANÇA...

O couraçado *Minas Gerais*, um dos mais modernos e bem equipados vasos de guerra da Marinha nacional, foi enviado pelo governo brasileiro para comboiar o *North Carolina*, oferecido pelo governo norte-americano para trazer o corpo do embaixador de volta à pátria. Mas a viagem, documentada em detalhes pelos jornais da capital da

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 157.

¹⁷² José Murilo de Carvalho. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

República, não transcorreu no tempo previsto, de modo que os preparativos e a ansiedade em torno da chegada dos navios ao país só fizeram aumentar durante os quase três meses de espera.

Enquanto os *restos mortais* de Nabuco viajavam pelo Atlântico, no Brasil, as mais pomposas honras fúnebres eram preparadas para a recepção do corpo do primeiro embaixador brasileiro. Na capital federal e em Pernambuco foram nomeadas comissões de homenagens ao homem que estivera afastado de seus conterrâneos para servir à pátria no exterior. Entre janeiro e abril, quando o *North Carolina* finalmente chega a Rio de Janeiro, muito coisa acontecia no país. Nada menos que a turbulenta campanha eleitoral que dividiu a imprensa e as elites políticas em torno das candidaturas a presidente de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, seguida da vitória deste, na eleição de 1º de março de 1910.¹⁷³ Como a preparação dos *funerais cívicos* de Nabuco ocorreu em meio a este momento político especial, faz-se imperioso compreendê-lo para um melhor entendimento do que estava em jogo naquele *ritual cívico* e na definição dos significados de que deveriam se revestir as cerimônias em questão.¹⁷⁴

A ordem republicana que garantiu relativa estabilidade ao novo regime foi estabelecida depois de mais de uma década de indefinição, e mesmo de guerra civil em alguns momentos. Superados os “anos entrópicos”, a “rotinização” progressiva da

¹⁷³ Nelson Werneck Sodré diz que tomaram partido na campanha civilista de Rui Barbosa o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia* e a revista *Careta*. Em favor do marechal se alinharam o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil*, *O País*, *A Tribuna*, e as revistas *O Malho* e *Revista da Semana*. Cf. Nelson Werneck Sodré. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 375. Vale notar, contudo, que Hermes só tomaria posse em 15 de novembro de 1910, e que a Comissão de Homenagens a Joaquim Nabuco foi nomeada antes da eleição presidencial.

¹⁷⁴ Um dos melhores trabalhos para a compreensão dos processos sucessórios presidenciais da Primeira República no Brasil, e que servirá de base para os apontamentos que se seguem, é o livro de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. *O teatro do absurdo: a nova ordem do federalismo oligárquico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS / UFRJ, 1999. A autora propõe um modelo alternativo de explicação para a estabilidade republicana, que se assentaria, por um lado, na esteira de trabalhos anteriores, na contestação da tese da política do *café com leite*; e, por outro, na proposição de que o que garantia estabilidade ao regime, desde pelo menos a sucessão de 1906, era a instabilidade das alianças políticas estabelecidas entre os estados da federação. Viscardi postula dois mecanismos básicos de sustentação do federalismo oligárquico: a hierarquização entre seus agentes; e o imperativo da renovação parcial dos atores. Ou seja, “a cada quatro anos, o regime tinha que necessariamente passar por um processo de desconstrução-reconstrução de alianças, para que os principais atores tivessem a possibilidade de ter reavaliado o seu potencial de inserção no contexto nacional” (p. 460). Renato Lessa também chama atenção para essa dinâmica ao destacar a ausência de partidos nacionais e a hierarquização de oligarquias. É essa hierarquia que estará em causa na década de 20 e que entra em crise nas eleições de 1930. Cf. Renato Lessa, *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

política passou a conferir alguma estabilidade à República.¹⁷⁵ A ordem oligárquica estabelecida a partir do governo de Campos Sales (1898-1902), contudo, não lograria dar cabo aos conflitos fratricidas que envolviam os diversos grupos políticos quando das sucessões presidenciais. A estabilização dos processos sucessórios só seria alcançada a partir do primeiro governo de Rodrigues Alves (1902-1906), e se assentaria, paradoxalmente, na própria instabilidade das alianças (re)formuladas a cada nova eleição presidencial. Daí por diante, “todas as vezes em que um estado tentou continuar no poder sofreu ferrenhas oposições por parte dos demais”.¹⁷⁶ Além disso, sempre que a escolha do presidente da República coincidia com a renovação do Congresso Nacional, as lutas políticas pelo seu controle eram ainda mais acirradas.

De acordo com Cláudia Viscardi, as negociações que cercavam cada sucessão presidencial durante a Primeira República “obedeciam a um ritual próprio. Vencido o primeiro biênio da gestão, iniciavam-se as articulações, com vistas à escolha de um nome. Este processo durava, em média, seis meses”.¹⁷⁷ O fato de a eleição ser decidida “previamente às urnas refletiu-se em baixíssimos níveis de competitividade eleitoral, resultando em desmobilização e apatia políticas”,¹⁷⁸ como comprovam os resultados e os índices de comparecimento das eleições presidenciais no período. Ou seja, havia instabilidade de alianças — luta por posições —, mas não havia incerteza política. Quanto menos incerteza, menor a mobilização e maior a quantidade relativa de votos no vencedor do pleito.

Os índices de competitividade eleitoral refletiam o *modus operandi* das sucessões presidenciais que Viscardi postula. Campos Sales, em 1898, tinha sido eleito com mais de 90% dos votos; Rodrigues Alves, em 1902, obteve 91,7%; Afonso Pena, em 1906, se elegeu com 97,9%. Mas a eleição de Hermes da Fonseca, em 1910, se distanciou deste quadro: o marechal obteve “apenas” 57,1% dos votos. Isto é, no

¹⁷⁵ A idéia de “anos entrópicos” é de Renato Lessa, e se refere à primeira década republicana, marcada pela escassez de mecanismos institucionais próprios, responsáveis por uma “desrotinização” da política. Segundo o autor, o governo de Campos Sales (1898-1902) teria implementado, em oposição à experiência dos dez anos anteriores, uma nova base institucional, através de uma “ordem oligárquica”. O princípio dessa ordem, vale lembrar, é uma hierarquia no interior das oligarquias, que produziria a ausência de incerteza política (noção mais apropriada do que a de “estabilidade” utilizada por Viscardi). Cf. Lessa, op. cit.

¹⁷⁶ VISCARDI, op. cit., p. 234.

¹⁷⁷ Idem, ibidem, p. 65.

¹⁷⁸ Idem, ibidem, p. 68.

momento de maior incerteza ou competição, a mobilização política conduziu a uma menor quantidade relativa de votos no vencedor. Mas a eleição seguinte logo voltaria a confirmar a tendência anterior, com a vitória de Wenceslau Brás, em 1914, com 91,6% dos votos, a que se somaria a segunda eleição de Rodrigues Alves, em 1918, com 99,1%.

Quanto ao comparecimento às urnas, também cumpre notar que o pleito de 1910 mobilizara 3,2% de eleitores. Este dado é elucidativo do grau de concorrência eleitoral que cercou aquela eleição, principalmente ao se levar em conta que apenas a última sucessão presidencial da Primeira República, em 1930, contaria de novo mais de 3% de comparecimento. Em apenas outras duas (Bernardes x Nilo, em 1922; e Prestes x Vargas, em 1930), ademais, o vencedor alcançaria menos de 70% dos votos.¹⁷⁹

A ressaltar a especificidade do pleito presidencial que dividiu as elites políticas e a imprensa do país durante a preparação dos *funerais cívicos* de Nabuco, está o fato de que a sucessão do mineiro Afonso Pena foi a primeira, desde a estabilização dos processos sucessórios presidenciais, a coincidir com a renovação do Congresso Nacional.

A eleição de Afonso Pena fora garantida, segundo Viscardi, após um ano de árduas negociações. Minas Gerais, seu estado de origem, havia aderido tardiamente à candidatura de Pena. Para eleger e sustentar o presidente mineiro se formou uma Coligação, que nos quatro anos seguintes foi chamada de *Bloco*. Integravam-no tanto Pinheiro Machado, destacado líder gaúcho, quanto Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, que polarizariam a sucessão seguinte. O principal órgão do *Bloco* na imprensa era o jornal *Correio da Manhã*, apoiado ainda pelos periódicos *Jornal do Comércio*, *A Imprensa* e *A Tribuna*.¹⁸⁰

Ao longo do governo de Afonso Pena, contudo, o *Bloco* estabeleceria relações conflituosas com o presidente. “Diante da anunciada fragilidade do novo governo”, diz Viscardi, “a expectativa dos coligados era controlar o conjunto das ações federais”. O presidente Afonso Pena, por seu turno, “desejava afastar-se de seu controle e governar à revelia do grupo responsável por sua eleição”.¹⁸¹ Como não contava com uma base de

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 68-9.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 250. O *Correio da Manhã* se tornaria, mais tarde, civilista.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 235. As indicações que se seguem a respeito do governo Afonso Pena são todas baseadas no capítulo 4 da tese de Cláudia Viscardi, “A peça entra em cartaz”, p. 233-286. Por esse

apoio significativa em seu estado, Pena “buscou preencher os espaços políticos com membros de sua confiança”. Os paulistas, neste mesmo movimento, tinham sido excluídos dos cargos mais importantes do governo. Diante disso, Pinheiro Machado, líder gaúcho que mantinha relações amistosas com Campos Sales desde a presidência deste, torna-se representante dos interesses paulistas junto ao governo Afonso Pena.

Logo no início de seu quadriênio, portanto, Afonso Pena afastava-se do *Bloco*, e desagradava tanto a Pinheiro Machado, representante da bancada gaúcha, quanto a Rui Barbosa, porta-voz dos baianos no Parlamento. Assim, o novo grupo de auxiliares de Afonso Pena foi logo apelidado pelos integrantes do *Bloco*, pejorativamente, de “Jardim de Infância”.¹⁸² Eles eram integrantes de uma nova geração de políticos sem vínculos diretos com o movimento republicano, e tiveram seu acesso ao poder garantido por vias que “rompiam parcialmente com os critérios de recrutamento político em vigor”.

O resultado destes primeiros momentos do governo recém-empossado, de acordo com Viscardi, foi o estabelecimento de uma permanente tensão entre, de um lado, o presidente e seu “Jardim de Infância” e, de outro, o grupo dos coligados em torno do *Bloco*. De acordo com a autora:

Diferentemente do Jardim de Infância, os demais membros que compunham a Coligação não formavam um grupo ideologicamente vinculado entre si. Associaram-se em função de um evento pragmático, a eleição de Afonso Pena, e mantiveram-se unidos em seu governo. Era composto por chefes políticos de destaque nos estados que compunham o Bloco. Seu maior líder era Pinheiro Machado. A partir da presença de Hermes da Fonseca no grupo, a agremiação tendia a aproximar-se do Exército.¹⁸³

motivo nos dispensaremos, daqui por diante, de mencionar nas notas de rodapé as páginas de onde foram extraídas as transcrições de palavras da autora feitas em itálico no corpo do texto. Cumpre notar, ademais, que o objetivo da autora no capítulo em questão é demonstrar que a chapa formada pelos estados do RS e RJ, representada na candidatura Hermes da Fonseca, não se constituía numa contestação à aliança Minas-São Paulo. Foi a candidatura de Rui e a campanha civilista que constituíram uma proposta alternativa.

¹⁸² Claudia Viscardi esclarece que, apesar de “terem tido uma ação política conjunta e de compartilharem alguns valores comuns, o Jardim de Infância não formava um grupo político compacto e interligado por laços de lealdade pessoal. Ao nosso ver, havia pelo menos três subgrupos dentro do Jardim de Infância. [...] A despeito de suas diferenças internas, os três subgrupos atuaram em conjunto na sustentação política do Executivo Federal até a morte de João Pinheiro, quando então se dividiram”. VISCARDI, op. cit., p. 248.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, p. 249.

Os mineiros que integravam o Bloco eram, em sua maioria, antigos chefes políticos do estado, que tinham aderido tardiamente à candidatura Pena. Minas Gerais, portanto, “entrou desunida na sustentação política do governo Afonso Pena”, já que o jovem grupo de mineiros do Jardim de Infância tinha sido entusiasta de primeira hora do presidente. Os dois grupos iriam se chocar ao longo do período, enfraquecendo o poder de intervenção de Minas Gerais no processo sucessório de 1910.

O Rio Grande do Sul, em contraposição, “teve o seu poder sobejamente ampliado, a partir das divisões internas que assolavam o Rio de Janeiro, a Bahia e até mesmo, Minas Gerais”, durante o período em que Afonso Pena esteve na presidência da República. A liderança que emergia deste cenário de fissuras intra-oligárquicas nos estados do *Bloco* era, obviamente, um gaúcho: Pinheiro Machado.

O Catete e o Jardim de Infância, ademais, já chegaram ao processo sucessório “em condições desvantajosas em relação ao poder do Bloco”. Com a morte de João Pinheiro, presidente de Minas Gerais, em 1908, que foi um golpe no Jardim de Infância, Afonso Pena tinha articulado a indicação do nome de Carvalho de Brito para a sucessão no estado. Mas, em minoria em seu próprio estado, o presidente viu suas pretensões derrotadas pela indicação do nome de Wenceslau Brás. “Nas divisões internas mineiras”, diz Viscardi, “o Bloco controlava a maior parte”. Os chefes mineiros tinham colaborado pouco para a eleição de Pena, sendo posteriormente afastados do governo pelo próprio presidente. Por isso, eles fariam a opção por uma “aliança política nacional com o Bloco, através da qual seriam alçados ao poder, mesmo na condição de sócios menos privilegiados, mas não perderiam o controle de sua máquina partidária estadual”.

Os contatos formais a respeito da sucessão presidencial de Afonso Pena se iniciaram no final de 1908, logo após a derrota política do presidente em seu próprio estado. O candidato oficial era David Campista. Contra sua candidatura uniram-se, contudo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e o Exército. Nisto influenciou, segundo Viscardi, uma das “regras tacitamente aceitas pelos atores políticos da Primeira República” desde o primeiro governo de Rodrigues Alves:

todas as vezes que um estado tentou continuar no poder sofreu ferrenhas oposições por parte dos demais. Neste caso específico, as ações dos grandes e médios estados, somadas à do Exército,

refletiram-se na tentativa de impedir que a hegemonia mineira fosse prorrogada.¹⁸⁴

Além disso, diz a autora, merece destaque o “desempenho político dos gaúchos, através da liderança de Pinheiro Machado, que soube usufruir das dissidências mineiras em proveito próprio”.

No que se refere à candidatura oposicionista, de Rui Barbosa, Viscardi argumenta que o apoio de São Paulo ao candidato civilista foi reticente. Os paulistas haviam tentado “uma aliança com Minas Gerais para ampliar sua participação no poder, consideravelmente restringida após o término da gestão de Rodrigues Alves”. Tinham ficado refêns da candidatura oficial pela necessidade de garantir “o cumprimento das prerrogativas ligadas ao Convênio de Taubaté”. Diante da falência da candidatura Campista pela oposição dos próprios chefes políticos mineiros, aliados ao *Bloco*, restou ao PRP “apostar em um nome de oposição”.

O Exército, por seu turno, tinha se “fortalecido pela gestão de Hermes [da Fonseca] à frente do Ministério da Guerra”, e agora “voltava a ter aspirações hegemônicas sobre a República”. Com a oposição pública da Bahia e de Minas Gerais à candidatura Campista, veio logo a rejeição oficial também do Rio Grande do Sul, “e o anúncio de que se vincularia ao nome de Hermes, caso outro nome não fosse apresentado”.

Pinheiro Machado esperava poder fazer de Hermes da Fonseca, militar gaúcho, “um instrumento dócil em suas mãos, já que sua indicação e eleição dependiam do seu apoio”. Assim, temendo uma aproximação entre Minas Gerais e São Paulo, o líder gaúcho tratou de articular “uma aliança entre o Bloco e a candidatura emergente de Hermes da Fonseca”. Ao mesmo tempo, negociou com os chefes do PRM, através de Francisco Sales, a vice-presidência, entregue ao mineiro Wenceslau Brás. Hermes ainda condicionou sua candidatura aos apoios políticos de Rui Barbosa e Rio Branco. Rui negou-lhe o aval, reaproximando-se de Afonso Pena. Mas Rio Branco, cuja candidatura tinha sido antes aventada pelo próprio Rui Barbosa, não se opôs.

A morte de Afonso Pena e a posse de Nilo Peçanha (14/06/1909) eliminaram os últimos obstáculos que se poderiam obstar à chapa gaúcho-mineira. A aliança que tinha sido responsável pela eleição de 1906 era agora reeditada, mas com a importante

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 234.

diferença de que Minas Gerais passava “de uma posição hegemônica para uma posição de parceira menos privilegiada”. Em outras palavras, “os chefes do PRM preferiram abrir mão da Presidência da República a perderem o controle interno sobre o estado”. Da Bahia, por fim, vinha o apoio de J.J. Seabra ao pinheirismo, para surpresa de muitos e desalento de Rui Barbosa, que via seu próprio estado de origem dividido.

A primeira grande disputa eleitoral da Primeira República começou a se delinear pela oposição incontestada de Rui Barbosa à candidatura militar. O senador baiano rompe com Hermes da Fonseca porque o marechal não vinha do Congresso, não integrava um partido e não era um político. Rui temia que a eleição de um presidente militar pudesse fazer o Brasil ser considerado, no exterior, como mais uma das repúblicas hispano-americanas. Defendia que o posto mais alto da República deveria ser ocupado por um cidadão, não um militar.

A facção liderada por Rui na Bahia começou então a articular uma chapa de oposição, com o apoio de antigos aliados ao Jardim de Infância. Buscando evitar o apoio de São Paulo a Hermes e garantir, pela primeira vez, uma oposição consistente, Rui e seus correligionários tentavam atrair o estado para sua chapa, sugerindo o nome de Rodrigues Alves, que recusou. Restou ao próprio Rui assumir a cabeça da chapa, tentando ainda garantir um candidato a vice paulista. Sua candidatura foi lançada em agosto de 1909, numa convenção no Teatro Lírico do Rio de Janeiro.

A campanha civilista que se desenrolou em torno do nome de Rui Barbosa defendia a ampliação do direito de voto, o combate ao analfabetismo e outras medidas inovadoras. Pela primeira vez na história da República, um candidato à presidência saía em campanha pelo país em busca de votos. Rui se tornaria, desde então, “uma espécie de anticandidato”, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, “quase sem máquina eleitoral, admirado e criticado, como um D. Quixote a lutar pela utopia em que acreditava”.¹⁸⁵ Em sua primeira campanha oposicionista, percorreu os estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais, proferindo uma razoável quantidade de discursos e conferências em busca de votos. A campanha civilista foi responsável, assim, por

¹⁸⁵ Ângela de Castro Gomes. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: Lília Moritz Schwarcz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 4). p. 489-558. A citação é da p. 491.

romper com o convencional das sucessões presidenciais republicanas, em geral decididas sem a participação das ruas.

Além de São Paulo e da facção liderada por Rui na Bahia, aderiram ao civilismo parte de Minas Gerais (incluindo a ala mineira do Jardim de Infância) e uma pequena parcela de políticos do Rio de Janeiro. Quanto à candidatura pinheirista, contou com o apoio da mesma aliança estabelecida quatro anos antes para a eleição de Afonso Pena, agora em novas bases: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro. O resultado foi uma nova derrota eleitoral de São Paulo, a exemplo do que ocorrera em 1906, e uma vitória significativa do Rio Grande do Sul, com destaque para a figura que se tornaria uma espécie de eminência parda do regime: Pinheiro Machado, que soube instrumentalizar muito bem as divisões internas da elite mineira.

Mas, apesar de derrotada, a campanha civilista de Rui Barbosa dera ensejo à primeira sucessão presidencial da República a garantir uma disputa eleitoral acirrada. Ainda de acordo com a tese de Viscardi, as contestações eram freqüentes nos pleitos da Primeira República, e assumiram as mais variadas formas de manifestação. Antes de Rui, por exemplo, houve as candidaturas de Prudente contra Deodoro e de Lauro Sodré contra o mesmo Prudente. Das doze sucessões ocorridas, aliás, menos de 30% não sofreram nenhum tipo de contestação ou não tiveram árdua disputa prévia.¹⁸⁶

O mecanismo de contestação mais usado, continua a autora, “foi a disputa eleitoral, seguida da denúncia de fraude eleitoral pela imprensa, as duas formas, muito relacionadas, quase consecutivas”.¹⁸⁷ Foi o caso da campanha civilista. A imprensa, aliás, era objeto de intenso uso político nessas ocasiões, em parte por ser excluída do processo de *decision making* das sucessões presidências. Até a véspera da divulgação do resultado oficial das eleições de 1º de março de 1910, por exemplo, alguns jornais noticiavam os números exatos de uma suposta vitória eleitoral de Rui Barbosa sobre Hermes da Fonseca. Pinheiro Machado era a garantia de que o Congresso Nacional, responsável por apurar os resultados das eleições, reconheceria a vitória da candidatura situacionista.

Aquela eleição, de fato, dividira o país, ou pelo menos seus políticos e homens de letras. A disputa entre civilistas e hermistas opunha duas das lideranças políticas

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 70-71.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 72.

mais emblemáticas daquela época, e tudo o que representavam: Rui Barbosa e Pinheiro Machado. Rui era uma das inteligências mais respeitadas da República, o representante do espírito liberal, do domínio da lei contra o loteamento do Estado por interesses particulares, a “águia de Haia” que tinha despertado a atenção das grandes potências mundiais poucos anos antes. Pinheiro, por outro lado, era o símbolo do “caudilhismo”, o homem que fazia presidentes, gaúcho da fronteira, articulador hábil, político autoritário, fiel aos aliados e odiado pelos inimigos.

Em termos de política externa, a candidatura pinheirista representava, diante deste quadro, a continuidade do “monroísmo”, a política de aproximação com os Estados Unidos que o barão do Rio Branco vinha promovendo à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Rui Barbosa presidente poderia ter representando a queda do barão, e a mudança na política exterior brasileira em direção a uma maior aproximação com os países latino-americanos. Um dos mais combativos inimigos do barão neste momento, Oliveira Lima, não se cansava de vir a público pregar contra a aproximação com os Estados Unidos, defendendo a multilateralização da Doutrina Monroe.¹⁸⁸ Neste contexto, imortalizar o primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos era uma oportunidade única de divulgar e afirmar a política pan-americana monroísta de que Nabuco tinha sido o principal executor.

O ROTEIRO

O programa dos três dias de *funerais cívicos* havia sido divulgado em toda a grande imprensa nos dias anteriores. Ao desembarque do corpo no cais *Pharoux* seguir-se-ia um cortejo fúnebre até o Palácio Monroe, que estaria aberto à visitação pública desde a tarde de sábado até a manhã de segunda-feira. Nesse dia os restos mortais de Nabuco seriam transportados para a Catedral Metropolitana para as exéquias públicas de corpo presente. Por fim, uma sessão cívica no Teatro Municipal, à noite, encerraria as homenagens fúnebres da capital federal à memória do embaixador.¹⁸⁹

O roteiro deste *ritual cívico* republicano tinha sido elaborado pela Comissão Central de Homenagens à memória de Joaquim Nabuco. Sua composição fora escolhida

¹⁸⁸ Ver: LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. [1907]

¹⁸⁹ O corpo de Nabuco só seria enterrado no Recife, para onde seguiria a bordo do *Carlos Gomes*.

logo após a notícia do falecimento de Nabuco ter chegado ao país, em meados de janeiro de 1910. Antes, portanto, do pleito de 1º de março, que levaria o marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Por isso, seus membros refletiam as divisões do mundo político no momento. Entre seus integrantes estavam vários membros da junta pró-Hermes, assim como partidários da candidatura de Rui Barbosa. Presidida pelo prefeito da capital federal, Serzedello Corrêa, a Comissão encontrava-se periodicamente para definir a programação e os detalhes de execução das cerimônias fúnebres.¹⁹⁰ No início de abril, quando o *North Carolina* se aproximava de seu destino, a Comissão já estava reunida em sessão permanente no salão do *Jornal do Comércio*.

Os três dias de funerais eram, portanto, resultado de quase três meses de trabalho. Durante parte deste período, alguns de seus membros, divididos entre hermistas e civilistas, partilharam seu tempo entre a eleição presidencial e a concepção e preparação dos três dias de funerais. Mas, além de contemplar os diferentes interesses dos integrantes da Comissão, a programação dos três dias de *funerais cívicos* também teve que reservar algum espaço para o crescente número de grupos da “sociedade civil” organizada que se somavam às manifestações públicas em homenagem à memória do embaixador. Dia a dia, a imprensa da capital da República relatava a adesão destas entidades às cerimônias fúnebres que a Comissão preparava.

Algumas das instituições e associações da sociedade que, de alguma forma, tomaram parte nos funerais de Nabuco foram a Confederação Abolicionista, a União Cívica Brasileira, a Academia Brasileira de Letras, a Comissão de Comemoração

¹⁹⁰ Os membros da Comissão Central iniciadora das homenagens a Joaquim Nabuco eram os seguintes: André Cavalcanti, José Mariano, Serzedello Corrêa, Venancio Labatut, Raphael Pinheiro, Rego Medeiros, Coronel Ernesto Senna, Coronel Francisco Ignacio Pereira do Carmo, Coelho Lisboa, Antonio Gitirana, José Mariano Filho, Caio Carneiro da Cunha, M. Beaurepaire Pinto Peixoto, Taciano Accioly, Mario Cavalcanti, Diniz de Andrada, Gaspar de Menezes, Carlos Porto Carreiro Capelli, Alexandre Pereira do Carmo, Capitão Candido Martins, Desembargador Pitanga, Desembargador Gomes Coimbra, Coronel Jonathas Barreto, Antonio Venancio, Alberto de Souza, Antonio Baptista Nogueira e Major Valerio Caldas. Note-se que Inocêncio Serzedello Corrêa (1853-1932), o prefeito da capital Federal que presidia a Comissão, era militar e político de destaque. Tinha sido abolicionista e republicano. Entre os postos que assumiu incluem-se as pastas das Relações Exteriores, do Interior, da Justiça, da Indústria, Viação e Obras Públicas, além do cargo de ministro da Fazenda do governo Floriano Peixoto. De acordo com José Murilo de Carvalho, Serzedello tinha sido florianista e se empenhara na construção de uma memória sobre o “marechal de ferro”. Cf. CARVALHO, op. cit., p. 37. Além disso, note-se que, em 1899, Serzedello tinha sido eleito sócio correspondente do IHGB por seu trabalho sobre o *Acre*. Lembre-se ainda que a primeira grande querela que o barão do Rio Branco, presidente do IHGB em 1910, teve que resolver ao assumir o posto de *chanceler* da República foi relativa à disputa de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, por conta da posse do território exatamente daquele estado.

“Quinze de Novembro de 1889” e o Comitê Republicano Federal. Além delas, centros políticos, bancos, empresas, escolas, faculdades, lojas maçônicas, partidos políticos (de Pernambuco), Irmandades negras, periódicos (do Rio de Janeiro e de Pernambuco), associações de estudantes, engenheiros, advogados, magistrados, empregados do comércio, funcionários públicos, marítimos, veteranos da guerra do Paraguai, abolicionistas (da Bahia e de Pernambuco) e até as colônias brasileiras em Buenos Aires e Montevideu.

Inúmeras nomearam representantes e os enviaram, com seus estandartes, para assistir ao desembarque do corpo e acompanhar o préstito até o Palácio Monroe; hastearam bandeiras em funeral; cerraram suas portas; depositaram coras sobre o féretro; doaram contribuições em dinheiro para as homenagens a Nabuco; ou, simplesmente, enviaram telegramas de pesar. Mas seu grande número impressiona, principalmente quando confrontado com a imagem que uma compartilhada historiografia da Primeira República fixou, na chave da “República oligárquica”. Uma imagem um tanto estática, baseada na fórmula da “República que não foi”, vale dizer, que não teve representação ou participação política, que não construiu cidadãos e não teve “povo”. Uma fórmula que, aliás, vem sendo crescentemente questionada por historiadores que se aventuram na árdua da tarefa de construir um outro quadro político dessa Primeira República.¹⁹¹

Sem adentrar essa discussão, cumpre assinalar alguns dos significados de que se reveste a adesão de um contingente tão heterogêneo e numeroso de entidades presentes nas cerimônias fúnebres de Nabuco. Mais do que sua popularidade, o que tais representações da sociedade civil atestam e tornam pública no ritual é a diversidade de valores simbólicos atribuídos à figura do ilustre morto. Além de embaixador e intelectual consagrado na capital da República, Nabuco foi também líder abolicionista e, em especial, herói da Abolição no Recife.

Vários indícios apontam nessa direção. Em 1887, por exemplo, Nabuco garantiu seu retorno à Câmara para concluir sua luta pelo fim do cativo no país. Na eleição daquele ano, no Recife, o líder abolicionista derrota Machado Portela, ministro do

¹⁹¹ Alguns trabalhos recentes têm se dedicado a questionar esta noção, que alcançou ampla difusão a partir da obra clássica de José Murilo de Carvalho. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Dentre as pesquisas que caminham no sentido de debater essa tese, ver, em especial: Marcelo de Souza Magalhães. *Ecos da política: a capital federal*,

Império, em disputa acirradíssima. Um certo Cleodon de Aquino escreveu, na ocasião, alguns versos a respeito disso. Eles começavam assim:

Oh bom quinto distrito! Eu sinto entusiasmo.
Do peito rebentar qual lava de vulcão,
Por ti que te elevaste aos píncaros da glória
Elegendo Nabuco herói da Abolição!¹⁹²

Nabuco, além disso, estampava ainda alguns rótulos de cigarros, como os “Cigarros Nabuco”, “Nabuquistas”, e o “Príncipes da Liberdade”, entre outros (ver Anexos). Uma marca de cerveja, “Os Abolicionistas”, também homenageava o herói da Abolição e alguns de seus companheiros da luta contra a escravidão. Quase duas décadas depois, outras evidências atestariam a forte associação da figura pública de Nabuco à campanha pelo fim do cativeiro. Em 1906, o então embaixador brasileiro retornava ao país para a III Conferência Pan-americana, no Rio de Janeiro. Antes de desembarcar na capital da República, contudo, receberia homenagens em Pernambuco e na Bahia. Nabuco, nesta ocasião, esforçava-se para conferir um tom pan-americanista aos eventos de que participava. Mas, apesar disto, as referências que se faziam a ele eram todas relacionadas aos tempos da campanha abolicionista e a sua posição de herói da Abolição.

Em 1910, portanto, vários atores, com seus diferentes interesses, tomavam parte na encenação pública da imortalidade do novo herói republicano. *Hermistas e civilistas* na Comissão de Homenagens; associações de autodenominados “abolicionistas” de Pernambuco e da Bahia, nas ruas, com seus estandartes, ao lado de irmandades negras; maçons e intelectuais da Academia Brasileira de Letras; comerciários, marítimos e outras categorias profissionais; de Pernambuco, além dos “abolicionistas”, representantes da imprensa e políticos de todos os partidos mais importantes do estado; estudantes, secundaristas e universitários, representando suas instituições de ensino e a *mocidade* supostamente ávida por aprender lições de civismo e patriotismo. Enfim, uma

1892-1902. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2004.

¹⁹² Cleodon de Aquino. “A eleição de Joaquim Nabuco”. *Jornal do Recife*, 28/06/1885. In: Ubaldo Soares (org.). *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1949. p. 83. Grifo meu, para destacar o uso da categoria e sua circulação desde o século XIX. Os versos que se seguiam eram os seguintes: “Oh tú! forte torrão da Pátria Americana / Que tiveste o poder e rara independência / De afrontar esses vis conservadores negros, / A calúnia, a intriga e a infame prepotência. / Lança o teu bravo olhar nos mares do ocidente / E encara sem tremer a velha e boa Europa / Por que tú que elegeste o brasileiro Lincoln / Mataste a escravidão e a negregada tropa!”

multiplicidade de grupos e classes sociais que participam do culto ao herói por motivos díspares, fazendo-o lugar de polifonia e desautorizando qualquer conclusão sobre o que unia a todos naquela manifestação que se queria cívica.

Mas, apesar desta pluralidade de atores presentes nos três dias de funerais, é fato que as decisões sobre onde, quando e como todos eles tomariam lugar neste *ritual cívico* republicano cabiam aos promotores daquela encenação: os integrantes da Comissão Central de Homenagens. As intenções deste grupo restrito de cultuadores do herói se expressam em alguns aspectos evidentes das cerimônias que eles prepararam durante quase três meses. *Rituais cívicos*, em especial quando se referem a manifestações de luto, são o lugar da ordem, da hierarquia, da contenção e da reverência. Como será demonstrado, a ordem e a hierarquia planejadas pelos executores deste *funeral cívico* parecem se coadunar com os interesses estratégicos do barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, naquele momento de indefinição quanto ao futuro político do regime e de sua política externa. Vejamos como.

O POVO E O CAIS, OU O POVO NO CAIS

Em 9 de abril, quase três meses após as cerimônias fúnebres de que fora objeto em Washington, o corpo do primeiro embaixador brasileiro finalmente estava de volta à Pátria. Pôde ser então iniciado o segundo funeral dedicado à memória do ilustre morto, pois o primeiro já havia ocorrido, como mencionado, em Washington.

O *North Carolina* transpôs a barra por volta das 9 horas da manhã, trazendo a bordo o corpo embalsamado de Nabuco. Vinha comboiado pelo cruzador *República*, pelo cruzador-torpedeiro *Tymbira* e pelo navio de guerra *Carlos Gomes*. Após a troca de salvas prevista no protocolo, as bandeiras brasileira e americana foram içadas nos topos dos mastros em funeral.

O jornal *Correio da Noite*, relatando o desembarque do corpo, lamentava que a “chuva torrencial” tivesse impedido “que o desembarque do corpo de Joaquim Nabuco tivesse a imponência esperada”.¹⁹³ Mas todos os jornais da capital da República eram quase uníssonos em afirmar que, apesar disso, a “massa do povo” se aglomerava para

¹⁹³ *Correio da Noite*, 09/04/1910. Todas as citações de fontes de época ao longo do texto tiveram sua ortografia atualizada.

assistir ao evento. Outro periódico, enfático, anunciava: “A ansiedade pública está satisfeita. O corpo de Joaquim Nabuco está de volta à Pátria”.¹⁹⁴

Quase todos os jornais da cidade davam conta do grande número de populares que se aglomeravam no cais para assistir ao desembarque dos *restos mortais* do embaixador. O jornal *A Tribuna* foi o que mais claramente ilustrou o esforço retórico de enfatizar a comoção popular diante do retorno do corpo do herói à pátria:

Muito cedo ainda começou o movimento, pelas praias e pelo cais, do povo que desejava assistir à entrada do possante vaso de guerra, o *North Carolina*, em que vinha o corpo de Joaquim Nabuco.

Várias famílias se transportaram para a praia de Copacabana e para o alto da Igrejinha, notando-se desusado movimento pela Avenida Beira-Mar.

O cais *Pharoux* teve também frequência extraordinária, desembarcando constantemente dos bondes elétricos famílias que ali se postavam, avolumando-se a todo instante a massa de povo.

Cerca de 8 horas da manhã, começou a surgir no horizonte o vulto preto do *North Carolina*, desprendendo fumo dos seus quatro canos. Vinha pouco a pouco aumentando de volume, até que enfrentou a barra do Rio de Janeiro, comboiado pela divisão brasileira que fora ao seu encontro.

Nessa ocasião, despertada a atenção pelas salvas dos nossos navios de guerra, o aspecto do cais *Pharoux* era belíssimo, estando desde a balaustrada até os canteiros do largo *compacta massa de povo*.

Em quase todos aqueles que ali se achavam, *homens, senhoras, senhoritas e crianças*, ostentava-se, às *boutonières* dos casacos ou nos corpetes das damas, como um preito sincero de *homenagem popular ao eminentíssimo embaixador brasileiro*, o retrato de Joaquim Nabuco.¹⁹⁵

A *Folha do Dia* de domingo, contudo, notou o pouco número de transeuntes nas ruas quando do desembarque do corpo. Mas a ausência da “massa do povo” às cerimônias fúnebres, largamente anunciadas pela imprensa nos dias anteriores, era explicada de forma particularmente engenhosa pelos redatores do jornal. Em luto pela morte do embaixador, dizia a *Folha*, os cidadãos da capital da República teriam se entregue a um “recolhimento expressivo” da “dor que esvoaçava sobre a cidade”.¹⁹⁶

¹⁹⁴ *Gazeta da Tarde*, 09/04/1910.

¹⁹⁵ *A Tribuna*, 09/04/1910. Grifos meus.

¹⁹⁶ *Folha do Dia*, 10/04/1910.

Qualquer que tenha sido a quantidade de *povo* presente ao primeiro ato daquele rito cívico republicano, é notável que os periódicos do Rio de Janeiro concordassem em apontar a comoção causada pelo retorno dos *restos mortais* do herói à Pátria. Aglomerando-se para assistir ao desembarque do corpo, debaixo de chuva, ou recolhidos à dor daquele dia em suas casas, fato é que, de acordo com a imprensa local, os cidadãos brasileiros estavam unidos no culto à imortalidade do herói, encenada nas ruas da capital da República.

A “assistência de numerosos populares” era, aliás, uma característica recorrente nos relatos de jornais acerca de todos os *funerais cívicos* ocorridos no Rio de Janeiro desde a Proclamação da República.¹⁹⁷ O que aqueles periódicos entendiam por *povo* ou *popular*, no entanto, é uma questão que deve suscitar reflexão do observador destes rituais. Como diz Pierre Bourdieu, o primeiro passo para compreender o que está em jogo no uso destas categorias é atentar para o fato de que “o ‘povo’ ou o ‘popular’ é um dos alvos que estão em jogo na luta entre os intelectuais”:

O fato de estar ou de se sentir autorizado a falar do “povo” ou para o “povo” (no duplo sentido: *para* o “povo” e *no lugar* do “povo”) pode constituir, por si só, uma força nas lutas internas dos diferentes campos, político, religioso, artístico, etc. [...] Mas evidentemente é no campo político que o uso do “povo” e do “popular” é mais diretamente rentável [...].¹⁹⁸

De fato, aqueles eventos pareciam uma arena da luta no interior do campo político nacional. Iniciadas quase um mês depois da eleição que dividira os políticos e a imprensa do país, ainda assim as cerimônias fúnebres dispensadas a Joaquim Nabuco foram objeto das rivalidades que estiveram presentes durante a campanha. Por ocasião do desembarque do corpo, por exemplo, *O Século* protestava contra a intenção de alguns dos *hermistas* de distribuir medalhinhas com a efigie de Nabuco ladeada por duas espadas. Na opinião do jornal, que tinha tomado partido na campanha civilista, tratava-se de uso indevido da imagem do estadista republicano, pois Nabuco teria sido

¹⁹⁷ Cf. GONÇALVES, op. cit., p. 149.

¹⁹⁸ Pierre Bourdieu. “Os usos do ‘povo’”. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 181-187. Este texto é a transcrição de uma conferência do autor apresentada em Lausanne no colóquio sobre sociologia e história da arte, 4-5 de fevereiro de 1982. As citações são das p. 181 e 184.

“sempre a negação do militarismo”. A nota de protesto, em tom de disputa eleitoral, exclamava: “Já é obsessão pela espada!”.¹⁹⁹

PRIMEIRO ATO: O DESEMBARQUE DO CORPO

Ainda pela manhã, zarpou do Arsenal da Marinha a primeira lancha em direção ao *North Carolina*. Sua missão era conduzir o Sr. Barros Moreira, encarregado pelo Ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, de apresentar em seu nome os cumprimentos do governo brasileiro ao comandante Clifford. Com ele estavam os jornalistas Gomes de Castro, d’*A Tribuna*, Maia do Amaral, d’*O Século*, Lopes Sampaio, d’*A Notícia*, Julio de Medeiros e Mario Castello Branco, do *Jornal do Comércio*.²⁰⁰ Foram todos recebidos a bordo por Maurício Nabuco, filho do embaixador, pelo Sr. Leite Chermont, amigo íntimo de Nabuco e secretário da embaixada brasileira em Washington; e pelo capitão-tenente Radler de Aquino, que fez parte da comissão que veio a bordo do *Minas Gerais*.

A urna que encerrava o corpo embalsamado do embaixador estava no passadiço de ré do navio, guardada por 4 sentinelas navais que se revezaram de duas em duas horas ao longo de toda a viagem, com as armas em funeral. O caixão era feito de carvalho e revestido internamente de bronze.²⁰¹ Em sua tampa se lia a inscrição: “Joaquim Nabuco — Nascido no Recife a 19 — 8 — 49 e falecido em Washington a 17 — 1 — 910”.²⁰²

Por volta das duas horas da tarde, conforme previsto, zarpou do Arsenal da Marinha a lancha *Olga*, que conduziu até o *North Carolina* os representantes de instituições e as autoridades civis e militares brasileiras, entre elas o prefeito do Distrito Federal e presidente da Comissão Central de Homenagens, Serzedello Corrêa. Seguiu-se

¹⁹⁹ *O Século*, 09/04/1910.

²⁰⁰ Curioso notar que *A Tribuna* e o *Jornal do Comércio* tinham apoiado a candidatura vitoriosa do marechal Hermes da Fonseca, ao passo que *O Século* e *A Notícia* haviam sido civilistas. Coincidência ou não, parece haver aqui um cuidado dos organizadores do evento em garantir a mesma representatividade para ambos os “lados”, o que talvez seja reflexo das divisões entre *hermistas* e *civilistas* no interior da Comissão de Homenagens.

²⁰¹ Cf., por exemplo, *O Século*, 09/04/1910. Mas *A Tribuna*, cujo representante também teve acesso ao *North Carolina*, diz ser o caixão feito de “madeira, guarnecido por um de zinco [...]”. *A Tribuna*, 09/04/1910.

²⁰² *Jornal do Brasil*, 10/04/1910.

uma breve troca de discursos e agradecimentos entre este e o comandante norte-americano, traduzidos pelo Sr. Chermont.

Sem demora organizou-se, então, a descida da urna mortuária para o batelão encarregado de transportá-la até o cais. Vinha rebocado pelo *Audaz*, e devidamente paramentado de luto. À medida que o estojo fúnebre descia até o batelão, a artilharia do *North Carolina* dava os 19 tiros protocolares, e a banda tocava uma marcha fúnebre.

Um pouco depois das 3 horas da tarde o galeão já atracava ao cais *Pharoux*, chamando a atenção da “multidão” que supostamente se aglomerava. Mais de 150 policiais civis cuidavam da segurança no local. Entre as várias instituições da sociedade civil que se faziam representar no desembarque do corpo, destacava-se uma grande comissão da Caixa Emancipadora, que exibia seu estandarte e trazia o distintivo usado no tempo da propaganda abolicionista.²⁰³

Com alguma dificuldade, os marinheiros nacionais conseguiram retirar o ataúde do escaler e colocaram-no na carreta do Arsenal de Marinha, que estava forrada de crepe e flores naturais e coberta com a bandeira brasileira. Foi então organizado o cortejo fúnebre, seguindo do cais em direção à rua da Assembléia.

Nada da ordem observada no cortejo era gratuita, e pouco do que se via ali era inédito. João Felipe Gonçalves, numa breve pesquisa dos funerais consagrados a heróis nacionais na capital da República entre 1889 e 1930, identificou vários dos traços formais comuns a todos eles. Além dos “longos cortejos com rígida ordem hierárquica”, aqueles *rituais fúnebres* costumavam contar com a “participação de autoridades e pessoas de destaque da mais elevada elite carioca”, sempre conduzidas em “luxuosos carros fúnebres”. À frente dos cortejos vinham, invariavelmente, as “bandas militares tocando marchas fúnebres”, enquanto se ouviam “tiros de canhão dos navios e fortalezas”. Por fim, os postes de iluminação ao longo do trajeto percorrido eram especialmente decorados para a ocasião, em geral “cobertos de crepe negro”.²⁰⁴ Os “cortejos típicos”, diz o autor, “ocorriam entre o local da morte e o do velório”, e “entre o do velório e o do enterro”.

Os funerais de Nabuco pouco ou nada diferiam deste padrão. No cortejo que partiu do cais, vinha à frente a banda de música do Corpo de Bombeiros. Seguiam-na os

²⁰³ *Correio da Noite*, 09/04/1910.

²⁰⁴ GONÇALVES, op. cit., p. 149

alunos do Externato Aquino, portando o respectivo estandarte; as bandas de músicas das várias classes armadas; representantes de várias associações da sociedade civil; e várias grinaldas enviadas por instituições e governos do Brasil e do exterior. Atrás dessa primeira parte do cortejo vinha o ataúde colocado sobre a carreta do Arsenal de Marinha, puxada por representantes do governo e precedida por Maurício Nabuco. Ele trazia a espada e o chapéu de gala do pai. As fitas que pendiam da carreta eram seguradas pelos representantes dos ministros e membros da Comissão Central. Uma delas era segurada pelo filho de Nabuco, o jovem Joaquim Nabuco Filho. Logo após o ataúde vinha uma comissão de abolicionistas e o estandarte da Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco. O cortejo era fechado por “centenas de carruagens”, que conduziam representações de várias entidades governamentais e não governamentais.²⁰⁵

O trajeto escolhido para este tipo de parada militar é sempre objeto de cuidados especiais. Como diz Albrecht Koschnik, em estudo sobre rituais políticos na Filadélfia entre 1788 e 1815, “quem marchava precisava de testemunhas tanto quanto de seus uniformes e faixas para legitimar suas ações”.²⁰⁶ No ritual cívico, tão importante quanto a presença dos participantes do desfile/procissão é a audiência que assiste à sua passagem, ao vivo ou pelos jornais do dia seguinte. É preciso, por isso, garantir que as ruas a percorrer estejam situadas em pontos centrais da cidade, seja por sua localização geográfica ou por seu simbolismo. E, claro, anunciar pelos jornais da véspera qual o percurso planejado.

O préstito que conduziu o corpo de Nabuco do cais até o local do velório tinha sido exaustivamente anunciado por todos os grandes jornais da capital federal. Ele passou, sintomaticamente, pela praça Quinze de Novembro, rua da Assembléia e Avenida Central, ao som de marchas fúnebres executadas pelas bandas musicais. Finalmente, perto das quatro da tarde, o cortejo chegou ao Palácio Monroe, local do velório dos *restos mortais* do embaixador.

²⁰⁵ *Correio da Manhã*, 10/04/1910.

²⁰⁶ Albrecht Koschnik. “Political conflict and public contest: rituals of national celebration in Philadelphia, 1788-1815”. *The Pennsylvania Magazine of history & biography*, vol. CXVIII, n° 3, p. 209-248, jul. 1994. A citação é uma tradução livre das palavras do autor na p. 214 do artigo.

SEGUNDO ATO: O PANTEÃO TRANSITÓRIO

O lugar central dos funerais cívicos de heróis nacionais durante a Primeira República, segundo Gonçalves, era o do velório. O corpo do morto deveria ficar exposto à visitação pública num local cujo simbolismo estivesse associado à figura de quem era objeto de culto cívico:

Além de expressar a própria especificidade das vidas e obras dos extintos, essas instituições eram verdadeiras manifestações materiais de setores da elite nacional, que subitamente se abriam à visitação pública. [...] Nessas ocasiões a elite se mostrava em verdadeira performance pública.²⁰⁷

O velório do barão do Rio Branco, por exemplo, teria lugar no Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores; Machado de Assis foi velado na Academia Brasileira de Letras, da qual era fundador; Afonso Pena, no Palácio do Catete, sede do governo federal. Neste sentido, o lugar do velório se convertia, poderíamos dizer, em *lugar de memória*.²⁰⁸

Se esta associação simbólica entre o morto e o local de seu velório era uma característica comum a todos os funerais de heróis nacionais na capital da República, então é lícito supor que a escolha deste *lugar de memória* tem muito a dizer do significado político que se quer conferir ao morto então consagrado. No caso que nos interessa aqui — o palácio Monroe —, várias são as indicações neste sentido.

O Monroe, convertido em *panteão transitório* de Nabuco, era um belo e moderno edifício construído na avenida Central da capital da República. Tinha sido inaugurado menos de quatro anos antes, quando corria o ano de 1906. Era a primeira vez que Nabuco pisava o solo da pátria na qualidade de embaixador da República. Viera presidir a III Conferência Pan-Americana, que consolidaria política e simbolicamente o projeto *monroísta* do barão do Rio Branco.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

²⁰⁸ Cf. Pierre Nora. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. A noção de “lugares de memória” é usada aqui numa apropriação livre das idéias deste artigo. Vários aspectos da definição desta categoria pelo autor que a consagrou sugerem sua aplicação aos lugares dos velórios de heróis nacionais durante a Primeira República, mas cumpre ressaltar que Nora a faz sustentar-se num divórcio entre história e memória incompatível com a perspectiva deste trabalho.

A realização do Congresso Pan-Americano sob a presidência de Nabuco e a exposição do seu corpo à visitação pública neste mesmo lugar se inscrevem numa única lógica: associar a imagem do herói da Abolição à diplomacia *monroista*.²⁰⁹ Em uma palavra, converter Nabuco em herói da República, e consagrar a política externa republicana ao pan-americanismo que o chanceler brasileiro trabalhava para consolidar.

O primeiro pavimento do Palácio Monroe, símbolo do pan-americanismo e da República brasileira, fora todo revestido de negro para receber o corpo embalsamado do herói. No centro do salão, convertido em câmara ardente, foi erguido um “belíssimo catafalco”, a julgar pelo relato do jornal civilista *A Tribuna*. Em torno dele, doze tochas cobertas de crepe, que também envolvia as colunas do edifício. No topo de tudo foi colocado um retrato do *ilustre extinto*, ladeado por duas bandeiras nacionais igualmente envoltas em enormes faixas de crepe. Por todo o salão, aliás, foram colocadas faixas de crepe e veludo preto, “em promiscuidade com os focos elétricos, que darão um aspecto suntuoso, se bem que tristonho, ao local em que ficará durante estes três dias, em exposição pública, o corpo de Joaquim Nabuco”.²¹⁰

O jornal *O País*, que costuma ser tratado pelos historiadores como porta-voz do governo republicano e de Pinheiro Machado, lamentaria, ao contrário, que “é mais que modesta a ornamentação da câmara ardente”.²¹¹ O *Correio da Manhã*, civilista, tinha visitado o palácio no dia anterior, e emitido uma opinião categórica a respeito: “a decoração que ali está sendo feita é deveras detestável [...] Melhor fora que tal decoração não se fizesse”.²¹² No dia seguinte, contudo, publicava uma boa descrição do aspecto do lugar quando da chegada do corpo:

Por todo o salão vêm-se, atadas às colunas, faixas de veludo, e dos lustres pendem laços de crepe.

As escadarias que dão acesso ao palácio e ao pavimento superior estão cobertas, no centro dos degraus, por uma larga faixa de pano [veludo] negro, pendendo das janelas da frente do edifício colchas negras, franjadas de ouro.²¹³

²⁰⁹ Sobre a importância simbólica do palácio Monroe em termos do monroísmo, ver o capítulo 5.

²¹⁰ *A Tribuna*, 09/04/1910.

²¹¹ *O País*, 10/04/1910.

²¹² *Correio da Manhã*, 09/04/1910.

²¹³ *Correio da Manhã*, 10/04/1910.

Várias autoridades civis e militares aguardavam o cortejo no palácio. Estavam lá o barão do Rio Branco, o embaixador americano no Brasil, o ministro da Marinha, o ministro do Interior, o chefe de polícia etc. Cerca de 20 marinheiros nacionais e também gente do povo levaram o esquife até o alto da escadaria de mármore, não sem dificuldade. E dali, finalmente, conduziram-no até a urna funerária, que estava cercada de grinaldas. Aí ficaram expostos o caixão de bronze, a espada e o chapéu de gala do embaixador.

Na noite de sábado (dia 9) para domingo (dia 10) o corpo foi velado por parentes, amigos, membros da Junta Abolicionista e da Academia Brasileira de Letras. No dia seguinte o esquife ficou exposto à visita pública das 10 da manhã até as 10 da noite. Da manhã de domingo até a manhã de segunda-feira, durante dia e noite, o corpo foi velado por alunos da Comissão de Homenagens a Joaquim Nabuco, por membros de várias sociedades de tiro e associações operárias e por oficiais do Exército e da Marinha do Brasil. Além destes, também os oficiais do cruzador *North Carolina* pediram permissão para velar o corpo do embaixador brasileiro durante a noite.

O *Jornal do Comércio* do dia 11 descrevia em detalhes o cenário do dia anterior:

A entrada do público era feita pelo lado da Avenida Central, e a saída pelo jardim do lado do Passeio Público. [...]

Em torno do catafalco estão depositados os velhos estandartes das Confederações Abolicionistas, de outras sociedades que figuraram no préstito, as coroas transportadas dos Estados Unidos e as seguintes que foram ofertadas nesta cidade: [...]

Em uma das alças do caixão foram colocadas as fitas das coroas colocadas no fêretro em Washington e que não foram transportadas para esta Capital. [...]

Cerca de quatro mil pessoas deixaram os seus nomes no livro de presença.²¹⁴

O que essa descrição deixa entrever, além do expressivo número de pessoas que visitaram o *panteão transitório* do embaixador brasileiro, é a hierarquia social preservada no acesso do público ao palácio. Além disso, é de se notar a presença, ao longo dos três dias de velório, de vários *atores* na cerimônia de consagração do herói republicano. Ao lado das autoridades, de membros das Forças Armadas, dos homens de letras da ABL e dos representantes do governo norte-americano, ressalta-se a posição de

membros da Junta Abolicionista, que velaram o corpo na noite de sábado para domingo, e dos “velhos estandartes das Confederações Abolicionistas”, que tinham seu lugar reservado em volta do catafalco. Naquele momento, portanto, preservar a memória da campanha abolicionista não parece ter sido incompatível com o propósito de consagrar um herói da República, muito pelo contrário, aliás.

TERCEIRO ATO: ENCOMENDAÇÃO DO CORPO

A partir das 9 horas da manhã de segunda-feira (11/04) o corpo do herói falecido seria objeto de mais um cortejo fúnebre. O féretro seguiria do palácio Monroe até a Catedral Metropolitana, onde seriam realizadas as exéquias públicas de corpo presente. O préstito foi organizado sob a direção do Coronel Ernesto Senna e de M. Beaurepaire Pinto Peixoto, membros da Comissão Central de Homenagens a Joaquim Nabuco.

Um corpo de lanceiros do Regimento de Cavalaria da Força Policial formou em frente ao Palácio Monroe, a fim de escoltar o féretro do falecido embaixador até a igreja, e daí para o Arsenal de Marinha, no dia seguinte. As bandas de música dos regimentos de infantaria da Força Policial também estavam à disposição da Comissão Executiva das Homenagens desde as 8h da manhã.

A decoração da Catedral Metropolitana seria muito mais apurada do que a do palácio Monroe. As solenes exéquias se iniciaram às 11h, com a presença de sua eminência o Sr. Cardeal D. Joaquim Arcoverde,²¹⁵ pontificando o Vigário Geral Monsenhor Amorim e subindo à tribuna sagrada o erudito orador Padre Dr. Julio Maria. O maestro João Raymundo seria o regente da orquestra.

A decoração do recinto, de acordo com o *Jornal do Comércio*, foi “competentemente preparada” para esta cerimônia fúnebre:

Da nave foi levantado um catafalco sob um docel de crepe apoiado sobre quatro colunas revestidas de veludo negro e galões dourados. Na base destas colunas vêem-se entrelaçadas em galão prateado as iniciais J.N.

²¹⁴ *Jornal do Comércio*, 11/04/1910.

²¹⁵ O Cardeal Arcoverde era outro símbolo da política externa brasileira durante a gestão de Rio Branco no MRE. Foi conquista do barão a criação do primeiro cardinalato sul-americano no Brasil, com a elevação de Dom Arcoverde à púrpura cardinalícia e a vitória brasileira diante das pretensões do Chile e da Argentina. Cf. BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu* (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 139-143.

Ladeiam o catafalco [brandões] dourados e dezesseis grandes tocheiros. Todas as tribunas estão revestidas de grandes panos de veludo negro com franjas douradas. O altar-mor foi velado por um longo pano preto com lágrimas de prata; e os candelabros envoltos em crepe.²¹⁶

Também não se descuidou da hierarquia. Os membros do Governo, o representante do presidente da República e o corpo Diplomático e Consular entraram na Catedral pela porta da rua Sete de Setembro; as demais representações, comissões e *classes armadas* pela porta principal do templo. As tribunas da esquerda da Catedral foram destinadas ao Corpo Diplomático e Consular e as da direita aos Ministros de Estado. O representante do presidente da República, os Senadores e Deputados, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Militar, oficiais superiores do Exército e da Armada e altas autoridades tiveram lugar reservado entre o catafalco e o altar-mor. Por fim, ladearam o catafalco os membros da Comissão Central.

Mas, apesar da presença massiva de representantes de vários órgãos do governo, o comparecimento do presidente Nilo Peçanha às exéquias públicas de encomendação do corpo gerou polêmicas nos jornais. O presidente teve que esclarecer que comparecera à cerimônia em caráter particular, e não como presidente, reafirmando seu empenho em consolidar a definitiva separação entre Igreja e Estado.²¹⁷

Um último rito teria lugar no terceiro dia dos funerais de Nabuco. Às 8 horas da noite teve início a sessão cívica em homenagem ao embaixador, no Teatro Municipal. Destacava-se, à frente deste evento, um conjunto aparentemente coeso de atores vindos de Pernambuco e de alguns estados vizinhos. Ao contrário da tônica predominante nos outros eventos dos últimos dias, aqui a iniciativa e execução da cerimônia parece ter ficado a cargo quase exclusivo dos conterrâneos do herói da Abolição. M. Beaurepaire Pinto Peixoto foi encarregado, pela Comissão Central, de dirigir os trabalhos. A presidência da sessão foi delegada ao Conselheiro João Alfredo, suposto autor da lei de 13 de maio de 1888 que declarou extinta a escravidão no Brasil. Ao seu lado direito sentou o Dr. Serzedello Corrêa, prefeito da capital federal (que era paraibano), e do esquerdo o Dr. José Marinho. Nos outros lugares do palco sentaram membros da Confederação Abolicionista, da Comissão Central, dos Centros Pernambucano,

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

²¹⁷ Ver, por exemplo, a *Gazeta da Tarde* de 13/04/1910.

Alagoano, Paraibano e Paraense; e representantes da família Nabuco e do Estado de Pernambuco. O tom da mesa era todo abolicionista. O único a discursar, contudo, foi o orador oficial, o pernambucano Carlos Porto Carrero.

ÚLTIMO ATO: EMBARQUE DE VOLTA À TERRA NATAL

Os restos mortais de Joaquim Nabuco ainda permaneceram na Catedral até a tarde do dia seguinte, completando quatro dias de cerimônias fúnebres na capital da República. Finalmente, por volta das 3 horas da tarde, foi o corpo encomendado pelo cônego João Pio dos Santos, cura da catedral, sendo conduzido por marinheiros para a carreta estacionada na porta da Igreja.

À frente do último préstito que se formou vinha uma companhia mista de ciclistas da guarda civil e inspetores de veículos, seguida de bandas de música e incontáveis coroas e estandartes, além de altas autoridades civis e militares. Atrás delas vinha a carreta, conduzindo o esquife, puxada por marinheiros nacionais, trazendo duas filas de representantes do presidente da República, dos ministros e os membros das comissões, conduzindo o estandarte da Associação Emancipadora Joaquim Nabuco e da Associação Abolicionista. Dois carroções de transporte da Força Policial levando coroas e uma aglomeração de populares completavam o préstito, que seguiu lentamente pela rua 1º de Março até o portão principal do Arsenal de Marinha.

O cortejo passou, da Catedral até a rua Visconde de Inhaúma, entre alas de guardas civis, e daí até o Arsenal de Marinha, entre alas de soldados do Batalhão Naval e do 8º batalhão de infantaria do Exército, que prestaram as continências do protocolo, em 1º uniforme e com as armas em funeral. Nesse momento as bandas de música que formavam no Arsenal executaram marchas fúnebres e as de cornetas e tambores marcha batida. O negror dos crepes que cobriam os pavilhões completava o aspecto lutuoso da cena. Acompanhavam o esquife até o Arsenal o representante do presidente da República, o barão do Rio Branco e secretários, o embaixador americano e pessoal da Embaixada, o comandante e a oficialidade do *North Carolina*, o barão Homem de Mello, Quintino Bocaiúva, alguns membros da Comissão Central de Homenagens e o representante do prefeito, entre outros.

A carreta que trazia o caixão foi então conduzida por marinheiros até a amurada do cais, sendo corpo então transportado para o escaler. O povo se mantinha, enquanto isso, de chapéu na mão. O escaler foi daí rebocado por uma lancha, na qual iam os

membros da comissão e o filho de Joaquim Nabuco, Mauricio Nabuco, que conduziu, novamente, o chapéu armado e a espada que pertenceram ao diplomata.

Numa outra lancha, a *Olga*, seguiam o ministro da Marinha e o seu ajudante de ordens, Quintino Bocaiúva e outras autoridades. Mais lanchas e rebocadores a acompanharam, levando outras autoridades e as várias coroas que seriam conduzidas a bordo. Cerca de meia hora depois as embarcações chegaram ao *Carlos Gomes*, navio de guerra escolhido para a trasladação do corpo de Joaquim Nabuco até sua terra natal.

No tombadilho do vaso de guerra estava formada toda a guarnição, com armas em funeral. A banda de cornetas e tambores tocou marcha batida enquanto a lancha com o esquife se aproximava. O caixão foi erguido lentamente a bordo, mas um último percalço acrescentaria mais dramaticidade ao ato: um dos cabos do guincho quebrou-se, e o caixão só não caiu ao mar graças ao esforço dos marinheiros, que o escoraram.

Daí o esquife foi conduzido para o salão do comandante do navio, armado em câmara ardente, todo forrado de preto, as janelas cobertas com crepe. Ao centro, sob a clarabóia, estava armada a eça, guardada por quatro marinheiros com armas em funeral. A solenidade foi simples, e não houve discurso. Antes das 4 da tarde todos os que foram a bordo já estavam de volta ao Arsenal de Marinha.

O *Carlos Gomes* partiu em direção ao Recife entre 8 e 9 horas da noite deste dia, conduzindo de volta à terra natal o corpo embalsamado do primeiro embaixador brasileiro. Aí se encerraria o longo périplo intercontinental e o terceiro funeral do herói republicano da Abolição, que finalmente seria enterrado. Acompanharam o esquife, até Pernambuco, dois membros da comissão promotora das homenagens na capital federal.

UM HERÓI MONROÍSTA

Vários são os atores da consagração fúnebre do primeiro embaixador da República no Rio de Janeiro. Aqueles que foram objeto de análise neste capítulo não são todos, mas supõe-se que sejam os principais. Cumpre, então, aventar algumas considerações finais sobre dois deles que foram contemplados apenas tangencialmente e que também parecem ter tomado parte na encenação da imortalidade de Nabuco.

Em primeiro lugar, os promotores do enterro de Joaquim Nabuco no Recife. O governo de Pernambuco e a família do *ilustre extinto* reivindicaram que os *restos*

mortais do líder abolicionista fossem levados de volta à sua terra natal, e foram bem sucedidos neste pleito.²¹⁸ Não obstante, a imprensa, os partidos políticos e os velhos abolicionistas de Pernambuco ainda enviaram representantes para os funerais que se realizaram na capital da República. Isto permitiu analisar o lugar que ocuparam naquele *ritual cívico* republicano, tendo inclusive garantido para si uma cerimônia quase exclusivamente sob seu controle — a *sessão cívica* que a Comissão Central de Homenagens programou para o último dia dos funerais no Rio.

Em segundo lugar, é preciso dizer algumas palavras a mais sobre o papel exercido pelo “povo” naquele processo de heroificação. Como diz Peter Burke, elemento primordial da análise sobre rituais políticos é a identificação do público que os promotores destas encenações querem atingir.²¹⁹ Como João Felipe Gonçalves já afirmou, aquelas eram “festas da elite para o povo”. Mas, ainda assim, as evidências de que dispomos não permitem afirmar quem ou o quê era o “povo”, do ponto de vista dos promotores daquelas festas.

Esclarecedor, neste sentido, é o fato de todos os jornais pesquisados afirmarem retoricamente o júbilo “popular” diante dos funerais do primeiro embaixador. Como argumentamos, afirmar que as ruas da capital estavam repletas de uma enorme “massa do povo” aglomerada no cais quando da chegada do corpo ao Arsenal da Marinha, ou dizer que aquelas mesmas ruas estavam vazias porque o mesmo *povo* se recolhia a um luto contido em suas casas naquele mesmo momento, são apenas duas formas retóricas que servem ao mesmo objetivo: atestar a popularidade do herói. Mas nenhum destes relatos antagônicos do mesmo evento, das mesmas ruas, autoriza qualquer conclusão sobre quem é o *povo* ou o *popular* a que se referem os jornais, e que parece ser o destinatário daquelas palavras.

Por outro lado, essa incompatibilidade entre as referências à “massa do povo” presente (ou ausente) nos funerais de Nabuco atesta, antes de tudo, que os jornais daquele período interpretam os acontecimentos de acordo com posicionamentos claros,

²¹⁸ Em 1911 seria iniciado o projeto do Mausoléu de Joaquim Nabuco no Cemitério de Santo Amaro, no Recife, a cargo do escultor italiano Giovanni Nicolini. Em novembro de 1914 o Mausoléu foi montado no Brasil, pelo escultor italiano Renato Baretta. No ano seguinte, em 28 de setembro de 1915, seria inaugurada uma estátua de Nabuco em praça pública de sua terra natal.

²¹⁹ BURKE, op. cit., p. 163. Ver, em especial, o capítulo XI, “A recepção da imagem de Luís XIV”, p. 163-189, onde o autor argumenta ser “improvável” que a imagem produzida sobre o Rei-Sol “fosse dirigida à grande maioria dos súditos de Luís”.

isto é, tomam posições.²²⁰ Como diz David Waldstreicher ao analisar rituais cívicos norte-americanos durante a “Era Revolucionária”,

é necessário ver os relatos dos jornais sobre as celebrações menos como notícias objetivas do que como peças de retórica: um gênero destinado a definir o que ele aparentemente descreve.²²¹

É lícito considerar, então, que sequer temos como afirmar que o *povo* estivesse realmente presente às cerimônias fúnebres do novo herói da República.²²² Também não temos conhecimento de trabalhos que tratem daquelas organizações da sociedade civil que se fizeram representar nos vários “atos” desta encenação da imortalidade do herói, seja portando seus estandartes nos préstitos, velando o corpo, ou mesmo produzindo sessões cívicas em homenagem à memória do líder abolicionista.²²³

Da mesma forma, nossas fontes não autorizam especulações sobre a recepção *popular* da mensagem que os idealizadores e executores dos funerais pretendiam transmitir. É comum, em numerosas análises de rituais cívicos, encontrar afirmações categóricas sobre o efeito que produziram. As funções do ritual, sua eficácia portanto, são evidenciadas retoricamente (e depreendidas logicamente) da análise de suas

²²⁰ David Waldstreicher, tratando de postura similar dos jornais que analisa, no contexto da luta política na Filadélfia da virada do século XVIII para o XIX, chamou a atenção para a ausência de um conceito de “oposição leal” na época do “Primeiro Sistema Partidário” da República norte-americana. De acordo com o autor, isto fazia com que as oposições partidárias fossem vistas como ameaças à República em si. Nunca é demais lembrar, por analogia, do contexto em que se realizaram os funerais de Nabuco no Brasil de inícios do século XX, qual seja o da intensa competição política entre hermetistas e civilistas, que dividiu a imprensa da época. Cf. Albrecht Koschnik. “Political conflict and public contest: rituals of national celebration in Philadelphia, 1788-1815.” *The Pennsylvania Magazine of history & biography*, vol. CXVIII, n° 3, p. 209-248, jul. 1994. p. 212 ss.

²²¹ David Waldstreicher. “Rites of rebellion, rites of assent: celebrations, print culture, and the origins of american nationalism.” *The Journal of American History*, vol. 82, n° 1, p. 37-61, jun. 1995. A citação é uma tradução livre a partir das palavras do autor na página 49 do texto.

²²² As fotos de que dispomos também não autorizam qualquer conclusão neste sentido (ver Anexos).

²²³ Cumpre notar, aliás, que isto só atesta o fato de a fórmula da “República que não foi” demandar pesquisa mais apurada, como já vem sendo feito e foi mencionado anteriormente. Mas muito há ainda a fazer. É sintomático, neste sentido, que uma análise sobre os *rituais cívicos* norte-americanos entre fins do século XVIII e inícios do XIX disponha de uma ampla literatura sobre as organizações da sociedade civil (em especial as milícias urbanas organizadas pelos partidos políticos da época) que tinham lugar destacado naquelas “paradas”. Cf. Albrecht Koschnik. “Political Conflict and Public Contest: Rituals of National Celebration in Philadelphia, 1788-1815.” *The Pennsylvania Magazine of History & Biography*, vol. CXVIII, n° 3, p. 209-248, jul. 1994.

formas.²²⁴ Os objetivos dos promotores destas celebrações são supostos como realizados, eficazes, sem necessidade de comprovação empírica mais demorada. Mesmo sabendo da avidez com que o leitor de hoje procura por análises da *recepção*, é preciso que se reconheçam os limites das fontes e que se ressalte o caráter específico dos objetivos.

O que se busca identificar neste trabalho são apenas os interesses dos idealizadores da consagração fúnebre de Joaquim Nabuco na capital da República, em especial daqueles presentes na Comissão Central de Homenagens nomeada pelo Congresso Nacional para fazer jus à memória do herói que a República buscava eternizar num *ritual cívico* que se pretendia de grandes proporções.

Nesse sentido, parece que três conjuntos de atores, em especial, concorreram para a consagração fúnebre do herói da República. Além das autoridades do Estado republicano, estavam ali: (1) a família de Nabuco e os antigos abolicionistas de Pernambuco e dos estados vizinhos, onde o líder abolicionista tinha se notabilizado durante os últimos anos do Império; (2) os intelectuais da capital da República, reunidos principalmente em torno da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e (3) Rio Branco e os seus pares do Ministério das Relações Exteriores ou de fora dele, que constituíam o *círculo Rio Branco*.

É claro que os mesmos indivíduos poderiam ser classificados como integrantes de mais de um destes conjuntos de atores, e até mesmo em todos eles. Os intelectuais da Primeira República, em particular, são polígrafos, e daí ser possível encontrá-los transitando entre os três “grupos”. Mas as instituições que os representam participam das cerimônias fúnebres de modo específico. Esse quadro esquemático, em suma, pode ser útil para identificar as variadas ênfases operadas sobre as várias “faces” do herói. Por outro lado, cumpre notar ainda que os três conjuntos de atores não são concorrentes, pelo contrário. Eles convivem, e de maneira esteticamente muito harmoniosa, durante o

²²⁴ Argumento parecido, no que se refere a este aspecto em particular, é desenvolvido brilhantemente em: Ângela Miranda Cardoso. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras.” In: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p. 549-602. Num sentido quase contrário, Iara Lis Carvalho Souza analisa a morfologia do ritual político da realeza portuguesa na chave da “arte efêmera” presente na liturgia real, entre 1708 e 1820, no mundo luso-brasileiro. E depreende quase automaticamente da análise dessas formas rituais (e do discurso oficial produzido sobre elas) as funções daquelas imagens na afirmação dos vínculos entre o “vassalo/súdito/súdito-cidadão” e o soberano. Cf. Iara Lis Carvalho Souza. “Liturgia real: entre a permanência e o efêmero”. In: Istvan Jancsó e Iris Kantor (orgs.). *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001. 2 vols. Vol. II: p. 545-566.

ritual.

Evidência disto é que, a despeito desta diversidade de ênfases simbolicamente disponíveis naquele *ritual cívico*, os promotores dos funerais de Nabuco (leia-se: os membros da Comissão Central de Homenagens) reservaram espaço para cada um daqueles três conjuntos de atores. Dessa forma, portanto, não viam como ambíguo ou paradoxal consagrar ao mesmo tempo o herói da Abolição, o homem de letras e o embaixador da República.

A atenção a alguns aspectos simbolicamente centrais dos três dias de funerais parece legitimar o argumento que se quer defender aqui. Ele se refere, primeiramente, ao contexto analisado no início do capítulo, qual seja o da campanha civilista à presidência da República e da intensa competição eleitoral que ensejou. Uma conjuntura que coincidiu com o período de atividades da Comissão Central de Homenagens responsável por organizar e promover os funerais de Nabuco, que se realizaram pouco mais de um mês após a eleição.

Naquele início de abril de 1910, parece que estava em jogo a consolidação de um imaginário social já estabelecido: uma espécie de “enquadramento abolicionista” da memória consagrada em torno da figura pública de Nabuco. Tratava-se de empreender uma apropriação desta imagem no sentido de converter Nabuco em herói da República. Note-se que há um deslocamento da ênfase em termos simbólicos, mas não se silencia sobre o abolicionismo do embaixador.

Prevaleceu, no funeral cívico, a ênfase simbólica sobre a faceta *monroísta* do primeiro embaixador da República. Nessa chave, é lícito considerar o ritual político devotado à consagração fúnebre de Joaquim Nabuco como um culto cívico encenado em praça pública. E, como num culto religioso, este também teve seu altar. O altar de Nabuco foi o Palácio Monroe, símbolo do *monroísmo* e da política externa republicana, naquele momento sob a liderança do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores durante o quarto governo republicano consecutivo.

O *monroísmo*, a política pan-americana de aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América, tinha sido, nas palavras do próprio Nabuco, a última causa de sua vida. Analogamente, tinha sido também a última da vida de Rio Branco, e talvez a primeira da política externa republicana. Ela não era, contudo, objeto de consenso. A vitória da candidatura de Rui Barbosa na eleição de 1910, por exemplo, poderia ter representado a ascensão ao poder, e ao ministério, de uma nova orientação em termos da política externa da República. A Conferência de Haia, em 1907 — onde aliás o próprio

Rui Barbosa, doravante conhecido como *águia de Haia*, tinha atuado com grande destaque nacional e internacional — dera ensejo a constrangimentos nas relações entre Brasil e Estados Unidos, que se agravariam com a circulação de boatos sobre supostos entendimentos em torno de uma aliança sul-americana entre Argentina-Brasil-Chile (ABC), a qual estaria sendo projetada em contraposição à influência dos Estados Unidos no continente.

Sem estabelecer uma relação direta, automática ou mecânica entre uma coisa e outra, parece que prevaleceram naquele momento, abril de 1910, os interesses do *círculo Rio Branco* na divulgação e consolidação de uma memória do primeiro embaixador brasileiro particularmente associada ao *monroísmo* e à política externa que o barão queria divulgar e formar como parte inalienável de um projeto nacional republicano.

Não obstante, aquela espécie de *templo ritual*, aquele *lugar de memória* em que se converteu o palácio Monroe, travestido de *panteão transitório* durante três dias, também reservava lugar para as outras faces do herói. Elas ganham visibilidade a partir da iniciativa de outros conjuntos de atores de sua consagração. O importante é assinalar como, naquele momento, não representava contradição, para os próprios promotores dos funerais de Nabuco na capital da República, comemorar, no sentido etimológico de “lembrar junto”, as múltiplas faces do herói.

Nesse sentido, cumpre notar que o papel de intelectual era muito valorizado, nesse momento, como atributo para os candidatos ao ingresso na carreira de diplomata ou/e política. Por outro lado, uma das principais contribuições de Nabuco à campanha abolicionista tinha sido uma obra intelectual. Os homens de letras, além disso, eram alvos privilegiados deste “gênero de consagração fúnebre-cívica” de heróis nacionais na Primeira República, como aponta a literatura especializada nacional e internacional.

Quanto a comemorar o embaixador e o herói da Abolição, as evidências de que, em termos nativos, isto não representa paradoxo algum são várias. Em primeiríssimo lugar, porque os abolicionistas e os estandartes de suas organizações têm seu espaço garantido nos vários ritos cívicos dos funerais de Nabuco no Rio de Janeiro, tanto nos préstitos quanto no altar patriótico. E, em segundo lugar, porque o espaço reservado a eles, ressalte-se, é garantido pelos próprios promotores das comemorações, aqueles mesmos que elegeram o Monroe, símbolo do pan-americanismo, como o *panteão transitório* do culto cívico ao herói.

Em suma, pode-se mesmo afirmar que foi a correlação de forças entre os atores da consagração fúnebre de Joaquim Nabuco na capital da República, representados na Comissão Central de Homenagens, que favoreceu o predomínio dos interesses do *círculo Rio Branco*, fundando um *enquadramento* específico em torno da memória do primeiro embaixador da República.

E qual era a correlação de forças entre os três conjuntos de atores naquele momento? De um lado, é possível identificar o interesse do barão do Rio Branco na consagração simbólica do pan-americanismo monroísta. Seus desígnios seriam favorecidos não só pela vitória de seu candidato na eleição de março de 1910, como pela presença de seus “aliados” tanto na Comissão de Homenagens quanto na imprensa e no IHGB. O Instituto, aliás, era nesse momento presidido pelo próprio Rio Branco, e não é redundante notar que o presidente da Comissão de Homenagens, Serzedello Correa, em 1910, era não só prefeito do Rio de Janeiro como também membro do IHGB. Integrantes do *círculo Rio Branco* e intelectuais do IHGB parecem, então, unidos em torno do mesmo objetivo simbólico, da mesma ênfase sobre a “face” monroísta da memória do líder da Abolição.

Aparentemente, foi essa aliança, sutil, simbólica, tácita, entre Rio Branco e os homens de letras da capital da República que fez dos funerais de Nabuco em 1910 o momento da consagração do primeiro Embaixador da República, mais do que do líder abolicionista. Mudanças posteriores na correlação de forças estabelecida entre os múltiplos atores envolvidos na heroificação de Nabuco — e na própria composição dos conjuntos de atores devotados a esta tarefa — dariam ensejo, em outros momentos, a diferentes variações nos *olhares* produzidos sobre o herói, como ficaria evidenciado em 1949, por exemplo.

Entre 1910 e 1949, as ênfases sobre as várias faces da vida do herói sofreram deslocamentos. Em termos formais, o *enquadramento* mudou ao longo do tempo. Num primeiro momento, a correlação de forças entre os atores das homenagens à memória de Nabuco favoreceu a ênfase que destacava seu papel como primeiro embaixador da República e valorizava a última causa que defendera em vida: o pan-americanismo. Num segundo momento, em 1949, realocadas as composições de cada grupo de atores envolvidos nas comemorações do centenário do nascimento de Nabuco, e alterada a correlação de forças entre eles, sobreveio a ênfase sobre o reformador social, o tribuno da Abolição da escravatura, em uma palavra, o herói da Abolição.

Como sugere Portelli, é importante atentar para as oposições não *entre* campos

de memória, mas *dentro* deles.²²⁵ Como foi visto neste capítulo, havia em 1910 três grupos de atores centralmente envolvidos na encenação da imortalidade de Joaquim Nabuco. Entre os promotores dos *funerais cívicos* do novo herói da República, destacaram-se, *grosso modo*, homens de letras, abolicionistas pernambucanos e diplomatas do *círculo Rio Branco*, muitos deles podendo ser igualmente alocados no campo da política. O grupo dos diplomatas, favorecido pela vitória da candidatura Hermes da Fonseca nas eleições de 1910, pela composição da Comissão de Homenagens que preparou os funerais e pela influência do barão entre os políticos e homens de letras da capital da República,²²⁶ fez prevalecer a ênfase sobre a face de Nabuco diplomata e promotor do pan-americanismo: a face, enfim, de uma imagem civilizada do Brasil no exterior.

Mas, ainda nesse primeiro momento, notou-se a presença de representações de várias instituições de Pernambuco e de estados vizinhos (Alagoas, Paraíba, Pará etc.) e de diversas associações de autodenominados abolicionistas, além de membros da própria família de Joaquim Nabuco. Este conjunto de atores da consagração fúnebre do primeiro Embaixador brasileiro se fez notar ao longo dos três dias de funeral, em todos os préstitos a que o corpo foi submetido na capital da República, no velório ocorrido no Palácio Monroe e, finalmente, na sessão cívica programada para a noite do terceiro dia de funerais, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Aqui se delineiam, portanto, duas versões simbólicas em disputa: uma que privilegia a face de Nabuco líder abolicionista, sobretudo em Pernambuco; e outra que privilegia a face monroísta do herói, do homem de Estado que dedicou os últimos anos de sua vida à consecução da política externa republicana. Duas versões que são distintas, mas não são antitéticas, podendo conviver e até se complementar.

Em 1947, quando Gilberto Freyre tomou a iniciativa de propor ao governo federal as comemorações oficiais do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, essas duas versões circulavam e estavam disponíveis aos atores das homenagens à

²²⁵ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum” [1995]. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103-130.

²²⁶ Lembre-se que o barão do Rio Branco era, à época, ministro das Relações Exteriores e presidente do IHGB. E que Serzedello Correa, prefeito do Distrito Federal e presidente da Comissão de Homenagens, era sócio do Instituto presidido pelo barão e tinha sido ministro das Relações Exteriores em 1892, durante o governo Floriano Peixoto.

memória do líder abolicionista. Mas os atores dessas iniciativas foram largamente influenciados pelo sociólogo pernambucano, e seu papel nas comemorações do centurião de Nabuco foi distinto daquele observado em 1910.

Em primeiro lugar, setores ligados ao Ministério das Relações Exteriores, que em 1910 tinham sido responsáveis pela ênfase simbólica dos funerais sobre o monroísmo do primeiro embaixador brasileiro. Em 1947/9, durante as comemorações do centenário de nascimento de Nabuco, parece que o MRE não investiu tanto na consagração de seu ilustre embaixador. Isso talvez se explique, em parte, pela “sombra do barão”,²²⁷ e que parece ser confirmada pela comparação entre a participação do MRE nas comemorações do centenário de nascimento do barão do Rio Branco, em 1945, e sua atuação nos eventos relativos a Nabuco, em 1949.

Em segundo lugar, os intelectuais, que constituem o conjunto de atores mais heterogêneo entre os três elencados. Em 1910, os homens de letras ligados ao *círculo Rio Branco*, ao IHGB ou à ABL parecem ter tido papel de destaque na organização dos funerais cívicos de Nabuco. Já em 1949, o centenário de nascimento de outro intelectual de grande destaque, Rui Barbosa, parece ter exigido muito dos homens de letras.

Coube a outro intelectual consagrado, Gilberto Freyre, a iniciativa mais expressiva das comemorações do centenário de nascimento de Nabuco. Além de publicar um livro sobre a vida de Nabuco, em 1948,²²⁸ Freyre atuou no Parlamento em prol da criação do Instituto Joaquim Nabuco. As iniciativas de Freyre, no entanto, apontam no sentido de uma ênfase sobre a “face” abolicionista do herói. Sua primeira sugestão nesse sentido foi a publicação, em edição popular, dos discursos parlamentares em que o líder abolicionista defendia reformas sociais. Mais tarde, ao aventar a idéia de um Instituto com o nome de Nabuco, Freyre dava um tom eminentemente regionalista à instituição. A acolhida do *Diário de Pernambuco* à idéia do deputado pernambucano é clara em apontar nessa direção: o Instituto Joaquim Nabuco resgataria para o Recife o papel de centro de renovação social e intelectual do país.

O enquadramento produzido em 1949, portanto, é bem distinto daquele que predominou nos funerais ocorridos na capital da República, em 1910. No centenário do nascimento de Nabuco, a carreira diplomática do primeiro embaixador brasileiro é

²²⁷ Ver capítulo 5.

²²⁸ Gilberto Freire. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1948.

muito pouco mencionada, embora não haja exatamente um silêncio sobre esta “face” do herói. O enfoque sobre o Nabuco abolicionista, contudo, que em 1910 era mais restrito, em 1949 passou a predominar. A correlação de forças entre os atores do trabalho de enquadramento da memória sobre o herói, nesse segundo *tempo*, favoreceu o conjunto de atores formado pelos abolicionistas, pernambucanos e familiares de Nabuco. Uma breve análise comparativa dos necrológios do herói publicados quando de sua morte, em 1910, pode ajudar a fixar este ponto que se quer demonstrar.

NECROLÓGIOS DE NABUCO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Em 1910, por outro lado, os necrológios do *herói* apontam simultaneamente para três elementos centrais da vida de Nabuco. Além da campanha pela Abolição no Império, nunca esquecida e sempre valorizada, os discursos fúnebres ressaltam em Nabuco os seus atributos de orador (em favor da libertação dos escravos), homem de letras e diplomata (da República) — identidades, aliás, intercambiáveis, pois que o bom orador há de ser político e homem de letras, e o diplomata, além de exercer função política, mobiliza suas habilidades de homem de letras no serviço à Pátria.

Como já apontou João Felipe Gonçalves em relação aos discursos sobre Rui Barbosa quando de sua morte,²²⁹ também estão presentes nos necrológios de Nabuco a afirmação da *sobrevivência* de sua obra ou/e de sua alma ao falecimento de seu corpo, a recorrência das referências às emoções de seus admiradores (e da Pátria em luto) tanto quanto às atribuídas ao próprio homenageado, e a afirmação de sua individualidade, sua singularidade.

Mas, para além destas características típicas dos “rituais fúnebres-cívicos” de heróis nacionais durante a Primeira República,²³⁰ o que ressalta dos discursos enunciados neste momento, quando comparados aos discursos de 1949, é o destaque conferido a suas qualidades de homem de letras e, principalmente, de diplomata da República. Em alguns destes discursos é evidente a desqualificação do monarquismo de Nabuco nos primeiros tempos do novo regime, ou a afirmação das tendências

²²⁹ GONÇALVES, op. cit.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 148.

republicanas de seu pensamento, supostamente presentes em seus pronunciamentos no Parlamento desde fins do Segundo Reinado, durante a campanha pela abolição.

A produção deste *olhar* monroísta sobre Nabuco, predominante em 1910, foi resultado da correlação de forças estabelecida basicamente entre três conjuntos de atores. Imediatamente após a morte do herói, cada um dos três buscou enfatizar uma das *faces* da vida pública de Nabuco, sem excluir as outras. Mas elas foram produzidas antes disso, no final do Império e início da República, enquanto o herói ainda estava vivo e podia ser festejado.

O capítulo que segue busca identificar, então, os momentos em que foram produzidas cada uma das três *faces* do herói disponíveis aos atores de sua consagração em 1910. Os dois capítulos finais da tese serão dedicados à análise das condições sociais de produção das duas *faces* de Nabuco mais festejadas após a Proclamação da República: a de escritor/homem de letras e a de diplomata. Antes de analisá-las, contudo, cabe situar o leitor diante da trajetória do líder abolicionista pernambucano.

3

As faces do herói

Emoção geral dos que encontro. Um ano depois de 13 de maio! Não podia ser mais pronta a desforra. Os fazendeiros exultando. E o povo? O escravo? Deus queira que a revolução purifique a monarquia tanto quanto a Abolição engrandeceu-a.

(Joaquim Nabuco. 17 de novembro de 1889. In: _____. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. v. 2: p. 28)

UM HERÓI MULTIFACETADO

Nabuco é um herói de muitas faces. Não só porque tem sido objeto de consagração por diferentes atores, ao longo de mais de um século, mas porque sua trajetória de vida oferece terreno particularmente fértil a uma considerável diversidade de apropriações. O próprio Nabuco, segundo Angela Alonso, “se reinventou várias vezes ao longo da vida (...). Soube adquirir as feições requisitadas pelas diferentes conjunturas.”²³¹

Entre 1910 e 1949, como foi visto, a maneira de lembrar Nabuco mudou muito. A República, orgulhosa, homenageou seu herói em 1910, com três dias de funerais na capital federal. Ali se chorou a morte do político abolicionista, do intelectual brilhante e, principalmente, do embaixador monroísta. No mesmo ano, no Recife, uma cerimônia tímida enterrou o herói da abolição. Muito tempo depois, em 1949, quando o país parecia esquecer-se de Nabuco, um Gilberto Freyre udenista teve que se esforçar para obter da República comemorações oficiais em homenagem ao centenário de nascimento de seu conterrâneo ilustre. Superado o obstáculo inicial, contudo, teve tanto sucesso que fez reviver o líder abolicionista como herói nacional: o mito do “redentor dos cativos no Brasil” encobriu a memória do embaixador monroísta de 1910 e inverteu a fórmula que a República inventara.

Todo mito político, contudo, refere-se a algo que *realmente aconteceu*. Os diferentes *olhares* sobre a vida do herói têm a ver, portanto, com representações diversas acerca de supostos fatos do próprio período em que o primeiro embaixador brasileiro ainda estava vivo. São as diferentes maneiras de contar a vida de Joaquim Nabuco que motivam as disputas em torno de sua memória. Como ensina Aarão Reis, “imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva”. “Não raro”, contudo, “é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais”.²³² Ao historiador cabe explicitar essas “artimanhas da memória”, mas sua tarefa só estará plenamente cumprida se for capaz de compreender suas motivações e os procedimentos através dos quais opera.

²³¹ ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 334-335.

²³² PEREIRA, op. cit., p. 29.

Trata-se de identificar as origens das correntes de memória que fundamentam a disputa entre *olhares* concorrentes acerca do mesmo objeto de culto.

A tarefa levada a cabo neste capítulo é, por isso mesmo, dupla. Por um lado, pretende-se apresentar ao leitor um panorama dos “fatos” da vida de Nabuco, através de uma narrativa de cunho biográfico, ainda que muito breve e interrompida em 1904. Ao mesmo tempo, e por outro lado, trata-se de identificar, a partir de contribuições do conjunto da *hagiografia nabuqueana*,²³³ os eventos que forjaram a construção das duas primeiras *faces* do herói: a de líder abolicionista e a de intelectual monarquista. O intuito central desta empreitada é subsidiar uma análise posterior de algumas das condições sociais de (re)produção destes *olhares* sob as duas décadas iniciais da Primeira República, cotejando as ênfases mais recorrentes, os critérios de seleção adotados e, principalmente, alguns dos aspectos que tais ênfases têm relegado a zonas de penumbra.

Cumprir notar que ambos os objetivos perseguidos ao longo do capítulo são indissociáveis. Seria impossível apresentar os aspectos mais destacados da trajetória de vida complexa e multifacetada de Nabuco sem o recurso aos *olhares* dispensados a ela pelas análises mais recorrentes entre os muitos biógrafos e demais estudiosos que se ocuparam desta tarefa. O que se segue é, a um só tempo, uma narrativa biográfica largamente tributária do processo histórico de consagração de Joaquim Nabuco e uma análise sobre aspectos desse mesmo processo. Como já foi dito, ele conta cerca de cem anos e dispõe, obviamente, de a(u)tores mais qualificados do que o autor destas linhas. Não se inclui entre as finalidades do texto, portanto, negar as contribuições de que se serve amplamente, nem muito menos nos desvincular delas integralmente. Valem, nesse caso, as palavras de Nara Britto em estudo sobre o mito construído em torno de outro herói da Primeira República, Oswaldo Cruz:

²³³ O termo “hagiografia”, como se sabe, é tradicionalmente referido às biografias e escritos sobre a vida dos santos. A expressão “hagiografia nabuqueana” reflete uma apropriação livre do termo, aqui remetido às biografias sobre o herói em tela. A idéia não é original. Ela acompanha, de um lado, a sugestão de Célia Azevedo, de comparar o culto à memória de Nabuco à canonização de sua vida e obra. Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Quem precisa de São Nabuco?”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, p. 87-97, 2001. De outro lado, a expressão é direta e expressamente tomada de empréstimo da obra de Nara Britto sobre o processo de heroificação de Oswaldo Cruz. A autora denomina de “hagiografia oswaldiana” o conjunto de “biografias, necrológios, panegíricos, textos encomiásticos” etc. que conformaram a construção desse “mito na ciência brasileira”. Cf. BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 57.

“Desvendar no discurso mitológico o quanto de verdade ou de fantasia contém, parece-me uma tentativa vã, posto que qualquer interpretação histórica é constituída de representações. Desse modo, não importa aqui contrapor a história verdadeira à narrativa não-verdadeira, Oswaldo Cruz real em oposição ao idealizado. Mas sim a realidade do mito, ou seja, o processo de uma construção simbólica que atuou positivamente sobre a realidade”.²³⁴

Se o que será feito também resultará de uma seleção, convém estabelecer os critérios a que obedece. Trata-se, em primeiro lugar, de resumir os vários aspectos da trajetória pública de um político e homem de letras que, como geralmente acontece, participou ativamente de sua própria consagração. Uma trajetória de vida, sempre revisitada, que envolve uma enorme variedade de narradores, além do próprio Nabuco. Não seria viável, nem desejável, inventariar todos eles, muito menos classificá-los. Em vez disso e, em segundo lugar, busca-se valorizar alguns traços mais recorrentes dos *olhares* que os principais biógrafos, simpatizantes, adversários e estudiosos de Nabuco produziram ao longo dos últimos cem anos.

Também será apresentada brevemente a trajetória republicana de Nabuco, aquela a que se costuma atribuir menor destaque e que, paradoxalmente, como se quer demonstrar, foi objeto de maior investimento simbólico do próprio biografado e de seus contemporâneos.²³⁵ Mas, antes de chegar lá, comecemos do início, como deve ser.

²³⁴ BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 15.

²³⁵ A Proclamação da República, em 1889, inaugura um período que costuma ser retratado como de relativo ostracismo político de Nabuco, em que o líder abolicionista produziu a maior parte de sua obra, inclusive sua autobiografia precoce, notabilizando-se como intelectual consagrado na capital Federal. A enorme maioria das anotações de Nabuco em seu diário, ademais, data do período posterior ao golpe militar de 15 de novembro, conforme atesta o contraste visual entre os dois volumes de seus *Diários*: o segundo, reservado ao período decorrido entre 1899 e 1910, tem quase o dobro do número de páginas do primeiro. Cf. Joaquim Nabuco, *Diários: 1873-1910*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. 2 v. Quanto à produção autobiográfica de Nabuco, ela está sendo entendida aqui em sentido lato, não se referindo apenas a *Minha Formação*, mas também a uma série de artigos e discursos seus produzidos após a Proclamação e publicados na imprensa, sem um caráter autobiográfico explícito ou privilegiado. A parte mais significativa desta produção já foi analisada por outros autores. Cf. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. Refiro-me, em especial, ao capítulo 8, “*The White Man’s Burden*”, em que Salles explora a questão da adesão de Nabuco à República a partir de reflexão anterior sobre a parte mais substantiva da obra do líder abolicionista. Ver também: GOMES, Angela de Castro. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. *Remate de Males*, Campinas, SP, n° 24, p. 9-31, 2004. E, por todos: ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERÓI DA ABOLIÇÃO

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo (1849-1910) nasceu no Recife (PE) em 19 de agosto de 1849, em um sobrado da Rua do Aterro da Boa Vista, atual Rua da Imperatriz Tereza Cristina. Era filho de político — reconhecido posteriormente como grande estadista —, o futuro Conselheiro Nabuco de Araujo, e de mãe rica, Ana Benigna de Sá Barreto, ao que se sabe, sobrinha do marquês do Recife, Francisco Paes Barreto.²³⁶

O ano do nascimento de Nabuco é também a ocasião da eleição de seu pai como deputado geral pelo Partido Conservador, o que faria a família mudar-se para o Rio de Janeiro. Sem querer submeter o recém-nascido à longa viagem até a Corte, os pais de Nabuco o entregam aos cuidados de seus padrinhos, Joaquim Aurélio de Carvalho e d. Ana Rosa Falcão de Carvalho, proprietários do Engenho Massangana, no município do Cabo, Pernambuco.

Em Massangana Nabuco viverá até 1857, quando conta 8 anos de idade e vê falecer sua madrinha, já viúva desde pouco tempo depois da chegada do afilhado ao Engenho. Sempre lembraria dos 8 primeiros anos de sua vida com especial carinho pelo lugar onde cresceu e conheceu o convívio com os escravos, entre os quais se tornou o “Quinquim”. Nascido em família da aristocracia brasileira “de segunda classe”, tinha sido criado como filho da açucarocracia decadente de Pernambuco. “Assim”, nota Angela Alonso, embora a família não tivesse terras, foi o clássico menino de engenho”.²³⁷ Mas agora, com a morte da matriarca, teria que voltar à companhia dos pais no Rio.

“Enxotado de seu pequeno reino, Quinquim realizou uma verdadeira epopéia até o lar original”. Na viagem do Recife até o Rio, narra Alonso, o “menininho de d. Ana Rosa (...) começava a virar Nabuco”, filho de um estadista do Império. Agora tinha que aprender a ser cortesão: foi estudar no Colégio de Friburgo, dirigido pelo Barão de Tautphoeus. Admirado com o talento de seu pupilo pernambucano, o Barão fez questão

²³⁶ Para os dados da vida de Nabuco, recorremos principalmente à tese de Ricardo Salles anteriormente citada e à melhor e mais recente biografia sobre Nabuco, de Angela Alonso, supracitada. Subsidiariamente, foi consultada ainda a obra escrita por VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas*: Rui, Nabuco, Rio Branco. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981. Esta última obra é uma reedição de três das mais famosas biografias escritas pelo autor (entre elas a sua *Vida de Joaquim Nabuco*, cuja primeira edição é de 1949), acrescidas de notas e reunidas num volume único.

²³⁷ ALONSO, op. cit., p. 21.

de levá-lo consigo para o Colégio Pedro II, onde fora lecionar. Entre 1860 e 1865 Nabuco foi um aluno exemplar, publicando, aos 15 anos, poesia dedicada a seu pai. “O Gigante da Polônia” mereceu comentário de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, indicando o início de uma longa amizade.

Em 1866, nova mudança, pois se matricularia no curso de Ciências Sociais e Jurídicas da Faculdade de Direito de São Paulo.²³⁸ Mas tornar-se-ia bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1870, transferido no último ano do curso, como era comum na época. “A formação da elite imperial”, explica Alonso, “incluía a circulação entre as escolas de direito, de modo a pôr o aspirante a político em contato com o norte e o sul, as duas metades discrepantes do mesmo Império”.²³⁹

Bacharel, precisava decidir sobre seu destino profissional. As opções eram permanecer no Recife ou voltar ao Rio de Janeiro, onde estavam sua família, a Corte, a vida mundana, os salões, os principais periódicos do país, e a maioria das oportunidades de emprego. Nessa época, os meios de subsistência mais almejados por um bacharel passavam pelo serviço do Estado: ingressar na política ou no funcionalismo público e, se possível, conciliar as duas ocupações. No caso de Nabuco, é compreensível, talvez até esperado, que seu pai o vislumbrasse como deputado. Com esse intuito, tentou convencer o filho a deixar sua terra natal. Procurou o Barão de Vila Bela, velho aliado político em Pernambuco, para tratar da indicação de Nabuco a deputado geral. Desafortunado, ainda tentou, inutilmente, obter a nomeação do filho para um posto diplomático no exterior.

Nesse momento, como demonstra Angela Alonso, as restrições no acesso a posições políticas com que Nabuco se deparava atingia toda uma geração de filhos ou afilhados de políticos importantes das províncias do Norte. Sem chegar a romper com o regime, uma ala da dissidência liberal de fins dos anos 1860, da qual Nabuco de Araújo fazia parte, encontrava-se marginalizada no início dos anos 1870, devido à decadência econômica e à supremacia conservadora. Toda a nova geração liberal, formada por jovens bacharéis como Nabuco e Rui Barbosa, teve de esperar um bom tempo até poder debutar no Parlamento. De acordo com a autora, a demanda desse grupo por reformas era decorrência do acesso vedado aos postos de comando do regime: “A chave para a

²³⁸ No Rio de Janeiro da época não havia Faculdade de Direito. O primeiro curso superior desse tipo só viria a existir com a República.

compreensão do movimento ‘intelectual’ da geração 1870 está na estrutura de oportunidades políticas em que surge”.²⁴⁰

Além disso, embora a família Nabuco quisesse perpetuar a linhagem de políticos imperiais, Nabuco tinha suas próprias pretensões, literárias e políticas. “Saiu da faculdade um perfeito dândi”,²⁴¹ como bem define Alonso. Convencido pelo pai, deixou Pernambuco sem se desligar da política local e, enquanto não conseguia uma ocupação permanente, teve tempo para dar vazão a seus talentos de escritor. A carreira literária era, ademais, coadjuvante quase obrigatória da atuação política para os jovens da elite daquele tempo. Nas palavras de Angela Alonso, “o entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas”.²⁴²

Nabuco, a essa altura, já havia tido oportunidade de conviver com jovens animados pelo espírito liberal da época. Conheceu os políticos Rodrigues Alves e Afonso Pena, futuros presidentes da República; Ferreira de Meneses, que se tornaria conhecido pela atuação no jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*; Lúcio de Mendonça, intelectual que seria um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras; Luís Gama, poeta negro do abolicionismo, entre outros.

Mantendo-se ligado às tradições de sua família, diz-se que trazia desde cedo convicções monarquistas e abolicionistas. Pôde expressá-las principalmente através da atuação na imprensa, onde teve mais sucesso imediato do que na carreira literária. Em 1869, era uma das figuras do Centro Liberal (tentativa de rearticular monarquistas liberais em torno de um programa de modernização do país que evitasse a República), que funda o jornal *A Reforma*, com grande repercussão na Corte. O conselheiro Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis estão entre os líderes desse grupo político. N’*A Reforma* e em periódicos acadêmicos, o jovem Nabuco vai defender, desde cedo, reformas políticas de democratização da monarquia, resistindo sempre à onda republicana.

²³⁹ ALONSO, op. cit., p. 27.

²⁴⁰ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 97.

²⁴¹ ALONSO, *Joaquim Nabuco...*, op. cit., p. 28. O “estilo dândi”, explica a autora, “tendia para o exotismo e suscitava a pecha do efeminamento. (...) Os dândis dedicavam-se com afinco às roupas e acessórios, apreciavam jóias e mesmo maquiagem – caso de Castro Alves. Esse narcisismo (...) era parte de uma nova sensibilidade. O romantismo propagara o homem frágil, mais belo que forte, mais amoroso que autoritário”.

²⁴² ALONSO, *Idéias em movimento...*, op. cit., p. 113.

Mantinha-se fiel às tradições liberais e monarquistas de seu pai e tornava-se um dos nomes simpáticos ao movimento abolicionista.

Por essa época, então, o filho do Conselheiro Nabuco de Araújo, além de ter já freqüentado um dos maiores lugares de sociabilidade das elites políticas brasileiras (o Colégio Pedro II), passava a desfrutar em casa do convívio de alguns dos políticos liberais mais destacados do Império, devido ao trânsito de seu pai entre os liberais republicanos. Nabuco pôde então conhecer Teófilo Ottoni, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, por exemplo.

Ricardo Salles, em tese sobre a obra intelectual de Nabuco, enfatiza sua formação cultural e a vinculação do seu pensamento a valores de um determinado grupo social que denomina *elite imperial*. Identifica, assim, um *percurso social* comum aos jovens da elite intelectual brasileira, privilégio de uma parcela reduzida da sociedade que, “por nascimento, mas também, e cada vez mais, por formação”, era capaz de cultivar um equilíbrio delicado entre razão e sentidos, mediados pela sensibilidade, “cultivada no domínio da estética”,²⁴³ em consonância com as concepções ilustradas da elite imperial.

Esse *percurso social*, segundo o mesmo autor, comportaria uma dimensão espacial, referida a um “deslocamento em direção à Corte, isto é, à cidade do Rio de Janeiro e a seu espaço social central definido pela Corte organizada em torno do Paço e do Palácio de São Cristóvão”; mas também uma dimensão propriamente social, efetivada através de um itinerário em direção ao Estado imperial. Este itinerário passava, em uma primeira etapa, por determinadas instituições de ensino superior, como as faculdades de Direito de Recife e São Paulo:

Durante o período de faculdade, tão importante quanto os estudos era o envolvimento em atividades não acadêmicas, tais como a participação em sociedades fechadas, em jornais acadêmicos, em círculos literários, etc.²⁴⁴

De fato, Nabuco, durante o curso superior, escreveu em jornais acadêmicos e ensaiou algumas incursões mal sucedidas pelo mundo literário. Paralelamente, ainda no ano de 1868, é iniciado na Loja Maçônica AMÉRICA, jurisdicionada ao Grande Oriente

²⁴³ SALLES, op. cit., p. 39.

²⁴⁴ Idem, ibidem.

dos Beneditinos, cujo Grão Mestre era Saldanha Marinho, grande figura do radicalizado grupo dos liberais republicanos.²⁴⁵

Após a formação superior, contudo, havia ainda uma segunda etapa do percurso indicado por Salles: deveria somar-se à militância na própria área jurídica uma carreira paralela que unisse política, jornalismo e letras, “quase sempre de forma simultânea”. E tudo isso, claro, intimamente ligado ao cultivo de relações familiares e pessoais, estabelecidas e conservadas em lugares de sociabilidade abertos (*teatros, clubes, livrarias, cafés*) ou em salões particulares, inscrevendo aquelas relações em alguma fronteira suave entre o público e o privado:

“Não se tratava apenas de um percurso ‘profissional’, mas de uma formação, de um trajeto de aprendizagem e introjeção de valores. A carreira administrativa ou política iniciava-se pela formação pessoal ligada a tradições e costumes que se reproduziam nos círculos familiares de uma parcela restrita da sociedade. Política e administração, ainda que tendo em vista o bem comum e o progresso da nação, guardavam uma dimensão particular de ordem privada.”²⁴⁶

Até então, todavia, o *status* do Conselheiro Nabuco de Araújo e as relações pessoais que cultivava não tinham surtido efeito positivo para os anseios que projetava para o filho. Nabuco, cuja beleza, altura, elegância, fineza e porte físico são destacados por quase todos os seus biógrafos, tinha fama de boêmio. Durante a faculdade e depois dela, quando de volta à Corte, o jovem liberal consolidou a imagem de rapaz garboso e namorador. Era conhecido como *Quincas, o Belo*.²⁴⁷ Nem a incursão na advocacia, tentada no escritório de seu pai, tinha-lhe rendido bons frutos. Em 1872 escrevera *Camões e os Lusíadas*, ensaio literário, mas suas pretensões de escritor também não iriam deslanchar naquele momento.

Grande incremento no seu currículo seria, agora, uma viagem ao exterior. O Conselheiro Nabuco de Araújo não reunia, nesse período de seu ocaso político, recursos materiais expressivos, mas Nabuco pôde contar então com a herança deixada pela madrinha, que usou para viajar à Europa. Em 1873 embarca no *Chimborazo*, onde conhece Eufrásia Teixeira Leite, por quem se apaixona. Eufrásia era então uma jovem

²⁴⁵ ALONSO, op. cit., p. 106.

²⁴⁶ SALLES, op. cit., p. 41.

²⁴⁷ Viana Filho, contudo, faz ressalvas a essa imagem. Demonstra ter encontrado, por trás da fama de um

de 23 anos ainda solteira, órfã e herdeira de grande fortuna acumulada por família aristocrática de barões do café da região de Vassouras, no interior fluminense. Assim que chegam a Paris os dois resolvem se casar. Nabuco solicita à família os documentos necessários, mas a união oficial não se efetiva devido a uma crise de ciúmes. Seria a primeira turbulência de uma relação de amor e amizade, cujo final infeliz e derradeiro vem a ocorrer mais de 10 anos depois, em 1886, por iniciativa dele. Enquanto Nabuco desejava empregar-se no Brasil, Eufrásia se enraizava na França, multiplicando a fortuna da família em negócios financeiros e resistindo à vontade do amante. Só retornaria definitivamente ao Brasil no final da vida, ainda solteira, mas Nabuco se casaria pouco depois do rompimento.

Pois eis que formado, viajado e solteiro, Nabuco está de volta à terra natal em 1874. Além da França, tinha conhecido a Itália e a Inglaterra. Conseguira, com isso, um espaço semanal em coluna de crítica no jornal *O Globo*, de Bocaiúva. Buscando maximizar seu capital social, procura demonstrar valor intelectual através de uma polêmica com José de Alencar, líder do partido conservador e expoente da literatura nacional, com fama de bom polemista e autor consagrado do romantismo brasileiro. O debate público entre os dois, que girava em torno do “indianismo” como “fórmula” romântica conservadora, se estendeu de setembro a novembro de 1875, quando Alencar se cansa de responder às críticas do jovem escritor.

Aproximando-se dos 30 anos, Nabuco ingressa no serviço público pela via da diplomacia, como adido da legação brasileira em Washington, em 1876. Ali assiste ao que lhe pareceu a corrupção desenfreada no interior do Estado republicano norte-americano. Obtém enfim uma licença não-remunerada de seis meses e viaja para Londres. Só neste momento é que as relações pessoais de seu pai começam a lhe render frutos: com a volta dos liberais ao poder, o Barão de Vila Bela passara a ministro dos Estrangeiros, obtendo, em 1877, a transferência de Nabuco para a Legação de Londres, onde se torna adido e toma contato com os abolicionistas.

O Barão de Penedo, chefe da Legação, tornar-se-á seu confidente e correspondente assíduo até 1906, quando morre. Penedo tinha sido colega de faculdade do senador Nabuco de Araújo no Recife. Chefe do jovem Nabuco, criaria com ele laços quase paternais, solidificando amizade duradoura. Sua residência, Grosvenor Gardens

Nabuco galanteador, um amante tímido. Cf. VIANA FILHO, op. cit.

32, franqueia a Nabuco um espaço freqüentado por grandes personalidades do Brasil e do mundo: o futuro Barão do Rio Branco, então cônsul do Brasil em Liverpool, o príncipe e a princesa de Gales, o Barão de Rothschild, entre outros.

O ano seguinte é marcado pelo choque da morte do Conselheiro Nabuco de Araújo (27/03/1878), mas também pela primeira eleição de Nabuco como deputado geral pela província de Pernambuco, graças ao apoio do Barão de Vila Bela. Ingressa na política um tanto a contragosto; profundamente abalado com a morte do pai, queria continuar na diplomacia. Cede, contudo, à vontade da mãe de ver a quarta geração de parlamentares da família. Como deputado, revela-se um exímio orador, defendendo a eleição direta, a elegibilidade de não-católicos e o fim da escravidão. Todos temas polêmicos, em que a monarquia, não sendo atacada como regime, era criticada em questões fundamentais e arriscadas. O trabalho de Angela Alonso serve, mais uma vez, para situar a trajetória de Nabuco na estrutura de oportunidades políticas da época:

“No fim da década de 1870, os novos liberais não eram moços estreantes, tinha já se estabelecido, conheciam a experiência estrangeira pessoalmente, eram cultos, eram “respeitáveis”. [...] Em 1878, o retorno dos liberais ao poder assegurou vaga de deputado para Nabuco, Rui Barbosa, Rodolfo Dantas e Barros Pimentel e uma cátedra na Escola Politécnica para Rebouças — que nunca ambicionou o Parlamento. Todos foram habitar a Corte, onde consolidaram relações e retomaram a campanha em prol das reformas da pauta liberal”.²⁴⁸

Marginalizados do sistema político imperial, os “novos liberais” seriam a liderança do movimento reformista. “Sob a influência dos reformistas da geração 1870”, o Brasil viveu a “democratização da política que Nabuco vira nos Estados Unidos”. As várias associações criadas por esses grupos para defender as bandeiras reformistas pipocavam nas ruas das principais capitais do Império. “Os grupos reformistas exerciam pressão difusa sobre o Parlamento. Vicejavam na sociedade porque não conseguiam adentrar o sistema político. Por isso, protestavam.”²⁴⁹

Nabuco, deputado estreante, isolado no palco da política imperial, procurou se aproximar deste mundo que “fervia fora do Parlamento”: “Era sua travessia da política

²⁴⁸ ALONSO, *Idéias...*, op. cit., p. 116.

²⁴⁹ ALONSO, *Joaquim Nabuco*, p. 114. Todas as citações deste e do próximo parágrafo são da mesma fonte.

aristocrática (...) para a política democrática dos tempos modernos, que supunha novo elemento: o povo.” Mas, formado na tradição de um “regime de notabilidades” e contrário à supremacia do número e à “equalização das capacidades diferenciadas” que o assustaram nos Estados Unidos, apostava no modelo inglês. Em solo britânico, a modernização seguiu o caminho do meio: “as prerrogativas dos nobres eram limitadas, e os direitos da plebe, ampliados, sem supressão da hierarquia”. Foi no Velho Mundo que Nabuco encontrou seu modelo de estratégia política. “Orfão do pai e do padrinho político Vila Bela, rompido com duas facções do Partido Liberal, (...) decidiu conquistar a nova opinião pública”. No Parlamento britânico encontrou um modelo e uma tática a seguir:

“Gladstone era o artífice da mudança, feita por meio de estratégia arriscada: falar diretamente aos cidadãos, persuadi-los, e, calçado neles, forçar os lordes a ceder seus anéis, com a promessa de lhes garantir os dedos. (...) A abolição na própria Inglaterra resultara da combinação de proposição regular de legislação no Parlamento com *meetings* de persuasão da sociedade civil. Nabuco quis repetir a fórmula no Brasil.”²⁵⁰

Em julho de 1880 essa espécie de “terceira via” de Nabuco, inspirada em Gladstone, começou a se viabilizar: conheceu André Rebouças e fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE). “Era a versão brasileira da *The British and Foreign Anti-Slavery Society*”, diz Angela Alonso. “A idéia era estabelecer uma rede política internacional que pressionasse o governo brasileiro”.²⁵¹ Ao mesmo tempo, apostava na mobilização da sociedade civil. Através de *meetings* e outros instrumentos de propaganda política, a campanha abolicionista deslançou:

“Essa movimentação encaminhava Nabuco para o radicalismo e para a popularidade. O projeto de emancipação moderada de seu pai ia sendo solapado pelas fórmulas contundentes dos reformistas. (...) Tudo isso puxava Nabuco para a esquerda. Fincou um pé no sistema político, outro, na sociedade civil. Transitando entre os pólos fez-se pivô, elo entre a velha política aristocrática, dos salões fechados do Parlamento, e a nova política democrática das ruas. Esse caráter anfíbio deu-lhe projeção nacional. A elite política o respeitava por vocalizar um clamor não contemplado nas instituições. E fez sucesso entre as associações civis porque podia

²⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 115.

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 116.

influir sobre o sistema político. Ganhou, assim, amor e ódio dos dois lados.”²⁵²

Contrariando interesses poderosos e aprofundando discordâncias com o Partido Liberal, Nabuco veria inviabilizada sua reeleição em 1881. Partiu então para exílio voluntário na Europa. Em Londres escreve *O Abolicionismo*, que é publicado em 1883. Circulou pouco em comparação com outros panfletos reformistas, segundo Ângela Alonso, mas o consagrou como grande pensador social e expoente intelectual da campanha abolicionista no Brasil.

O retorno ao país, em meados de 1884, lhe faria “conhecer a glória”. Embora o movimento abolicionista aumentasse e ganhasse vulto, as desavenças entre seus componentes aumentavam na mesma medida. Segundo Ângela Alonso, isso resultava num “vácuo de liderança”, que a “personalidade explosiva de Patrocínio” não era capaz de preencher. “Assim”, argumenta a autora, “se abria espaço para Nabuco”, pois

“Faltava um líder que coordenasse as mobilizações que corriam pela sociedade. Na política institucional, com a esperada ascensão de um gabinete reformista, faltava um bom orador que o defendesse nos debates. (...) Essa posição de elo entre a sociedade e o Parlamento – que tentara quatro anos antes – se afigurava agora. Tanto a SBCE quanto correligionários do Partido Liberal viram nele a *persona* capaz de exprimir em si mesmo todo o movimento por reformas (...). Estava sendo chamado de volta. Passava de dispensável a imprescindível.”²⁵³

Mergulhado na causa da Abolição pelos cinco anos seguintes, tornar-se-ia o “abolicionista-mor”, como “pivô entre a política aristocrática do Parlamento e a agitação da nova opinião pública”.²⁵⁴ De 1885 até o dia 13 de maio de 1888 será articulador, no Parlamento, do grupo abolicionista. Nabuco era a “estrela do grupo e da campanha. Carismático, bom orador e bem-apegoado”, atuará na imprensa, criticará a Monarquia, perderá três eleições,²⁵⁵ atrairá o ódio de muitos e exercerá grande influência sobre tantos outros. Lutava contra o estigma do trabalho manual como função

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 120-121.

²⁵³ Idem, *ibidem*, p. 176-177.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 179.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 117. Três campanhas eleitorais de Nabuco fracassaram: 1881, 1884 (anulada por denúncia de fraude) e 1886. Obteve a vitória nas urnas em quatro oportunidades, além da primeira, em 1878: 1885 (duas vezes, em janeiro e em junho), 1887 e 1889.

humilhante, pregando melhorias no acesso à terra e ampliação da cidadania pela incorporação dos negros, no sentido de integrar o país à civilização ocidental.

Enfrentou, no entanto, a resistência escravocrata. Para vencê-la, “os novos liberais adotaram a estratégia que Rebouças aprendera nos Estados Unidos e Nabuco vira em atividade na França de Thiers e na Inglaterra de Gladstone: a propaganda”, dentro e fora do Parlamento.²⁵⁶ A eleição de 1885, em especial, seria extremamente disputada, e lhe renderia enorme popularidade, conquistada principalmente no Recife das manifestações populares contra a escravidão.

“Entre 1884 e 1885”, atesta Angela Alonso, “Nabuco virou a abolição”: “Sua transformação de pessoa controversa em símbolo invulnerável aconteceu ao longo da campanha eleitoral mais memorável do Segundo Reinado”,²⁵⁷ ocorrida em 1884. Os primeiros resultados divulgados foram questionados, gerando conflitos armados e morte. Nova eleição, ocorrida em janeiro de 1885, resultou em vitória de Nabuco. Depois dos incidentes do ano anterior, sua candidatura tinha virado “campanha nacional dos abolicionistas. Seu rosto estampado em lenços e tecidos, em garrafas de cerveja, rótulos de charuto e pacotes de fumo. Nabuco resplandeceu no seu maior palco: o teatro Santa Isabel”.²⁵⁸ Mas, na Câmara, o diploma de Nabuco não foi reconhecido. Nova eleição para a Câmara, em junho de 1885; nova vitória, e a consagração.

Antes de, enfim, tomar posse, e com força política de que não dispunha antes, Nabuco empunharia nova bandeira, resumida num *slogan* que lhe acompanharia pelo resto da vida. Foi no caminho de volta a Pernambuco, aonde iria agradecer aos conterrâneos sua eleição mais importante. “Na parada da Bahia”, conta Angela Alonso, Nabuco “adendou a bandeira federativa, cerne da pauta republicana, ao seu programa: ‘Abolição, Federação, Paz’”. Ao final da travessia, aportava herói em sua terra:

“Nas duas campanhas do Recife, sua figura pública se expandiu. Adquiriu as feições de herói romanesco. Readquiriu vigor e autoconfiança, assentados na crença na causa coletiva. Finalmente usufruía na arena pública uma reputação do quilate que o charme lhe garantia na vida privada. Virava um ícone. Em 3 de julho, sem

²⁵⁶ Idem, *ibidem*.

²⁵⁷ Alonso, *op. cit.*, p. 185.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 193.

contestações, tomou posse na Câmara sob sua primeira chuva de flores.”²⁵⁹

No Parlamento em que jamais outro deputado penetrara “com mais força moral e com maior prestígio”,²⁶⁰ estava em pauta o projeto da Lei dos Sexagenários. Em público, Nabuco fez oposição, mas os adversários o acusaram de, nos bastidores, negociar. De todo modo, a lei passou, ainda que por votação apertada, e o gabinete caiu. A volta dos conservadores ao poder anunciava dificuldades na aprovação de novas leis emancipacionistas, bem como dificuldades eleitorais para os políticos abolicionistas. Foi então que “Nabuco fez suas contas. A abolição seria outra vez bloqueada e o movimento reformista penderia para a outra questão da agenda: a república. Outro item comum aos reformistas era a federação”. Apresentou então um “projeto de monarquia federativa”, apostando na redução das atribuições do Poder Moderador “como forma de preservar a monarquia”, argumenta Alonso.²⁶¹ Também contribuiu para isso, segundo a autora, a perspectiva próxima de eleições, marcadas pelo novo gabinete para janeiro de 1886. Não adiantou: Nabuco foi derrotado, na sua quarta campanha em pouco mais de um ano.

Sem o cargo, sem emprego e muito endividado, escreveu vários panfletos políticos criticando as fraudes eleitorais, os conservadores, d. Pedro II e o Poder Moderador. Mas também apelava ao imperador para que fizesse uso do seu poder pessoal e promovesse a abolição pelo alto. Ainda naquele ano, em 1886, passou a escrever para *O País*, jornal republicano de Quintino Bocaiúva. Radicalizou o discurso e se aproximou do abolicionismo popular, mas logo teve que se ausentar do país. O novo chefe lhe impusera viagem a Paris para acompanhar o imperador, que partiu para tratamento de saúde na Europa. Chegou antes de d. Pedro e conviveu com novos e velhos amigos: o futuro barão do Rio Branco, Eduardo Prado, Lopes Trovão. A progressiva recuperação do imperador e a possibilidade de que a princesa regente, Isabel, derrubasse o gabinete fizeram com que Nabuco viajasse de volta ao Brasil. No

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 197.

²⁶⁰ *O País*, apud Alonso, *op. cit.*, p. 196.

²⁶¹ Alonso, *op. cit.*, p. 202.

Recife, narra Alonso, “os abolicionistas lançaram Nabuco como símbolo da oposição nacional a Cotegipe”,²⁶² cabeça do gabinete conservador.

A eleição de 1887 foi tão radicalizada quanto tinham sido as de 1884 e 1885: um dos atos em favor de sua campanha resultou em mais uma morte, a terceira em três anos. Mas sua popularidade rendeu outra vitória. “Era o auge da popularidade. Virou tema de enfeites de carnaval e um fabricante de chapéus criou o modelo O Abolicionista, com seu retrato”.²⁶³

Empossado, logo veio o recesso parlamentar e o retorno ao Recife. Dali partiu em vapor para a Europa. Isolado em Londres, rumou para Roma, onde seus amigos passavam férias a pretexto de acompanhar o jubileu do papa Leão XIII. Nabuco aproveitou a ocasião de reencontrar o barão de Penedo para articular mais um episódio da campanha abolicionista. Através dos amigos da *Anti-Slavery Society*, de Londres, e do representante brasileiro, Souza Correa, conseguiu audiência com o Papa. Obteve, em 1888, a promessa de publicação de uma Encíclica aos bispos brasileiros condenando a escravidão, com enorme repercussão no Brasil. A bula papal, contudo, seria publicada tarde demais.

Antes que a “manifestação do santo padre” tocasse “o sentimento religioso da [princesa] regente”,²⁶⁴ o Parlamento, depois de mais uma queda de gabinete, aprovaria a Lei Áurea. O ano parlamentar de 1888 se abriu com o projeto de abolição imediata em pauta. Nabuco chegou da Europa poucos dias antes da votação, a tempo de encenar mais uma leva de discursos aplaudidíssimos a favor da lei, que tramitou da Câmara à promulgação em menos de uma semana, depois de passar pelo Senado. De 13 a 20 de maio o país parou para comemorar a abolição e seus heróis. Foi a apoteose de Nabuco: “Era o herói. Ungido e amado, cingiu finalmente sua coroa de príncipe”.²⁶⁵

CONSAGRAÇÃO INTELECTUAL

O belo *Quincas* dos tempos da boemia carioca chegava, enfim, à maturidade, tanto na carreira política quanto na amorosa. Casaria tarde, em 23 de abril de 1889, já

²⁶² Idem, *ibidem*, p. 220.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p. 222.

²⁶⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

²⁶⁵ ALONSO, op. cit., p. 232.

perto dos seus quarenta anos. Mas ainda teria tempo para trazer ao mundo cinco herdeiros (Carolina, em 1890; Maurício, em 1891; Joaquim, em 1894; Mariana, em 1895; e José Tomás, em 1902). Sua esposa, Evelina Torres Soares Ribeiro, apesar de coxa, era filha do barão de Inoã, de rica família de proprietários rurais da província fluminense. Os dois passariam o primeiro mês de casados em Paquetá, seguindo logo em viagem de lua-de-mel para a região do Prata.

Enquanto isso, os pernambucanos reconduziam Nabuco à Câmara, na última eleição do Império. Desta vez sua vitória nas urnas prescindiu até de sua própria presença física no Recife. Era uma prova inequívoca da consagração política do herói. De volta ao Brasil após a viagem de núpcias, o líder abolicionista segue para o Recife para agradecer por sua reeleição, obtida sem sequer ter feito campanha. Da terra natal retorna à capital do Império, onde pretendia finalmente estabelecer um porto seguro. Político respeitado e bem-sucedido, tinha garantido certa estabilidade na vida pública, com boas perspectivas de ascensão a postos de maior destaque. Quanto à vida privada, o bom casamento anunciava um futuro de calma emocional e financeira. Paquetá seria o refúgio escolhido por Nabuco para abrigar a nova família que começava a formar.

Mal se instalara na nova casa de Paquetá, contudo, recebeu a notícia da República: depois da bonança, viria a tempestade. Ostracismo político, ruína financeira, auto-exílio, decadência física e emocional marcariam a vida de Nabuco nos dez anos que se seguiram ao 13 de maio. Monarquista convicto, o herói da abolição veria na queda do Antigo Regime o fim prematuro de sua carreira política. O novo regime representava, em sua opinião, a expressão nefasta da reação escravista em aliança com o militarismo e o caudilhismo típicos das repúblicas latino-americanas.

Já nos primeiros dias do Governo Provisório seu diário registra essa interpretação dos fatos. Em 15 de novembro de 1889, sempre telegráfico, anota: “Sedição militar no Rio. (...) À tarde, Gouveia traz a notícia da [proclamação da] República”.²⁶⁶ E dois dias depois, consumado o golpe, ensaia interpretação mais elaborada:

²⁶⁶ NABUCO, Joaquim. 15 de novembro de 1889. In: _____. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. Vol. 2: p. 27.

Emoção geral dos que encontro. Um ano depois de 13 de maio!
Não podia ser mais pronta a desforra. Os fazendeiros exultando. E o
povo? O escravo? Deus queira que a revolução purifique a monarquia
tanto quanto a Abolição engrandeceu-a.²⁶⁷

Desgostoso com os destinos do país e encantado com a prosperidade argentina, Nabuco deixaria o Brasil uma semana depois, para aplicar suas poupanças e o dote de Evelina em títulos da dívida pública argentina, sonhando em multiplicar sua fortuna. Ver-se-á arruinado no ano seguinte, com a crise econômico-financeira que atinge aquele país e leva o governo de Buenos Aires à declaração de bancarrota, em julho de 1890.

Arruinado financeiramente e recusando o apelo dos eleitores pernambucanos para candidatar-se à Constituinte republicana, Nabuco parte para Londres com a esposa e a filha recém-nascida. Ainda fará uma viagem de volta ao Prata para tentar reaver a fortuna arrasada, mas só conseguirá recuperar um décimo do investimento original. O intuito de estabelecer um escritório de advocacia em Londres também não vingaria.

Com a República, Nabuco vislumbra para o Brasil o mesmo destino de outras repúblicas americanas: corrupção, desordem, desintegração. Os anos iniciais do novo regime parecem confirmar todos os seus péssimos prognósticos, e ele se afasta cada vez mais da política profissional. Mas ainda não está no completo ostracismo, como costuma apontar a maioria de seus biógrafos. Em meados de 1891, passara pelo Rio durante a viagem de volta ao Prata, e aí acertara com seu amigo, Rodolfo Dantas, uma colaboração para o *Jornal do Brasil*, periódico monarquista recém-fundado para defender, moderadamente, a restauração. Tendo recusado o Parlamento, Nabuco recorria às letras. Buscava um meio de fazer política, mas também uma fonte de renda.

O horizonte político do país, no entanto, reservava maus agouros à oposição monarquista. Em novembro de 1891, Deodoro dissolve o Congresso e decreta o estado de sítio. A reação ao autoritarismo do presidente força sua renúncia, seguida pela posse de seu vice, Floriano Peixoto. Daí por diante os jacobinos ganhavam força crescente, motivando um processo de radicalização política que redundaria, mais tarde, no fechamento do *Jornal do Brasil*. Em 29 de dezembro de 1891, Nabuco parte mais uma vez para a Europa, na companhia do amigo Rodolfo Dantas e da mulher Evelina.

Com efeito, até essa altura não se poderia dizer que Nabuco estivesse alheio à militância política, ainda que se mantivesse afastado da política profissional. Atestam

²⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 28.

isso, além das cartas e dos artigos que publica na imprensa,²⁶⁸ a sua correspondência com os amigos monarquistas. Um deles é o Barão do Rio Branco. Os dois tinham se conhecido provavelmente por volta de 1877, quando conviveram na residência oficial do chefe da Legação brasileira em Londres, o barão de Penedo. Ambos filhos de grandes estadistas do Império, Nabuco e Rio Branco seriam consagrados heróis da República.

Mas, no imediato pós-Proclamação, os dois amigos se mantêm monarquistas ferrenhos. O Barão ainda se sustentava no serviço diplomático, mas preservava o título nobiliárquico e escrevia libelos anti-republicanos na imprensa sob pseudônimos diversos. As cartas particulares que recebe do amigo neste momento constituem verdadeiros “rascunhos de história imediata”, uma crônica política contundente sobre aqueles anos conturbados, de governos militares e guerra civil.

Em maio de 1890, por exemplo, os prognósticos de Nabuco sobre o destino do regime republicano anunciam tempos nebulosos:

Não creio na possibilidade de uma república. Iremos de tirania em tirania, de despotismo em despotismo, até o desmembramento ou a perda completa da noção de liberdade. É este o nosso triste futuro se algum fato providencial não vier concertar o que foi tão estúpida e brutalmente feito em pedaços a 15 de Novembro.²⁶⁹

Vivendo sua tragédia particular após a bancarrota argentina, via aproximar-se também a falência brasileira, com a política econômica de Rui Barbosa, que vê como um assalto dos grupos financeiros aos cofres públicos do país. A ascensão de Floriano Peixoto e o fechamento do *Jornal do Brasil* — que neste momento já tinha à frente Rui Barbosa e fazia oposição ao florianismo — pareciam representar o auge da tirania que

²⁶⁸ O documento mais notório dentre estes escritos iniciais sobre a República é a carta que Nabuco fez publicar no *Diário do Comércio* em 7 de setembro de 1890. Cercando-se do simbolismo daquela data, respondia a Fernando Mendes: “Por que continuo a ser monarquista”.

²⁶⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. Águas de [Lambary], 22/05/[1890]. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 832 maço 1 pasta 1. Todas as cartas citadas aqui tiveram sua ortografia atualizada. Para uma análise mais demorada sobre a correspondência entre Nabuco e Rio Branco durante os anos iniciais da República no Brasil, ver: BONAFÉ, Luigi. “A correspondência particular de Joaquim Nabuco com o Barão do Rio Branco”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 165, n° 424, p. 11-38, jul./set. 2004. Para a noção de “rascunhos de história imediata”, ver o artigo de GOMES, Ângela de Castro. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. *Remate de Males*, Campinas (SP), n° 24, p. 9-31, 2004, que se dedica a uma análise das cartas entre Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima mais ou menos no mesmo período de que tratamos aqui. Para outras cartas particulares de Nabuco a amigos, cf. NABUCO, Joaquim. *Cartas a*

ele vislumbrava para o país logo após a Proclamação. Como se não bastasse, o ano de 1891 se encerra sob o abalo tremendo da notícia da morte de D. Pedro II em Paris. Assim, no início de 1892, Nabuco vislumbra a possibilidade concreta e imediata da restauração do antigo regime:

É possível que passe temporariamente a atual quadra de terror oficial ainda que para voltar logo depois; mas eu não creio. Julgo a anarquia senhora definitivamente do país e precisando cada dia de aumentar a compressão para evitar a volta da monarquia. Quanto a esta, não é mais tempo de propagandas. A propaganda está feita. Do que se trata é de libertar nove décimos da população da tirania do décimo restante — e o problema posto nesses termos não deve ser de muito difícil solução. V. que é doutor em guerras pode bem dar o plano.²⁷⁰

Sabemos, com a vantagem do olhar retrospectivo, que os desejos do líder abolicionista não se realizarão. Pelo contrário, em vez de se isolar, a República lograria obter de boa parte de seus opositores monarquistas, pouco a pouco, a neutralização, a adesão, a incorporação. Mas, naquele momento de radicalização do jacobinismo na capital da República, Nabuco não considerava a possibilidade de voltar a exercer a política profissional. Por isso, o retorno à Europa entre fins de 1891 e inícios de 1892 é cercado de grandes incertezas e expectativas. No meio do trajeto, de passagem por Paris, Nabuco ainda recebe a notícia da morte do irmão Sizenando. Em abril desembarca em Londres às voltas com a busca de alternativas de sobrevivência depois da bancarrota, e sob o impacto de duas mortes sentidas (a de seu irmão e a do Imperador). Não por acaso, é este o ano de sua conversão, de sua volta ao catolicismo, que abandonara na juventude.

Mas era preciso obter um meio de sustento. Em setembro de 1892 está de volta ao Rio de Janeiro, convertido e em busca de ocupação que o mantivesse. Tentará manter-se afastado da cena política e abrirá um escritório de advocacia com João Alfredo, seu conterrâneo, compadre e presidente do Conselho de Ministros quando da Abolição. Serão vizinhos na rua Marquês de Olinda, em Botafogo, onde os dois se reunirão, na residência de Soares Brandão, para reuniões noturnas em que lembrariam

amigos (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 2 v.

²⁷⁰ Carta de Nabuco a Rio Branco. Lisboa, 17/01/1892. No original do Arquivo Histórico do Itamaraty o ano não estava grafado, mas na versão publicada em *Cartas a amigos* sim. Ver NABUCO, *Cartas a amigos*, op. cit., v. 1, p. 209-10.

os tempos de glória do antigo regime. Também o escritório de advocacia de Nabuco e João Alfredo, “na falta de clientes”, diz Evaldo Cabral de Mello, “tornou-se outro ponto de encontro dos saudosistas da monarquia”, a que se somarão os colóquios da *Revista Brasileira* e as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras.²⁷¹

A partir de 1893 inicia a preparação do material sobre a *Vida* de seu pai, buscando um meio de sustento que lhe permita escrevê-la, longe da política. Mas os acontecimentos que abalam o país não param de impressionar Nabuco. A revolta da Armada lhe renderá um livro, *A intervenção estrangeira durante a revola...*, e deixará marcas profundas em suas lembranças, registradas mais tarde em *Minha Formação*.

O ano seguinte, 1894, começa a anunciar tempos mais calmos. Um pouco antes do fim da revolta da Armada, é eleito o primeiro presidente civil da República. E, em setembro, Nabuco terá terminado o esboço de *Um Estadista do Império*, que vai absorvê-lo ainda por um bom tempo: até o fim da década de 1890.

Até então, a República ainda sofria graves percalços. Nabuco tinha assistido ao banimento da família real, à especulação que se seguiu com o “Encilhamento” de Rui Barbosa, à primeira Constituinte republicana, à dissolução do Congresso e à decretação do estado de sítio, à renúncia de Deodoro, ao apedrejamento do *Jornal do Brasil*, à morte de D. Pedro II, à revolta das Fortalezas de Santa Cruz e Laje, à Revolução Federalista, à Revolta da Armada, ao rompimento das relações diplomáticas com Portugal, ao início do movimento de Canudos e a sua associação com o monarquismo e ao perigo da perseguição cega aos monarquistas. Enfim, todos os problemas que Nabuco previra para o país com o advento da República pareciam se concretizar em largas dimensões. Mas agora, com a eleição de Prudente de Moraes, o clima de radicalização política dava sinais de arrefecimento. Poderia ser um bom momento para voltar a agir.

Em 1895 aceita o convite para colaborar no *Jornal do Comércio*, onde publica longa série de artigos, reunidos mais tarde no livro *Balmaceda*. Mais uma vez utilizava as letras para fazer política. Uma parte dos revoltosos derrotados por Floriano tinha se rearticulado, no Uruguai, e continuava sua luta no sul do País. Não passara ainda a

²⁷¹ Evaldo Cabral de Mello. “Ostracismo 1889-1898”. In: NABUCO, *Diários*, op. cit., p. 13-14. Nabuco chamava aquelas noites de “soirées de São Petesburgo”.

“quadra do terror”. Por isso, Nabuco temia as conseqüências de tratar explicitamente da política interna. Achou “mais prudente falar da República... do Chile”.²⁷² Discutindo recente guerra civil ocorrida no país vizinho, recorria a um “subterfúgio para finalmente falar do florianismo”, associando implicitamente o ditador brasileiro ao chileno. Está se reaproximando da política. Na verdade, nunca estivera alheio a ela. Também nunca deixara de polarizar as atenções:

“O livro trouxe o autor de volta à crista da onda. José Veríssimo ironizou, na *Revista Brasileira* de 15 de julho de 1895: Nabuco seria republicano no Chile. Por lá, ganhou simpatias: versão de *Balmaceda* para o espanhol e promessa de distribuí-la nas escolas. Até Rui Barbosa o convidou para escrever sobre a Revolta no *Jornal do Brasil*.”²⁷³

A repercussão de *Balmaceda* rendeu muitos frutos a Nabuco. Além de publicidade, trouxe bom retorno financeiro. E, principalmente, o reconhecimento de seus pares. Não lhe faltou sequer o crivo de José Veríssimo, um dos maiores críticos literários do momento. Apesar da ironia, muito sutil, o comentário do autor à obra de Nabuco era extremamente positivo. Para Veríssimo, o herói da abolição era “seguramente um dos nossos raros pensadores (...) que tratam as questões políticas e sociais com preocupações literárias”. Das páginas da *Balmaceda* emergia não “o seu monarquismo irreduzível”, mas “um espírito liberal, estranho aos fetichismos políticos”.²⁷⁴ Era o passaporte para o mundo das letras, ao passo a “defesa tardia da Revolta” da Armada marcava “seu retorno à política militante”: ainda em 1895, “descreveu o levante monárquico no *Jornal do Comércio*. *A Intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893* saiu em livro no fim do ano”.²⁷⁵

De volta à cena política, Nabuco passou a ser disputado. De um lado, um amigo republicano publica carta aberta associando o fim da guerra civil à derrocada dos radicalismos, e insistindo na aceitação da República pelo herói da abolição. Sua resposta sai no *Jornal do Comércio* sob o título de “O dever dos monarquistas”, carta aberta ao

²⁷² ALONSO, *Joaquim Nabuco*, op. cit., p. 270.

²⁷³ Idem, *ibidem*. p. 270-271.

²⁷⁴ VERÍSSIMO, José. “A Revolução Chilena e a Questão da América Latina. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. Primeira série. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Ed., 1901. p. 2-3.

²⁷⁵ ALONSO, op. cit., p. 271.

Almirante Jaceguay. Respondia ao amigo, republicano convertido, que o dever dos monarquistas sinceros era morrer politicamente com a Monarquia.²⁷⁶

Recusando a República, passa a ser requisitado por antigos desafetos do Império, agora temporariamente aliados em torno da restauração. Será Nabuco o redator de um Manifesto à Nação, publicado no *Jornal do Comércio* a 12 de janeiro de 1896 e assinado por João Alfredo, Ouro Preto, Lafaiete Pereira, Domingos Figueira e Carlos Figueiredo, que compunham o diretório monarquista paulista. Mas as divergências e a independência de sempre em relação aos “velhos” monarquistas mantiveram-no longe das fileiras restauradoras. Poucos meses depois recusaria a direção de um jornal monarquista que se chamaria *Liberdade*. Quis afastar-se de novo da política, convencido de que não tinha aliados.

Sem abrigo entre republicanos ou monarquistas, seu refúgio será mesmo o mundo das letras. O combate ao novo regime não seria interrompido, mas deslocado para o campo das batalhas da memória. A repercussão de suas obras e o retorno ao teatro de operações daquela guerra de idéias tinham-no habilitado a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reduto daqueles mesmos velhos representantes do antigo regime que tinham assinado o manifesto redigido por Nabuco, o IHGB sobrevivera à queda da Monarquia. Criado para escrever a história nacional e promover a figura de D. Pedro II, o Instituto tentava seguir existindo em novo contexto, agora sem o patrocínio oficial de que se beneficiara durante o Segundo Reinado.²⁷⁷

Por isso mesmo, o IHGB se deparava, naquele momento, com grandes desafios. Em primeiro lugar, enfrentava a grave questão da manutenção financeira. Em segundo lugar, mantinha a ambição de preservar o lugar do Império, e em especial do Segundo Reinado, na história nacional. Corolário disso, e em terceiro lugar, o Instituto precisava encontrar uma forma de fazê-lo sem inviabilizar a existência de uma instituição tida como monarquista em tempos de República e de radicalismos políticos.

²⁷⁶ NABUCO, Joaquim. O dever dos monarquistas. In: _____. *A abolição e a República*. Org. e apresentado por Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 75-92. Ver também: ALENCAR, José Almino; SANTOS, Ana Maria Pessoa dos (orgs.). *Joaquim Nabuco*. O dever da política. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

²⁷⁷ Sobre o IHGB, seu projeto historiográfico e sua associação ao Imperador, ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, n° 388, p. 459-609, jul./set. 1995; e também: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, vol. 1, n° 1, p. 5-27, 1988.

Algumas qualidades que a crítica identificou nas duas obras com que Nabuco debutou na atividade de historiador político pareciam indicar que o antigo líder abolicionista poderia agora converter-se num intérprete adequado daquele projeto. O IHGB queria honrar o passado imperial brasileiro, mas fazê-lo naqueles tempos exigia habilidade literária e sutileza política. O autor de *Balmaceda* parecia reunir essas qualidades providenciais.

A opinião de Veríssimo, ele mesmo republicano, talvez tenha constituído a melhor síntese desse tipo de avaliação do Nabuco historiador que lhe abriria as portas do Instituto. O famoso crítico literário, ao resenhar *Balmaceda*, reconhecia que seu autor buscava, na análise da guerra civil chilena, um pretexto para defender o parlamentarismo contra o presidencialismo, o que equivaleria, no Brasil, a defender a forma monárquica contra a republicana. Veríssimo dialogava com o autor, discordando de suas conclusões e fazendo a defesa da adequação do regime republicano ao Brasil. Mas também anotava que “o Sr. J. Nabuco evitou, tanto quanto lhe era possível, a fácil vantagem das comparações que lhe não eram precisamente impostas pelos fatos ou considerações com que os comentava”. De modo que, mesmo assinalando a instrumentalização política a que Nabuco submetia sua obra, Veríssimo ressaltava a qualidade literária do texto, suficiente para não deixar transparecer ao leitor o “monarquismo irreduzível” de seu autor.²⁷⁸

Não por acaso, a proposta de admissão de Nabuco como sócio efetivo do IHGB se fundamenta explicitamente em suas contribuições aos “estudos históricos”, entre as quais já se incluíam, àquela altura, capítulos do futuro *Um Estadista do Império*, que vinham sendo publicados na *Revista Brasileira*. Em sessão ordinária realizada no Instituto em 19 de julho de 1896, foi lida a seguinte proposta:

“Propomos para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (...). Para título de sua admissão ao grêmio deste Instituto servirão as obras que tem dado à publicidade, que são procuradas e lidas com avidez por quantos sabem prezar os estudos históricos, e **das quais a imprensa tem com razão e justiça tecido os mais bem cabidos elogios**, e estas são: *Camões e os Lusíadas*, em 1872; *O Abolicionismo*, em 1882; *Campanha abolicionista no Recife*, em 1885, em 1 volume; *Discursos pronunciados nas sessões de diversas sociedades abolicionistas da Europa*, que lhe valeram a mais que

²⁷⁸ VERÍSSIMO, op. cit.

distinta honra de ver seu nome inscrito entre a plêiade de seus mais distintos Membros; Balmaceda, em 1895; Biografia de seu venerando pai, o laureado jurista, exímio parlamentar e estadista José Thomaz Nabuco de Araújo, em trechos publicados nas Revistas Católica e Brasileira, e finalmente o Estudo da intervenção estrangeira na revolta, em 1 volume e o Discurso oficial que pronunciou na festa soleníssima que celebrou o Gabinete Português de Leitura no ano de 1880, em comemoração ao 3º centenário da morte do poeta Luís de Camões.”²⁷⁹

Na sessão de 16 de agosto de 1896 vem a público o parecer da Comissão de História acerca da proposta de admissão de Nabuco. A avaliação da comissão se baseou em três dos livros mencionados: *O Abolicionismo*, *Balmaceda* e *A intervenção estrangeira durante a revolta*. A conclusão é taxativa em afirmar que o autor “é digno do lugar que pretende”. Afinal, os “trabalhos literários do candidato” tinham sido escritos “com mão de mestre”, revelando, “com os dotes de fino e erudito escritor, seu gênio eminentemente altruísta de caridade, justiça e amor do próximo; seu tino de historiador, filósofo, observador e criterioso; e sobretudo o seu amor a esta pátria (...)”.²⁸⁰

Ao tomar posse no IHGB, na sessão de 25 de outubro de 1896, Nabuco explicita esta convergência entre suas preocupações pessoais de historiador e os desafios historiográficos com que o Instituto se deparava. Seu discurso de posse começava com a promessa de corresponder à “honra” que recebera através do esforço “para conservar o antigo brilho às tradições desta casa”. Aceitara a idéia de assumir seu novo “posto” como “uma quase obrigação moral”, por três motivos: porque considerava necessário lutar pela preservação dos documentos dos “vultos de nossa história parlamentar”; porque uma “crise” ameaçava a história nacional de “mutilação definitiva”; e porque seria esta “a vontade que o Imperador, se vivesse, me teria manifestado do seu exílio”.²⁸¹

A maior parte de seu discurso ocupa-se daquele segundo motivo, que na verdade era o mais importante e que mais explicitamente se coadunava com as preocupações do IHGB naquele momento. A “crise” que a história pátria atravessava tinha a ver com a batalha da memória em que cabia ao Instituto defender a Monarquia contra a “mutilação

²⁷⁹ *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LIX, Parte II, (3º e 4º Trimestres), 1896. p. 254-25. Grifos meus.

²⁸⁰ Idem, ibidem, p. 269.

²⁸¹ Idem, ibidem, p. 308-314, passim.

definitiva” que poderia resultar de uma vitória dos republicanos positivistas nesse campo. Na luta pelos símbolos nacionais que se seguiu à proclamação da República, a disputa em torno dos heróis da pátria constituía uma das frentes de batalha mais acirradas.²⁸² O próprio Nabuco descreve de forma clara e lúcida o que estava em jogo:

“Uma escola religiosa (...), mais política em todo caso do que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. (...) A idéia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento”.²⁸³

Os símbolos que os republicanos positivistas elegiam como “nova trindade nacional” forjavam, portanto, um projeto de como escrever a história do Brasil que, além de resumi-la ao pós-Independência, negando a contribuição portuguesa, buscava desqualificar, pelo silêncio, a obra do Império. Vitoriosa esta narrativa do passado nacional, a história do país estaria definitivamente mutilada. Cabia ao IHGB defender a Monarquia desta ameaça, impedindo que caísse no esquecimento.

Em especial, tratava-se de ressaltar a importância do período do Segundo Reinado. “Escrever a história do Brasil esquecendo o reinado de Pedro II”, argumentava Nabuco, “é como escrever a história de Judá eliminando o reinado de Salomão e a história da França eliminando o reinado de Luís XIV”. O IHGB era a trincheira desta batalha pela memória:

“Pois bem, pareceu-me, senhores, que no momento em que o passado nacional corre o risco de ser mutilado no que ele teve de mais glorioso, era dever meu entrar para a instituição à qual esse passado está entregue, onde a história goza ainda do direito de asilo, onde o *audi alteram partem* conserva sempre seu sagrado privilégio. (...) A decadência e a morte deste Instituto seria a morte de uma parcela de sua alma [de D. Pedro II], de um raio do seu espírito, que nós queremos acreditar imortal, que desejamos ver sempre dourando os píncaros da inteligência e do sentimento brasileiro”.²⁸⁴

²⁸² A análise clássica sobre esse assunto, ainda que sem considerar os monarquistas entre os contendores, é o trabalho de: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁸³ *Revista Trimestral...*, op. cit., p. 310-311.

²⁸⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 313.

A arma mais poderosa de Nabuco nesta batalha simbólica estava sendo gestada paralelamente à redação dos dois livros que lhe abriram a porta do IHGB. Em dezembro do ano em que ingressou na instituição é concluído o primeiro dos três tomos de *Um Estadista do Império*, que será editado em 1897. Este, aliás, é o ano de fundação da Academia Brasileira de Letras, cuja sessão inaugural conta com discursos de Machado de Assis, Presidente da instituição, e de Nabuco, seu secretário-perpétuo. O princípio central da ABL, vale lembrar, era constituir-se numa espécie de oásis das letras onde os partidarismos políticos não tivessem lugar. Um lugar para a política das letras e não para a política nas letras.²⁸⁵

Se o discurso proferido por Nabuco em sua posse no IHGB anunciava uma batalha, a peça de oratória que pronunciou na sessão inaugural de ABL, um ano depois, foi um convite à tolerância entre os homens de letras. O antigo tribuno da abolição, combativo, dera lugar a um orador maduro, sereno, e sobretudo hábil o suficiente para adaptar o tom às circunstâncias e ao público. A transformação progressiva de Nabuco em conservador vinha acompanhada, ademais, de uma mudança nos ares da República. Os civis ocupavam, aos poucos, os lugares antes reservados aos militares na arena política nacional. O monarquismo deixaria, progressivamente, de ser uma ameaça concreta, à medida que os ataques republicanos aos sertanejos de Canudos passariam a ser vistos como fruto da barbárie a que os radicalismos tinham conduzido o novo regime. O jacobinismo, já então agonizante, logo sofreria seu mais duro golpe, depois que o fracasso do atentado contra Prudente de Moraes redundasse em repressão às principais lideranças florianistas e à oposição em geral.

Mas o contexto era ainda turbulento, e a Academia deveria representar um oásis, “um isolador”, nas palavras de Nabuco. “Fatigados da política”, segundo Carvalho, “os literatos decidiram criar para si mesmos uma república sem política, a república das letras”, que fora ensaiada nas reuniões da *Revista Brasileira*, embrião da futura Academia, onde republicanos e monarquistas se encontravam diariamente e tornavam-se amigos. Nabuco, monarquista que os republicanos “tiveram a grandeza de aceitar (...)”

²⁸⁵ A esse respeito, José Murilo de Carvalho cita crônica inspirada de Machado de Assis, datada de 1896, a propósito das reuniões da *Revista Brasileira*, recriada em 1895 por José Veríssimo, ele mesmo um republicano: “vi que o nosso chefe tratava não menos que de criar também uma República (...)”. Nesta república, explica Carvalho, “uma regra básica era não discutir política”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. “As duas repúblicas”. In: ARANHA, Graça (org.). *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: correspondência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 16.

para a secretaria-geral”²⁸⁶ da nova instituição, reforçava o espírito de tolerância e civilidade que aquela “torre de marfim” deveria encarnar. De “seu repouso, da sua calma”, anunciava o discurso inaugural do secretário da ABL, deveria resultar uma literatura brasileira: “A formação da Academia de Letras é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto”²⁸⁷. Uma aristocracia das letras emergia, aos poucos, dos escombros da (des)ordem republicana. No meio daquela turbulência, a proposta que a ABL encarnava ganharia influência cada vez maior nos meios políticos da República: a idéia de que o engrandecimento da nação deveria estar acima dos partidarismos.²⁸⁸ Negando a política, os homens de letras daquele oásis formularam um programa político que o próprio Nabuco sintetizaria em seu discurso:

“Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou, tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras (...). Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. (...) A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração (...), mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento”²⁸⁹.

A literatura nacional, desse modo, deveria encontrar na Academia um ventre fecundo, inspirado por patriotismo, isto é, pela política em “sua forma mais pura”. Ela só poderia florescer, no entanto, em ambiente alheio às turbulências de um parlamento, com seus partidarismos e disputas “políticas”. Dessa forma, se o IHGB era o asilo da história, a ABL deveria ser o asilo do espírito público, a forma mais pura de política.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*. p. 16-17.

²⁸⁷ NABUCO, Joaquim. “Discurso do Secretário-Geral Joaquim Nabuco. Sessão Inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897”. In: MATHIAS, Herculano Gomes (org.). *Joaquim Nabuco, um estadista: sesquicentenário de nascimento (1849-1999)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999. p. 76-77.

²⁸⁸ Nas discussões posteriores sobre o caráter da Academia, Nabuco defenderia sempre que ela fosse “aberta a não literatos”, conforme anota José Murilo de Carvalho. “Em 6 de dezembro de 1901 tocou no assunto pela primeira vez [em carta a Machado de Assis]: ‘V. sabe que eu penso dever a Academia ter uma esfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de *grand seigneurs* de todos os partidos’”. *Apud* CARVALHO, op. cit., p. 13.

A sua obra magna de historiador conduziria o herói da abolição de volta à atuação política nesta sua forma mais pura, articulando os projetos das duas instituições do mundo das letras de que agora fazia parte. *Um Estadista do Império* só circulará efetivamente a partir 1898, mas Nabuco trabalhava na biografia de seu pai desde, pelo menos, 1893. Inspirado, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, no livro *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891*, do historiador chileno Bañados de Espinosa, Nabuco redigiu uma obra monumental em três volumes, pintando um amplo painel da história do Império a partir da trajetória do Senador Nabuco de Araujo. O primeiro dos três volumes foi impresso em Paris em 1897, mas só circularia na capital da República no início de 1898; o segundo em meados deste mesmo ano; e o terceiro no começo de 1899.²⁹⁰

O sucesso da obra e sua consagração pela crítica foram imediatos. A primeira edição, de 1.100 exemplares, logo se esgotou. A segunda edição (na verdade, uma reimpressão), de 2.000 exemplares, parecer ter se esgotado em 1904.²⁹¹ O sucesso de crítica não foi menos expressivo. Mesmo antes da publicação em livro, alguns capítulos da obra tinham sido publicados na *Revista Brasileira*. Ainda em março de 1895, Machado de Assis elogiava a “isenção de espírito de Nabuco”, que produzira uma biografia de seu pai sem “aquele cheiro partidário” nem a “maneira seca das biografias de almanaque, mas pelo estilo dos ensaios ingleses”.²⁹²

José Veríssimo, ao criticar o primeiro tomo de *Um estadista...*, já em 1898, vira em Nabuco “um monarquista constitucional” sem “pequices de partidário nem intransigência de sectário”. Elogiava o “precedente que, por amor da nossa tão descurada e tão pouco sabida história, quiséramos ver seguido”. Utilizando-se dos “documentos íntimos, as memórias, as correspondências”, Nabuco inovara como historiador, rompendo com a “insipidez geral da nossa história, que tem a segura e o

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 72-73.

²⁹⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Joaquim Nabuco e a história política do Império”. In: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975. p. 13-31. *passim*.

²⁹¹ A primeira edição de *Um estadista* em três volumes saiu pela editora francesa Garnier. A segunda edição seria publicada, em dois volumes, apenas em 1936, pela Cia. Editora Nacional e pela Civilização Brasileira. Mas desde 1900 a Garnier fez sucessivas reimpressões da obra, a maioria sem autorização do autor. As reimpressões fraudulentas seriam interrompidas apenas em 1928, por força de uma ação judicial de perdas e danos movida pela família Nabuco contra a editora. Para os números citados no texto e as informações sobre as reimpressões da obra, ver FRANCO, *op. cit.*

²⁹² ASSIS, Machado de. Crônica de 22/03/1895 em *A Semana*. In: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do*

incolorido de um relatório”. No lugar de um relato burocrático, “uma das novidades e das belezas” que o livro tinha acrescentado à “nossa literatura histórica” era a “magnífica galeria de retratos” de grandes estadistas do Império.

“O livro do sr. Joaquim Nabuco”, continuava Veríssimo, “é assim, mais que a vida de seu pai, a exposição da sua época, quase uma história do segundo reinado”. Censurando o historiador, contudo, notava que a “história para ele não é mais que a política em teoria”, e que “dela o que lhe interessa é a parte contemporânea”, mas reconhecia na obra “um livro capital para a história do Segundo Reinado”, quiçá “o melhor e quando concluído talvez o mais completo dessa época”. Cumpria, assim, a promessa feita ao tomar posse no IHGB, prestando sua contribuição à preservação da memória do Segundo Reinado, salvando a história nacional do “deserto do esquecimento” e da “mutilação definitiva”.

Um Estadista... constituía, assim, a obra máxima do historiador político que a República criara. Político e publicista durante o Império, Nabuco fora sempre, na opinião de Veríssimo, “um homem de letras, um artista, um pensador”, pois “não julga a política, a propaganda de uma idéia, as lutas partidárias, as ocupações de deputado, incompatíveis com a devoção e a prática das letras”. A mudança de regime iniciara uma “nova fase da sua atividade intelectual, esta toda consagrada às letras”: o “político desapareceu nele (...) e o escritor prevaleceu”. Mas “sua literatura será literatura política”, e por isso “ele se fará historiador”: “*Balmaceda, A intervenção estrangeira* e agora *Um estadista do Império* são a resultante dessa direção do seu espírito”. “Neste livro”, diz Veríssimo, “o escritor de *Balmaceda* e do brilhante *Discurso* da inauguração da Academia Brasileira, mais se apura e aperfeiçoa”, de modo que já não haveria um “escritor brasileiro que se pudesse avantajear ao sr. Joaquim Nabuco”.²⁹³

Evaldo Cabral de Mello registra, ao lado de muitos outros comentadores da vida e da obra de Nabuco, que Campos Sales, eleito presidente da República em 1898, lera o primeiro volume de *Um Estadista do Império* por sugestão de seu secretário, Tobias Monteiro,²⁹⁴ e lamentara que o belo espírito público de Nabuco estivesse afastado do

Império. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2v. Vol. 2: p. 1286.

²⁹³ VERÍSSIMO, José. “Um historiador político: o sr. Joaquim Nabuco”. In: NABUCO, op. cit., p. 1293-1308, passim. Todas as citações deste parágrafo e dos dois anteriores foram retiradas deste mesmo texto. Para uma análise da intensa produção intelectual de Nabuco durante a primeira década republicana, com destaque para *Um Estadista do Império*, ver a tese de doutorado de SALLES, op. cit.

²⁹⁴ NABUCO, *Diários*, op. cit., p. 158, nota 1.

serviço do País. “Verifica-se”, de acordo com Afonso Arinos de Melo Franco, “a influência imediata que *Um estadista do Império* exerceu sobre o mais altos círculos políticos da República”.²⁹⁵

Este seria o mote para uma reaproximação do herói monarquista com a jovem República. O novo regime, que então se reinventava, passava a recrutar políticos monarquistas. Nascia, aos poucos, a “República dos Conselheiros”. De acordo com Nicolau Sevcenko, os últimos anos do século 19 no Brasil são marcados pela presença de um “feixe de injunções que concorre para a ascensão e predomínio de uma corrente conservadora na gestão política e econômica da nova República”.²⁹⁶ Esta nova situação política resultava “de dois atos correspondentes e espontâneos de conversão”:

“Primeiro a adesão dos monarquistas de todos os quadrantes ao novo regime vitorioso e, em seguida, a reversão dos republicanos militantes ao conservadorismo mais tacaño diante das agruras da fase de consolidação. (...) O fato é, pois, que todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império. Homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, praticamente polarizaram as duas primeiras décadas deste século [XX], imprimindo de forma indelével as características de seu pensamento político às estruturas do regime recém-instaurado”.²⁹⁷

O novo regime, sob a presidência Campos Sales, teria interesse em resgatar para a vida política os bons homens do Império, minimizando suas antigas posições partidárias. A divulgação do comentário do presidente dera vulto ao boato sobre a nomeação de Nabuco para ministro da República, causando grande mal-estar entre seus amigos. O líder abolicionista já tinha recusado a proposta de chefia de uma Legação que lhe havia sido feita pelo ministro das Relações Exteriores de Prudente de Moraes, Carlos de Carvalho. Mas, como sustenta Viana Filho, “à medida que a República começava a representar a ordem, Nabuco, ainda sobressaltado pelas revoluções, perdia o entusiasmo restaurador”.²⁹⁸

²⁹⁵ FRANCO, op. cit., p. 16.

²⁹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 45.

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 46.

²⁹⁸ VIANA FILHO, op. cit, p. 597.

A primeira “oferta” de Tobias Monteiro a Nabuco, de que os dois trataram em 2 de janeiro de 1899, foi de uma nomeação para a Legação do Brasil em Roma, junto ao Vaticano. Mas Nabuco resistia à idéia, diante do mal-estar causado entre os amigos. A oportunidade para um novo convite acabou surgindo com o esgotamento das possibilidades de negociação direta entre Brasil e Inglaterra, acerca de território limítrofe com a Guiana Inglesa. Rio Branco, na ocasião, estava ocupado com a questão da Guiana Francesa, e o nome mais indicado para defender os interesses brasileiros era o de Nabuco. Sousa Correia, ministro do Brasil na Inglaterra, tratou de aventar a idéia com o presidente Campos Sales e o ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães. Este, por sua vez, cuidou de acentuar o caráter apolítico do convite, que Nabuco temia aceitar, receoso da opinião de antigos amigos. Cedeu diante do argumento do ministro, mas insistiu que aceitava servir à Pátria sem renunciar à crença monarquista. Acertada a nomeação, trataria de comunicá-la a alguns de seus amigos monarquistas antes da publicação da notícia na imprensa. Escreve cartas a João Alfredo, Soares Brandão, Rodolfo Dantas, Eduardo Prado, Domingos Ribeiro, entre outros.

Ao anfitrião das antigas “*soirées* de São Petesburgo”, Soares Brandão, ele diz que “foi sabendo-se de minhas idéias [monarquistas] que fui convidado, e foi afirmando-as que aceitei”.²⁹⁹ O que aceitava defender era a soberania territorial do país, uma causa que estava acima dos governos e dos partidos. Os motivos que o levaram a isto, segundo ele mesmo, tinham a ver com aquelas preocupações que anunciara logo após a Proclamação da República. De acordo com Ricardo Salles,

“A idéia de que a soberania do país e, com ela, a grande obra do Império, ainda corria perigo, mesmo tendo sido superados os acontecimentos dos primeiros anos da República, permaneceu no espírito de Nabuco. (...) Talvez a possibilidade de desagregação, que ele considerara uma ameaça real nos anos iniciais do novo regime, estivesse superada. A ameaça externa, pelo contrário, parecia ter reaparecido e em bases completamente novas e possivelmente mais ameaçadoras. Essas novas bases eram constituídas da ‘nova feição do monroísmo’ (...)”.³⁰⁰

²⁹⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Soares Brandão, 8 de março de 1899. Citada por VIANA FILHO, op. cit., p. 600.

³⁰⁰ SALLES, op. cit., p. 288-9 e 292.

Este novo inimigo da soberania nacional identificado por Nabuco, prossegue Salles, representava uma ameaça ainda mais grave que as anteriores, posto que mais próxima geograficamente. A política externa norte-americana, que neste momento passava por uma inflexão em direção à aquisição de colônias e protetorados, de acordo com o autor “estava ancorada numa nova dinâmica econômica que era ainda mais ameaçadora”:

Tal situação requeria o concurso de homens que, inspirados no espírito da “Grande Era Brasileira”, como ele [Nabuco] e o Barão do Rio Branco, não por acaso filhos de grandes estadistas dessa época, deveriam mostrar-se capazes de defender os interesses nacionais acima das paixões partidárias e dos interesses particularistas, ainda que tais paixões pudessem ser um constante perigo que rondasse os ideais republicanos.³⁰¹

Mas, apesar de todo o cuidado que Nabuco demonstra em relação aos amigos, a reação dos “velhos” monarquistas foi avassaladora. Acusado de traidor, apóstata, vendido, entre outros epítetos, viu-se amargurado, apesar dos aplausos de alguns amigos monarquistas e de vários republicanos, que também houve.³⁰² Defendeu-se e foi defendido, principalmente contra as acusações de que teria aceitado a função apenas por interesses financeiros. Obstava que o serviço à Pátria deveria estar acima de qualquer partidarismo ou contingência política. Em carta a Eduardo Prado, um dos únicos amigos monarquistas a apoiar sua decisão, desabafava: “Desde a tal fundação da *Liberdade* separei-me, isolei-me do partido monarquista e tornei-me assim monarquista platônico. Hoje estou-me retirando dessa posição, porque a minha consciência me impede o uso de explosivos, mesmo sob a forma de idéias”.³⁰³

Não obstante, muitos estudiosos perpetuaram, *a posteriori*, pelo menos um aspecto da interpretação do fato que lhe foi conferida pelos contemporâneos de Nabuco. Assim, 1899 passou a ser considerado o ano de seu afastamento da Monarquia e de sua

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 297.

³⁰² Rodolfo Dantas, Rio Branco e Eduardo Prado, por exemplo, tinham-no encorajado a aceitar, mas João Alfredo, Ouro Preto, Lafayette, Andrade Figueira, entre outros, reagiram muito mal ao aceite de Nabuco. Cf. NABUCO, *Diários*, op. cit., p. 160, nota 5.

³⁰³ Carta de Nabuco a Eduardo Prado em 10 de março de 1899, *apud* VIANA FILHO, op. cit., p. 597-8. Viana Filho sustenta mesmo que o motivo último por que Nabuco aceitou o convite não foi de ordem financeira nem patriótica, mas pessoal: relegado a uma posição secundária pelos “velhos” monarquistas, buscava marcar sua independência em relação ao partido e seus “chefes”. Satisfazia-se com a “desforra contra os que o humilharam”.

conversão à República.³⁰⁴ Há, contudo, outra maneira de encarar a questão que, da perspectiva deste trabalho, mostra-se mais elucidativa.

O clássico *A invenção republicana*, de Renato Lessa, fornece pistas interessantes para o entendimento do que está sendo proposto como o processo de conversão política de Joaquim Nabuco. Mais especificamente, o trabalho de Lessa pode servir para apontar uma relação estreita entre a adesão de Nabuco à República e a superação do que o autor chama de *a década do caos* (1889-1898), através de um novo pacto federativo. Voltando sua investigação para o que considera as origens da ordem política republicana, o autor tem por objeto central de análise o papel da política dos governadores como elemento estabilizador do regime e do arranjo político que a inaugura, calcado numa ordem oligárquica.³⁰⁵

Sugestivamente, a conclusão da obra de Lessa é explícita em apontar “que a República de Campos Sales possui maiores afinidades com o Modelo Imperial do que com os dez anos iniciais do regime inaugurado pelo golpe de 1889”. Além disso, diz o autor, o governo de “Campos Sales (1898-1902) tem como premissa uma proposta de institucionalização do regime, tomando por referência negativa não o Império, mas o experimento dos dez anos anteriores”. Por isso, ou talvez para isso, os valores de “Campos Sales desenham uma política nacional voltada para a pura administração, na qual a idéia tradicional de competição política aparece como inessencial e nefasta”. Uma concepção de governo, poderíamos acrescentar, que permitia incorporar um

³⁰⁴ Neste trabalho a conversão de Nabuco é tratada como um processo que se inicia em 1899 e só termina em 1906. Num levantamento preliminar, apenas um autor da bibliografia sobre o líder abolicionista tratou explicitamente da sua conversão remetendo-a a um “longo período” (de 1899 e 1906). Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. Apresentação. In: NABUCO, Joaquim. *A abolição e a República*. Recife: Editora da UFPE, 1999. Recentemente, Angela de Castro Gomes explicitou a mesma perspectiva de análise, aliás inspirada nas sugestões dela mesma. Cf. GOMES, “Rascunhos...”, op. cit.

³⁰⁵ LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Ressalve-se, contudo, que Cláudia Viscardi, em estudo monumental sobre o funcionamento do Federalismo Republicano brasileiro, embora não chegue a negar que as medidas tomadas por Campos Sales conferiram “relativa estabilidade ao regime republicano, argumenta que o grau de estabilidade conferido pela ‘política dos estados’ à ordem institucional brasileira precisa, no mínimo, ser relativizada”. A autora não explora a fundo esta questão, mas apresenta indícios consistentes da validade de seu argumento, em especial o fato de que a “política dos estados” de Campos Sales não previu mecanismos inibidores dos conflitos relativos às sucessões presidenciais, e por isso elas continuaram a dar margem à instabilidade. Mesmo que a contestação da autora seja procedente, contudo, isto não invalida a apropriação do argumento de Lessa no que se refere ao efeito da concepção de política de Campos Sales sobre a aceitação de Nabuco ao convite do presidente eleito. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro do absurdo: a nova ordem do federalismo oligárquico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS / UFRJ, 1999. p. 21 e 72.

monarquista como peça chave das funções do Estado. Um monarquista que aceitasse servir a uma República que se queria “outra”: civil, estável, federativa e oligárquica.

Em 13 de abril, aliás, cinco dias depois da divulgação da nomeação, Nabuco visita o presidente Campos Sales em Petrópolis. Escrevendo a Domingos Alves Ribeiro a respeito disto, o antigo líder abolicionista recrutado pelo novo regime conta que tinha dito ao presidente que seu ato, aceitando a nomeação, “exprimia o profundo pessimismo que me invadiu e a idéia de que chegou o momento em que os patriotas de todos os credos políticos devem mostrar que colocam a pátria acima do partido”.³⁰⁶

Alguns elementos da percepção de Nabuco a respeito da trajetória política do país e do seu próprio papel naquele momento histórico ajudam a entender sua mudança de postura ao aceitar servir à República. O líder abolicionista já era, naquele momento, um intelectual consagrado. Não à toa, seu diário registra que, poucos dias depois do ocorrido, em 30 de maio de 1899, um representante da editora Garnier tinha vindo contratar com ele a publicação de *Minha Formação e Discursos & Escritos*.

A consagração e o reconhecimento intelectuais de Nabuco devem ser relevados em conjunto com outros processos. O primeiro presidente civil do novo regime havia tomado posse, o Brasil tinha reatado suas relações diplomáticas com Portugal, foram contidas a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, o arraial de Canudos havia sido exterminado e os jacobinos contidos. Além disso, Campos Sales, novo presidente da República, iniciara as negociações com banqueiros ingleses para um empréstimo destinado ao pagamento dos juros da dívida externa do país, reestruturando as contas do governo. A estabilização financeira, negociada pelo novo presidente mesmo antes do início de seu governo, em 1898, e o afastamento dos “velhos” monarquistas, foram novos elementos a se considerar. Além disso, houve a trajetória ascendente do Barão sob o regime republicano. Rio Branco, que também tinha sido monarquista, agora estava incumbido da defesa dos direitos do Brasil contra a França na questão de limites com a Guiana Francesa e gozava de crescente popularidade e reconhecimento público. Tudo isso converge para que o ex-líder abolicionista aceite o convite do governo para ser advogado do Brasil contra a Inglaterra na questão de limites com a Guiana Inglesa, em 1899. Um fato, é sempre bom frisar, que ele mesmo diz não ter significado sua conversão à República.

³⁰⁶ Nabuco a Domingos Alves Ribeiro, s.d. Citado em NABUCO, *Diários*, op. cit., p. 160, nota 6.

No mesmo ano em que aceita a incumbência, 1899, é publicado o terceiro e último tomo de *Um Estadista do Império*, que tem excelente acolhida pela crítica. Assim, o último ano do século XIX é o da posse de Nabuco em seu novo posto na Missão Especial do Brasil em Londres. Reafirmando seu monarquismo, e a despeito das críticas ferozes de antigos companheiros, Nabuco aceita o convite presidencial, em nome da Pátria. Em março de 1900, porém, morre seu amigo e chefe da Legação, Sousa Correia. Nabuco é então convidado pelo governo a aceitar o cargo de Ministro do Brasil em Londres, passando a ser funcionário da República. Inicialmente, mais uma recusa do líder abolicionista. Ele aceita apenas ser “Plenipotenciário em Missão Especial”, deixando a chefia da Legação com o Encarregado de Negócios. Em agosto, contudo, passa a chefe da Legação, ingressando finalmente no quadro de funcionários do governo republicano, em um dos mais altos postos da diplomacia da época. Ou seja, menos de seis meses depois de tomar posse na “Missão Nabuco”, tornava-se funcionário da República. Daí, até o final da vida, estará envolvido com a diplomacia e com o regime que combatera. Mais uma vez, os “velhos” monarquistas o atacam, mas sem produzir em Nabuco o mesmo efeito negativo que lhe impuseram um ano antes.

É esclarecedor, nesse sentido, observar o que Nabuco dirá a respeito deste momento quando da publicação de seu livro mais lido, *Minha Formação*, editado pela primeira vez em 1900. Reunindo escritos dos anos de 1893 a 1899, a maioria proveniente de artigos publicados, em 1895, em *O Comércio*, de São Paulo, a obra autobiográfica de Nabuco tem um capítulo final dedicado aos “últimos dez anos (1889-1899)”, que foi escrito exclusivamente para a publicação em livro. Naquele momento, em 1899, portanto, um Nabuco maduro e consagrado como intelectual na capital da República, mas ainda monarquista, diz o seguinte em relação ao tempo de “ostracismo” no qual passou escrevendo sua obra máxima de historiador:

“(…) durante os anos que trabalhei na *Vida* de meu pai a minha atitude foi insensivelmente sendo afetada pelo espírito das antigas gerações que criaram e fundaram o regime liberal que a nossa deixou destruir... (..) A monarquia para aquelas épocas de arquitetos, pedreiros e escultores políticos incomparáveis era uma bela e pura forma, mas que não podia existir por si só; o interesse, o amor, o zelo, o fervor patriótico deles dirigia-se à substância nacional, o país; sua vassalagem ao princípio monárquico era apenas um preito rendido à primeira das conveniências sociais... Para tais homens, verdadeiramente fundadores, um terremoto poderia subverter as instituições, mas o Brasil existiria sempre, e à sua voz seria forçoso acudir, qualquer que fosse o vendaval em torno, e quanto mais ferido, mais mutilado, mais exausto, maior o dever de o não abandonar... *Eles*

não estabeleceriam nunca o dilema entre a monarquia e a pátria, porque a pátria não podia ter rival.³⁰⁷

O restante da obra, escrito antes do convite de Campos Sales, prestava mais um tributo àquela época gloriosa da história nacional, onde se forjara toda sua formação – agora não mais como historiador político, mas através de uma narrativa que se pode considerar autobiográfica. O que presidia suas lembranças, contudo, era a visão retrospectiva, o olhar que se projetava no passado a partir do presente. Assim, além de justificar seu monarquismo intransigente diante do novo regime, *Minha Formação* também colhia outras lições históricas exemplares.

É o que ressalta, por exemplo, um capítulo da obra dedicado à sua passagem pela Europa no início dos anos 1870. Em “A França de 1873-74”, como observa Ricardo Salles, Nabuco “interpretava mais que recordava os acontecimentos que, em parte, presenciara”.³⁰⁸ Dali retirava o ensinamento “de que a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e de situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento para a minha predileção monárquica”.³⁰⁹ O exemplo servira na década de 1870 para reafirmar seu monarquismo, bem como serviria três décadas depois para justificar uma mudança de postura. Afinal, a “Terceira República em França foi fundada por monarquistas”, fora “resultado da **adesão, não foi conversão**, do Centro Esquerdo à situação republicana criada para a França na Europa pela derrota de Sedan”.³¹⁰

Descrevendo sua *formação monárquica*, Nabuco fazia o passado glorioso da Monarquia brasileira “cumprir uma função um pouco além do que meramente diminuir o momento republicano, como, em parte, fora o caso em *Um estadista do Império*”. De acordo com Ricardo Salles, ao inserir “a própria narrativa de seu percurso individual na trajetória da nação”, o líder abolicionista “reabria uma porta para o futuro, seu e o da nação”.³¹¹ Ainda conforme a interpretação de Salles:

³⁰⁷ NABUCO, *Minha formação*, op. cit., p. 217. Grifos meus.

³⁰⁸ SALLES, op. cit., p. 55.

³⁰⁹ NABUCO, op. cit., p. 63.

³¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 62 e 64. Grifos meus

³¹¹ SALLES, op. cit., p. 280

“sua autobiografia, agora já não tão precoce como quis inicialmente Gilberto Freyre, (...) é o que um autor caracterizou como uma ‘autobiografia-currículo’. Isto é, uma autobiografia realizada em idade madura, em que alinha-se a experiência adquirida até então, confrontando-a com os desafios do presente, verificando-se e demonstrando como o personagem pode melhor enfrentá-los. (...) Ao fazer isso, ele começava a dimensionar uma nova tarefa histórica de futuro, que estaria a cargo de estadistas, como ele e Rio Branco, capazes de reintroduzir a norma e os padrões clássicos na vida política da atualidade”.³¹²

Com efeito, “a norma e os padrões clássicos” parecem ter algo a ver com aqueles valores identificados por Renato Lessa como elementos do “Modelo Campos Sales”. Isto, por um lado, corrobora a tese de Salles, e por outro lado atesta a validade da relação estabelecida entre o modelo postulado por Lessa e o aceite de Nabuco para servir à República a despeito de suas convicções monarquistas.

Embora o juízo dos contemporâneos de Nabuco não tenha assinalado este aspecto de *Minha Formação*, a autobiografia de Nabuco teve acolhida extremamente favorável. Mais uma vez, a crítica de Veríssimo é elogiosa, encerrando a consagração intelectual de Nabuco na década de 1890. Identificava em *Minha Formação* uma última homenagem de Nabuco “ao regime que serviu, e ao mesmo tempo nova e cavalheirosa afirmação da sua fé”. Reconstituir a “formação do seu espírito político e da sua crença monárquica” foi a forma encontrada pelo herói da abolição para justificar, “a si mesmo e aos seus compatriotas”, a sua “abstenção (...) perante o novo regime”. “Justificativa igual”, Veríssimo sentenciava, “jamais homem público entre nós a fez, já não direi com tanto talento, (...) mas com tanta elevação e nobreza”. *Minha Formação* constituía, assim, “pelo seu objeto um livro político, a história da constituição de um pensamento político”. E seu autor, definitivamente consagrado, recebia de Veríssimo, um republicano, o epíteto de “político como jamais houve porventura outro no Brasil”.³¹³

DERROTA COM SABOR DE VITÓRIA

A “Missão Nabuco”, como foi chamada, recebeu a incumbência de defender os

³¹² Idem, ibidem, p. 280-281. A expressão “autobiografia-currículo”, utilizada por Salles, é tradução livre do inglês *autobiography-resumé*, que o autor cita a partir do artigo “Forms of autobiography”, de Franco Ferraroti (*Newsletter*, nº 9, nov. 1987, p. 12 ss.).

³¹³ VERÍSSIMO, José. “O sr. Joaquim Nabuco”. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. Terceira série.

direitos do Brasil contra a Inglaterra na disputa de fronteiras entre o país e a Guiana Inglesa. A “Questão do Pirara”, que se estendeu de 1899 a 1904, teve origem na pretensão, anunciada pelo governo britânico em fins da década de 1830, sobre território considerado brasileiro até então.

A região em disputa era uma área inóspita e desabitada na fronteira norte do Brasil com terras que a Inglaterra “herdara” da Holanda. Até o início da pendenga, os Países Baixos, e depois a Grã-Bretanha, reconheciam a soberania brasileira sobre o território banhado pelos rios da bacia do Amazonas. Em contrapartida, o Brasil reconhecia a soberania inglesa sobre os rios da bacia do Essequibo, “que deságuam no Atlântico, não pertencendo, portanto, à bacia hidrográfica do Amazonas”.³¹⁴ A “única via de comunicação” entre as duas bacias fluviais, “separadas por elevadas montanhas e planícies desertas”, era o Rio Pirara,³¹⁵ até então reconhecido como brasileiro.

Mas, por volta de 1837, o posto militar brasileiro no Pirara estava desguarnecido, porque as atenções do governo do Pará estavam voltadas para o enfrentamento da Cabanagem. Na mesma época, retornava à região Robert Herman Schomburgk, um “geógrafo e explorador alemão, naturalizado inglês”, que já tinha feito “longa viagem de exploração pelo interior da Guiana Inglesa” em 1835. Voltava agora, em sua segunda expedição, “a serviço do governo inglês” e imbuído de pretensões territoriais.³¹⁶

Em 1840, Schomburgk vem a público divulgar a idéia de uma nova fronteira entre o Brasil e a Guiana Inglesa. Manipulando motivações supostamente humanitárias em relação aos índios da região, buscava mobilizar a opinião pública inglesa a favor da incorporação de uma área demarcada pela linha que levou seu nome. Estava iniciado, assim, um conflito lindeiro envolvendo área neutralizada por acordo celebrado entre os dois governos em 1842. A disputa mantinha sob questionamento a soberania brasileira sobre vários rios da bacia do Amazonas – além do Pirara, os rios Cotingo, Mau e

Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1903. p. 164-165; 169.

³¹⁴ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1999]. p. 278.

³¹⁵ ARAÚJO, Maria Carolina Nabuco de. *A vida de Joaquim Nabuco*. 3ª ed. S.l.: Americ-Edit., s.d. [1928]. p. 141.

³¹⁶ GOES FILHO, op. cit., p. 278.

Tacutú.³¹⁷

Muitas tentativas de negociação direta entre Brasil e Inglaterra buscaram, sem sucesso, resolver o conflito pacificamente. As últimas propostas, de lado a lado, ocorreram sob a gestão do ministro Souza Correia à frente da Legação do Brasil em Londres. Pouco antes de Nabuco ser convocado para assumir a defesa brasileira na questão, o barão do Rio Branco produziu uma memória, publicada em 1897, em que defendia, com base em farta documentação, o direito brasileiro à maior parte da região em litígio. No ano seguinte, 1898, o primeiro-ministro e Ministro dos Estrangeiros britânico, Lord Salisbury, propõe que o território seja dividido de forma virtualmente igualitária, com base em fronteiras naturais. O governo brasileiro, no entanto, recusa a proposta com base nos argumentos e documentos levantados por Rio Branco em sua memória.

Mesmo com a chegada da “Missão Nabuco” persiste o imbróglio sem solução. Um alto funcionário inglês chega a sugerir informalmente, numa das negociações com Nabuco, um acordo que dava ao Brasil 2/3 da área disputada, que o Brasil também não aceita. A partir de então, esgotadas as possibilidades de resolver a questão via negociação direta, os dois países tinham que escolher entre as duas alternativas que restavam: a guerra ou o Arbitramento.

Brasil e Inglaterra, depois de percorrerem vários trâmites diplomáticos, concordaram afinal em nomear o Rei da Itália, Vítor Emanuel III, como árbitro da Questão de Limites: a negociação direta não fora capaz de contemplar as pretensões de lado a lado. Antes disso, contudo, os “advogados” de lado a lado hesitaram sobre a melhor solução para dirimir o conflito. Em carta de 20 de dezembro de 1899, Nabuco escreve de Paris, ao seu *querido Paranhos*:

“Antes de vir, em uma carta que escrevi ao Dr. Olyntho, eu aludi a essa hipótese, da Inglaterra desistir do arbitramento e aceitar a última proposta do Brasil. [...] Pela minha parte eu estimarei muito ver-me desobrigado, (ninguém melhor do que V. sabe as razões pelas quais o meu papel seria ingrato, incerto e perigoso, reclamando outra fronteira melhor do que a última que V. traçou); [...] O que me parece é que no estado atual das relações Inglesas com a Europa a Inglaterra quer evitar, por enquanto, dar a uma nação européia, principalmente à Alemanha, essa prova de confiança de nomeá-la seu juiz. Há também

³¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 279.

as regras da Conferência de Haia sobre arbitramento que ela pode invocar”.³¹⁸

No ano seguinte, em 1900, o laudo do árbitro da questão de limites entre Brasil e Guiana Francesa, divulgado em dezembro, reconheceu o direito brasileiro sobre o território do Amapá. Foi a partir desse laudo que se forjou o mito do barão do Rio Branco — que era advogado brasileiro na disputa —, como o homem que desenhou as fronteiras do país, do Oiapoque ao Chuí, do Amapá às Missões. Não por acaso, a correspondência dos dois amigos e agora colegas de carreira durante todo o período que se estende de 1899 até 1910 passa a orbitar em torno de temas relativos às questões diplomáticas em que Nabuco e Rio Branco se envolviam. A princípio, o barão, profundo conhecedor da questão de limites de que seu amigo é encarregado, dá-lhe orientações por carta. Os assuntos são vários. Rio Branco indica os mapas da região;³¹⁹ diz onde encontrar livros e documentos que precisar em Portugal e Espanha;³²⁰ destaca alguns aspectos da história da região e dos tratados que a atingem;³²¹ e especula sobre a conveniência de levar a questão a arbitramento. A princípio, inclusive, o barão tende a ser contrário, devido à suspeita de que a documentação comprobatória do direito brasileiro sobre o território em litígio estivesse toda sob a posse do Foreign Office.³²²

Os negociadores ingleses, por sua vez, tentariam protelar a resolução do conflito e circunscrever ao mínimo o território em disputa, diante do risco que representaria nomear um juiz para o arbitramento entre as nações rivais da Europa. Mas no que toca mais diretamente nossa questão, interessa o que está relatado na carta do dia 8 de julho de 1900.³²³ Nabuco diz que *julga bom* oferecer à Inglaterra a divisão do território conforme elaborada em traçado de Rio Branco, mas adverte: “Estou certo, porém, que

³¹⁸ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. Paris, 20/12/1889. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 832 maço 1 pasta 1.

³¹⁹ Carta de Rio Branco a Nabuco. s.l., 19/06/1899. Arquivo Joaquim Nabuco, Fundação Joaquim Nabuco. Ref.: CPp 51 doc. 1139.

³²⁰ Carta de Rio Branco a Nabuco. Berna, 13/03/1900. Arquivo Joaquim Nabuco, Fundação Joaquim Nabuco. Ref.: CPp 60 doc.1311.

³²¹ Ibid.

³²² Ver, por exemplo: Carta de Rio Branco a Nabuco. Berna, 13/07/1900. Arquivo Joaquim Nabuco, Fundação Joaquim Nabuco. Ref.: CPp 64 doc. 1410. Neste documento o barão recomenda a Nabuco que “havendo arbitramento, acho que V. deve, perante o árbitro, defender as linhas antes estabelecidas. A nossa documentação é má nesta questão.”

³²³ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. St. Germain-en-Laye [França], 08/07/1900. Arquivo Joaquim

os ingleses prefeririam a segunda proposta de [Sousa] Corrêa, se afastássemos o traçado [proposto por Lord] Salisbury sem propor outro estaremos fugindo ao arbitramento”. Cerca de um ano depois, relata ao amigo o estado da questão: “Em relação ao arbitramento [...] concordamos no traçado Salisbury e em não haver regras especiais. O Foreign Office ficou de me mandar o projeto, não havendo mais divergência no caminho”.³²⁴

Finalmente, em 6 de novembro de 1901, diz Nabuco: “O tratado foi assinado hoje. Os prazos são 4 meses para a Troca das [ratificações], de 12 meses para a Memória, de 6 para a Réplica, de 4 para o ‘Argumento’, prorrogáveis todos de um mês, e de 6, sendo agradável ao Rei, para a sentença”.³²⁵ Durante os quase três anos seguintes, o herói da abolição, intelectual consagrado em seu país, mergulharia em documentos diplomáticos, mapas, relatos de viagem, etc. Produziria 18 volumes de *Memórias* em defesa do direito do Brasil sobre a região em disputa. Tentaria mobilizar todo o seu talento literário para tornar mais palatável a demonstração exaustiva de seu argumento, fundado em ampla documentação.

“O território disputado”, diz Carolina Nabuco, “era vasto”. Além de despovoado, compreendia “mais de trinta mil quilômetros quadrados (...) submetidos ao arbitramento”.³²⁶ Para defender os direitos brasileiros, Nabuco escreve, a partir da memória de Rio Branco, os 18 volumes de *O direito do Brasil*, “obra até hoje básica para se estudar a formação territorial brasileira, ao norte do rio Amazonas”.³²⁷

A decisão arbitral foi definida em 6 de junho de 1904, mas sua leitura para os representantes dos países em litígio foi adiada várias vezes até 14 de junho. Num laudo curtíssimo, de duas páginas, o juiz escolhido pelas partes argumentava, em resumo, que os dois lados só conseguiram provar a posse efetiva de partes do território disputado, o que impossibilitava a fixação jurídica da área que caberia a cada um por direito. Resolvia, desse modo, proceder a uma divisão do território em duas partes equivalentes,

Nabuco, Fundação Joaquim Nabuco (PE), CAp. 15 doc. 292.

³²⁴ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. Londres, 11/07/1901. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 832 maço 1 pasta 1.

³²⁵ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. Londres, 06/11/1901. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 832 maço 1 pasta 1.

³²⁶ ARAUJO, op. cit., p. 140.

³²⁷ GOES FILHO, op. cit., p. 280.

separadas por uma linha arbitrariamente definida de acordo com supostas fronteiras naturais e de fácil demarcação. A maior das duas partes, 19.600 Km², equivalia a cerca de 60% ou 3/5 do território submetido a arbitramento, e ficaria com a Grã-Bretanha; a menor, somando 13.500 km², correspondentes a 40% ou 2/5 da área litigiosa, caberia ao Brasil.³²⁸

“O laudo”, resume Angela Alonso, “rejeitava o argumento do *utis possidetis*, dando aos ingleses 3/5 do território e o acesso à bacia do Amazonas. A Inglaterra tinha oferecido 2/3 ao Brasil em 1891. Nabuco escolhera as armas (...) e perdera o duelo”.³²⁹ A justificativa do árbitro constituía juridicamente uma ameaça à unidade territorial brasileira, que calaria fundo no pensamento de Nabuco daí por diante. Segundo Carolina Nabuco, o laudo do Rei da Itália afastava

“a pretensão histórica de Portugal com a afirmação de que: Não constitui título suficiente a descoberta por si só (...); a posse só pode ser considerada efetiva depois da ocupação ininterrupta e permanente, em nome do Estado (...); mesmo a posse efetiva não constitui soberania quando se exercer *apenas em uma parte da região* e quando essa não formar pela configuração física uma unidade orgânica de fato”.³³⁰

Consagrado esse princípio jurídico no direito internacional, “diz uma carta de Nabuco”, o precedente aberto pelo árbitro poderia nos fazer “perder dois terços ou metade do nosso país”, caso “ambições estrangeiras se levantassem de repente no Amazonas, no Paraguai, e em todos os nossos sertões desconhecidos ou desocupados”.³³¹ O advogado brasileiro, assim como todos os seus colegas de diplomacia que haviam tido acesso aos trâmites da Questão de Limites, não tinha dúvidas acerca da estrondosa derrota que sofrera:

“Foi a derrota completa (...) Dona Nazareth, a filha do Antonio Prado, disse ao saber da decisão: «O Rei de Inglaterra teria sido melhor Árbitro.» No entanto ela não conhecia a proposta Salisbury,

³²⁸ Idem, *ibidem*, p. 281.

³²⁹ ALONSO, *Joaquim Nabuco...*, op. cit., p. 310.

³³⁰ ARAUJO, op. cit., p. 152.

³³¹ Idem, *ibidem*, p. 153.

que nos dava a metade, nem a proposta Villiers, que nos dava dois terços, em vez dos dois quintos que nos deu a Sentença (...)”.³³²

Porém, em outra carta, isenta o árbitro de qualquer intenção de parcialidade:

“Aí tem-se atacado a escolha da Itália por a suporem desejosa de agradar à Inglaterra, mas isto, em nenhum sentido é justo. O Rei é pelo contrário muito altivo, e a parcialidade que teve foi a parcialidade própria dos árbitros de contentar as duas Partes que os [*sic*] escolheram. Infelizmente ele compreendeu mal o seu papel, supôs desde o princípio que era ele pessoalmente, e não a Itália, que tínhamos encarregado de estudar a questão e constituiu-se ele próprio o juiz; ora, para isso era preciso que ele se dedicasse exclusivamente ao assunto durante longos meses e que julgasse sobre as próprias provas e não sobre relatórios de outros”.³³³

O Barão também não alimentava ilusões quanto ao resultado do Arbitramento. Mas sua primeira reação foi consolar o amigo e destacar sua capacidade e empenho. Em telegrama enviado do Rio de Janeiro em 16/06/1904, contava que:

“Todos os jornais hoje reconhecem seu grande esforço. Editorial do *Jornal do Comércio* diz: ‘No pleito que acaba de ser dirimido a causa do Brasil esteve entregue a **um homem que não tem na geração atual quem o ultrapassou na culminância intelectual, na originalidade das concepções, na capacidade de trabalho**’. Em seguida refere-se a seus trabalhos, conclui: ‘Grandes eram suas esperanças no êxito completo da nossa causa que ele iluminara de luz tão abundante. Se elas porém se não realizaram de modo completo nem por isso deixa de ser grande o reconhecimento que lhe deve a nação por cujo amor ele consumiu tantas energias da sua vida’, abraça afetuosamente o velho amigo”.³³⁴

As palavras do *Jornal do Comércio* ecoam, claramente, os mesmo termos em que José Veríssimo tinha elogiado Nabuco por seu *Um estadista do Império*. É, de fato, o talento do homem de letras que está sendo reconhecido. A consagração intelectual na capital da República durante a década de 1890 continuava lhe rendendo bons frutos. “A

³³² Carta de Nabuco a Rio Branco. Aulus (Ariège), 09/07/1904. O papel da carta tem timbre da “Missão Especial junto a S.M. o Rei da Itália”.

³³³ Carta de Nabuco a Rio Branco. Aulus, 19/07/1904. O papel da carta tem timbre da “Missão Especial junto a S.M. o Rei da Itália”. Também publicada em *Cartas a amigos*. Cf. NABUCO, op. cit., v. 2, p. 170-2.

³³⁴ Telegrama de Rio Branco a Nabuco. Rio, 16/06/1904. Arquivo Joaquim Nabuco, Fundação Joaquim Nabuco. CPp 136 doc. 2831. Grifos meus.

imprensa brasileira”, complementa Angela Alonso, “louvou seu esforço. José Carlos Rodrigues pôs o *Jornal do Comércio* em ataque ao despreparo e à parcialidade do juiz. Machado de Assis mobilizou a ABL.” O IHGB e o Congresso Nacional também se solidarizaram. “Recebeu cartas e cartas de apoio, cinqüenta só nos primeiros dois meses”. Mas “Rio Branco, segundo Oliveira Lima, abriu champanhe”.³³⁵

Seja como for, o apoio diante do fracasso fez arrefecer a decepção. Em carta a sua esposa, datada de 16 de julho de 1904 e citada por Carolina Nabuco, o advogado brasileiro já se mostra confortado: “A generosidade de que sou objeto no infortúnio é a mais bela recompensa a que eu podia nunca aspirar.” O reconhecimento dos pares revestiu a derrota com um sabor de vitória. No dia seguinte, nova carta à esposa já manifesta um tom quase altivo:

“estou certo que se a nossa causa naufragou não foi por insuficiência do seu advogado. Não me hei-de suicidar por a ter perdido. No futuro mapa do Brasil o rombo pelo qual a Inglaterra penetrou na bacia do Amazonas, depois de ter impedido a França de o fazer, lembrará o meu nome, mas lembrará também uma grande defesa, a mais dedicada e completa que a nação podia esperar”.³³⁶

Meses depois, já plenamente conformado e confortado pelas efusivas demonstrações de lealdade da “opinião” nacional, passaria a chamar a derrota de “empate”. Ao amigo Machado de Assis, em carta de 8 de outubro de 1904, já arrisca até falar em “meia vitória”: “Não foi uma partida vencida, foi uma partida empatada, e isto, quando o outro jogador era a Inglaterra, é por certo meia vitória”.³³⁷ Certo do equívoco do rei ao tentar dividir o território em litígio, tratou de convencer seus conterrâneos: enviou exemplares de suas memórias a várias instituições brasileiras, bem como a várias autoridades políticas e intelectuais do país.³³⁸

Mas não só o Brasil e o próprio Nabuco reconheceram seus méritos. “A

³³⁵ ALONSO, op. cit., p. 310.

³³⁶ ARAUJO, op. cit., p. 158 e 161.

³³⁷ Carta de Nabuco a Machado de Assis, 9 de outubro de 1904. In: NABUCO, *Cartas a amigos...*, vol. II, p. 180.

³³⁸ A primeira memória foi entregue ao árbitro do litígio em 27 de fevereiro de 1903, sob o título *Le Droit du Brésil*; a segunda, *La Prétention Anglaise*, em 26 de setembro de 1903; e a última, *Exposé Final*, foi recebida pelo rei da Itália em 25 de fevereiro de 1904. Cf. NABUCO, *Cartas...*, op. cit., p. 124, nota 2. A primeira das três memórias foi editada posteriormente como o volume VIII de suas *Obras completas*

sentença, aceita pelo país sem nenhum protesto, foi criticada por juristas de países neutros, como o francês A.G. La Pradèle”.³³⁹ Em artigo em co-autoria com N. Politis, publicado em 1905 na *Revue du Droit Public et de Science Politique*, especialistas neutros contestavam o laudo do árbitro. Argumentavam, por exemplo, que havia nas negociações diplomáticas anteriores ao arbitramento alternativa mais igualitária para a divisão do território litigioso entre as partes – notadamente a linha proposta por Salisbury em 1898, que dava 16.790 km² para a Inglaterra e 16.410 pro Brasil.³⁴⁰

Tratava-se do reconhecimento internacional do trabalho de Nabuco, reforçado pelo sucesso daquela estratégia de convencer a elite nacional do mérito de seu esforço. Mais de cinco anos depois, um dos maiores ícones do mundo das letras na Primeira República ainda reverberava aquela apreciação estrangeira, atestando, ao mesmo tempo, os efeitos positivos da iniciativa de Nabuco ao divulgar exemplares de suas memórias. Em discurso proferido na Faculdade de Direito de São Paulo em 18 de dezembro de 1909, Rui Barbosa proferia a sentença da inteligência brasileira na questão do Pirara:

“O trabalho do nosso advogado foi gigantesco. Eu o percorri todo e, nesse gênero de literatura, não lhe conheço coisa comparável. Nosso direito ali resplandece à luz do meio-dia. Se não logramos convencer o nosso juiz, convencemos a opinião científica européia. Haja visto na *Revista Geral de Direito Internacional Público* os admiráveis estudos ali exarados pelos mais sábios internacionalistas que do assunto se ocuparam.”³⁴¹

A derrota sentida por Nabuco, como se vê, não foi avaliada desta forma pela imprensa brasileira e por analistas internacionais. Os principais jornais do Brasil noticiaram a sentença do Rei da Itália como uma vitória do ex-líder abolicionista diante do poder de uma potência como a metrópole da Guiana Inglesa, que mostrara apetite para tomar uma parte ainda maior do território brasileiro. Numa rápida abordagem dessas fontes, é possível identificar, em resumo, a construção da imagem de Joaquim Nabuco como modelo de personalidade, de caráter, de patriotismo, de estadista e de intelectual. Diante disso, é inspirador o comentário de Nabuco acerca de um dos artigos

publicadas pelo Instituto Progresso Editorial, sob o título de *O direito do Brasil*.

³³⁹ GOES FILHO, op. cit., p. 282.

³⁴⁰ La Pradèle, “L’arbitrage anglo-brésilien”, *Revue du Droit Public et de Science Politique*, n. 2, 1905 apud GOES FILHO, op. cit., p. 282.

publicados na imprensa a seu favor: “Os jornais de ontem trazem-me o magnífico artigo do [Alcindo] Guanabara, *em que vejo a sua colaboração*. Não se pode escrever melhor do que ele, de modo mais direto, mais lúcido e mais incisivo”.³⁴²

Essas breves palavras remetem à influência que Rio Branco teria exercido sobre a cobertura conferida pela imprensa ao resultado dos cinco anos de trabalho de Nabuco na defesa dos interesses brasileiros. O *círculo Rio Branco*, como o chamou Angela de Castro Gomes, controlava as principais vias de acesso de intelectuais aos postos de trabalho jornalístico na grande imprensa da Capital Federal.³⁴³ Destarte, é possível indicar que o barão teria interesse em produzir uma repercussão positiva do trabalho de seu velho companheiro de monarquismo (que era positiva para si mesmo e para a República), utilizando-se para isso dos meios de que dispunha na época. A exploração desse tema, todavia, exigiria análise de documentação mais ampla, que foge ao escopo desse trabalho.

Cumpridas apenas, por ora, reter como a derrota sofrida (e recebida como tal) por Nabuco, advogado brasileiro contra a Inglaterra, converteu-se, de fato, numa vitória que o conduziu à consagração como estadista da República, como portador de características consideradas exemplares em termos morais, intelectuais e políticos. Sua figura “real” começava a ser transmutada, para usar os termos de José Murilo de Carvalho, em arquétipo de valores coletivos a serviço do Itamaraty e da República.³⁴⁴

Assim confortado, ocorreu um fenômeno muito bem descrito por Carolina Nabuco: “provando a amargura da derrota, Nabuco sentiu pela voz geral que o esforço feito ainda lhe honrava o nome”.³⁴⁵ Esse nome, que a “voz geral” da imprensa brasileira

³⁴¹ Citado por ARAÚJO, op. cit., p. 164.

³⁴² Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. Aulus (Ariège), 22/07/1904. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 832 maço 1 pasta 1. O grifo é meu.

³⁴³ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 54. De acordo com a autora, o *círculo* diplomático do Barão do Rio Branco foi “um dos *loci* de sociabilidade mais poderosos de então” (grifo no original). Para a centralidade do Barão em termos do acesso de intelectuais à grande imprensa, ver também, de uma perspectiva radicalmente diversa: MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatólios). São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 11 (nota 1).

³⁴⁴ CARVALHO, op. cit., p. 14. A frase completa é: “Embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais. Mas o processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas.”

³⁴⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 164.

honrava com seu reconhecimento ao trabalho do advogado brasileiro, tinha sido construído nos vinte e cinco anos anteriores: primeiro como deputado e líder abolicionista, na última década do Segundo Reinado, e depois como intelectual monarquista, no primeiro decênio da República. Os “valores coletivos” de que se tornava arquétipo eram aqueles que os devotos de “São Nabuco” tinham identificado no abolicionista e no intelectual: em particular, o patriotismo e o talento literário. Em sua atuação na questão do Pirara Nabuco sintetizara e colocara em ação esses valores. Fazia convergir, de modo prático, os ideais que defendera nos discursos da Academia e do IHGB. Através da forma “mais pura” de política, a política externa, fora um soldado da pátria empunhando as armas da inteligência para defender a maior obra dos estadistas do Império: a unidade territorial, o “corpo da Pátria”.³⁴⁶

³⁴⁶ A expressão “corpo da pátria” para designar o território nacional é aqui tomada emprestado de: MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997.

4

O primeiro embaixador

Considero data 24 de maio 1905 tão grande nossa ordem externa quanto 13 de maio 1888 nossa ordem interna.

(Telegrama do embaixador Joaquim Nabuco para o barão do Rio Branco, referindo-se à data da entrega de suas credenciais ao presidente Roosevelt. Washington, 25/04/1905)

EMBAIXADA MONROÍSTA

Aos 13 dias de janeiro do ano de 1905 veio a público o anúncio de que as duas maiores repúblicas da América, Brasil e Estados Unidos, elevariam suas respectivas representações diplomáticas, em Washington e no Rio de Janeiro, ao nível de Embaixadas. Este ato vinha materializar e explicitar a nova orientação da política externa brasileira, comandada pelo barão do Rio Branco desde 1902, à frente do Ministério das Relações Exteriores. Em linhas gerais, tratava-se de deslocar o eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington, da Inglaterra para os Estados Unidos, da Europa para a América. Ou, dito de outro modo, do Velho para o Novo Mundo.³⁴⁷

Embaixadas eram artigos raros no mundo daquele início de século XX. E mais raras ainda em Washington. Apenas um país do continente americano, o México, mantinha uma representação diplomática com tal *status* na capital dos Estados Unidos. Não que se tratasse de ódio “latino” ao imperialismo ianque, que então se afirmava através do *Big Stick*; entre todas as nações do mundo, havia apenas outra meia dúzia de países cujas representações diplomáticas na capital norte-americana eram Embaixadas.³⁴⁸ No Rio de Janeiro, por exemplo, não havia nenhuma.

Tratava-se, portanto, de um ato ousado do barão. Sem descartar

³⁴⁷ O barão do Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores do Brasil e eminência parda da República entre 1902 e 1912, ano de sua morte. Ao lado deste “deslocamento de eixo”, o barão implementou muitas outras mudanças na política externa brasileira, que fogem ao escopo deste trabalho e já foram muito bem analisadas por uma literatura ampla e farta. Elas contribuíram não apenas para converter o barão em patrono da diplomacia brasileira, como também para consolidar a República, num momento estratégico do processo de *state building* no Brasil. Sobre a política externa da Primeira República e a gestão do barão à frente do MRE, ver, por exemplo, RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobras, 2000; MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997; BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; e, por todos, o clássico de BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003. Sobre a indissociabilidade entre política interna e política externa, ver: MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 365-399.

³⁴⁸ Não por acaso, eram as representações das maiores potências da época: Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália e Rússia. Cf. PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. p. 79.

“relacionamentos sul-americanos e europeus”, Rio Branco “conferiu à diplomacia brasileira (...) uma nova missão que ainda não tinha rumo preciso ou as certezas dos caminhos já trilhados”.³⁴⁹ Tinha, contudo, bons motivos para correr o risco. Além do interesse econômico, de “garantir a manutenção da dependente economia nacional cafeeira”, uma visão estratégica alimentava a ousadia do barão. Rio Branco buscou o apoio norte-americano por entendê-lo como essencial para fazer “a balança de poder, influência ou liderança pender para” o lado brasileiro no continente sul-americano. Do outro lado da balança estava a Argentina, que “tinha bom relacionamento com grande parte dos países hispânicos”, enquanto o Brasil “só tinha como verdadeiro aliado o Chile, não por coincidência o único país que não nos faz fronteira”. Assim, na visão do barão, a aliança com o Estados Unidos poderia garantir para o Brasil “mais autonomia em questões sub-regionais”, bem como maior prestígio “no meio internacional, mediante a assunção da imagem de líder no continente”.³⁵⁰

Esta estratégia de aproximação com os Estados Unidos estava inserida num movimento ainda mais amplo, que pode ser resumido como a busca de uma nova forma de inserção do Brasil no mundo. Várias iniciativas do barão como Ministro das Relações Exteriores, entre 1902 e 1912, apontam nesse sentido: a reorganização do Corpo Diplomático brasileiro, conferindo-lhe homogeneidade e um *ethos* próprio; a centralização simbólica e administrativa de seus membros em torno do Itamaraty; a resolução de várias questões de limites pendentes entre o Brasil e seus vizinhos latino-americanos; a própria aproximação com os Estados Unidos; entre muitas outras medidas já identificadas e muito bem analisadas pela literatura especializada.

Todas essas iniciativas do barão durante sua gestão à frente do MRE se inserem num contexto mundial de disputas imperialistas intensas entre as grandes nações da Europa. Naquele início de século XX, várias correntes de idéias evolucionistas difundiam a idéia comum de que havia nações mais “civilizadas” que outras. E, corolário disso, as nações imperialistas sustentavam e difundiam a idéia de que a elas estava reservado o direito, senão o dever (ou, em algumas versões, o “fardo” divino), de “civilizar” os povos inferiores. O objetivo mais geral do movimento diplomático empreendido pelo barão do Rio Branco pode, assim, ser identificado com a projeção de

³⁴⁹ PEREIRA, op. cit., p. 67.

uma imagem “civilizada” do Brasil no mundo, de modo que a maior República da América Latina não fosse arrolada pelas grandes potências imperialistas da época como alvo de suas pretensões territoriais.

Isto passava, em primeiro lugar, por demonstrar simbolicamente ao mundo as diferenças que separavam o Brasil de vários de seus vizinhos latino-americanos. Parte desta estratégia demandava a construção de uma narrativa histórica que passava pela afirmação do contraste entre o passado recente do país, durante o século XIX, e o de seus vizinhos do subcontinente. Tratava-se de opor a obra da Monarquia brasileira, que foi capaz de manter a ordem e a unidade territorial no Brasil durante o século anterior, e a trajetória caótica das Repúblicas latino-americanas, que tinham atravessado quase cem anos de lutas intestinas entre facções rivais. A política externa do barão articulava-se, assim, não só ao processo de *state-building* que estava em curso durante a Primeira República,³⁵¹ como também ao movimento de *nation-building*,³⁵² na chave da construção de uma memória nacional.

Ao mesmo tempo, a afirmação de uma nova inserção do Brasil no mundo também foi viabilizada, durante o período da gestão do barão do Rio Branco à frente do MRE, através da aliança com os Estados Unidos, que naquele momento despontavam como a mais dinâmica potência econômica e militar fora do Velho Mundo. Este movimento pode ser melhor compreendido através de três aspirações distintas, porém concorrentes, da política externa do barão.

Uma delas tinha a ver com a própria política externa norte-americana, que também passava por uma inflexão naquele momento: o tradicional isolacionismo dos Estados Unidos dava lugar a uma nova interpretação da Doutrina Monroe, formalizada através do “corolário Roosevelt” de 1904. Através dele, a maior potência das Américas recusava intervenções territoriais de potências europeias no continente; ao mesmo tempo, declarava unilateralmente que garantiria — com poderes de polícia internacional

³⁵⁰ PEREIRA, op. cit., p. 66-67.

³⁵¹ Cf. REIS, Elisa P. “Poder privado e construção do Estado sob a Primeira República”. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ / Rio Fundo Editora, 1991. p. 43-68. A autora argumenta que “o processo de formação do estado durante a República Velha apresenta avanços significativos”, ao contrário da “opinião corrente que tende a ver o período em questão como um momento de estagnação — quando não de retrocesso — do processo de *state-building*”.

³⁵² GOMES, Ângela de Castro. “República, trabalho e cidadania”. In: BOSCHI, op. cit., p. 69.

e através de intervenções em países do continente — o respeito aos contratos internacionais da parte de outras nações americanas, bem como a estabilidade interna dos Estados sob sua área de influência. Do ponto de vista do barão do Rio Branco, isto era benéfico para o Brasil, na medida em que serviria de anteparo a qualquer aspiração européia relativa ao território brasileiro. Quanto às intervenções norte-americanas na América Central, não eram vistas como ameaçadoras ao Brasil, cujos governantes se mostravam historicamente capazes de garantir a ordem interna e a estabilidade econômica.

A segunda aspiração da diplomacia brasileira que esclarece os motivos da aproximação com os Estados Unidos relaciona-se à rivalidade entre o Brasil e boa parte de seus vizinhos latino-americanos. Algumas pretensões territoriais ainda alimentadas por vários desses países em relação às suas fronteiras com o Brasil, ao lado do imperialismo brasileiro no Prata, durante o ainda recente Segundo Reinado, convergiam para sustentar uma certa hostilidade sul-americana em relação ao país. Converter-se em aliado preferencial dos Estados Unidos no subcontinente poderia significar a única alternativa possível para um país literalmente cercado por inimigos, num contexto em que o resto do mundo “civilizado” buscava aumentar suas áreas de influência.

O terceiro objetivo de fundo da política externa do barão é comercial, e se liga diretamente ao fato de os Estados Unidos se constituírem, já no início do século XX, no maior mercado consumidor do principal produto da pauta de exportações brasileiras, o café. E, ao mesmo tempo, o “grande irmão do Norte” se projetava, naquele momento, como potência emergente no concerto internacional das nações, de modo que o barão soube vislumbrar com grande habilidade as conseqüências futuras desse fator no equilíbrio de poder em termos mundiais, alinhando-se do lado que melhor convinha ao Brasil naquele momento.

A elevação da representação brasileira em Washington ao nível de Embaixada se somava, então, a algumas outras iniciativas relacionadas à projeção de uma imagem “civilizada” do Brasil no exterior e à afirmação do país como intérprete da Doutrina Monroe na América do Sul. Esta “aliança não escrita”, como a chamou Bradford Bruns, foi consagrada e tomou forma plena durante a gestão do barão à frente do Itamaraty, mas tinha precedentes numa aproximação que alguns autores remetem ao final do Império, acentuando-se durante a primeira década republicana. Como resume Matias Spektor:

“Entre 1890 e 1898 as relações bilaterais entre Rio de Janeiro e Washington foram substancialmente azeitadas pelo ministro Mendonça. A mostra sistemática de solidariedade mútua (por exemplo, durante a revolta naval no Rio de Janeiro em 1893, o confisco do livro de Prado, a aprovação e defesa brasileira da Doutrina Monroe, o resultado favorável ao Brasil na disputa pelas Missões) revelou-se central ao apoio brasileiro, único na família americana, aos EUA durante a guerra hispano-americana (1898). A ela somava-se a franca ascendência de uma relação comercial significativa para o perfil externo brasileiro”.³⁵³

A gestão do barão aprofundaria essa tendência, beneficiando-se amplamente desta *entente* na resolução de conflitos de fronteira ainda pendentes, como expresso durante a resolução da difícil questão do Acre. Mas a crescente aproximação do Brasil com os EUA, no início do século XX, também rendeu ao país a hostilidade de alguns de seus vizinhos, em especial a Argentina. Burns argumenta que a partir de 1905, em especial, a “aliança não escrita” entre as duas maiores repúblicas das Américas contribuiu para esfriar rapidamente as relações entre Brasil e Argentina.³⁵⁴

Quando o barão assumiu a pasta das Relações Exteriores, ainda de acordo com Burns, o Brasil mantinha relações amistosas com seu vizinho. O presidente Julio Roca (1898-1904) trocara visitas recíprocas com Campos Sales, pela primeira vez na história. Mas as duas mais importantes repúblicas da América do Sul passariam rapidamente à animosidade durante a presidência de Manuel Quintana (1904-1906). Isto porque Rio Branco estimulava um programa de expansão da esquadra brasileira, à época defasada em relação à Argentina. “Já em 1882”, argumenta Burns, o barão “se preocupava genuinamente, porque, do ponto de vista militar, a Argentina estava ficando mais forte que o Brasil”. Diante disso, prossegue o autor, Rio Branco julgava necessário “armar o Brasil, e especialmente aumentar a sua Marinha, para poder enfrentar a ameaça Argentina”.³⁵⁵ E agora, em princípios do século XX, o chanceler brasileiro desconfiava da crescente amizade entre Argentina e Peru, arquiinimigo do Brasil, e da tentativa de deslocar o Paraguai da esfera de influência brasileira.

O governo argentino, por seu turno, passa a acentuar suas críticas ao

³⁵³ SPEKTOR, Matias. “Notas sobre o desafio argentino do Brasil republicano” [on-line]. *Cena Internacional*, ano 2, nº 2, p. 117-135, 2000. p. 11 (da versão eletrônica).

³⁵⁴ BURNS, op. cit., p. 231.

³⁵⁵ Idem, *ibidem*.

rearmamento naval brasileiro e à criação da nova Embaixada em Washington. A morte do presidente Manuel Quintana, em março de 1906, agravaria esta situação. Em seu lugar assume o vice-presidente José Figueroa Alcorta, que nomeia Estanislau Zeballos como novo chanceler. Como explica Spektor, Zeballos representava uma corrente de opinião, que “consolidava-se (...) em alguns círculos de Buenos Aires”, dando conta “de que o Brasil tinha um plano diabólico para restabelecer o projeto português de franca expansão no Prata”.³⁵⁶ As desconfianças mútuas entre Zeballos e Rio Branco, que iriam azedar as relações entre os dois países, eram antigas, pois os dois chanceleres tinham sido rivais na Questão das Missões, arbitrada pelo presidente norte-americano Grover Cleveland e concluída em 1895. O arbitramento acerca do território de Palmas “constitui importante capítulo no relacionamento bilateral”. Ele evitou “a colisão direta de interesses e a exploração dos disseminados sentimentos nacionalistas e confrontacionistas nas duas margens do Prata”. E, por outro lado, segundo Spektor,

“(...) constitui o momento no qual os patronos das diplomacias brasileira e argentina se conhecem e interagem por primeira vez. Rio Branco e Zeballos, que futuramente viriam a reencontrar-se à frente de suas chancelarias, encontraram-se por primeira vez na capital norte-americana para defender juridicamente as suas pretensões. Para Rio Branco a resolução do conflito teve espetaculares efeitos, posto que o sucesso em Washington o tornava uma figura popularmente admirada no Rio de Janeiro”.³⁵⁷

Para Zeballos, ao contrário, a derrota fora inadmissível, e evidenciava, de sua perspectiva, o apoio norte-americano a um suposto imperialismo brasileiro no Prata que remontava às tradições da diplomacia imperial, agora atualizadas e reforçadas pela aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Resolutamente convencido de que este movimento era uma reação à crescente influência argentina na região, Zeballos funda a *Revista de Direito, História e Letras*, que se tornou veículo da crítica erudita de diplomatas argentinos e sul-americanos à suposta política expansionista brasileira.³⁵⁸

³⁵⁶ SPEKTOR, op. cit., p. 12.

³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 13.

³⁵⁸ Aspecto interessante desta rivalidade no subsistema internacional sul-americano é o embate entre a revista fundada por Zeballos e a *Revista Americana*, criada em 1909 e devotada à criação de certo consenso entre os diplomatas da América acerca do pan-americanismo monroísta. O próprio barão do Rio Branco teve vários de seus artigos publicados na revista. Recentemente, o Senado Federal do Brasil publicou uma seleção de alguns dos textos que apareceram ao longo dos dez anos de existência do

Por isso, enquanto Rio Branco e Zeballos foram chanceleres de seus países, a animosidade entre os dois inviabilizou o estabelecimento de relações bilaterais amistosas. De acordo com Clodoaldo Bueno, por outro lado, “a polêmica que o rearmamento naval brasileiro suscitou em Buenos Aires”³⁵⁹ deve ser situada “no âmbito da competição pelo prestígio” entre as duas repúblicas mais importantes do subcontinente. “Da mesma forma”, argumenta, “dever ser vista a elevação da representação do Brasil em Washington à categoria de embaixada, acompanhada de ato recíproco e simultâneo do governo norte-americano, em 13 de janeiro de 1905”.³⁶⁰

Mas, para além dessas questões pessoais, a rivalidade argentino-brasileira se insere num quadro mais amplo. De acordo com Guilherme Frazão Conduru, “precisamente na virada do século, se unificaram os diferentes subsistemas regionais do continente, que, no decorrer do século XIX, mantiveram um baixo grau de articulação entre si (...)”. Esse processo de unificação “teve como ideologia legitimadora o ‘movimento’ pan-americanista”, ou seja, o discurso do monroísmo. Através dele, o “subsistema no qual os EUA exerciam um poder imperial, que correspondia à América Setentrional, Central e a área banhada pelo mar do Caribe, inclusive o norte da América do Sul” buscava trazer para sua órbita o “subsistema sul-americano, no qual Brasil, Argentina e Chile se distinguiam pelo poderio militar e econômico e onde as disputas de fronteira favoreciam a formação de alianças ou esboços de alianças na região”.³⁶¹

Nesse quadro, que ainda carece de pesquisas mais esclarecedoras, parece que a

periódico, em versão fac-similar. Ver: *REVISTA Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)*. Brasília: Senado Federal, 2001. Outro aspecto da rivalidade argentino-brasileira no período que ainda merece pesquisas mais detidas refere-se ao papel dos jornais dos dois países. O argentino *La Prensa* e os diários brasileiros *O País* e *Jornal do Comércio* costumavam ratificar, respectivamente, as posições de Zeballos e de Rio Branco.

³⁵⁹ Trata-se do programa de rearmamento naval brasileiro, parte de uma espécie de corrida armamentista entre os dois vizinhos platinos no início do século XX. O governo brasileiro, sob influência do barão do Rio Branco, adquiriu modernos encouraçados para reequipar a esquadra nacional. Essas máquinas de guerra tinham sido decisivas na recente guerra russo-japonesa (1904-1905) – cujo tratado de paz foi mediado pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt, o que lhe rendeu o Nobel da Paz em 1906. Entre os encouraçados brasileiros adquiridos neste contexto figuram o *São Paulo* e o *Minas Gerais*. Este último comboiou o vazo de guerra norte-americano que trouxe o corpo de Nabuco ao Brasil em 1910.

³⁶⁰ BUENO, op. cit. A animosidade entre Brasil e Argentina, ou entre Zeballos e Rio Branco, chegaria ao auge em 1908, com o famoso escândalo do “Telegrama nº 9”, que não cabe descrever em detalhes. Note-se apenas que, mais uma vez, Rio Branco sairia vitorioso do embate: em 20 de junho de 1908, Zeballos renunciou do cargo de chanceler. Ver, entre muitos outros, BURNS, op. cit., p. 233.

³⁶¹ Cf. CONDURU, Guilherme Frazão. “O subsistema americano, Rio Branco e o ABC”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, nº 2, p. 59-82, 1998. p. 63.

posição da Argentina, sob Zeballos, diante da aproximação entre Brasil e Estados Unidos refletia uma forma de resistência ao processo de unificação dos dois subsistemas nos moldes do monroísmo, que o barão do Rio Branco defendia publicamente. Do ponto de vista argentino, a “aliança não escrita” entre as duas maiores repúblicas do continente poderia reforçar a posição brasileira no próprio subsistema sul-americano. Para Zeballos, urgia, então, a necessidade de questionar o monroísmo e as pretensões brasileiras, ao passo que se tornava imperioso articular alianças com os inimigos do Brasil, que eram potencialmente muito numerosos, dada a extensão das fronteiras do território brasileiro e, conseqüentemente, a quantidade de conflitos lindeiros com que ainda se defrontava.

Não por acaso, Zeballos encontrou um aliado barulhento disposto a engrossar o coro dos opositores do monroísmo. A Venezuela, transitando entre os dois subsistemas, sentia-se duplamente ameaçada naquele contexto. A localização geográfica do país tornava concreta a possibilidade de sua atração para a órbita do “subsistema no qual os EUA exerciam um poder imperial”, para usar as palavras de Conduru. Por isso, dentre outros motivos, a diplomacia de Caracas encontrou na oposição argentina ao monroísmo uma alternativa diante do expansionismo do “grande irmão do Norte”.

Esta proximidade de interesses na política externa dos dois países tomou forma, por exemplo, na Doutrina Drago. Proposta por Luis Maria Drago, chanceler argentino durante o governo de Julio Roca, ela se inspirava na Doutrina Calvo para propor a criação de uma norma de direito internacional considerada anti-imperialista. Tratava-se da suspensão do uso da força como forma legítima de cobrança das dívidas pendentes de nações credoras. A Doutrina Drago era reação direta contra o bloqueio dos portos venezuelanos em dezembro de 1902, levado a cabo de forma conjunta por forças navais da Inglaterra, da Itália e da Alemanha.

Na condição de credores da Venezuela, banqueiros dos três países tinham acionado os respectivos governos para cobrar dívidas não pagas. O presidente general Cipriano Castro – que subira ao poder na Venezuela em 1899 e tornara-se presidente constitucional em 1901 – não reconhecia as dívidas de seu país por considerar extorsivos os juros cobrados. Por isso, o bloqueio ítalo-anglo-germano fora acionado para, com as rendas da alfândega, executar a dívida pendente, chegando até a bombardear alvos venezuelanos. O conflito só se resolveu pela ação dos Estados Unidos, cuja mediação possibilitou, em fevereiro de 1903, a suspensão do bloqueio e a

transferência da decisão sobre a questão para o Tribunal de Haia, que acabou dando razão aos credores.

O episódio foi um marco importante das relações internacionais no período porque resultou em dois tipos de reação. A primeira, representada pela Doutrina Drago, implicava a condenação do uso da força na resolução de conflitos motivados por calote contra credores estrangeiros. A segunda, por seu turno, considerava inadmissíveis tanto o descumprimento de dívidas contraídas por meio de contratos quanto a intervenção militar européia na área de influência norte-americana. O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, proclamado em 20 de maio de 1904, atualizava, assim, a máxima de 1823: “A América para os americanos”. Mas legitimava o uso da força, pelos Estados Unidos, com o objetivo de manter a ordem no Hemisfério e evitar as ameaças da insolvência financeira e da desordem social. Para atingir esse objetivo e salvaguardar a “civilização” nas Américas, Roosevelt se arrogava o direito de exercer um poder de “política internacional” em sua área de influência.

Do ponto de vista da Venezuela de Castro ou da Argentina de Zeballos, por exemplo, o corolário de 1904 fazia com que a Doutrina Monroe perdesse o caráter defensivo de que se revestia em 1823. A partir de então, ela passou a ser encarada por parte da opinião pública internacional como a expressão do imperialismo norte-americano, ainda que camuflado sob a insígnia de fidelidade da política externa norte-americana ao princípio original e defensivo do início do século XIX. No mesmo sentido, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos era vista por aqueles países como ratificação do corolário Roosevelt pelo barão do Rio Branco. Por isso mesmo, deveria ser combatida.

Mas a oposição à política externa do barão não vinham apenas de fora. Um diplomata brasileiro em especial, desafeto de Rio Branco, engrossaria o coro dos seus críticos mais ferrenhos. Lotado em Caracas, Oliveira Lima tornar-se-ia simpatizante da política externa do general Cipriano Castro, admirador e amigo de Zeballos e defensor da Doutrina Drago.³⁶² Apesar de declarar-se favorável ao pan-americanismo e ao

³⁶² Essas opiniões de Oliveira Lima são conhecidas. Sua oposição à orientação que o barão do Rio Branco seguia como chanceler lhe custou muito caro, principalmente porque Lima se manifestava publicamente neste sentido. Boa parte de seus artigos na imprensa brasileira foi publicada em 1907 num pequeno livro reeditado mais de meio século depois, e expressam os pontos de vista que estão sendo

espírito da Doutrina Monroe, Lima argumentava que os interesses norte-americanos em sua aplicação tinham sido sempre egoístas. Para torná-la efetiva, portanto, era preciso que a Doutrina fosse convertida em norma do direito internacional americano e, por essa via, assumisse um caráter multilateral. Enquanto isso, a política externa brasileira, em vez de sujeitar-se a uma relação desigual e submissa com os Estados Unidos, deveria valorizar sua herança européia e fortalecer laços comuns com seus vizinhos de colonização ibérica.

De acordo com Maria Ligia Prado, este aspecto do pensamento de Oliveira Lima a respeito da política externa brasileira foi explicitado em seu livro *Na Argentina*, de 1920. Nesta obra, segundo a autora, o diplomata brasileiro “citava o estadista argentino (...) Estanilao S. Zeballos, concordando com sua proposta de união das três maiores potências da América Latina — o Brasil, a Argentina e o Chile”.³⁶³ Lima argumenta que Zeballos teria defendido com insistência, em especial durante os anos finais da década de 1900, a formação desta aliança sul-americana de caráter defensivo, contra a ameaça representada pelo corolário Roosevelt à Doutrina Monroe.

A posição de Rio Branco nesse contexto não foi linear. Apesar de deslocar o eixo da política externa brasileira para Washington e ratificar o corolário Roosevelt, o barão não parece ter desprezado a importância de manter os vínculos com a Europa e de buscar a amizade de seus vizinhos. Uma parcela significativa da literatura sobre a política externa brasileira do período Rio Branco chegou inclusive a arrolar entre seus objetivos o de criar uma aliança entre Argentina, Brasil e Chile, posteriormente chamada de Pacto ABC. Na visão de Rio Branco, o ABC expressaria, segundo Bueno, a idéia de formação de um condomínio oligárquico na América do Sul, estabelecendo uma hegemonia compartilhada e em conformidade com a aliança bilateral com os Estados Unidos. Não era esse, no entanto, o entendimento de Oliveira Lima ou Estanislao Zeballos, os mais ferrenhos opositores da política externa empreendida pelo barão do Rio Branco. O próprio Rio Branco, aliás, se refere a esta proposta, em despacho de janeiro de 1905:

assinados. Ver: LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. [1907]

³⁶³ PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a Distante América do Sul”. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.html>>. Acesso em 15.out.2007.

“(....) A tão falada Liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros e até ridículo dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos.”³⁶⁴

A proposta de formação de uma aliança entre Argentina, Brasil e Chile vinculasse, portanto, a um movimento oposto à política externa empreendida pelo barão do Rio Branco, de alinhamento com os Estados Unidos. Se de fato Rio Branco esboçou um projeto de “cordial inteligência política” entre os três países, em 1909,³⁶⁵ ele não pode ser confundido com a idéia original, defendida por Zeballos e Oliveira Lima.

A proposta de Rio Branco, na verdade, era a resposta do chanceler brasileiro a um primeiro contato nesse sentido por parte do governo do Chile. O próprio barão dissera ter formulado sua minuta do projeto “somente para condescender com nossos amigos do Chile”, pois achava “inoportuna ou prematura qualquer tentativa de acordo dessa natureza com a Argentina”.³⁶⁶ As negociações em torno do pacto entre os três países começaram em 1907, pois foi só a partir de então que o barão do Rio Branco começou a vislumbrar a necessidade de um acordo sul-americano. Isto representou, contudo, uma mudança de postura do chanceler brasileiro, datada e nada gratuita. Ela foi motivada pelas divergências entre as delegações brasileira e norte-americana na Conferência da Paz de Haia, ocorrida exatamente em 1907.

Ao mesmo tempo em que demonstrou a fragilidade do entendimento que vinha sendo construído entre Brasil e Estados Unidos através de expedientes não formalizados, a oposição entre as propostas dos dois países serviu para atrair para o Brasil a simpatia dos seus vizinhos no continente. Ao defender a posição brasileira, com

³⁶⁴ Despacho do barão do Rio Branco para a Legação do Brasil em Washington, 31/01/1905, AHI, 235/2/5. Citado por CONDURU, op. cit., p. 71.

³⁶⁵ Projeto de Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento, entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina, anexo ao Despacho reservado nº 1, para Henrique Lisboa, Ministro do Brasil na Legação em Santiago, de 26/02/1909, AHI. Citado por CONDURU, op. cit., p. 72.

³⁶⁶ Cf. Despacho reservado nº 4 para Henrique Lisboa, Ministro do Brasil em Santiago, 09/03/1909, AHI, 231/4/3, citado por CONDURU, p. 74, nota 30. Note-se, a propósito, que o próprio Conduru, apesar de transcrever trecho de tal despacho, descarta a tese de que o pacto ABC tivesse um caráter de oposição a supostas pretensões imperialistas norte-americanas. O autor não menciona, contudo, a origem da proposta do ABC por parte de Zeballos nem sua defesa por Oliveira Lima, que viam a aliança como oposta à política externa empreendida pelo barão e voltada ao alinhamento com os EUA e o monroísmo.

grande competência, Rui Barbosa foi visto como porta-voz dos países sul-americanos, polarizando em torno de si (e do Brasil) não só o antagonismo dos EUA, mas também a liderança entre as nações da América que seriam prejudicadas pela adoção das teses defendidas por Washington.

A partir daí é que o barão passou a considerar a possibilidade de firmar um compromisso diplomático com seus vizinhos sul-americanos. A negociação esbarraria, contudo, nas divergências entre os governos argentino e brasileiro.³⁶⁷ O estabelecimento do então denominado Pacto ABC (na verdade o “Tratado para Facilitar a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais”, assinado em maio de 1915),³⁶⁸ só ocorreu após a demissão de Zeballos da chancelaria argentina e a morte de Rio Branco (em 1912), cuja política de alinhamento com os EUA tanto despertara a oposição de Zeballos e Oliveira Lima, precoces defensores da aliança.

Antes, portanto, de ser um “desígnio do barão” desde o início de sua gestão à frente do MRE,³⁶⁹ congruente e complementar à aproximação com os EUA, o ABC foi, na origem, a expressão diplomática da oposição à hegemonia norte-americana sobre a América, tal como expressa no monroísmo defendido por Rio Branco e Nabuco. A (contra-)proposta redigida pelo barão em 1909 manifesta, assim, uma tentativa de conferir outro sentido ao pacto ABC, num momento em que a “aliança não-escrita” com os Estados Unidos se mostrou frágil diante dos desentendimentos manifestos na Conferência de Haia. Retirando-lhe seu caráter original de oposição ao monroísmo, a proposta de aliança ABC esboçada pelo barão apontava para a criação de condições para uma inteligência entre as três maiores repúblicas da América do Sul que garantisse a estabilidade política na região, a segurança interna dos três países e a manutenção do equilíbrio de poder no subsistema sul-americano.³⁷⁰

³⁶⁷ O próprio Rio Branco estava ciente dessa dificuldade. Ao encaminhar sua contra-proposta a Puga Borne, ex-ministro das Relações Exteriores do Chile que o procurara para apresentar a idéia, em 1909, o barão solicitou a seu colega chileno que o apresentasse à Argentina como se fosse proposta do Chile e não do Brasil. Cf. BANDEIRA, apud CONDURU, p. 75, nota 31.

³⁶⁸ Tratado entre a República dos Estados Unidos do Brasil, a Argentina e o Chile para *Facilitar a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais*, Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro (AHI), Seção de Atos Internacionais. Citado por CONDURU, p. 59, nota 1.

³⁶⁹ Cf. a interpretação de RICUPERO, op. cit., 1995, p. 93 ss.

³⁷⁰ Isto confirmaria, inclusive, a visão defendida por Clodoaldo Bueno, embora este autor não identifique a proposta original de aliança ABC como oposta ao “monroísmo”. Para Bueno, o ABC de Rio Branco expressaria a tentativa de construção de uma “hegemonia compartilhada”.

GUERRA E PAZ

Enquanto colecionava desafetos como Oliveira Lima, o barão do Rio Branco buscava aliados confiáveis para levar a cabo seus projetos à frente das Relações Exteriores do Brasil. Nabuco tornar-se-ia então seu braço direito em Washington – o que, não por acaso, levaria os dois amigos pernambucanos ao rompimento. Menos de uma semana depois da divulgação do laudo arbitral na Questão do Pirara, o barão do Rio Branco envia a Nabuco o telegrama que mudaria sua vida:

“Continue tranquilamente ultimando trabalhos missão para o que pode dispor alguns meses, como sabe o posto mais importante para nós é Washington, precisamos ali homem de valor, se o puder aceitar diga-me com urgência para que regule por aí movimento projetado, pediremos aumento vencimentos, antes resolver converse Aranha, creio será do meu pensar, mas está entendido, se tem preferência Londres retiro esta consulta”.³⁷¹

Nabuco foi o homem que Rio Branco julgou mais adequado para aquele posto. Herói da abolição, intelectual consagrado, ex-monarquista como o próprio barão, porte elegante e oratória invejável, ele era a própria imagem do país civilizado que o chanceler queria divulgar no exterior. Nabuco tinha prestígio no país, não só por sua liderança na campanha abolicionista, nem só por seu brilhantismo intelectual, mas também por seus serviços prestados ao país como diplomata da República. A própria cobertura que a imprensa nacional e internacional tinham dedicado ao laudo arbitral de 1904 atestava isso. Sua missão seria estreitar a amizade entre Brasil e Estados Unidos, minimizando a má impressão dos *yankees* entre os brasileiros e a má fama destes na América do Norte. Ele era o diplomata ideal para o cargo. Aliando a beleza e o porte físico – muito importantes para um diplomata sul-americano numa época em que predominavam as teses de superioridade racial –, o brilhantismo intelectual e a oratória eloqüente, a experiência parlamentar e a diplomática, preenchia todos os “requisitos” necessários para o cargo.

Ademais, o monroísmo do ex-líder abolicionista era de conhecimento do barão pelo menos desde 1902. Nabuco reafirmara há pouco tempo sua sintonia com as idéias

³⁷¹ Telegrama de Rio Branco a Nabuco, 18 de junho de 1904. Arquivo Joaquim Nabuco, Fundação Joaquim Nabuco. CPp 136 doc. 2846.

do barão em relação à política externa brasileira. Em 1904, enquanto esperava a divulgação do fatídico laudo do Rei da Itália, escrevera ao ministro e amigo:

“As grandes Nações da Europa consideram o Brasil, a República Argentina e o Chile, pelos grandes interesses que têm nesses países e pela ordem interna que se mantém neles, assim como consideram hoje o México, de modo diferente do que vêem as Repúblicas anárquicas do nosso Continente (...) Por isso mesmo que sou partidário de uma constante inteligência entre o Brasil, a República Argentina e o Chile, e de uma aproximação nossa cada vez maior dos Estados Unidos, parece-me que nos convém de modo hábil, separar a nossa causa da dos Estados, se se pode chamar assim, que desacreditaram tão completamente a forma republicana na América Latina.”³⁷²

Nabuco, no entanto, não tomou parte alguma na opção de elevar a representação brasileira em Washington ao nível de Embaixada. Apesar de ser favorável ao alinhamento com os Estados Unidos, a magnitude da decisão de Rio Branco o surpreendeu, além de ter motivado certo receio no futuro embaixador.³⁷³ Não queria deixar a Europa. Mas também não podia recusar um posto que Rio Branco classificasse como o “mais importante” para o país. Em seu raciocínio, o apoio que recebera em casa no momento do infortúnio não lhe franqueava a possibilidade de negar-se a um sacrifício em nome da pátria. Suas palavras em carta a Tobias Monteiro — o mediador que tinha estimulado o convite de Campos Sales e o aceite de Nabuco, em 1899 — foram contundentes: “O país fez-me o representante do seu infortúnio em vez de me acusar por ele. (...) isso é magnanimidade, é fé, é lealdade nacional”.³⁷⁴ Devia lealdade à pátria, e por isso aceitou.

“Encontrou Washington em obras”, conta Alonso. “A capital se modernizava, mantendo a arquitetura imponente, solene, do Capitólio, da Casa Branca, do obelisco a Washington. Representavam a face imperialista da nação, querendo ombrear a Europa”. Era, contudo, um espírito aristocrata e europeu em solo estranho e hostil. Não lhe

³⁷² Carta de Nabuco a Rio Branco. Rio, 02/04/1904. O papel desta carta tem timbre da “Missão Especial junto a S.M. o Rei da Itália” no canto superior direito, logo acima da data, e uma anotação enviesada no canto superior esquerdo: “Particular”.

³⁷³ A melhor análise sobre as motivações que levaram Nabuco a inclinar-se de seu conhecido *européismo* para uma postura favorável à aproximação entre Brasil e EUA encontra-se em PEREIRA, op. cit., especialmente no capítulo 1.

³⁷⁴ Nabuco a Tobias Monteiro, 18 de julho de 1904. In: NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos* (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 2 v. Vol. II, p. 169.

agradavam, diz a autora, “a afluência burguesa”, o clima, a comida, o custo de vida.³⁷⁵ Não quisera fixar residência na América do Norte. Ainda em Londres, dizia em carta a Graça Aranha que o ano de 1905 começava “por uma desapropriação por utilidade pública”. Mais uma vez, cedera por patriotismo. Afinal, fora uma “remoção forçada”, não porque Rio Branco não lhe tivesse franqueado “a opção material”; não lhe permitira, contudo, “a [opção] moral, ou patriótica”.³⁷⁶ Não tardou, no entanto, para que Nabuco se convertesse no mais entusiasmado monroísta brasileiro, aceitando o convite do barão e promovendo, com grande sucesso, a aproximação entre o Brasil e seu “grande irmão do Norte”.

Como bom aristocrata, Joaquim Nabuco era tão bom perdedor quanto tinha sido artífice habilidoso da glorificação de suas próprias vitórias. Político realista, também não lhe faltava lucidez para dimensionar corretamente o tamanho e as conseqüências de seus sucessos e fracassos. Depois de vitoriosa a Abolição, por exemplo, sentenciara: “se a monarquia se incompatibilizar com a federação está morta”.³⁷⁷ Ambas as previsões se concretizaram: a monarquia não adotou o federalismo e “morreu”. Após a derrota contra a Inglaterra na Questão do Pirara, por outro lado, Nabuco vislumbrara o interesse do imperialismo britânico sobre a bacia Amazônica. Passado o impacto inicial da derrota, logo passou a compartilhar com vários de seus interlocutores sua impressão acerca do efeito da sentença que tinha assinado. Em carta a Campos Sales, por exemplo, explica que o rei da Itália “julgou (...) com as idéias do Congresso de Berlim. No fundo declarou ‘terra nullius’ e dividiu entre os demandantes”.³⁷⁸

Os efeitos da vitória da Abolição tinham resultado em ameaça à Monarquia. Por isso, Nabuco passara a defender a Federação. De modo análogo, a derrota na disputa com a Inglaterra evidenciava o perigo que o imperialismo europeu poderia oferecer à maior obra dos grandes estadistas brasileiros durante o Segundo Reinado: a unidade territorial. Em nome desta obra, o herói da abolição tinha aceitado servir à Pátria

³⁷⁵ ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 311-312.

³⁷⁶ Carta de Nabuco a Graça Aranha, Londres, 5 de janeiro de 1905. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 201.

³⁷⁷ Conferência de Nabuco em 13 de outubro de 1889, no Recife. *Apud* VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas*: Rui, Nabuco, Rio Branco. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981. p. 564, nota 10.

³⁷⁸ Carta de Joaquim Nabuco a Campos Sales, 3 de outubro de 1904. In: NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos* (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 2 v.

republicana, a despeito de seu monarquismo. Que bandeira Nabuco empunharia agora, para afastar o imperialismo europeu e perpetuar a obra dos grandes estadistas do Império?

De acordo com João Frank da Costa, a resposta de Nabuco a esta pergunta é clara: “a principal conseqüência do seu insucesso no pleito de 1904, foi a *crystalização* de todo o seu ser em torno da doutrina de Monroe, único meio segundo pensava, de salvar os dois terços do território brasileiro” que não tinham sido efetivamente ocupados.³⁷⁹ Esses dois terços passam de fato a preocupar Nabuco. Em missiva a Tobias Monteiro, por exemplo, comentando sobre o jurista que o rei da Itália consultara para fundamentar o laudo sobre a Questão do Pirara, referia-se mais uma vez ao problema:

“Quanto ao jurista que ele chamou, o professor Fiore de Nápoles, era natural que, segundo as regras de que é o publicista na Itália, o território lhe parecesse não ter dono. Se lhe sujeitássemos a nossa soberania sobre $\frac{2}{3}$ do Brasil ele diria que não temos direito algum”.³⁸⁰

De fato, o Congresso de Berlim de 1884-1885, que discutiu questões relativas à África, consagrou a tese de que a ocupação efetiva era a única forma de conservar a soberania territorial. Três anos depois, como lembra Costa, essas idéias foram reafirmadas “pelo Instituto de Direito Internacional, como tendo valor universal”.³⁸¹ Em 7 de setembro de 1888, uma resolução do *Institut de Droit International* afirmava princípios relativos à ocupação de territórios. O artigo primeiro da resolução define, especificamente, o que é ocupação efetiva:

“ *Artigo Primeiro*

A ocupação de um território a título de soberania poderá ser reconhecida como efetiva apenas se reunir as seguintes condições:

- 1º) a tomada de posse de um território fechado em certos limites, feita em nome do governo;
- 2º) a notificação oficial da tomada de posse.

A tomada de posse se realiza pelo estabelecimento de um poder local responsável, detentor de meios suficientes para manter a ordem e

Vol. II, p. 175.

³⁷⁹ COSTA, op. cit., p. 48.

³⁸⁰ Carta de Nabuco a Tobias Monteiro, 18 de julho de 1904. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 169.

³⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 49.

assegurar o exercício regular da sua autoridade nos limites do território ocupado. Estes meios poderão ser franqueados a instituições existentes no país ocupado.

A notificação da tomada de posse faz-se, quer pela publicação, na forma que, em cada Estado, se utiliza para a notificação de atos oficiais, quer pela via diplomática. Ela conterà a determinação aproximativa dos limites do território ocupado”.³⁸²

A generalização dessas idéias como princípios de direito internacional poderia fundamentar pretensões estrangeiras sobre boa parte do território do Brasil. Afinal, no início do século XX ainda havia imensas parcelas do “corpo da pátria”³⁸³ sobre as quais o governo brasileiro considerava-se soberano, mas cuja “ocupação efetiva” poderia ser contestada. Nabuco explicita esta impressão em inúmeras cartas escritas após a leitura do laudo arbitral que resolveu a questão de limites com a Guiana Inglesa.

Diante dessa ameaça, o Brasil não teria forças para se defender sozinho. É o que diz, por exemplo, em carta confidencial a Alexandre Barbosa Lima: “Tem sido um milagre histórico a conservação do imenso todo chamado Brasil. Até hoje isso foi, em grande parte, obra da fortuna, mas dora em diante será preciso que a ajudemos com outras forças além das nossas (...)”.³⁸⁴ Além disso, segundo Paulo José dos Reis Pereira, as conseqüências do laudo de 1904 fizeram combinar-se “dois pontos essenciais para Nabuco: a ameaça territorial e/ou colonial europeia e a idéia de dois mundos, o europeu e o americano”.³⁸⁵

Nas palavras do próprio Nabuco, a conclusão era clara: “Entre a Europa e a América”, escrevia a Barbosa Lima, “por bem ou por mal, não há escolha para nenhuma

³⁸² Tradução livre do original em francês, disponível em: <http://www.idi-iil.org/idiF/resolutionsF/1888_lau_02_fr.pdf>. Acesso em 11.fev.2008. Segue a transcrição do trecho traduzido: “Article premier: L’occupation d’un territoire à titre de souveraineté ne pourra être reconnue comme effective que si elle réunit les conditions suivantes: 1° La prise de possession d’un territoire enfermé dans certaines limites, faite au nom du gouvernement; 2° La notification officielle de la prise de possession. La prise de possession s’accomplit par l’établissement d’un pouvoir local responsable, pourvu de moyens suffisants pour maintenir l’ordre et pour assurer l’exercice régulier de son autorité dans les limites du territoire occupé. Ces moyens pourront être empruntés à des institutions existantes dans le pays occupé. La notification de la prise de possession se fait, soit par la publication, dans la forme qui, dans chaque Etat, est en usage pour la notification des actes officiels, soit par la voie diplomatique. Elle contiendra la détermination approximative des limites du territoire occupé.”

³⁸³ A expressão “corpo da pátria”, como metáfora para o território nacional, é tomada de empréstimo, mais uma vez de: MAGNOLI, op. cit.

³⁸⁴ Carta de Nabuco a Alexandre Barbosa Lima, 7 de julho de 1907. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit, vol. II, p. 278.

³⁸⁵ PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a*

nação da América Latina (...). E, dentre os países do continente, “não podemos hesitar entre os Estados Unidos e a América espanhola”.³⁸⁶ Na visão de Nabuco, conclui Reis, as escolhas do Brasil em política internacional deveriam representar:

“(...) um grande interesse nacional, já que vivíamos em um período histórico em que as antigas ficções de direito iam perdendo terreno, e a força, justificada pelo progresso material que ela desenvolve em toda a parte, avançando sempre. (...) Nabuco só enxergava sobrevivência [para o Brasil] na habilidade de nossa política externa”.³⁸⁷

À aproximação com os Estados Unidos não haveria, agora, alternativa viável naquele mundo imperialista. Tal diagnóstico estava fundamentado na análise atenta e sofisticada das transformações por que passava o sistema internacional na virada do século. Inclusive as bases econômicas e tecnológicas daquelas transformações se faziam presentes na observação perspicaz de Nabuco. Em carta escrita em janeiro de 1905, antes do anúncio oficial da criação da nova embaixada brasileira em Washington, o futuro embaixador resumia suas impressões lúcidas e realistas acerca da importância do novo posto:

“Não há nada mais sugestivo do que um mapa dos caminhos de ferro do velho mundo no Almanaque Hachette deste ano. Daqui a pouco Europa, Ásia e África formarão uma só rede. E a que pequena distância dela ficaremos quando forem reunidos por trilhos o Senegal e a Argélia! **É o sistema político do globo que começa em vez do antigo sistema europeu!** É um grande assunto de observação tudo isso. Pode-se dizer que estamos nas vésperas de uma nova era. Para nós o observatório de Washington é em tal conjuntura o mais importante de todos”.³⁸⁸

Este tipo de interpretação fornece várias indicações preciosas sobre o pensamento de Nabuco em 1905, contribuindo amplamente para a compreensão de sua atuação como Embaixador em Washington. Além de apresentar semelhança surpreendente com as mais modernas teorias geopolíticas da época, a visão da Europa,

atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. p. 133.

³⁸⁶ Nabuco a Alexandre Barbosa Lima, op. cit., p. 277.

³⁸⁷ PEREIRA, op. cit., p. 133.

³⁸⁸ Carta de Nabuco ao barão de Albuquerque (Manuel Artur de Holanda Cavalcanti de Albuquerque), 5 de janeiro de 1905. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 200. Grifos meus.

Ásia e África como unidade aponta, por contraste, para a existência de uma outra unidade, diferente da primeira. O centro desta segunda grande área do “sistema político do globo” era, obviamente, a América do Norte. Deste modo, dois grandes conjuntos se delineavam no novo sistema internacional que substituíra o “antigo sistema europeu” e anunciava uma “nova era”: de um lado, o conjunto formado por Europa, Ásia e África, cujo centro era a Europa Ocidental, vale dizer, a Inglaterra; de outro lado, um segundo conjunto formado pelas Américas, cujos componentes orbitavam em torno dos Estados Unidos.

Nabuco resumiu esta sua visão do novo sistema internacional através da oposição entre “Velho Mundo” e “Novo Mundo”. O “espírito europeu” do herói não lhe impedia de apontar Washington como o observatório “mais importante de todos”, diante daquela conjuntura de grandes transformações. O novo “sistema político do globo” nascera da expansão do “antigo sistema europeu”, que unificava e conectava diversas regiões do globo de acordo com seus próprios interesses. Nabuco tinha sentido, pessoalmente, a força e o caráter desses interesses, bem como seu ímpeto globalizante em direção à América. No passado, o europeísmo do líder abolicionista tinha rechaçado o poder do “grande irmão do Norte”. Mas agora, uma análise realista daquela nova conjuntura mostrava que ele se constituía no único centro de poder mundial que parecia garantir ao Brasil (e aos outros países da América) uma defesa contra a sua própria fragilidade diante da orientação exógena do sistema europeu.³⁸⁹

Por isso mesmo, Nabuco tornara-se favorável ao deslocamento do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington. Já em 1902, em carta ao próprio barão do Rio Branco, já nomeado ministro, dizia ser “forte Monroísta”, ou seja “grande

³⁸⁹ Em verdade, o *monroísmo* de Nabuco pode ser remetido a, pelo menos, 1902, como atesta a maior parte dos autores que enfrentaram a questão das origens desta preferência do futuro embaixador pelo pan-americanismo monroísta. Angela Alonso, contudo, afirma que “Aferindo a relevância geopolítica e financeira dos Estados Unidos, [Nabuco] passou a defender, em 1901, maior aproximação nossa com eles. Escreveu a Campos Sales que: ‘não há no serviço [diplomático] maior monroísta do que eu’”. Cf. ALONSO, op. cit., p. 310. Depois disso, ademais, quando o barão já era ministro das Relações Exteriores e tentava resolver a questão do Acre, Nabuco se regozijara “com a linguagem *oficiosa* em relação aos Estados Unidos”. Carta de Nabuco a Rio Branco, 2 de setembro de 1902. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 132. Mas parece razoável concordar com João Frank da Costa, que atribui à sentença da Questão do Pirara a *crystalização* do monroísmo de Nabuco. Mais procedente ainda, cumpre notar, é a tese de Paulo José dos Reis Pereira, que avança além disso e aponta entre as conseqüências da sentença a *combinação*, no pensamento de Nabuco, da percepção da ameaça colonial européia com a idéia de dois mundos, o europeu e o americano – este último servindo de anteparo às ambições do imperialismo europeu, através da Doutrina Monroe. É esta última perspectiva, mais completa, que está sendo ratificada nesse trabalho.

partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos”. E completava:

“Se eu fosse ministro do Exterior e o Presidente consentisse, caminharia firme nesse sentido, e em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, deveria talvez você pensar em fazer-me colaborador seu naquela política, (unindo as duas legações de Londres e Washington é o que devera ser, porque é uma só política, hoje a Inglaterra sendo a mais norte-americana das nações, mas tanto não proponho porque a novidade é para estudar), mandando-me a Washington sondar o terreno”.³⁹⁰

NOVO MUNDO, NOVO NABUCO

Em 24 de maio de 1905 Nabuco apresentaria suas credenciais ao presidente Roosevelt. Alto, branco, poliglota, culto e elegante, era a encarnação da imagem de um Brasil “civilizado” que Rio Branco pretendia promover no exterior. Orador experimentado em anos de campanha abolicionista, sabia muito bem como cativar uma audiência. Assim, como era de se esperar, o jantar oficial promovido para o reconhecimento do novo embaixador brasileiro em Washington trouxe grandes dividendos simbólicos para Nabuco, que mereceu ótima acolhida do presidente dos EUA e uma repercussão extremamente favorável na imprensa local.

Theodore Roosevelt gostou tanto do discurso de Nabuco que quebrou o protocolo e encerrou sua fala de improviso. Não era pra menos. O primeiro embaixador brasileiro sabia que tinha sido convocado a criar o papel que assinalaria uma nova era da política externa brasileira. Como dizia em seu discurso de posse, era desejo do governo brasileiro que a “imensa influência moral que os Estados Unidos exercem sobre a marcha da civilização” aumentasse. Afinal, ela “se traduz pela existência de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana”,³⁹¹ num tempo que Nabuco via como de guerra e militarismo. Já no dia seguinte, em ofício telegrafado a Rio Branco, o primeiro embaixador brasileiro externaria todo o seu entusiasmo com a nova missão:

³⁹⁰ Carta de Nabuco a Rio Branco, 7 de setembro de 1902. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 132.

³⁹¹ Discurso de Joaquim Nabuco na apresentação de credenciais de embaixador ao presidente Theodore Roosevelt, em 24 de maio de 1905. *Apud* COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 73.

“Rogo Vossência transmitir Presidente e aceitar pessoalmente sinceras felicitações modo Brasil foi ontem acolhido Casa Branca. Considero data 24 de maio 1905 tão grande nossa ordem externa quanto 13 de maio 1888 nossa ordem interna”.³⁹²

No posto mais alto da diplomacia brasileira da época, promoverá a política do barão de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, baseada nos princípios pan-americanistas da Doutrina Monroe. A repercussão de seu discurso na imprensa norte-americana foi um sucesso, que removeu suas restrições ao novo ambiente de Washington. Como na campanha abolicionista, passou a servir-se amplamente da estratégia da propaganda para promover sua política. Como analisa João Frank da Costa, “a atividade propriamente diplomática de Nabuco coexistiu com uma atividade intelectual, social e jornalística, que considerava tão importante quanto a oficial”.

Fiando-se em sua habilidade de orador experiente, Nabuco concedia “numerosas entrevistas a jornais americanos, especialmente ao *Chicago Tribune*”, alimentava de notícias as “agências de informações” instaladas no país, “realizava viagens e conferências através do território americano”. Já tivera oportunidade de atestar a importância de articular a opinião pública à atuação institucional na promoção de uma causa. Dimensionava com exatidão a necessidade de suas conferências, que não eram para ele “mera questão de prestígio pessoal”, mas tarefas obrigatórias de um diplomata.³⁹³

Para essa tarefa, aliás, não poderia haver brasileiro mais indicado. Nabuco atravessou o território norte-americano ao lado de grandes personalidades da política local. Em pouco tempo, aprendeu que seus discursos agradavam aquele povo que “de nada gosta tanto como de discurso”. “Foi assim”, concluía, “que os cubanos conquistaram a amizade americana”.³⁹⁴ O resumo de uma das suas viagens, feito em carta ao amigo Graça Aranha já em fevereiro de 1906, ilustra bem a mudança no tom de Nabuco em relação ao novo posto, bem como a agitação de sua “agenda”:

³⁹² Ofício transcrito em: COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 76 (nota 92).

³⁹³ COSTA, op. cit., p. 97.

³⁹⁴ Carta de Nabuco a Graça Aranha, em 15 de fevereiro de 1906, in: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 246.

“Levou-nos um congressista importante, representante do Michigan, Mr. Alden Smith, e conosco foi o Postmaster General, Mr. Cortelyou, um presidente possível. O meu discurso foi muito aplaudido, fizeram-me uma verdadeira ovação. Jantamos no palco do Auditorium, que é o grande teatro local, as outras mesas enchendo a platéia, e os camarotes e galerias apinhadas. (...) Dali fomos às 6 horas para o jantar-meeting, desse às 11 ½ para uma ceia de 50 talheres que durou com discursos até depois de 1. Na manhã seguinte de pé às 8 horas, visitando as fábricas de mobília do lugar, Biblioteca Pública, Correio e ao meio dia *luncheon* de 70 pessoas com discursos, até voltarmos para o nosso *private car* às 2 hs. Depois, como na ida, 30 horas de trem, passadas como em um hotel. Ficamos todos amigos. Esta noite é o meu banquete ao Root. Seremos 65. (...)”³⁹⁵

Agenda de candidato em campanha. E era mesmo, embora a causa que defendia não fosse, como antes, objeto de disputa com vistas a uma cadeira no Parlamento. Tinha aprendido a arte da propaganda, como contou a Graça Aranha: “Para formar opinião aqui nada é tão importante como essas excursões pelo país em companhia de seus principais homens”.³⁹⁶ Aproximou-se de Roosevelt, de Elihu Root, de diplomatas latino-americanos e de outras notabilidades de seu meio.

“Para a platéia americana, modulou a grandiloquência abolicionista”, conta Angela Alonso. “Mas salvaguardara o charme e a erudição que, somados ao pan-americanismo, consolidaram uma reputação de embaixador intelectual”. Foi homenageado com o título de doutor *honoris causa* “das mais prestigiosas universidades: em leis por Columbia, em letras por Yale. Daí choveram convites para conferências. Fez dezoito delas pelos Estados Unidos”.³⁹⁷

Era, sem dúvida, um trabalho intelectual, mas também político. Ao mesmo tempo em que tratava da aproximação entre as duas maiores repúblicas do continente, cuidava de mostrar ao público norte-americano que o Brasil já fazia parte da civilização. Em algumas das conferências que proferiu em universidades americanas, por exemplo, falou de Camões. “Na década de 1880”, como lembra Alonso, Nabuco usara o tema “para atacar o indianismo romântico e a escravidão”. Não era, contudo, um assunto que se prestasse ao objetivo do momento, qual seja o de legitimar o pan-americanismo mornoísta. Tratava-se, antes, de “formar opinião” contrária ao *White Man’s Burden*, o

³⁹⁵ Idem, *ibidem*.

³⁹⁶ Idem, *ibidem*.

³⁹⁷ ALONSO, op. cit., p. 338.

fardo do homem branco.

Foi essa, aliás, a função primordial que Nabuco “designara” para Rio Branco como ministro das Relações Exteriores. Em 1902, ao receber o convite para a pasta ministerial, a correspondência do barão com Nabuco passou a tratar prioritariamente das hesitações do primeiro em aceitar o cargo. Incentivando uma resposta positiva do amigo, Nabuco argumentava que o Brasil precisava “de homens para não mergulhar no remoinho sul-americano”. Tratava-se de mostrar ao mundo que a maior república da América Latina não deveria ser confundida com as outras repúblicas ao sul do Rio Grande, que Nabuco e boa parte dos governos ocidentais do Norte associavam a anarquia. Esta era uma função histórica, a cargo de homens capazes, porque o mundo passava por “uma fase crítica exceto para os grandes Impérios (...). É a era dos *trusts* e dos *combines*”.³⁹⁸

Naquele momento, como Salles registra, “a obra da unidade nacional realizada pelo Império não estava mais ameaçada”, mas os *trusts* e *combines* “eram bem concretos e, do ponto de vista das relações internacionais brasileiras, tinham um nome: Acre”, onde a disputa fronteira com a Bolívia somava-se aos interesses de uma empresa norte-americana na região. O território brasileiro estava, portanto, ameaçado duplamente: por um vizinho sul-americano e por uma potência imperialista, cujas ambições em relação à América do Sul representavam um perigo a que Nabuco denominara de “nova feição do monroísmo”.³⁹⁹

Mais tarde, ao saber que o amigo monarquista tinha aceito o cargo, Nabuco congratulou-se do “sacrifício pessoal” que Rio Branco se dispusera a fazer, equiparando-se a “quase todos que representam grandes papéis na história”. E o papel histórico do barão em relação ao Brasil era “empenhar tudo para que ele seja uma nação”. Isto significava, antes de mais nada, contrapor a idéia “que os europeus e americanos do Norte todos têm”, de “que não somos, e não podemos ser uma nação, branca” e, portanto, civilizada, e que não podemos “tomar a nós também parte do *White Man’s Burden*”.⁴⁰⁰

³⁹⁸ Nabuco a Rio Branco, 10 de maio de 1902. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 122.

³⁹⁹ SALLES, op. cit., p. 300-301.

⁴⁰⁰ Nabuco a Rio Branco, 2 de setembro de 1902. In: NABUCO, *Cartas...*, op. cit., vol. II, p. 127-8.

Esta idéia, que mais tarde a historiografia chamou de “fardo do homem branco”, constituía um dos móveis ideológicos da expansão imperialista. Nabuco constatara sua difusão, e o perigo que representava ao país, durante sua estadia na Europa, à frente da “Missão Nabuco”. E contava ao barão:

“Ainda ontem eu lia no *Spectator*: ‘O Brasil é o mais esplêndido trecho de terra ainda não desenvolvido, mas com os seus negros, os seus índios, os seus mestiços, é essa uma parte da ‘tarefa do branco’, (the White Man’s Burden, a idéia de Kipling) pesada demais para nós, ela deve pertencer ao jovem Hércules que estira os braços do Atlântico até ao Pacífico e não só à sua velha mãe menos ambiciosa e menos ativa”⁴⁰¹.

O que o *Spectator* propunha era uma espécie de delegação, da Inglaterra para os Estados Unidos, daquela missão dos povos superiores: a “idéia de Kipling”, de que aos homens brancos a Providência reservara o “fardo” de civilizar os povos inferiores. Escritor britânico nascido na Índia, Joseph Rudyard Kipling (1865-1936) sintetizara em forma literária aquilo que pensavam os políticos europeus e norte-americanos de fins do século XIX.⁴⁰² Na visão do *Spectator*, se o Brasil era um “esplêndido trecho de terra ainda não desenvolvido”, isto se devia à incapacidade de seus negros, índios e mestiços. Cabia ao “jovem Hércules que estira os braços do Atlântico ao Pacífico” corrigir essa injustiça.

Diante disso, Nabuco parece concluir que todo o esforço da diplomacia brasileira deveria estar voltado à comprovação de que o Brasil era uma nação branca e, portanto, capaz de promover a civilização e o progresso, em vez de se constituir em alvo do imperialismo norte-americano. Em muitos aspectos, a política externa brasileira sob Rio Branco buscou realizar esta tarefa, que de resto se evidencia na própria nomeação de Nabuco como embaixador brasileiro em Washington. Ele sabia disso, e trabalhava nesse sentido. Ao conferenciar sobre Camões em universidades americanas, buscava “singularizar o Brasil em meio à América Latina”.

E fez muito sucesso: “A imprensa vivia a fotografá-lo, a entrevistá-lo. Era a encarnação do aristocrata.” Nada mal para um brasileiro incumbido de encarnar o

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰² O poema “The White Man’s Burden” foi publicado pela primeira vez na edição de fevereiro de 1899

Brasil, branco e civilizado, em Washington.⁴⁰³ Depois de 1906, em especial, multiplicou seus discursos. Ocioso dizer que o embaixador brasileiro, apesar de cansado, idoso e surdo, também gostava muito de falar a uma platéia receptiva. “Cansava-se, mas apreciava ser apreciado”,⁴⁰⁴ na fórmula feliz de Angela Alonso. E sabia como fazer bem feito. “Assim”, resume Costa, “após a magnífica fase oratória da campanha abolicionista, surgiu na vida de Nabuco uma segunda fase, a do orador das Américas”.⁴⁰⁵

Mas o primeiro e mais importante feito de Nabuco em seu novo posto seria digno daquele entusiasmo: antes de completar o primeiro ano na capital norte-americana, o primeiro embaixador brasileiro articula e obtém a escolha do Rio de Janeiro como sede da III Conferência Pan-americana.⁴⁰⁶ E, mais que isso, ainda consegue garantir a presença do secretário de Estado do governo dos EUA,⁴⁰⁷ Elihu Root, o primeiro ocupante deste cargo a visitar oficialmente outro país do continente americano. Tal feito marcaria para sempre a passagem de Nabuco pela Embaixada brasileira em Washington, mas também renderia controvérsias que teriam conseqüências funestas em relação aos preparativos da Conferência. De imediato, por exemplo, a escolha do Brasil provocou protestos da Venezuela, que julgava ter sido preterida na escolha.

Uma vez mais, o estreitamento da “aliança não escrita” provocava reações negativas entre os países latino-americanos. O desentendimento foi agravado pelo fato de o representante brasileiro em Caracas ser, à época, Oliveira Lima, o “dom Quixote gordo” da diplomacia brasileira. Desafeto do barão do Rio Branco, Lima era contrário ao monroísmo que Nabuco defendia. Partidário de uma multilateralização da Doutrina Monroe, criticava abertamente o que chamava de “rooseveltismo”. Suas discordâncias

da revista *McClure's*, com o subtítulo “The United States and the Philippine Islands”.

⁴⁰³ ALONSO, op. cit., p. 339.

⁴⁰⁴ Idem, ibidem, p. 340.

⁴⁰⁵ COSTA, op. cit., p. 97.

⁴⁰⁶ Note-se, a esse propósito, que Paulo José dos Reis Pereira discorda da interpretação corrente segundo a qual Nabuco foi o responsável pela escolha do Rio de Janeiro como sede da Conferência. Segundo o autor, o embaixador brasileiro “nada teve que ver com a indicação formal e iniciativa do secretário de Estado de vir ao Brasil a não ser para, como ele mesmo diria, ‘preparar a disposição de espírito da qual o impulso nasceu espontâneo’”. O documento que Pereira cita como evidência deste argumento é um ofício reservado enviado por Nabuco para Rio Branco em 23/12/1905 (sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty), de onde o autor extrai a citação das palavras do próprio Nabuco. Aqui, contudo, entende-se que “preparar a disposição de espírito” capaz de gerar impulsos espontâneos como este é uma obra diplomática de extrema habilidade, cujo responsável, portanto, foi Nabuco.

em relação à posição do amigo embaixador levaram Lima e Nabuco ao rompimento, por carta, no início de 1906.

Este tipo de reação teve que ser contornado por Nabuco durante todo o período que precedeu a realização do III Congresso pan-americano no Rio de Janeiro. Já em fins de 1905, escrevia cartas ao barão fornecendo-lhe informações que ajudassem a esclarecer as condições que tinham viabilizado a escolha do Brasil para sede do evento. Buscava subsidiar o barão na difícil tarefa de demover a opinião pública brasileira de qualquer desconfiança em relação a uma possível submissão do país ao “rooseveltismo” que Lima denunciava pela imprensa. Logo que chegasse ao Rio de Janeiro Nabuco também se ocuparia, pessoalmente, dessa tarefa.

“ABOLIÇÃO, FEDERAÇÃO, PAZ”

Já na capital da República, antes porém do início da Conferência, Nabuco discursa em banquete célebre, no Cassino Fluminense, em 19 de julho de 1906, assumindo que “a República é incontestável”. Uma assertiva que pode e estará sendo entendida como um marco simbólico que encerra o processo de sua conversão política, iniciado em 1899, quando aceita servir ao governo republicano. Por sua importância em termos analíticos, este discurso merece atenção um pouco mais demorada.

Em verdade, o que Nabuco fazia ali, em termos retóricos, era atestar publicamente sua adesão ao novo regime (e ao pan-americanismo), que agora era incontestável. Suas palavras nesse sentido são explícitas:

“É a primeira vez que eu falo perante um auditório brasileiro no caráter de embaixador da República, de seu representante ligado à sua sorte, desejando que ela vença sempre todas as dificuldades, que ela desmintas todas as minhas previsões no passado, e torne impossíveis novas revoluções que pudessem interromper durante curtos estádios a incontestável finalidade da forma republicana no continente americano”.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ O equivalente do Ministro das Relações Exteriores brasileiro.

⁴⁰⁸ NABUCO, Joaquim. “A República é incontestável”. In: _____. *A abolição e a República*. Org. e apresentado por Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 93-102. A citação é da p. 96.

A argumentação sobre a coerência desta sua confessada mudança de postura política é o que rege a narrativa de todo o seu discurso, de cunho claramente autobiográfico. Nabuco ocupa-se dessa tarefa magistralmente, através de um balanço de sua carreira política. Recupera o mesmo *slogan* de 1885, que fornece as três grandes causas pelas quais lutara, desde então, sem desviar-se: *Abolição, Federação, Paz*.⁴⁰⁹

Primeiramente, o líder abolicionista reconhece como sua imagem está indissolúvelmente ligada àquela primeira causa: “é sempre a lembrança da abolição que desperta as simpatias em torno de mim”. E compreende esse fato afirmando que “não há que nos iludir — a abolição foi a revolução”.⁴¹⁰ Ao prestar contas ao passado e a seu companheiro de abolicionismo, Quintino Bocaiúva (que tinha sido republicano ainda sob o Império), reconhece que “ele acabou por ter razão, porque previu melhor o curso dos acontecimentos e o verdadeiro desenlace da abolição”.⁴¹¹ O que o levara à República, portanto, teria sido a própria realização da causa que defendera com tanto afínco, e à qual sua memória estaria para sempre referida.

Sua dívida com a Monarquia, não obstante, estava saldada. Se tinha abandonado o partido monarquista, fizera-o após dez anos de lenta reflexão, para só então ceder “à invencível prescrição da história”.⁴¹² Mas, principalmente, havia feito

“(...) pela história da Monarquia mais do que possam ter feito todos os outros que a servem [...], elevando ao Imperador [...] [e a] meu pai, um monumento que o máximo esforço da minha inteligência e da minha dedicação me permitiam levantar-lhe”.⁴¹³

Passara a servir à República, ademais, em nome da “pátria”, que “estava acima de tudo”. Não devia então nenhuma reparação à dinastia real, porque “lhe havia aconselhado a abolição, que lhe deu a imortalidade, e lhe havia aconselhado a federação, que, estou certo, a teria salvado”.⁴¹⁴

O fim da campanha abolicionista, que pensava ocupar-lhe-ia toda a vida, tinha deixado um vazio em sua alma. O federalismo que propusera, por sua vez, tinha

⁴⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 95.

⁴¹¹ Idem, *ibidem*, p. 96.

⁴¹² Idem, *ibidem*, p. 96.

⁴¹³ Idem, *ibidem*, p. 96-7.

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 97.

morrido junto com o Império. Uma última grande causa, contudo, lograra preencher esse vazio: a “aproximação entre o Brasil e os Estado Unidos”.⁴¹⁵ Havia, segundo Nabuco, razões incontestes para promovê-la: os EUA não alimentavam nenhum desejo de conquista territorial em relação ao Brasil, vale dizer, não havia “perigo americano”; e a civilização americana faria da América um continente neutro diante da beligerância européia. Como não bastassem esses argumentos, a história também tinha sua lição a dar: o espírito democrático dos EUA tinha influenciado os movimentos mais importantes de libertação das nações latino-americanas no século XIX, e até animado o caráter republicano do período regencial brasileiro; por fim, o Império recém-fundado teria proposto aos EUA uma aliança baseada na Doutrina Monroe. Além disso, argumentava, o pan-americanismo nos termos que defendia tinha a maior de todas as vantagens: não havia alternativas a ele.

Essa era a resposta que o Embaixador brasileiro endereçava aos críticos do “monroísmo”. O que estava em jogo, em termos da inserção do Brasil no mundo e, conseqüentemente, do projeto nacional para o país, era que tipo de pan-americanismo deveria ser buscado. O significado do pan-americanismo era objeto de intensas disputas nesse período. Em termos muito gerais e esquemáticos, havia na época duas possibilidades de interpretação da questão, ambas referidas ao corolário Roosevelt à doutrina Monroe, de 1904, numa certa chave de leitura: a primeira ratificava e defendia seus termos (Rio Branco e o próprio Nabuco eram os principais representantes desta “vertente” no Brasil); a outra se opunha a eles e advogava uma multilateralização da Doutrina Monroe em oposição à hegemonia norte-americana sobre o continente.⁴¹⁶

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 98.

⁴¹⁶ Para mais informações a respeito das polêmicas em torno da política externa republicana, ver: Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (especialmente os capítulos I e V); Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997 (em especial o capítulo V). Cabe lembrar, contudo, que o próprio barão do Rio Branco chegou a se empenhar na concretização desta aliança, principalmente após a Conferência da Paz de Haia, em 1907, quando as delegações do Brasil e dos Estados Unidos apresentaram posições antagônicas. Os boatos sobre o envolvimento da diplomacia brasileira na negociação da aliança levantaram suspeitas, no governo norte-americano, quanto à possibilidade de uma contraposição entre este movimento e a aproximação entre Brasil e EUA. O próprio barão, entretanto, instruiu Joaquim Nabuco para que demovesse o governo norte-americano desse temor (cf. PEREIRA, *op. cit.*, cap. 4). Ratificando o argumento do barão, alguns autores consideram que a aliança “ABC” não se opunha à “aliança não-escrita” com os EUA. O próprio Clodoaldo Bueno, por exemplo, defende a idéia de que, para Rio Branco, o “ABC” serviria para demonstrar aos vizinhos latino-americanos “que a política exterior do Brasil não incluía qualquer veleidade de hegemonia, o que lhe era freqüentemente imputado pelas

Oliveira Lima era o representante mais qualificado desta segunda alternativa. Desde o anúncio de que a III Pan-americana se realizaria no Rio de Janeiro, ele havia iniciado uma campanha na imprensa brasileira em que criticava a gestão do barão, a organização da Conferência no Rio de Janeiro, a visita de Elihu Root, o “cacetão” de Roosevelt, o desprezo da política externa de Rio Branco pela Europa e a América Latina. Nabuco argumentava sobre as vantagens da política de aproximação com os EUA negando a existência de alternativas a ela. Respondia, no mesmo movimento, às contestações de Oliveira Lima: dizia ser insustentável o isolacionismo; impraticável uma aliança com a Europa; e impossível uma aproximação com as Repúblicas latino-americanas. Desde os movimentos de independência na América havia se constituído, segundo argumentava, um sistema político americano autônomo e inédito: este sistema representava a “Paz”. Era esta a última causa de sua vida, que voltava ao país para promover e divulgar. Apropriava-se, assim, do *slogan* de 1885, alterando o sentido de seu último termo para preservar à sua trajetória uma coerência forjada *a posteriori*.

chancelarias hispano-americanas”. Cf. BUENO, op. cit., p. 289 (grifos meus).

5

À sombra do barão

Eu, em diplomacia, nunca perdi um só dia o sentido da proporção e da realidade.

(Joaquim Nabuco, citado na epígrafe de: PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. p. 7.)

O III CONGRESSO PAN-AMERICANO

A abertura do Congresso Pan-americano ocorreu, com grande pompa, no dia 23 de julho de 1906. No começo da tarde, às 14h, o cardeal Arcoverde comandou um *Te-Deum* na Igreja da Candelária, onde foram reservados lugares para os delegados da Conferência e suas famílias, para altas autoridades da República e mais alguns convidados. A cerimônia religiosa contou ainda com a presença da mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que compareceu “incorporada”, e com uma orquestra regida pelo maestro Francisco Braga. Dali os delegados do Congresso seguiram para o palácio do Catete, onde, às 4 horas da tarde, todos os membros da conferência se apresentaram ao presidente da República brasileira, numa cerimônia realizada no salão nobre da sede do governo.⁴¹⁷

Finalmente, às 8 da noite, foi instalado oficialmente o Congresso Pan-americano, no “pavilhão de S. Luiz”. Sede dos trabalhos da Conferência, aquela bela construção havia sido (re)montada na Avenida Central especialmente para o evento. Originalmente construído em 1904, nos Estados Unidos, a partir de projeto do engenheiro-arquiteto militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar, fora concebido para ser o palácio do “Pavilhão do Brasil” na Exposição Internacional de Saint Louis, no Missouri, que ocorreria naquele ano em comemoração ao centenário da compra da Louisiana e de sua incorporação ao território norte-americano. De estilo eclético, era a mais alta construção da Exposição. Tinha 18 metros de altura e 4 pétreos com 27 toneladas.

A imprensa americana que cobriu os eventos relacionados à Exposição não poupou elogios ao “Pavilhão do Brasil”. Por ocasião da inauguração de sua obra, Souza Aguiar tinha recebido ali o presidente americano Theodore Roosevelt. O palácio que viria a se chamar Monroe recebeu, na ocasião, o maior prêmio de arquitetura da época: o “Grande Prêmio Medalha de Ouro”. Era a primeira vez que uma obra da arquitetura brasileira alcançava reconhecimento internacional. Na sessão solene realizada para a entrega das medalhas e diplomas conferidos aos expositores brasileiros, o discurso

⁴¹⁷ *A Tribuna*, 21/07/1906.

oficial, proferido por Alcindo Guanabara,⁴¹⁸ deixa clara a associação simbólica entre a obra arquitetônica do “Pavilhão” e a obra política da República brasileira:

Esta festa é ainda a solenização de um princípio político vitorioso. A República havia, é certo, triunfado das agitações e das lutas intestinais; havia, com muito maior facilidade do que a Regência, dominado a desordem nos espíritos, tantas vezes traduzida em movimentos armados; havia saído vitoriosa da prova difficilima da reorganização financeira, graças à dedicação sobre sua capacidade para gerir os destinos desta grande nação e encaminhar o seu povo para a prosperidade, para a grandeza, para o regresso que a parte do globo que ele habita lhe impõe, essa, a República só a deu na Exposição de São Luiz. Foi um prodígio e uma maravilha para o Brasil essa exposição. [...] o êxito do Brasil nesta feira mundial era uma consagração de que a República precisava.

Guanabara também não deixava de explicitar o que a consagração daquela obra republicana representava em termos da política externa brasileira. Algumas palavras a mais deste discurso merecem transcrição pelo que revelam da auto-imagem que a República brasileira tentava transmitir ao mundo através daquela Exposição Internacional:

Ela [a Exposição], de fato, nos revelou ao mundo sob um aspecto de que o mundo não cogitava. [...] De golpe, ganhamos no conceito das nações, plano de destaque. Pela primeira vez, o mundo teve a sensação exata do que valia esta grande República - até então submergida na sombra, diminuída, envolta na fama de república sul americana, isto é de país mal formado, andando ao sabor dos pronunciamentos, sem justiça e sem governo estável. O Presidente Roosevelt atestou, desta mesma sala, a todo o mundo a injustiça e a falsidade deste juízo, reconhecendo o Brasil com a primeira nação do continente sul e seu líder natural.⁴¹⁹

Como já se disse, esta idéia, de fazer as potências mundiais, e em especial os EUA, reconhecerem a posição de liderança do Brasil na América do Sul, era uma das pedras de toque da gestão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores

⁴¹⁸ Alcindo Guanabara, um republicano histórico, foi jornalista militante, além de senador da República no final da carreira. Tinha sido redator-chefe de *O País* até 1905, quando deixou o jornal para fundar *A Imprensa*, onde mais tarde faria campanha a favor da eleição de Hermes da Fonseca, o candidato de Pinheiro Machado.

⁴¹⁹ “O discurso de Alcindo Guanabara”. In: AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1976. p. 28-9. A transcrição do discurso e a menção da fonte foram obtidas no *site* de Nádia Raupp Meucci sobre o Palácio Monroe. Disponível em: <<http://www.fotonadia.art.br/monroe/discurso.htm>>. Acesso em: 24.out.2005.

e da atuação de Joaquim Nabuco como embaixador brasileiro em Washington. O próprio Nabuco acabaria por ser reconhecido, tal qual o “Pavilhão do Brasil” em St. Louis, como um símbolo da “prosperidade” e “grandeza” do país diante das “nações mais adiantadas” do globo. O discurso de Guanabara também se alinhava perfeitamente com a “política de prestígio” que o barão do Rio Branco buscava promover desde 1902. Para o chanceler brasileiro, esta política passava, necessariamente, pela superação da “fama de república sul-americana”, como reproduzido nas palavras de Guanabara.

Tendo cumprido magistralmente sua função na Exposição, o “Pavilhão do Brasil” seria trasladado de volta ao Brasil. Projetada em armação de aço e cobertura de concreto armado, uma novidade para a época, a obra tinha sido concebida para ser desmontada e reconstruída na capital da República, o que ocorreu em apenas 2 anos. O palácio seria o primeiro edifício oficial a despontar na recém-inaugurada Avenida Central, ocupando 1700 m² de área construída ao lado do Obelisco, o marco inaugural da futura Avenida Rio Branco.⁴²⁰ À sua volta surgiriam, pouco a pouco, vários outros prédios majestosos, como a Biblioteca Nacional (construída de 1905 a 1910 e também de autoria do marechal Souza Aguiar), o Museu Nacional de Belas Artes (1908), o Teatro Municipal (1905-1909), o Palácio Pedro Ernesto (1922-1923), entre outros.

Inaugurado, em 1906, para abrigar a III Conferência Pan-americana, o “Pavilhão do Brasil”, depois de terminado o evento, seria rebatizado de Palácio Monroe, em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, criador da doutrina que leva seu nome. A idéia tinha sido aventada ao barão do Rio Branco por Joaquim Nabuco. O “batizado” do palácio vinha coroar o sucesso da Conferência, além de cercar de simbolismo aquela imponente construção encravada no início da Avenida Central.

Construído para ser exibido no estrangeiro, o pavilhão brasileiro tinha ajudado a promover a “política de prestígio” do barão do Rio Branco. Assim, ele passava a figurar entre as muitas iniciativas do chanceler brasileiro nesse sentido: dentre elas, a criação do

⁴²⁰ De 1906 até 1914 o Monroe foi sede de vários congressos, comissões e exposições. Uma espécie de “salão de festas” republicano. Entre 1914 e 1925 o palácio abrigou a Câmara dos Deputados. A partir dos anos 20 o Senado Federal se instalaria ali, até ser transferido para Brasília, nos anos 60. Daí por diante, até 1974, o prédio seria ocupado pelo Estado Maior das Forças Armadas. Em 1976, finalmente, o palácio Monroe foi demolido, após campanha do jornal *O Globo* contra o “monstrengo” da arquitetura eclética. Muitos, contudo, ainda atribuem a demolição do prédio às obras do metrô, que foram desviadas exatamente para preservar a construção. Sobre a história da polêmica em torno da demolição do palácio Monroe, ver: MOREIRA, Regina da Luz. “O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

cardinalato brasileiro, o primeiro do continente, e a elevação da representação brasileira em Washington ao nível de Embaixada, a primeira da América do Sul. Bem sucedido, vencedor do maior prêmio da arquitetura mundial, o palácio foi remontado no início da nova Avenida Central. Agora, nesse novo cenário, ele passaria a desempenhar outro papel: era o cartão de visitas que o Brasil apresentaria ao visitante estrangeiro que desembarcasse no cais e se dirigisse ao coração da nova capital. Era a porta de entrada para o Brasil moderno que estava sendo construído pela reforma urbana de Pereira Passos e Rodrigues Alves.

Nos Estados Unidos, exibido numa Exposição Internacional, ou no Brasil, instalado no começo da nova Avenida, o pavilhão do Brasil pretendia mostrar ao mundo um país capaz de participar do progresso da *Belle Époque*, do *White Man's Burden*, da civilização ocidental enfim. Rebatizado de Monroe, ganharia ainda outro significado. Era como se a Doutrina Monroe, encarnada naquele monumento arquitetônico premiado internacionalmente, protegesse o Brasil moderno contra o imperialismo europeu, que ameaçava jogar o país de volta ao passado colonial e “atrasado” que a Avenida Central tinha enterrado. O Monroe convertia-se, simbolicamente, em porta de entrada para o futuro que se fazia presente na Avenida, ao mesmo tempo que uma garantia contra o retorno ao passado.

A realização do Congresso Pan-americano do Rio de Janeiro em 1906 tinha grande importância na afirmação da política externa do barão do Rio Branco. Simbolicamente, a escolha do Brasil para sediar o evento e, mais ainda, a visita do secretário de Estado norte-americano serviam perfeitamente à política de prestígio internacional do barão. Era como se o próprio governo dos Estados Unidos confirmasse a existência de uma “aliança não-escrita” entre as duas maiores Repúblicas da América, demonstrando que o movimento diplomático empreendido pelo barão não era unilateral.

O próprio barão cuidou de preparar a opinião pública brasileira para receber as delegações estrangeiras e, em particular, Nabuco e Elihu Root. Através de artigos encomendados a vários órgãos da imprensa brasileira, ou mesmo através da publicação de artigos de sua própria autoria com o uso de pseudônimos, o barão do Rio Branco empenhou-se pessoalmente na propaganda do monroísmo nos meses que antecederam o evento. Assim, quando chegaram ao Brasil, tanto Root quanto Nabuco foram muito bem

recebidos e festejados por onde passaram.⁴²¹

Naquela noite, finalmente, o palácio passava a abrigar o evento com o qual ficaria identificado desde então, após ser batizado de palácio Monroe. O primeiro discurso foi proferido pelo presidente interino da Conferência, barão do Rio Branco. Joaquim Nabuco, eleito para presidir os trabalhos a partir de então, foi o segundo a discursar, seguido do secretário de Estado norte-americano, Elihu Root.⁴²² Todos eles expressavam com clareza o espírito da cerimônia.

Antes da abertura da primeira sessão de trabalhos do Congresso uma grande orquestra executou a profonia do *Guarani*, de Carlos Gomes, e depois do encerramento o *Ave Libertas*, de Lopoldo Miguez, ambas sob comando do maestro Alberto Nepomuceno, em exibições assistidas apenas pelos delegados e secretários envolvidos no evento.⁴²³

Os discursos proferidos na abertura e no encerramento do evento foram publicados integralmente pela revista *Kosmos* e por outros periódicos da imprensa nacional. Eles expressam com clareza os objetivos dos promotores do Congresso e as preocupações que os moviam naquele momento. Nabuco, por exemplo, fez um breve pronunciamento em que explicitava, mais uma vez, sua visão absolutamente realista e elaborada do continente americano como um sistema internacional distinto do Velho Mundo, que fundamentava seu monroísmo:

A reunião periódica desse Corpo, composto exclusivamente de nações americanas, significa por certo que a América forma um sistema político diverso do da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta. Trabalhando, entretanto, por uma civilização

⁴²¹ Elihu Root passou por Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, antes de seguir para outros países latino-americanos, onde não encontrou a mesma receptividade. Entre as homenagens que recebeu no Rio de Janeiro, por exemplo, foi possível localizar na cobertura da imprensa da época, além da recepção em si, vários banquetes extra-oficiais, dois banquetes oferecidos pelo barão do Rio Branco (um no Itamaraty e outro em Petrópolis), um passeio marítimo pela Baía de Guanabara, um “chá das cinco” na Ilha Fiscal, uma parada militar, outro “chá das cinco” no Corcovado, uma Festa Hípica no Jockey Club, um *pic-nic* na Tijuca e uma homenagem da “mocidade” brasileira em frente ao Palácio Monroe, auto-denominada *Marche aux flambeaux*. Todos estes eventos, além de noticiados nos principais jornais do país, mereceram farta cobertura fotográfica em Revistas Ilustradas do Rio de Janeiro. Ver, por exemplo, *Kosmos*, ano III, nº 8, agosto 1906.

⁴²² *A Notícia*, 23/07/1906.

⁴²³ *Idem*, *ibidem*.

comum e por fazer do espaço que ocupamos no globo uma vasta zona neutra de paz, nós trabalhamos para o benefício do mundo todo.⁴²⁴

O discurso do presidente da Conferência foi seguido pelo do secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, a grande estrela do evento, que ocupou-se longamente de dirimir as reservas de várias nações representadas no Congresso em relação ao imperialismo norte-americano. Num discurso enfático e direto, demonstrou sintonia impressionante com as idéias do embaixador brasileiro:

Não desejamos vitórias senão as da paz; território senão o nosso, soberania alguma, a não ser a soberania sobre nós mesmos. (...) Unamo-nos para criar, manter e tornar efetiva uma opinião pan-americana, cujo poder influa na direção internacional, impeça erros internacionais, limite as causas da guerra, preserve para sempre as nossas terras livres do peso dos armamentos amontoados por trás das fronteiras da Europa. (...)⁴²⁵

A sintonia entre o embaixador brasileiro e o secretário de Estado norte-americano, contudo, despertavam reservas entre as delegações de alguns países do continente. As intervenções dos EUA na América Central e o “corolário Roosevelt” não eram bem vistos por boa parte das nações latino-americanas. A aproximação entre as duas maiores Repúblicas do continente, ademais, parecia destinada a explicitar um entendimento de que o Brasil tinha sido escolhido como executor da Doutrina Monroe no Cone Sul. Tal impressão era ratificada pelo histórico de intervenções brasileiras no Prata durante o Segundo Reinado. A diplomacia argentina, por exemplo, rejeitava enfaticamente esta aliança entre Brasil e Estados Unidos.

O barão do Rio Branco estava especialmente atento a este tipo de desinteligência sul-americana que poderia ser causada pela sua política externa. Preocupara-lhe, em especial, a atitude de Nabuco no ano anterior, por ocasião do incidente com a

⁴²⁴ “Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos da América do Norte e Presidente da 3ª Conferência Pan-Americana na sessão solene em homenagem ao Sr. Secretário de Estado Elihu Root”. *Kosmos*, ano III, nº 8, agosto de 1906.

⁴²⁵ “We wish for no victories but those of peace; for no territory except our own; for no sovereignty except the sovereignty over ourselves. Let us unite in creating and maintaining and making effective an All-American public opinion, whose power shall influence international conduct and prevent international wrong and narrow the causes of war, and forever preserve our free lands from the burden of such armaments as are massed behind the frontiers of Europe”. “Discurso proferido pelo Sr. Secretário de Estado Elihu Root, na sessão solene em sua homenagem, realizada pela 3ª Conferência Pan-Americana”. *Kosmos*, ano III, nº 8, agosto de 1906.

canhoneira alemã *Panther*. Tratou-se de incidente diplomático de grande repercussão na imprensa americana e europeia da época, visto que levantou suspeitas quanto a possíveis pretensões imperialistas da Alemanha com respeito à região Sul do Brasil. A imprensa norte-americana, em especial, ofereceu uma cobertura panfletária ao caso, forjando, de acordo com Reis, a idéia de que a Alemanha era o principal rival dos Estados Unidos no continente: “logicamente”, afirma o autor, “nesse estado de tensão, a Doutrina Monroe era citado em todo momento”.⁴²⁶

Acionado por Rio Branco, Nabuco, recém-empossado na Embaixada, foi ao Departamento de Estado norte-americano informar a Root o que havia ocorrido e comunicar-lhe a postura do Brasil diante do fato. Isto ensejou notícias de jornais americanos dando conta “de que o governo brasileiro havia pedido ajuda aos Estados Unidos para resolver a questão por meio da embaixada de Washington”. Rio Branco tratou de desmentir imediatamente a notícia, o que Nabuco não compreendeu. Mas, de fato, o que o incidente produziu foi a marca de uma “vinculação estreita [do Brasil] com os Estados Unidos”, que “repercutiria por algum tempo, especialmente na reunião da III Conferência Pan-Americana de 1906.”

Assim, no encerramento da Conferência, o barão do Rio Branco fez um discurso voltado explicitamente para a tentativa de dirimir qualquer receio que o Brasil pudesse despertar nos seus vizinhos por se associar ao “grande irmão do Norte”, cuja política externa era vista por boa parte dos diplomatas do continente como agressiva e unilateral. Diz o barão:

(...) o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, (...) fiéis às tradições de nossa política exterior, trabalharemos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos. O dever do estadista, o de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais. (...) Às Repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de

⁴²⁶ PEREIRA, op. cit., p. 89. O “caso *Panther*” foi exemplarmente descrito e analisado pelo autor entre as páginas 88 e 93. Todas as referências a este incidente que se seguem ao longo do texto baseiam-se na narrativa de Pereira.

exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do Norte, promotora destas úteis Conferências. (...) Levareis, Srs. Delegados, aos vossos Governos, à vossa pátria, estas declarações que são a expressão sincera dos sentimentos do Governo e do Povo Brasileiro. Possam elas servir para apagar desconfianças mal nascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e tragam-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar.⁴²⁷

LAR, DOCE LAR... REPUBLICANO

Atritos diplomáticos à parte, os eventos ocorridos entre 1904 e 1906 foram extremamente alentadores para Nabuco. Desde o laudo arbitral de 1904, tinha colhido muitos louros por seu trabalho diplomático como funcionário da República: a cobertura favorável que a imprensa brasileira dispensara à derrota na questão de Limites, a nomeação para a Embaixada em Washington, a sua indicação para presidir a Conferência, entre outros indícios, atestam, do ponto de vista da questão investigada prioritariamente neste trabalho, a consagração de Nabuco como diplomata da República, e o reconhecimento de sua importância como ator fundamental da consolidação do regime, na chave de sua política externa.

Como já foi dito acima, o processo de consagração de Joaquim Nabuco pela República no Brasil é indissociável de sua conversão ao novo regime. Mas esta conversão não foi repentina: o ex-líder reconhece o regime republicano e converte-se a ele na medida em que é também reconhecido como ator fundamental de sua consolidação. Tal afirmação se contrapõe a uma visão amplamente consagrada na literatura sobre a vida do herói, que já foi identificada e recusada em capítulo anterior. Esta visão assinala o ano de 1899 como o marco da conversão política de Nabuco, visto que é o momento em que o herói da abolição aceita o convite do governo para servir ao país como advogado do Brasil na questão de limites com a Guiana Inglesa, após quase uma década de monarquismo declarado.

Nesse sentido, o ano de 1899 marca apenas o início de um processo que só tem

⁴²⁷ “Terceira Conferência Internacional Americana – Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Barão do Rio Branco na sessão solene de encerramento da 3ª Conferência Pan-Americana”. *Kosmos*, ano III, nº 8, agosto de 1906.

uma conclusão em 1906, não por acaso o ano da Conferência. Em sua volta ao país, após uma longa ausência, Nabuco poderia visualizar pessoalmente o efeito concreto da consagração que o cargo assumido no governo republicano lhe proporcionara. Na volta ao Brasil para o evento, após longos anos distante do solo pátrio, o primeiro embaixador brasileiro seria surpreendido por grandes festividades de recepção. Ele é saudado como abolicionista e o novo herói da República. Por onde passa, no Recife, na Bahia e no Rio de Janeiro, recebe aplausos e homenagens por sua luta contra a escravidão.

Neste momento, mais do que em qualquer outro, evidencia-se como a operação simbólica empreendida para converter Nabuco em herói da República envolveu a apropriação de um *imaginário social* já consolidado em torno do ex-líder abolicionista. De acordo com o relato (biográfico) de Viana Filho, Nabuco é particularmente comemorado, nessas manifestações de júbilo pela passagem do embaixador, por sua luta pela abolição da escravidão no Brasil. Explicita-se, assim, a existência prévia de uma *comunidade de imaginação* em torno de sua figura, pelo menos no Rio de Janeiro e no Recife.⁴²⁸ A descrição feita por Viana Filho da recepção de Nabuco no Recife, por exemplo, é explícita neste sentido que se está querendo apontar:

(...) a mocidade tomara a seu cargo recebê-lo festivamente. Também os velhos abolicionistas (...) associaram-se à recepção, enquanto o comércio cerrara as portas. (...) Por mais que o homenageado se esforçasse por dar à recepção um cunho pan-americano, (...) tudo evocava o defensor dos escravos.⁴²⁹

Também no Rio de Janeiro, segundo o autor, “as manifestações foram estrondosas. (...) Graça [Aranha] (...) fora a alma de tudo (...) De fato, entre aqueles aplausos, o que emergia, numa esplêndida evocação, era a figura do abolicionista”.⁴³⁰ Consagrar Nabuco como herói da República impunha, portanto, um esforço de re-significação do mito do herói em torno de balizas simbólicas originais, que deveriam ser necessariamente republicanas e mais amplamente difundidas.

⁴²⁸ Para os conceitos de *imaginário social* e *comunidade de imaginação*, ver: BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

⁴²⁹ Cf. VIANA FILHO, op. cit., p. 715.

⁴³⁰ Idem, *ibidem*, p. 716.

A análise das notícias de jornais a respeito da III Conferência é uma das maneiras de responder à questão central da nossa investigação, relativa aos procedimentos simbólicos utilizados para fazer do herói abolicionista um modelo exemplar de cidadão, adequado ao panteão cívico da República. Para ilustrar a dimensão que assume o vulto de Nabuco neste tipo de documentação, basta mencionar uma das edições da *Revista da Semana*, edição semanal ilustrada do *Jornal do Brasil*.

A *Revista da Semana* dedicou farta cobertura à recepção do primeiro embaixador brasileiro, durante todo o período do ano de 1906 que vai dos preparativos da Conferência até as repercussões do evento. Em 22 de julho, por exemplo, véspera do início do Congresso, a capa da *Revista* tem espaço apenas para o nome do periódico e para a foto de Nabuco em traje diplomático, com a legenda “Dr. Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil nos Estados-Unidos da América do Norte”.⁴³¹

Uma semana antes, em 15 de julho, a *Revista da Semana* publicara notícia a respeito da recepção do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lloyd Griscom, e de sua família pelo “conde” Fernando Mendes de Almeida, redator-chefe do *Jornal do Brasil*, em seu palacete na praia de Botafogo.⁴³² Não é gratuito o título nobiliárquico do redator-chefe do jornal, criado por monarquistas convictos da necessidade de propagandear suas idéias. Se em 1906 a restauração já nem mais passava pela cabeça daqueles homens que antes lutavam contra a República, por outro lado o tom das notícias publicadas não esconde tais simpatias. Na mesma edição cuja capa foi inteiramente dedicada a Nabuco, a notícia de uma de suas páginas internas relata que “na terça-feira última, chegou a esta capital, vindo dos Estados Unidos, o sr. dr. Joaquim Nabuco”, que viajou no *Thames* e “teve ensejo de ver quanto são apreciados seus dotes morais e acarinhados os serviços que há prestado ao seu país, quer neste, quer no regime passado”.⁴³³

No domingo seguinte, a cobertura da *Revista da Semana* prosseguia em tom laudatório. Além de 6 fotos da chegada de Joaquim Nabuco ao porto do Rio de Janeiro, em 17 de julho, a edição do dia 29 deste mesmo mês destaca como “o antigo paladino

⁴³¹ *Revista da Semana*, Ano VII, nº 323, 22/07/1906. Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴³² “Rio de Janeiro — A recepção do Embaixador Norte Americano e sua exm.^a família, no dia 6 do corrente, no palacete do Sr. Conde Fernando Mendes de Almeida.” *Revista da Semana*, Ano VII, nº 322, 15/07/1906. p. 3674. Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴³³ *Revista da Semana*, Ano VII, nº 323, 22/07/1906. p. 3698. Fundação Casa de Rui Barbosa.

do abolicionismo” foi “acolhido por imponente manifestação de simpatia popular”. De acordo com a *Revista*, a recepção “era uma homenagem ao campeão dos nossos direitos à vasta zona da Guiana brasileira”.⁴³⁴

A III Conferência Internacional Americana foi um verdadeiro acontecimento nacional, a julgar pelas notícias de jornais da época. Muitos outros periódicos ofertaram vasta cobertura ao evento. No *Jornal do Comércio*, por exemplo, o primeiro dia de Congresso traz o artigo de um certo Francis B. Loomirs, primeiro secretário ajudante do Departamento de Estado, em Washington, acerca da Doutrina de Monroe. Uma nota na seção “Várias Notícias”, ademais, dá conta da sessão inaugural do evento.⁴³⁵ Uma charge publicada n’*O Malho* de 25 de agosto de 1906, intitulada “Chegada de Nabuco – Manifestação ideal”, defende a “bela idéia” de que Nabuco seja o novo Ministro das Relações Exteriores, “substituindo o nosso ilustre Barão!”.⁴³⁶ Nada, contudo, que se assemelhe ao tom laudatório e personalizado das notícias da *Revista da Semana*.

Por fim, para não ficar apenas na imprensa favorável ao projeto de monroísmo (e de República) que se consolidava a partir da III Conferência Pan-Americana e da gestão do barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, pode ser útil recorrer às charges de um periódico satírico muito famoso na época, *O Malho*. Em suas páginas não faltam críticas, caricaturas e ironias a respeito de Nabuco e até do próprio barão, que a essa altura já era quase uma eminência parda do regime, contando quatro anos no cargo de Ministro e muita popularidade.

A capa da edição de 21 de julho d’*O Malho*, por exemplo, traz uma charge em que figuram Rio Branco, Nabuco, Rodrigues Alves e o personagem onipresente das ilustrações do periódico, o “Zé Povo”. Curiosamente, ele veste um fraque. A charge, a propósito do Congresso e da República que o sustentava politicamente, logra ironizar a conversão dos três estadistas ao novo regime, posto que em outros tempos tinham se afirmado publicamente como defensores históricos da Monarquia.⁴³⁷

Na edição seguinte, a referência aos monarquistas convertidos é direcionada exclusivamente a Nabuco. A charge da capa, colorida e intitulada “A profissão de fé”, repercutia as críticas veementes de velhos monarquistas à atitude do herói da abolição,

⁴³⁴ *Revista da Semana*, Ano VII, nº 324, 29/07/1906. p. 3725. Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴³⁵ *Jornal do Comércio*, 23/07/1903. 1ª página e p. 2. Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴³⁶ *O Malho*, Ano V, nº 206, 25/08/1906. Fundação Casa de Rui Barbosa.

no banquete do Cassino Fluminense, quando afirmara publicamente sua conversão à República. Na caricatura, Nabuco, em traje de cortesão, corteja a República, que veste o barrete frígio e está envolta na bandeira brasileira. Ao fundo, assistem à cena os monarquistas mais aguerridos na crítica ao embaixador republicano: Carlos de Laet, Afonso Celso e Andrade Figueira. Atrás deles, no último plano do desenho, o “espectro da Monarquia” voa em direção ao exterior. A legenda que aparece abaixo da figura narra a fala de cada personagem da cena imaginada pelo chargista:

JOAQUIM NABUCO - Fui sempre, sempre, pela monarquia; mas...
“acima de tudo a nação”! A nação és tú, e tú és a República... (*com tremeliques na voz*): - Sou todo teu, minha bela !

REPÚBLICA - Contava com o teu afeto, e por isso te confiei uma embaixada; mas... agradeço comovida a gentil declaração.

AFONSO CELSO - Eu logo vi que o belo Quincas não resistia aos encantos da sereia...

CARLOS DE LAET - Ah! Mas deixem estar que eu o escangalho com os meus alexandrinos!

ANDRADE FIGUEIRA - Perjuro! Carrasco da restauração!..

O ESPECTRO DA MONARQUIA (*ao fundo*) - Vou pregar noutra freguesia! Aqui não arranjo mais a minha vida... *Jamais! Jamais!*

(*Desce o pano, lentamente. Surdina na orquestra*)⁴³⁸

⁴³⁷ *O Malho*, ano V, nº 201, 21/07/1906. Biblioteca Nacional. Seção de Periódicos.

⁴³⁸ “A profissão de fé”. *O Malho*, ano V, nº 202, 28/07/1906. p. 1. Fundação Casa de Rui Barbosa.

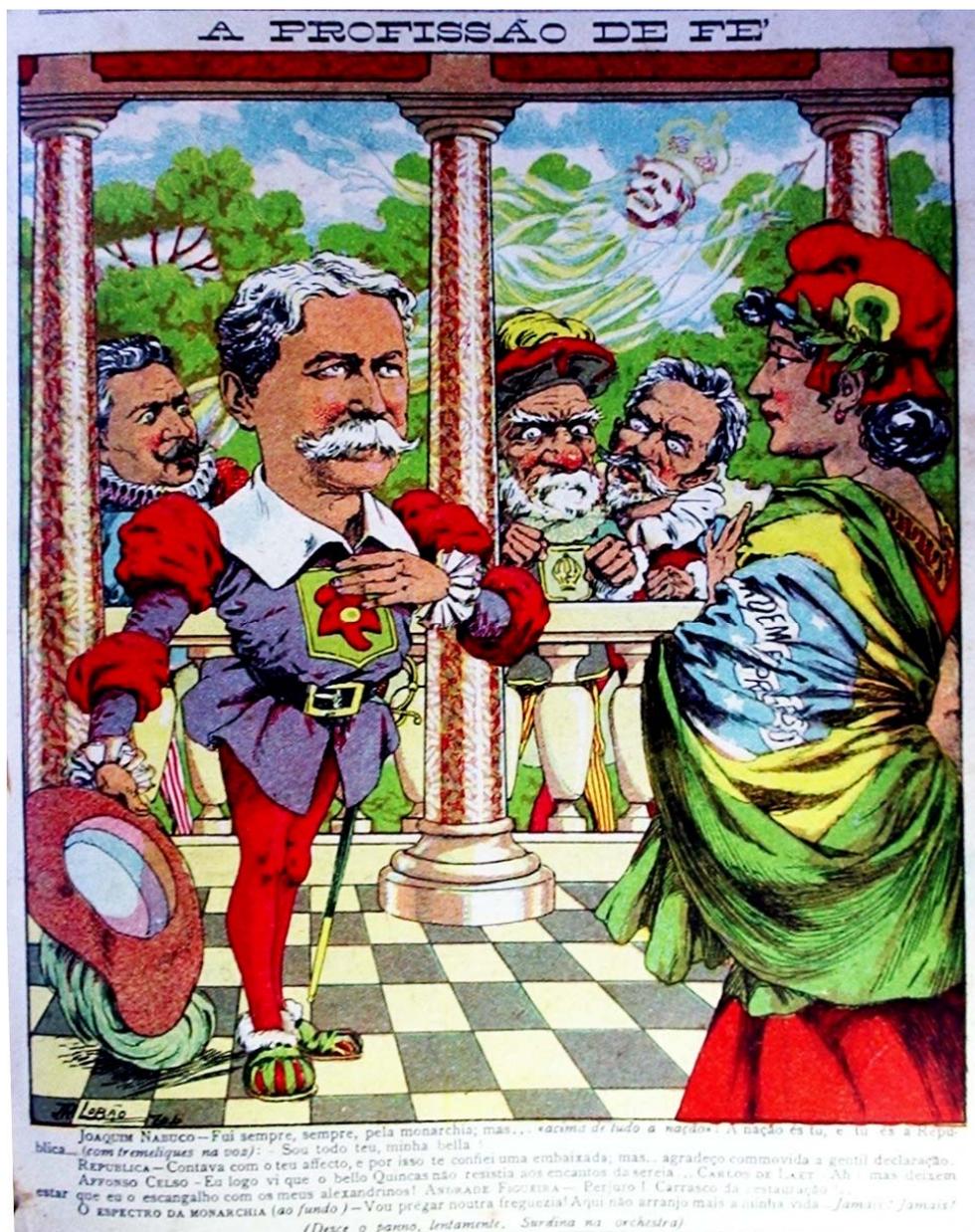


Ilustração 1 – “A profissão de fé”. *O Malho*, ano V, nº 202, 28/07/1906. p. 1. FCRB.

Uma “Chronica”, publicada nas páginas internas desta mesma edição de *O Malho*, completa a repercussão da conversão de Nabuco, remetendo mais uma vez à reação dos monarquistas, mas agora de forma sóbria, sem intenção de satirizar o acontecido:

“(...) a profissão de fé do Sr. Joaquim Nabuco que, no banquete em sua honra, se declarou pela ‘nação acima de tudo’, é já um assunto batido e talvez a estas horas *rebatido* pelo erudito Laet que deu agora para bardo junqueireano. Entretanto, essa declaração republicana do ex-propagandista do terceiro reinado foi a coisa mais lógica deste

mundo. Diríamos até desnecessária, visto como na sua qualidade de embaixador do Brasil, estava subentendida a sua adesão à forma de governo que lhe confiara a embaixada. Mas nem sempre a lógica se evidencia com esta clareza a todos os espíritos. Foi excelente, portanto, que o ilustre diplomata fizesse o jogo franco com as cartas na mesa, para que se esvaísse alguma nuvem que por ventura restasse, toldando a caturrice dos velhos e a ingenuidade dos moços.”⁴³⁹

No início do mês seguinte, o assunto volta a ser a Conferência Pan-Americana, que é tema de mais uma charge. Desta feita em preto e branco, nas páginas internas do periódico, intitula-se “A serpente de outrora ou a confissão de Zé Povo”. Trata-se de um diálogo curto entre o Zé Povo e o Tio Sam. Ele pergunta: “- Então, Zé Povo... Como achas agora a doutrina de Monroe?”. Ao que o personagem onipresente d’*O Malho* responde: “- Estupenda, Tio Sam! Nunca pensei que a suposta hidra fosse uma pombinha sem fel. Desculpa-ma se algum dia duvidei das tuas juras...”⁴⁴⁰

O que se depreende desta breve incursão pela cobertura da imprensa acerca dos passos de Nabuco em sua curta passagem pelo Brasil no ano de 1906 é a centralidade conferida ao herói da abolição. Enquanto os velhos monarquistas execravam o “carrasco da restauração”, a República aproveitava para converter seu herói em símbolo do monroísmo, da civilização brasileira, da *Belle Époque* tropical e do progresso que a nova capital pretendia exhibir ao mundo.

A imprensa favorável ao Congresso, à aproximação com os Estados Unidos e à conversão de Nabuco ao regime republicano promoveu uma verdadeira aclamação do herói da Abolição como político exemplar, na Monarquia e na República, chamando-o de “campeão” mesmo no caso da derrota na Questão do Pirara. E, mesmo no caso das críticas irônicas de um periódico satírico como *O Malho*, a canalização da polêmica na direção quase exclusiva da figura de Nabuco acaba por reforçar o processo de sua consagração como heróis nacional. Como diz Federico Neiburg:

“As imagens que identificam os traços característicos de uma cultura, ideologia ou identidade nacional parecem, às vezes, referir-se

⁴³⁹ “Chronica”. *O Malho*, ano V, nº 202, 28/07/1906. Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴⁴⁰ “A serpente de outrora ou a confissão do Zé Povo”. *O Malho*, ano V, nº 203, 4/08/1906. Fundação Casa de Rui Barbosa.

não tanto a um consenso sobre seus conteúdos quanto a um certo acordo em reconhecê-las como objeto legítimo de polêmica (...).⁴⁴¹

Após o Congresso e o júbilo público por sua visita ao país, Nabuco retornava a seu posto de Embaixador da República, para continuar defendendo a *Paz* até o dia de sua morte. No percurso de volta a Washington, novas homenagens em São Paulo, Minas Gerais, por toda a costa brasileira. Uma despedida apoteótica, sobretudo quando se leva em conta que ele só retornaria à sua terra natal 4 anos mais tarde, para ser enterrado.

A SOMBRA DO BARÃO E O ESTIGMA DO IDEALISMO

Dentre todos os heróis que a Primeira República consagrou, um dos maiores certamente foi o barão do Rio Branco. Não só por ser, até hoje, um dos mais comemorados homens públicos do período, mas também porque os próprios contemporâneos do barão parecem ter alçado sua imagem ao topo do panteão de heróis da Pátria. Na ocasião de sua morte, os necrológios do barão publicados na imprensa brasileira dedicaram-lhe os mais elogiosos epítetos. A edição de 12 de fevereiro de 1912 do jornal *A imprensa*, por exemplo, declarou que o barão tinha sido “o mais seguro, o mais vigilante guarda da pátria”.⁴⁴² Outro periódico, *A República*, afirmou que nenhum outro “brasileiro atingiu mais alto o culto da veneração popular”.⁴⁴³

Esta tese busca perseguir a história da memória de Nabuco para compreender, centralmente, por que a face *monroísta* do herói foi negligenciada ao longo do tempo. Para isso são acompanhados os momentos de construção (Congresso de 1906 e funeral no Rio), desconstrução (Centenário em 1949) e “resgate” (Centenário embaixada em 2005) desta face. Impõe-se, portanto, a identificação de alguns traços recorrentes na forma com que a literatura acadêmica trata a política externa do barão do Rio Branco e o significado do monroísmo naquele momento. Isto se faz imperioso porque, como já foi apontado, a sombra do barão e o estigma do idealismo atribuído ao Nabuco diplomata são dois dos motivos capitais para a compreensão dos motivos por que a trajetória do herói após 1905 costuma ser silenciada.

⁴⁴¹ NEIBURG, Federico. Peronismo e mitologias nacionais. In: _____. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 85-86.

⁴⁴² *A Imprensa*, 12 de fevereiro de 1912.

⁴⁴³ *A República*, 10 de fevereiro de 1912.

A construção de uma narrativa mítica da vida e dos feitos do patrono da diplomacia republicana tem muito a ver com a desvalorização da atuação de Joaquim Nabuco como primeiro embaixador brasileiro em Washington. Assim, embora o processo de construção da memória sobre Rio Branco não seja o objeto de análise central neste trabalho, a identificação de algumas de suas características principais pode iluminar aspectos da história da memória sobre Nabuco.

De acordo com Cristina Moura, o ano do centenário de nascimento de Rio Branco foi o momento privilegiado do processo de construção da memória sobre o barão. Comandado pelo Ministério das Relações Exteriores, o planejamento das comemorações daquele ano foi “fundamental para a consolidação do nome de Rio Branco como patrono da diplomacia brasileira”. Segundo a autora, “datam de 1945”:

“o decreto-lei que considera data de comemoração cívica nacional o dia 20 de abril, data do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos; o decreto-lei 7.473 que cria o Instituto Rio Branco e o decreto-lei 7.547, que institui a medalha comemorativa do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco. Todos os decretos são assinados pelo presidente Getúlio Vargas. Os outros decretos que compõem o processo de invenção da ‘tradição Rio Branco’ são o de fevereiro de 1963, que institui a Ordem de Rio Branco, assinada pelo então presidente João Goulart, e o de 1970, que cria o Dia do Diplomata, na data de aniversário do Barão do Rio Branco”.⁴⁴⁴

Neste mesmo ano foi publicada a mais citada biografia do barão, escrita por Álvaro Lins sob encomenda de Oswaldo Aranha e Maurício Nabuco, respectivamente Ministro e Secretário Geral das Relações Exteriores naquele momento. Posteriormente, por ocasião do sesquicentenário do nascimento de Rio Branco, em 1995, esta obra foi reeditada, ao lado de outra aclamada biografia do barão, escrita por Luis Viana Filho em 1959. Como Moura afirma, essas biografias, “assim como os bustos, as medalhas e os rituais do Dia do Diplomata, compõem o *personagem* Rio Branco como símbolo da diplomacia brasileira (...), invocando seu ‘mito de origem’”. A figura mítica do barão do Rio Branco serve, assim, como:

⁴⁴⁴ MOURA, Cristina Patriota de. “Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco”. [on-line]. *Estudos Históricos*, v. 14, nº 25, p. 81-101, 2000. p. 3-4 (de acordo com a numeração das páginas da versão *on-line* do artigo).

“símbolo utilizado ritualmente como emblema da coletividade dos diplomatas brasileiros, também materializado em estátuas e medalhas que acabam sendo portadoras de uma certa sacralidade. Por trás dos rituais e dos objetos, no entanto, há uma narrativa mítica da qual as biografias são a principal fonte”.⁴⁴⁵

Essas biografias sobre o barão forjaram a imagem predominante dentro e fora do Ministério das Relações Exteriores. O barão do Rio Branco é figura cativa no panteão de grandes nomes da Pátria até hoje, onde figura como o chanceler que desenhou boa parte dos contornos atuais do mapa do Brasil. Como Moura registra, “uma das ênfases principais dos biógrafos é exatamente o papel de Rio Branco como *constituidor* do território nacional”, o corpo da Pátria. E, de fato, na memória nacional, e mesmo para além dela, Rio Branco é o brasileiro que “alcançou a façanha de garantir ao País um território equivalente a 900 mil quilômetros quadrados, sem disparar um só tiro”, legando “à Nação as condições de viver em paz definitiva com seus 11 vizinhos”.⁴⁴⁶

Em pesquisa recente, os leitores da revista *Istoé* classificaram Rio Branco em 8º lugar dentre trinta opções de nomes de “Estadistas” brasileiros do século XX, escolhidas por “especialistas”. Nada mal para um homem público da Primeira República que sequer chegou a presidente. Os resultados da “eleição” d’*O Brasileiro do Século* deram ensejo à publicação de doze fascículos especiais da revista: o volume reservado ao “Estadista do Século” retrata Rio Branco como o homem que “Riscou o mapa sem disparar um só tiro”. No texto da matéria, ademais, o então ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, declara ainda que a “gigantesca obra diplomática” do barão “nos livrou para sempre das desgastantes e penosas questões de fronteira, que até hoje atormentam tantos países latino-americanos”.⁴⁴⁷

Este tipo de *olhar*, consagrado na memória nacional, elege a resolução dos conflitos lindeiros do Brasil como a principal obra do patrono da diplomacia brasileira. A biografia do barão ganha, assim, em coerência e unidade. Afinal, mesmo antes de se tornar chanceler, Rio Branco tinha obtido enormes prestígio e popularidade por suas

⁴⁴⁵ Idem, *ibidem*

⁴⁴⁶ “Riscou o mapa sem disparar um só tiro”. *Istoé*, edição especial “O Brasileiro do Século – Categoria Líderes & Estadistas”, 8º lugar. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/lideres/est8.htm>>.

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*. Para uma análise detida e didática sobre esta *face* da trajetória do barão, ver: GOMES, Angela de Castro. “Através do Brasil: o território e seu povo”. In: ____; PANDOLFI, Dulce Chaves, ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p.

vitórias na condição de advogado do Brasil na questão de limites do país contra a Argentina (acerca do território de Palmas) e a França (envolvendo a região do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa).

Cumprir, no entanto, que lembrar de Rio Branco a partir deste *olhar*, focado sobre *face* menos controversa da trajetória pública do herói, constitui uma escolha dos atores de sua consagração. Esta memória, que foi fixada em 1945 e sobreviveu quase sem alterações até o início do século XXI, obedece a um critério de seleção que termina por minimizar a importância de outros aspectos da gestão do barão à frente do Ministério. Entre eles figura, por exemplo, o deslocamento do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington.

Não seria absurdo afirmar que esse enquadramento da memória sobre Rio Branco atende à necessidade de evitar polêmicas que poderiam dificultar o processo de sua heroificação. Afinal, o barão escolheu aproximar o Brasil de seu “grande irmão do Norte” no momento em que o imperialismo norte-americano assumia, em relação a sua área de segurança, um grau de violência jamais visto na história do país. Era a época do *big stick*, o “cacete de Roosevelt”, como o chamava Oliveira Lima. É lícito supor que a imagem do barão não fosse coberta de tanta unanimidade caso a aproximação com os Estados Unidos tivesse sido consagrada como sua maior conquista à frente do Ministério.

Mas se a memória nacional sobre Rio Branco confere lugar privilegiado ao papel do barão como *construtor do corpo da pátria*, a literatura acadêmica produzida sobre sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores consagrou análise mais sofisticada da obra diplomática de Rio Branco. Impossibilitados de negligenciar a questão do alinhamento aos Estados Unidos, diplomatas e historiadores da política externa brasileira e do pan-americanismo passaram a associar, de fato, os méritos do chanceler na resolução de conflitos lindeiros com a “mudança” de eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington. Forjou-se, dessa maneira, uma análise que consagrou a seguinte chave de leitura da gestão do barão:

“(…) Rio Branco serviu-se da amizade norte-americana com vistas a alcançar os objetivos maiores de sua política no contexto sul-americano. Com o concurso norte-americano, pleiteou para o seu país

o *status* de primeira potência sul-americana, elevando-lhe o prestígio. Para esta tarefa de aproximação, contou com o concurso do idealista e ardoroso Joaquim Nabuco, funcionando como peça importante na embaixada do Brasil em Washington”.⁴⁴⁸

Esta mesma explicação aparece, comumente, com outras roupagens. A mais engenhosa delas talvez seja a que descreve a política externa brasileira durante o século XX como articulada em torno da base de dois “eixos gravitatórios”. A inserção do Brasil no mundo durante a última centúria teria girado, portanto, em torno desses dois eixos: um simétrico e outro assimétrico. No primeiro caso, trata-se das ações da política externa brasileira voltadas principalmente aos países latino-americanos, com os quais o Brasil se equiparava em termos de recursos de poder, travando contatos em situação de relativa igualdade. No eixo assimétrico, por outro lado, figuram as estratégias adotadas pela diplomacia brasileira em relação aos países cujos recursos de poder superam os do Brasil, o que inclui, em especial, os Estados Unidos e as potências européias.⁴⁴⁹

Vista deste prisma, a política externa do Brasil durante a gestão de Rio Branco esteve voltada para uma articulação muito bem pensada dos dois eixos. Lida nesta chave, a preocupação central do barão continua sendo identificada como a solução pacífica das várias disputas fronteiriças que ainda estavam pendentes. Rio Branco teria então promovido a aproximação com os Estados Unidos como forma de fortalecer a posição brasileira nesses conflitos. Assim, o deslocamento do eixo assimétrico da política externa brasileira teria obedecido às preocupações mais imediatas do barão quanto às relações do Brasil com seus vizinhos do eixo simétrico. Ter um aliado como o “grande irmão do Norte” representaria, a um só tempo, uma proteção contra ambições territoriais européias e uma forma de projetar, na América do Sul, a liderança brasileira.

O mesmo Ricupero é autor de outra narrativa mítica exemplar sobre a gestão do barão no Itamaraty, que veio a público por ocasião do sesquicentenário de nascimento do herói, em 1995. Neste ano a FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão, órgão do Ministério das Relações Exteriores) publicou, entre muitas outras obras, uma biografia

⁴⁴⁸ CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 163.

⁴⁴⁹ Um dos muitos textos que mobilizam as noções de eixo simétrico e eixo assimétrico é especialmente citado na literatura acadêmica sobre a história da política externa brasileira: RICUPERO, Rubens. “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”. In: GUILHON, José Augusto (org.). *Crescimento, modernização e política externa: 60 anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editores / NUPRI-USP, 1996. vol. 1: p. 37.

fotográfica do barão do Rio Branco, acompanhada de um texto introdutório encomendado a Rubens Ricupero pelo então presidente da Fundação, Gelson Fonseca. Neste pequeno texto, desde então muitíssimo citado, Ricupero busca mostrar a importância de comemorar o barão do Rio Branco quase cem anos depois de sua posse como chanceler.

“De que forma convencer o cético leitor atual (...) de que alguma coisa de antes da Semana de Arte Moderna de 22 possa ter valor”?, pergunta Ricupero. E responde fazendo a apologia do barão: descreve a trajetória pública do herói como uma “linha ascendente límpida e invariável”, já sob a República, em contraste com o “começo obscuro e vacilante” de sua carreira diplomática durante o Império. Seus contemporâneos mais famosos, por oposição, teriam amargado destino diverso, corroborando a imagem do barão como o maior estadista de sua época. Rui Barbosa, nas palavras de Ricupero, fora o “símbolo mais puro do profeta em nossa História, voz que desperta as consciências mas [está] fadada à incompreensão e à derrota, o grande perdedor pelo Brasil”. E Joaquim Nabuco, apesar de no final da vida se bater pelo mesmo projeto de aproximação com os Estados Unidos que o barão buscava consolidar, “nunca mais alcançaria na vida pública e no país a influência e o renome que tivera no Império”.⁴⁵⁰

A farta literatura laudatória a respeito do papel de Rio Branco como chanceler da República foi sintetizada num artigo de Arno Wehling divulgado em 2002, por ocasião do centenário da nomeação de Rio Branco para o cargo que eternizou sua memória. Neste pequeno *paper*, Wehling busca identificar os fundamentos da política de Rio Branco, considerando, no conjunto, os diferentes momentos de sua atuação no Ministério das Relações Exteriores. A lista é uma síntese das linhas mestras da produção acadêmica corrente a respeito do assunto em tela: guiavam a política do barão uma “certa idéia do Brasil”, a “consciência do limite das ambições políticas do país”, o “desgosto pelo fanatismo nacionalista”, a “jurisdição da atuação internacional”, a “autonomia da política externa”, a “clara concepção da razão de estado”, a “a admissão da *Realpolitik*” e, principalmente, “um política de poder e de prestígio”.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ RICUPERO, Rubens. “Um personagem da República”. In: *Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/irbr/barao/ricupero.htm>>. Acesso em: 24.fev.2008.

⁴⁵¹ WEHLING, Arno. “Visão de Rio Branco. O homem de estado e os fundamentos de sua política” [on-

“À competente negociação diplomática os estados bem sucedidos deveriam agregar políticos de poder e prestígio. Essa lição, que vinha da diplomacia do Antigo Regime e que se cristalizou na “política de poder” do século XIX, Rio Branco a aplicou à necessidade de fortalecimento do país. Sua decisiva ação no sentido de consolidar exército e marinha correspondeu, na primeira década do século XX, à efetiva entrada do Brasil no exclusivo rol de países que se pautavam por uma política de poder e prestígio que ultrapassava a mera retórica nacionalista”.⁴⁵²

A criação do primeiro cardinalato sul-americano e da Embaixada brasileira em Washington, bem como a participação efetiva do Brasil em Exposições Internacionais e fóruns diplomáticos multilaterais, como a II Conferência da Paz de Haia, foram elementos fulcrais desta *política de poder e prestígio* do barão. Por isso mesmo, elas são encaradas como fruto do seu realismo, ancorada em sólida tradição da *realpolitik* europeia. No caso da aproximação com os Estados Unidos, em particular, esta literatura sintetizada por Wehling costuma neutralizar possíveis críticas à ratificação do corolário Roosevelt pelo chanceler brasileiro através da oposição entre, de um lado, a “aliança não-escrita”⁴⁵³ pretendida pelo barão; e, de outro, a *inteligência perfeita* buscada por seu embaixador, que acabou fazendo “política própria”.

O Barão teria ainda vislumbrado, com dons premonitórios, a oportunidade de o Brasil se alinhar à potência que se anunciava como hegemônica no nascente século XX. Teve a coragem de promover uma guinada radical na diplomacia brasileira, deslocando o eixo das relações exteriores do Brasil do Velho para o Novo Continente e imprimindo à representação diplomática nacional e à sua principal instituição, o Itamaraty, a função de promover uma imagem civilizada do país no exterior.

Joaquim Nabuco, por sua vez, é quase sempre lembrado ao lado de Rio Branco nos trabalhos sobre a política externa republicana. Encarnando, física e intelectualmente, a imagem aristocrática da nação branca e civilizada que o chanceler tentava associar à nação brasileira do século XX, Nabuco foi o primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Como vimos, defendeu ardorosamente o pan-americanismo, presidiu a III Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, promoveu as boas relações

line]. In: CARDIM, Carlos Henrique, ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: MRE, FUNAG, IPRI, 2002, p. 99-109.

⁴⁵² Idem, *ibidem*.

⁴⁵³ A fórmula, absolutamente consagrada na literatura, é criação de: BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC

diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, e logrou receber as honras máximas dispensadas pelo governo norte-americano a um representante estrangeiro, quando de sua morte e do traslado de seu corpo de volta à Pátria.

Mas nos relatos sobre a atuação diplomática de Nabuco o que se enfatiza quase sempre, por excelência, é sua diferença em relação ao barão. Na memória política nacional, seu nome não tem tanta força quanto o de Rio Branco, claramente associado à República, na dimensão fundamental do traçado de fronteiras. Nabuco, quando lembrado, o é como político e, mais ainda, como intelectual monarquista, fortemente ligado à luta anti-escravagista. Dessa forma, nas referências à sua produção intelectual e, mais especificamente, historiográfica, a República e o pan-americanismo não ganham destaque ou merecem pouca menção.

Não é nosso intuito aqui descaracterizar essa imagem, tão bem construída, divulgada e já consolidada. Trata-se apenas de atentar para o fato de que essa construção simbólica teve seus atores. E que estes atores fizeram escolhas que não eram as únicas à disposição. Mas é legítimo tentar responder a uma última pergunta: por que, durante tanto tempo, se estudou muito pouco o Joaquim Nabuco diplomata, e muito mais o abolicionista?

Uma das hipóteses que podem ser aventadas para responder a esta questão vem do entendimento dos *olhares* produzidos sobre as relações entre Nabuco e Rio Branco, o chanceler da República durante todo o período de atuação do líder abolicionista como Embaixador.

É muito comum, entre os estudiosos do pan-americanismo no Brasil que se dedicam à análise da gestão de Rio Branco à frente Ministério das Relações Exteriores ou/e entre aqueles que analisam a trajetória de Nabuco como diplomata durante a República, a visão de que os dois personagens centrais da implantação efetiva de uma política externa alinhada à hegemonia norte-americana (desvinculando-a, no mesmo movimento, da órbita britânica e europeia) mantiveram relações estreitas de amizade até o fim da vida. Essa visão, contudo, já foi relativizada por Viana Filho⁴⁵⁴, o primeiro a estudar a correspondência particular de ambos. A correspondência particular trocada entre eles mostra claramente como o diálogo dos dois e a cumplicidade de sua amizade

Ed., 2003.

⁴⁵⁴ VIANA FILHO, op. cit.

já estão arrefecidos quando Nabuco assume a primeira Embaixada do Brasil, em Washington.

Mas persiste uma outra construção, amplamente difundida, recorrente, nada gratuita e que deita raízes em opiniões de seus contemporâneos.⁴⁵⁵ Aquela que toma Nabuco por um “idealista”, em oposição a uma caracterização muito bem construída, consolidada e reeditada do barão como um estrategista exemplar, sempre pragmático e, no caso do alinhamento com os Estados Unidos, muito mais realista que o primeiro embaixador brasileiro naquele país.

Dois exemplos bem recentes são suficientemente enfáticos para ilustrar a recorrência e a permanente reafirmação dessas visões. Em primeiro lugar, Demétrio Magnoli, em texto de 1997, sustenta que “(...) a idéia segundo a qual o Barão partilhava do entusiasmo de Joaquim Nabuco pelo alinhamento incondicional com os Estados Unidos não faz justiça à sutileza e aos matizes imprimidos por Rio Branco ao relacionamento com Washington”. Fazendo coro a esta avaliação, de modo ainda mais explícito, Clodoaldo Bueno, historiador consagrado da política externa brasileira, afirma, em 2003, que “Nabuco (...) fez ampla pregação a favor da aproximação dos dois países. O chanceler reconhecia o peso dos Estados Unidos, mas concebia essa aproximação com mais realismo do que seu embaixador (...)”.⁴⁵⁶ A atribuição do epíteto de “idealista” a Nabuco não é criação desta literatura. Um de seus mais competentes biógrafos, Luis Viana Filho, consagrou a idéia de que Nabuco fora um irremediável romântico, ou seja, um idealista, na medida em que sempre emprestou emoção às causas públicas que defendia e às questões amorosas de sua vida privada.⁴⁵⁷ O que os

⁴⁵⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*. Org. por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. p. 114-5 *apud* BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república: os anos do apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 164 (nota 383).

⁴⁵⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997. p. 214; BUENO, op. cit., p. 164. Vamireh Chacon, contudo, fala da *Realpolitik* de Rio Branco e Nabuco, desvinculando-se da oposição idealismo/realismo característica da maioria das análises sobre o pan-americanismo do Chanceler e de seu embaixador. Apesar do tom laudatório das apreciações de Chacon, isto esvazia nossas próprias reflexões de qualquer pretensão à originalidade. Cf. CHACON, Vamireh. “Nabuco e a política externa do Brasil”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Anais do Seminário Joaquim Nabuco, o parlamentar, o escritor e o diplomata*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. (Cursos e Conferências, 71). p. 11-17.

⁴⁵⁷ Luís Viana Filho, biógrafo consagrado tanto de Nabuco quanto do barão, leva ao extremo a imagem do “idealismo” do embaixador, encontrando em várias passagens da vida de Nabuco evidências desse que seria mesmo um traço de sua personalidade. Cf. VIANA FILHO, op. cit.

diplomatas e historiadores da política externa brasileira fizeram com o termo resultou, todavia, de uma apropriação nem um pouco desinteressada do termo. Na teoria das relações internacionais, “idealista” adquire outro significado, bem distinto daquele empregado por Viana Filho.

A partir da correspondência entre os dois amigos, e com o auxílio dos recentes trabalhos acadêmicos sobre o período final da vida do primeiro embaixador brasileiro, é possível matizar um pouco melhor essas explicações consagradas. Com esse intuito, poderíamos chamar a atenção para outros aspectos que moveram Nabuco na escolha da última causa pública de sua vida. Recordemos, para começar, as primeiras missivas trocadas entre os dois amigos, onde o monarquista convicto dedicava-se a uma incansável batalha contra a República. Está ali expressa, como que embasando seu anti-republicanismo, certa interpretação da história das repúblicas sul-americanas que é, em poucas palavras, catastrófica. Todos os vizinhos do Brasil, sob o regime que predominava no Continente, teriam mergulhado em décadas de caos, mandonismo, desrespeito à liberdade, fragmentação e atraso.

Nabuco observava com atenção e surpresa o enfraquecimento da hegemonia britânica em termos mundiais, as rivalidades entre o Brasil e seus vizinhos (em especial a Argentina) e, principalmente, a projeção continental da hegemonia norte-americana, cujo modelo de República tinha funcionado muito melhor do que nos países ao sul do Rio Grande. Nesse contexto, uma aliança sul-americana representaria não só o alinhamento a uma política externa frontalmente hostil à emergente potência do Norte. Seria também a associação a uma experiência republicana que Nabuco considerava negativa e fracassada.

Além disso, a solução da questão de limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa levou o advogado brasileiro na disputa a enxergar no imperialismo inglês uma ameaça territorial. Se tomarmos a chave da unidade territorial, tão presente no pensamento de um homem que tinha sido abolicionista, federalista, monarquista e agora pan-americanista, mas que sempre se preocupava com a construção de uma Pátria una e moderna, é possível esclarecer um pouco melhor o significado simbólico do que tem sido chamado de “idealismo”. Evaldo Cabral de Mello, em seus comentários a partir das anotações do diário de Nabuco, diz que o pan-americanismo do primeiro Embaixador brasileiro

é basicamente a resposta às suas preocupações sobre a segurança internacional do Brasil. Que o leitor suspenda sua natural tendência a vê-lo através das lentes do antiamericanismo atual e do repúdio ao entreguismo para procurar compreendê-lo no contexto dos primeiros anos do século XX. [...] a ameaça ainda não é percebida como sendo os Estados Unidos, mas a Inglaterra e a Alemanha [...]. Só restava, portanto, como julgava Nabuco, a aliança com os Estados Unidos.⁴⁵⁸

O Embaixador brasileiro “dava-se conta”, ainda de acordo com Evaldo Cabral de Mello, “da assimetria de poder entre os dois aliados”. Mas a “proteção hemisférica repousava no poderio naval” que “só os Estados Unidos possuíam”. Por isso Nabuco, em 1906, associava o “monroísmo” à “Paz”, por reconhecer na “amizade” com o “grande irmão do Norte” a única maneira de resistir à “recolonização européia”. Não se tratava de um delírio. Em 1904, ainda inconformado com a derrota para a Inglaterra na questão de limites com a Guiana Inglesa, o próprio Nabuco, escreveu ao barão esclarecendo a dimensão que conferia à ameaça imperialista resultante da decisão do rei da Itália: “(...) não quis iludir a ninguém sobre a natureza ou o alcance da Sentença que instalou os Ingleses na bacia do Amazonas. Foi a derrota completa”.⁴⁵⁹

Enfim, várias outras indicações nesse sentido poderiam ser arroladas. Mas a questão que se coloca não é justificar a dedicação com que Nabuco se entregou a promover a política pan-americana do ministro Rio Branco, nem é discutir se e quanto o embaixador extrapolou, de acordo com suas motivações pessoais, a orientação básica do chanceler. O fundamental é perceber que a caracterização de Nabuco como um *idealista entusiasmado* na promoção de um “alinhamento incondicional com os Estados Unidos” serviu a um projeto bem claro. Trata-se do elogio e da consagração do “pai fundador” da diplomacia brasileira como estrategista “realista” na condução da aproximação com a potência que se projetava sobre as Américas. Construída por oposição a esta imagem, quase como uma projeção no espelho, a interpretação da atuação do primeiro embaixador brasileiro ficou, assim, encoberta pela sombra do barão,⁴⁶⁰ obscurecida pelo

⁴⁵⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. “Diplomacia 1899-1910”. In: NABUCO, *Diários*, op. cit., p. 153. Todas as citações do parágrafo seguinte são desta mesma página.

⁴⁵⁹ Carta de Nabuco a Rio Branco. Aulus (Ariège), 09/07/1904. O papel da carta tem timbre da “Missão Especial junto a S.M. o Rei da Itália”.

⁴⁶⁰ A “sombra do barão” encobre, na verdade, não apenas a imagem de Nabuco, mas também a de outros diplomatas notórios da Primeira República e cuja memória ficou relegada a segundo plano diante da proeminência de Rio Branco. O caso mais emblemático, nesse sentido, talvez não seja nem o do próprio Nabuco, mas o de Oliveira Lima, frontalmente adversário da política externa do Barão. A esse respeito,

interesse de forjar e perpetuar o *mito de origem* da diplomacia brasileira.

O RESGATE DE UM DIPLOMATA REALISTA

As décadas de 1980 e 1990 ensejaram um renovado interesse pela memória sobre Joaquim Nabuco. Vários trabalhos acadêmicos, em especial, dedicaram-se parcial ou integralmente a analisar aspectos da vida e da obra do tribuno da abolição. Tais pesquisas consagraram, de modo geral, a oposição entre o “realismo” do barão e o “idealismo” de Nabuco. Isto resultou de dois fatores principais.

O primeiro deles foi o próprio desinteresse pelo estudo da atuação do primeiro embaixador brasileiro em Washington. Produzida num momento marcado pela proximidade dos centenários da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, esta literatura foi tributária, por um lado, do interesse então suscitado pelos estudos sobre a campanha abolicionista, em que Nabuco tivera um papel central. Por outro lado, ademais, esses trabalhos foram, em grande medida, produzidos por historiadores e cientistas sociais profissionais ou em vias de profissionalização, vinculados a programas de pós-graduação que naquele momento davam apenas seus primeiros passos, ainda incipientes e sedentos por legitimar-se e afirmar-se no campo científico nacional.

Esses fatores, somados, produziram dois efeitos principais e indissociáveis. Em primeiro lugar, acabou perpetuando-se a interpretação de que a República interrompera a carreira ascendente de um político cuja liderança na campanha abolicionista, na última década do Império, anunciava um futuro promissor. Em segundo lugar, alguns daqueles cientistas sociais e historiadores vislumbraram na obra de Nabuco elementos precursores de suas próprias atividades profissionais. Admiraram no herói da abolição o pioneirismo da abordagem sociológica; e elogiaram no intelectual monarquista a atualidade dos procedimentos analíticos de historiador, com destaque para o recurso a documentos pessoais e a associação entre a trajetória de vida do indivíduo e a história de sua época.

A relação estabelecida entre dois livros consagrados de Nabuco – cada um

ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora de época?”. *Remate de Males*, Campinas (SP), nº 24, p. 121-137, 2004.

referido a uma das duas faces do herói privilegiadas naquele momento – sintetizou o enquadramento resultante de duas décadas de renovado interesse pelo estudo da vida e da obra do líder abolicionista. A conexão entre *O abolicionismo* e *Um estadista do Império* fornece uma narrativa coerente da vida e da obra de Nabuco antes e depois da proclamação da República. Em síntese, o herói foi definitivamente consagrado como cânone do *pensamento social brasileiro*. Considerado sociólogo e historiador *avant la lettre*, os estudos sobre sua vida e obra valorizaram o líder abolicionista e o intelectual monarquista. Resultam deste *terceiro tempo* da história da memória sobre Joaquim Nabuco as imagens do *pensador social* monarquista e do diplomata derrotado: primeiro pela Inglaterra, na questão do Pirara; depois pelo seu próprio idealismo, como embaixador em Washington. O período de sua vida compreendido entre 1899, quando abandona definitivamente a militância restauradora, e 1910, quando morre em Washington, passou então a ser descrito, recorrentemente, como um “doce crepúsculo”.

Este *olhar* sobre a trajetória de Nabuco foi o resultado de muitas pesquisas produzidas por diversos autores ao longo de pouco mais de duas décadas. Não constitui objetivo deste trabalho analisar cada uma delas detidamente. Isto demandaria um investimento detalhado, que certamente evidenciaria mais nuances, sutilezas e complexidades do que uma apreciação genérica e panorâmica como esta seria capaz de revelar. O que se quer apontar, contudo, é apenas a persistência de certo silêncio, negligência ou, quiçá, desvalorização da *face* diplomata e monroísta do herói.⁴⁶¹

A despeito disso, trabalhos recentes têm procurado resgatar esta *face* silenciada da memória sobre a vida de Nabuco. Devotadas à análise da atuação do primeiro embaixador brasileiro em Washington, novas pesquisas vêm questionando o epíteto de “idealista” que a literatura acadêmica acostumou-se a associar ao nome de Nabuco – sem, contudo, lançar dúvidas sobre a caracterização de “realista” atribuída ao barão do Rio Branco. Frutos dos esforços de historiadores da política externa brasileira e de diplomatas do próprio celeiro de mitólogos do barão, o Ministério das Relações

⁴⁶¹ Escolher obras emblemáticas do conjunto desta literatura sobre Nabuco produzida nos anos 1980 e 1990 é tarefa difícil e extremamente arriscada, mas incontornável. Alguns dos trabalhos mais citados que datam deste período são: NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo*. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; BEIGUELMAN, Paula. “Joaquim Nabuco: teoria e práxis”. In: _____. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 7-47.; e o excelente: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

Exteriores, estes trabalhos retomam as contribuições de uma obra tão negligenciada quanto a *face* monroísta do herói. Trata-se de *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*, de João Frank da Costa, publicada em 1968 e desde então muito pouco citada.⁴⁶² Obra quase solitária na afirmação do realismo do primeiro embaixador, ela tem sido reabilitada com o fito principal de relativizar ou mesmo negar o estigma do idealismo de Nabuco.

Esta nova inflexão na história da memória sobre Joaquim Nabuco pode vir a resultar num novo *tempo* do processo de consagração do herói. Ele seria adequadamente situado em torno do ano de 2005, marco comemorativo do centenário de criação da primeira Embaixada brasileira, em Washington. Dois acontecimentos ocorridos neste ano evidenciam exemplarmente aquela inflexão, bem como a persistência de uma batalha em torno da memória sobre o herói: a defesa de uma dissertação de mestrado dedicada integralmente à análise da atuação de Nabuco em Washington; e a realização do Seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005”, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

São dois os a(u)tores dos trabalhos responsáveis por esta revisão, ainda em curso, do enquadramento da memória sobre Nabuco. O autor da dissertação é Paulo José dos Reis Pereira. Historiador da política externa brasileira e pesquisador do Observatório de Relações Estados Unidos-América Latina, Pereira titulouse Mestre em Relações Internacionais pelo recém-fundado Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, mantido por convênio entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP).

O segundo protagonista das cenas aqui descritas é um dos mais reconhecidos mitólogos do barão do Rio Branco: Rubens Ricupero. Historiador da política externa

⁴⁶² COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. Este livro é tão pouco citado nos trabalhos acadêmicos sobre Joaquim Nabuco que Angela Alonso, a melhor biógrafa do herói da abolição, sequer o faz figurar em suas “Indicações bibliográficas”. João Frank da Costa era diplomata de carreira do Ministério das Relações Exteriores, onde ingressou através de aprovação em 1º lugar no concurso público do Instituto Rio Branco. Estudioso de Joaquim Nabuco durante cerca de duas décadas, foi ele o vencedor do primeiro prêmio “Joaquim Nabuco” instituído pela Lei nº 770, de 21 de julho de 1949 – ironicamente, a mesma que destinou a verba para a criação do Instituto Joaquim Nabuco, reivindicada por Gilberto Freyre no bojo da tentativa de fixar um enquadramento da memória do herói que enfatizava sua face abolicionista. Ver capítulo 1 desta tese.

brasileira e diplomata de carreira, ingressou no Instituto Rio Branco em 1959, através de aprovação, em 1º lugar, no concorrido e prestigiado concurso público da instituição que abre as portas do Itamaraty. Desde então, galgou os mais altos postos da carreira no Ministério das Relações Exteriores, entre eles o de Embaixador do Brasil em Washington. Rubens Ricupero proferiu a conferência de abertura do seminário promovido pela FUNDAJ. Intitulada “Joaquim Nabuco e a nova diplomacia”, a conferência do sucessor de Nabuco em Washington abriu o evento comemorativo no dia 19 de agosto de 2005, data alusiva ao dia de nascimento do primeiro embaixador brasileiro.⁴⁶³

Paulo José dos Reis Pereira é o mais explícito em apontar seus objetivos e motivações. Ele afirma, incisivamente, que a “figura de Rio Branco recorrentemente encobriu a de Joaquim Nabuco” nos “estudos sobre a política exterior republicana e a sua diplomacia”. Não só porque o barão comandava a política externa da época, gozando de autonomia diante do governo e de prestígio nacional, mas porque a figura de Nabuco é “basicamente lembrada por sua militância em favor da abolição”, deixando “em segundo plano os cinco anos que trabalhou como embaixador, período curto e parcamente analisado”. Como consequência, forjou-se uma “história esquecida de Nabuco, tão rica quanto a de sua época como abolicionista só que inversamente desacreditada”. Seu trabalho busca, portanto, “retomar essa sua ‘história esquecida’ [de Nabuco], reinserindo-a na política externa brasileira da Primeira República”.⁴⁶⁴

Rubens Ricupero, o outro protagonista dessa estória, foi um dos mitólogos do barão que, no passado, projetou uma imagem de Rio Branco gloriosa o suficiente para fazer sombra à atuação de Nabuco como embaixador. Em texto de 1995, Ricupero

⁴⁶³ RICUPERO, Rubens. “Joaquim Nabuco e a nova diplomacia” [on-line]. Conferência proferida no Recife, em 19.ago.2005, no Seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005”. Disponível em: <http://www.rubensricupero.com/pdf/joaquim_nabuco_e_a_nova_diplomacia.pdf>. Acesso em 31.dez.2007.

⁴⁶⁴ Por questões de espaço, os argumentos de Paulo José dos Reis Pereira apresentados neste capítulo foram selecionados a partir de um artigo acadêmico da lavra do próprio autor, que resume boa parte das contribuições mais originais de sua dissertação de mestrado publicada em livro no ano seguinte ao da defesa da dissertação. Não obstante, outras partes desta tese serviram-se amplamente de passagens do livro de Pereira, contemplando aquilo que ficou de fora do artigo e que guardava relação direta com os temas abordados aqui. A referência do artigo em tela é: PEREIRA, Paulo José dos Reis. “A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, nº 2, p. 111-128, jul.-dez. 2005. As citações deste parágrafo são da p. 112 do referido artigo.

afirmara:

“o melhor o melhor que ficou de Nabuco foi sua pregação social, seus inigualáveis discursos e livros. O que veio depois, a partir de 1902, apesar do brilho diplomático da atuação em Londres e Washington, deixa a impressão de um *finale* em tom menor, de um doce crepúsculo”.⁴⁶⁵

Dez anos depois, contudo, na conferência de abertura do Seminário em homenagem à memória de Nabuco, o mesmo Ricupero retomaria o raciocínio, mas agora com sinal invertido, de modo a induzir à conclusão oposta:

“todo mundo pensa que, do que ficou de Nabuco, o importante foi a luta pelo Abolicionismo na juventude e os grandes livros da maturidade, *Um Estadista do Império, Minha Formação*. O que veio mais tarde, a defesa do Brasil no arbitramento sobre as fronteiras com a Guiana Inglesa, a legação em Londres, a embaixada em Washington, dá às vezes a impressão de semi-malogros ou de um doce crepúsculo.”⁴⁶⁶

A pouca importância atribuída à atuação de Nabuco como embaixador, continua Ricupero, também guarda relação com as causas que defendeu em cada momento. Afinal, “embora não se conteste a validade perene da Abolição (...) muito diferente foi a sorte póstuma da política exterior propugnada e realizada pelo nosso primeiro embaixador”. A crítica de Oliveira Lima ao “cacetão” de Roosevelt, que naquele início do século XX era minoritária, se tornaria predominante na política externa brasileira de fins do século. Por isso, como Ricupero mostra:

“a maioria dos brasileiros provavelmente estranharia hoje sua adesão, por vezes entusiástica, mas nunca sem alguma reserva, à linha diplomática norte-americana, que na época se identificava, em parte, com a aplicação do ‘Big Stick’ nas intervenções em Cuba, na República Dominicana, na América Central, no fomento à secessão do Panamá.” (p. 1)

Naquele momento, contudo, o monroísmo tinha para Nabuco um significado

⁴⁶⁵ RICUPERO, Rubens. “Um personagem da República”. In: *Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/irbr/barao/ricupero.htm>>. Acesso em: 24.fev.2008.

⁴⁶⁶ RICUPERO, op. cit., p. 1. Para facilitar a leitura, as próximas citações da versão escrita da conferência

muito particular, que seria benéfico e, sobretudo, indispensável à manutenção da soberania brasileira. O laudo arbitral da Questão do Pirara, segundo Ricupero, evidenciara para Nabuco que “a segurança do território brasileiro” estava ameaçada “pela sentença errônea de Vitor-Emanuel III, no arbitramento com a Grã-Bretanha, que se inspirara em tendência jurídica européia perigosa para o Brasil”. Diante dessa ameaça, complementa Pereira,

“De modo algum uma política de aproximação com os Estados Unidos era, em princípio, uma sujeição, ainda que pudesse ser trajada com tal conotação. (...) Os Estados Unidos apareciam, assim, por vezes, como um amigo ou modelo a ser seguido, representando a alternativa antiimperialista.”⁴⁶⁷

Nabuco, como Rio Branco, tinha assistido atentamente à “rivalidade por colônias e protetorados, que por pouco não provoca um choque entre a França e a Grã Bretanha no incidente de Fachoda ou entre a Alemanha e a França em Agadir”. Ambos foram contemporâneos da “disputa pelo espólio otomano entre a Áustria e a Rússia nos Bálcãs”, da “emulação naval entre alemães e britânicos”, da “exacerbação dos nacionalismos”, que evidenciavam “a face oculta da lua, o lado sombrio e ameaçador da *Belle Époque*”. (p. 4). Tanto o chanceler brasileiro quanto seu primeiro embaixador, continua Ricupero:

“(...) viveram ambos seus anos de maturidade durante o apogeu do imperialismo europeu. Aproximavam-se dos 40 anos quando a Conferência de Berlim, sob a presidência do Chanceler Otto von Bismarck, promoveu o desmembramento do Congo e da África como se trinchasse um peru. Assistiram à imposição à China dos tratados desiguais e dos portos exclusivos, à abertura forçada do comércio e da navegação do Japão, à amputação, fatia a fatia, do Império Otomano, à conquista da Indochina, ao bombardeio de Valparaíso. Como todos os contemporâneos, indignaram-se com o esmagamento da resistência dos Boers da África do Sul. Vinte anos antes haviam sido testemunhas da tentativa de Napoleão III de conquistar o México para Maximiliano, no momento em que a Guerra de Secessão distraía a atenção dos EUA.” (p. 4)

Paralelamente a esse recrudescimento das disputas imperialistas, Rio Branco e

de Rubens Ricupero serão indicadas no próprio corpo do texto, entre parênteses.

⁴⁶⁷ PEREIRA, op. cit., p. 125.

Nabuco foram capazes de distinguir “com maior argúcia do que a maioria dos contemporâneos”, a emergência dos EUA como potência mundial. Vislumbraram, assim, “a aproximação do fim do período de hegemonia da Europa e os primeiros sinais de que o eixo do poder e da diplomacia mundiais derivava em direção aos Estados Unidos” (p. 5). O primeiro embaixador, “em particular, sempre mais capaz de teorização e conceituação que o chanceler, deu cedo expressão a uma visão realista da política internacional como o espaço por excelência do conflito de poder e da oposição de forças” (p.5).

A expressão desta sua visão “realista”, explica Pereira, foi a formulação da “idéia de dois mundos, o europeu e o americano”: “No momento em que assume o conceito de monroísmo (...) faz uma nítida divisão entre o mundo europeu e o mundo americano, não só em termos políticos, mas também civilizacionais”.⁴⁶⁸ Cada um desses “mundos” constituía, para Nabuco, um sistema. Essas unidades, explica Pereira, “seriam a própria estrutura do sistema internacional”, fazendo emergir um mundo multipolar em substituição ao, nas palavras de Ricupero, “sistema europeu tradicional da Balança ou Equilíbrio do Poder, dominado pelas seis grandes potências que mantinham embaixadas em Washington e dominavam, por sua vez, a África e a Ásia” (p. 6). Na visão de Nabuco, resume Pereira, “O surgimento desse mundo multipolar (...) teria como principal característica a complementaridade entre a paz e a beligerância, característica dos dois blocos mais importantes, respectivamente o americano e o europeu”.⁴⁶⁹

Em outras palavras, “é como se, perante o risco de um mundo à mercê do monopólio do poder pelos europeus, ele [Nabuco] tivesse favorecido a busca de um equilíbrio bipolar (...) que servisse de proteção a nações desarmadas como o Brasil.” (p. 7). O monroísmo do embaixador brasileira era, “como se vê, programa basicamente defensivo, moderado e exequível por coincidir com o interesse e a posição notória dos Estados Unidos” (p. 7-8). “Não visava a objetivos fantasiosos e irrealistas”, segue Ricupero, “como o de instrumentalizar o apoio de Washington para a supremacia brasileira na América do Sul ou a fim de obter para o Brasil no mundo o reconhecimento de status de poder acima de nossas reais possibilidades” (p. 8).

⁴⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 122.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 123.

Nesse contexto, segundo Ricupero, Nabuco enxergava os Estados Unidos como líderes de um sistema americano, “uma espécie de segundo bloco ou pólo, que contrastaria com o do Velho Continente”, constituindo, graças à Doutrina Monroe, uma “zona neutra de paz”. Nabuco concebe, então, “uma proposta muito objetiva sobre como o Brasil deveria se situar nessa configuração”, nas palavras de Pereira. Para o embaixador brasileiro em Washington, “era essencial conseguir uma forte e exclusiva proximidade com os Estados Unidos, no intuito de garantir o já mencionado eixo de segurança estável, para então servir como interlocutor deste país com a América Latina”.⁴⁷⁰ Para Ricupero, esta idéia de dois mundos, um americano, pacífico, e outro europeu, beligerante:

“Ao contrário do que continua a repetir a quase unanimidade dos historiadores, essa visão não tem nenhum parentesco com o idealismo de Wilson ou de Sir Norman Davies. Ela não poderia ser mais realista, mais próxima da concepção de teóricos como Hans Morgenthau ou Henry Kissinger, para os quais o poder é o elemento definidor e decisivo das relações internacionais.” (p. 5)

E continua:

“Não foi sua deficiência de visão mas sim a dos críticos que levou muitos desses últimos a destacar, no discurso diplomático do embaixador, o que é acessório e de estilo ultrapassado – o monroísmo, a exaltação da amizade com a ‘grande República do Norte’ – esquecendo o principal: a criativa elaboração do conceito de um sistema separado das Américas, distinto do europeu e reservado para ser espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema europeu de então.” (p. 6)

Mas se por um lado concordavam em relação à necessidade de aproximação com os Estados Unidos, por outro lado Nabuco e Rio Branco adotaram táticas diversas nesse sentido. Uma vez em Washington, o embaixador passou a confrontar-se com a falta de respostas do chanceler aos telegramas que enviava para o Rio. Assim, “em pouco tempo”, Nabuco “definira para si próprio que o Chanceler, depois de ter dado força à política de aproximação, não lhe dava a devida continuidade”.⁴⁷¹ Logo surgiriam “os primeiros conflitos com Rio Branco, sejam eles de ordem pessoal ou política”.

⁴⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 123.

Enquanto o barão “se baseava na clássica política de interesses e poder”, Nabuco se pautou pela “recorrente propaganda de diferenciação do Brasil em relação aos povos hispano-americanos”, tentando “convencer os norte-americanos dos bons auspícios que poderiam trazer ligação estreita com os brasileiros”:⁴⁷²

“A influência mais direta de Nabuco na política externa brasileira se deu pelo efeito irreversível causado pelas suas ações diplomáticas que chegaram ao conhecimento da opinião pública e ganharam repercussão. Quando Nabuco agia numa certa direção frente a determinado assunto ou evento internacional, gerando publicidade, sua ação acabava adquirindo o caráter da política externa do governo brasileiro, um tom oficial. Era como uma ação sem volta que imprimia num ato a marca desse seu protagonista e, mesmo que isso não estivesse completamente de acordo com o pretendido pelo governo, ela era percebida e gerava repercussões enquanto tal”.⁴⁷³

O resultado da divergência entre o chanceler e o embaixador, e do sucesso deste último, foi que, nas palavras de Ricupero, “mais talvez do que Paranhos, Nabuco contribuiu para fazer da ‘aliança não-escrita’ com Washington o paradigma que dominaria a política exterior do Brasil de 1905 a 1961” (p. 2). Mas essa “Nova Diplomacia” forjada pela ação de Nabuco seria, mais tarde, condenada.

“Desde Jânio Quadros e San Thiago Dantas, (...) a reação, que se impõe com Geisel e Azeredo da Silveira acaba por fazer prevalecer um novo paradigma em substituição ao das ‘relações especiais’ com os EUA, pejorativamente designado de ‘alinhamento automático’. Era impossível que não sofresse com isso a reputação de Nabuco, que se orgulhava de não haver no serviço diplomático quem o superasse no monroísmo ou no favorecimento à mais íntima aproximação com o governo americano.” (p. 2)

Situado em seu contexto de origem, contudo, o “alinhamento automático” que Nabuco promovia se justificava plenamente, na opinião de Ricupero. Mesmo que, “decorridos cem anos da introdução da ‘nova diplomacia’”, ela tenha perdido “muito do viço original”, sofrendo “os assaltos das mudanças e do tempo”, o que importa, no essencial, é que aquele paradigma introduzido por Nabuco “deu certo e acabou mesmo

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 117.

⁴⁷² Idem, *ibidem*, p. 125.

⁴⁷³ Idem, *ibidem*, p. 118.

sendo vítima de um excesso de êxito, posto que “os sucessores dos ‘Founding Fathers’ dessa política tenderam a tomar como perenemente válida o que pertencia ao domínio da historicidade”. (p. 13) Naquele momento, diz Ricupero, as ações

“(...) truculentas ou meramente musculosas de Teddy Roosevelt e de seus sucessores se exerceriam de preferência no Caribe e na América Central – Cuba, Haiti, República Dominicana, Panamá – ou no México vizinho. Estávamos longe, não precisávamos temer os Ianques já que não eram eles e sim os franceses e os ingleses os que poderiam ameaçar-nos no Amapá e Roraima”. (p. 11)

Não se trata de exagero: “o Brasil tinha na região das Guianas fronteiras terrestres com três países europeus”. Além disso, a história recente oferecia evidências concretas do interesse imperialista de potências européias em relação ao Brasil. Os ingleses, por exemplo, “aproveitando-se da confusão dos primeiros anos da República, (...) haviam ocupado a ilha da Trindade, em 1895, e com os franceses tínhamos tido os incidentes com mortes dos garimpos do Calçoene”. Uma década depois, quando Nabuco não tinha ainda completado um ano à frente da Embaixada brasileira em Washington, “a violação da soberania brasileira pela canhoneira *Panther* quase ocasiona um choque trágico com a arrogante Alemanha do Kaiser”. (p. 9). Diante disso, a visão realista de Nabuco acerca do sistema internacional fez com que ele abandonasse o europeísmo que cultivara durante boa parte de sua vida:

“(...) apesar de não enxergar, na parte cultural, qualquer contribuição dos Estados Unidos para o mundo, entendeu que havia uma outra contribuição tão importante quanto ou maior, que ganhava perspectiva: a promoção da paz pelo exercício do seu poder. Concorreu especialmente para isso a forte impressão que lhe causou a mediação de Roosevelt em 1904 que pôs fim à guerra Russo-Japonesa. A partir daí definiu para si qual era a função dos Estados Unidos no mundo.”⁴⁷⁴

Esta função foi resumida pelo próprio Nabuco como a promoção de uma nova “Era da Paz”, sob hegemonia moral dos EUA, a única que poderia ser aceita. Realista, concebia esta hegemonia como benéfica ao Brasil. Afinal, “além da ameaça potencial do imperialismo europeu, outro aspecto que levava a descartar essa opção era a falta de

⁴⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 120.

qualquer moeda de contrapartida ao alcance do Brasil em troca de eventual apoio da Europa”. Aos Estados Unidos, pelo contrário, “podíamos oferecer nosso concurso junto aos demais latino-americanos em favor da política hemisférica Ianque.” (p. 9-10). O Brasil garantia, assim, um recurso de poder simbólico, mas efetivo, contra o imperialismo europeu. Mostrar ao mundo que havia uma inteligência perfeita entre as duas maiores repúblicas da América significava, na visão de Nabuco, um trunfo “melhor que o maior Exército ou a Marinha”.

Como de costume, também nesse aspecto particular a tarefa de consagrar a memória de Nabuco dispõe de subsídios fornecidos pelo próprio a(u)tor. Várias são as evidências do realismo do pensamento e da ação diplomática do primeiro embaixador brasileiro. Mas três de suas declarações serão suficientes para comprovar este argumento. A primeira delas está numa carta escrita em 1907, depois da II Conferência da Paz de Haia. O destinatário é Rui Barbosa. Na condição de representante brasileiro naquele fórum internacional, a “águia de Haia” participaria das discussões a respeito da composição de uma Corte de Arbitragem Internacional, cujo objetivo era estabelecer regras para a resolução pacífica de conflitos internacionais, de modo a evitar a guerra. Nesta II Conferência, Alemanha, Grã-Bretanha e EUA apresentaram conjuntamente a proposta de que a Corte fosse composta por “dezessete juízes, sendo nove permanentes, indicados pelas oito grandes potências da época mais a Holanda (por ser a sede do encontro) e os oito juízes restantes, por oito grupos de nações”. O Brasil compunha um desses outros oito grupos, ao lado de “mais nove países americanos”.

Rio Branco e Rui Barbosa se indignaram com a classificação reservada ao Brasil pela proposta subscrita pela delegação norte-americana. Ela classificava o país na terceira categoria utilizada na composição daqueles oito grupos de países, o que deixava a maior República da América do Sul numa posição inferior à “de países europeus com menos população e tamanho”. Rio Branco instruiu o delegado brasileiro para que apresentasse várias propostas alternativas. Todas elas foram negadas e acabaram expressando uma profunda divergência entre as delegações norte-americana e brasileira, estremecendo a aproximação entre os dois países que tinha sido consagrada na Conferência Pan-americana realizada no ano anterior.

Seja como for, o fato é que Rui Barbosa, instruído por Rio Branco, passou então a defender a adoção de um princípio idealista na composição da Corte de Arbitragem, qual seja o da igualdade irrestrita entre os Estados. Diante disso, e voltando à carta que

Nabuco lhe remeteria pouco tempo depois da Conferência, uma declaração do primeiro embaixador brasileiro parece subsidiar a inversão da fórmula que a literatura consagrou ao classificá-lo de “idealista” em oposição ao suposto “realismo” de Rio Branco. Discordando da proposta que o barão mandou Rui Barbosa defender em Haia, Nabuco recusaria o princípio idealista “da igualdade absoluta de todos os Estados nas fundações internacionais”.⁴⁷⁵ Poucos dias antes, escrevera ainda mais incisivo ao próprio chanceler brasileiro tratado pela literatura como “realista”:

“A este governo suponho que parecerá pouco prático, um tanto doutrinário, não querer o Brasil aceitar nada que não seja também oferecido a [EI] Salvador ou Panamá. Estará isso de acordo com a nossa aspiração de ter um cardeal e uma embaixada? Devo dizer-lhe que sempre me pareceu impraticável o voto igual de todas as nações. Por causa dele não tenho quase coragem de comparecer ao Bureau das Repúblicas Americanas, onde o Brasil vale menos do que duas quaisquer repúblicas da América Central. (...) Não podemos acabar com a influência das grandes potências; é mais fácil insinuar-nos no meio delas, como você o tem conseguido, apesar de não termos força material. (...) os negócios da humanidade, quando há interesses em conflito, não podem ser resolvidos sem alguma aplicação da lei de proporção”.⁴⁷⁶

Uma terceira declaração do próprio Nabuco resume o significado das posições que sustentou nas duas cartas acima: “eu, em diplomacia, nunca perdi um só dia o sentido da proporção e da realidade”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ Nabuco a Rui Barbosa, 22 de outubro de 1907. In: NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. Vol. II, p. 294.

⁴⁷⁶ Nabuco a Rio Branco, 20 de outubro de 1907. Idem, *ibidem*, vol. II, p. 291.

⁴⁷⁷ *Apud* PEREIRA, op. cit., p. 7.

Conclusão

Esta tese buscou construir uma história da memória sobre Joaquim Nabuco. Isto foi feito a partir da análise comparativa dos “discursos organizados” e de outros “rastros desse trabalho de enquadramento” em torno da biografia do político, intelectual e diplomata pernambucano. Buscou-se argumentar que, vistos *de cima para baixo*, os deslocamentos de ênfases operados sobre as várias faces da vida do herói ao longo do tempo resultaram de alterações nas correlações de forças entre os diversos atores do “trabalho de enquadramento” da memória sobre Nabuco.

Em questões da memória, como em muitos outros casos, o resultado do processo histórico independe, em grande medida, das intenções dos atores. O trabalho de enquadramento da memória persegue o objetivo precípuo de fixar uma determinada versão da história que é narrada, conferindo alguma estabilidade ao quadro de referências a partir do qual o passado deve ser lembrado. Mas o tempo sempre se encarrega de desestabilizar esse quadro. O próprio Nabuco, numa de suas famosas *sentenças*, forneceu as palavras para resumir o final da história: basta dar o primeiro passo, que depois dele o destino encontrará seu próprio caminho.

Com a vantagem da visão retrospectiva, contudo, foi possível identificar algumas das conseqüências dos esforços mnemônicos de vários dos atores do trabalho de enquadramento da memória de Nabuco ao longo de pouco mais de um século. A exposição das conclusões a que se chegou através da análise de vários dos momentos de inflexão dessa história não seguiu uma ordem cronológica direta. Em vez disso, obedeceu ao intuito de tornar mais agradável e interessante a leitura do trabalho. Cumpre agora sintetizar o que foi proposto como argumento, condensando as conclusões da pesquisa e conferindo à exposição uma seqüência cronológica.

O momento inicial de heroificação de Nabuco remete ao período da campanha abolicionista, especialmente na década de 1880. Com base na literatura já existente sobre a vida do líder abolicionista pernambucano, em especial suas biografias mais conhecidas, foi possível identificar com clareza a consagração de Nabuco, notadamente no Recife. Esta literatura já apontou a projeção do deputado pernambucano como liderança nacional do movimento abolicionista por conta de sua posição como articulador da luta pelo fim da escravidão dentro e fora do Parlamento. As comemorações que se seguiram à Lei Áurea confirmaram a popularidade da princesa Isabel e do próprio Nabuco como duas das figuras mais destacadas entre os responsáveis pela vitória do abolicionismo.

A década seguinte, iniciada pelo afastamento do herói da abolição da política profissional, terminou com sua volta ao serviço do Estado, desta feita na diplomacia, que Nabuco via como esfera de ação política em favor do Brasil, e não do governo republicano. Nos dez anos anteriores, a consagração de sua obra intelectual tinha lhe aberto a porta de duas importantes instituições. No IHGB entrou como historiador, devotado à nobre tarefa de conservar o lugar da Monarquia na memória nacional. Na Academia foi alçado à condição de ícone de uma república das letras, cujos membros deveriam se manter afastados dos partidarismos políticos que abalavam a outra República.

Por fim, quando sua primeira tarefa de funcionário do novo regime redundou em fracasso, os velhos monarquistas que o tinham acolhido no Instituto locupletaram-se, regozijados com o fracasso do apóstata que tinha abandonado as fileiras restauradoras. Mas os mesmos intelectuais da Academia que tinham consagrado as obras de Nabuco somaram esforços com os diplomatas para prestar seu reconhecimento ao bom serviço que a inteligência do herói da abolição tinha prestado ao país. A responsabilidade pela derrota do advogado brasileiro foi atribuída à injustiça do árbitro, e assim reafirmou-se a idéia de que a República poderia se beneficiar amplamente do recrutamento de notabilidades do mundo das letras para o serviço do Estado.

O mérito e a inteligência de Nabuco foram tão reconhecidos que a República lhe reservaria, em retribuição, o posto de primeiro embaixador brasileiro, em Washington. Bem sucedido em sua nova tarefa, o herói trouxe ao Brasil a III Conferência Pan-americana e, principalmente, o secretário de Estado da nação amiga. Depois de ser recebido com festa e averiguar pessoalmente o reconhecimento de um Brasil republicano a seus serviços na diplomacia, Nabuco enfim declara publicamente sua adesão ao regime que tanto combatera, e que tanto o comemorava. Enquanto os velhos monarquistas se ocupavam em denegrir a imagem do ex-correligionário convertido, os republicanos aproveitaram para converter o líder da abolição em arquétipo do Brasil moderno que estava sendo inventado no coração da capital federal.

Em 1906, a República brasileira consagrou Nabuco como herói monroísta. O palácio onde os delegados de todo o continente americano se reuniram estava encravado no início da nova Avenida Central, símbolo de um Brasil “moderno” que mostrava ao mundo ter superado seu passado colonial, associado ao “atraso”. Naquele momento, as pretensões imperialistas das potências européias representavam a ameaça do retorno

àquele passado que estava sendo negado e "civilizado". Nabuco e o palácio São Luís eram símbolos desse "progresso" que então se afirmava. O monroísmo do primeiro embaixador brasileiro e o batizado do palácio com o nome de Monroe simbolizavam a proteção do "grande irmão do Norte" contra o imperialismo europeu, que poderia jogar por terra a modernidade que a República buscava afirmar, trazendo de volta o passado colonial.

Na memória nacional, não restam muitos vestígios desse herói monroísta comemorado pela República em 1906 e consagrado em 1910. O Rio de Janeiro se despediu de seu herói num Palácio, sugestivamente chamado Monroe. De volta à capital de Pernambuco, Nabuco foi enterrado como herói da abolição. Seu mausoléu, erguido em mármore italiano, fixou no Recife uma corrente de memória que enfatizava as faces de abolicionista e intelectual do herói: o busto do morto é ladeado pela imagem de uma mulher, a História; atrás do casal, o esquife do herói, sustentado por ex-escravos. Seu conterrâneo mais famoso, Gilberto Freyre, tirou dos subterrâneos da memória e fez reviver com força a figura do "redentor dos cativos", em 1949.

O símbolo de um Brasil moderno ameaçado pelo imperialismo europeu morreu no momento em que o herói nacional renascia, em 1949, pelas mãos de Gilberto Freyre. No centenário de nascimento de Nabuco, o sociólogo pernambucano lembrou do herói da abolição, delegando ao Ministério das Relações Exteriores e às Academias de Letras a função de comemorar o embaixador e o intelectual. Freyre estava certo de que diplomatas e homens de letras se encarregariam disso, e se arvorava em guardião da memória do abolicionista pernambucano, ameaçada pelo esquecimento do governo federal e do pequeno mundo das letras, ocupados ambos com as comemorações do centenário de Rui Barbosa.

O sucesso da empreitada de Freyre, contudo, logrou atrair os esforços quase solitários do IHGB para a órbita de suas próprias idéias. Os diplomatas brasileiros, por sua vez, foram tímidos demais para jogar luz sobre a sombra do barão, onde tinham deixado a imagem de Nabuco durante as comemorações do centenário de nascimento de seu patrono, em 1945. Ademais, o estigma do monroísmo não se prestava à consagração de um herói da diplomacia, ao passo que a negação desse mesmo estigma poderia resultar em prejuízo para a imagem imaculada do mito de origem do Itamaraty.

O sucesso de Freyre, seu talento, magnetismo pessoal, acerto estratégico e tático, somados à negligência de outros atores e aos outros fatores discutidos ao longo deste

trabalho explicam por que se fundou, em 1949, o enquadramento da memória de Joaquim Nabuco que, em linhas gerais, predominou por mais de meio século depois do centenário de nascimento do herói. Mas não explicam por que tal enquadramento sobreviveu quase sem alterações durante mais de meio século. A perpetuação de um olhar sobre a trajetória do herói que negligencia a face do Nabuco diplomata não pode ser atribuída exclusivamente à obra de Freyre. Depois de 1949, a maioria dos biógrafos, admiradores, estudiosos e demais guardiões da memória de Nabuco também fizeram suas escolhas: optaram por perpetuar a memória do líder abolicionista ou/e do intelectual monarquista, quase sempre à custa da lembrança de sua face monroísta e republicana.

Os diplomatas e historiadores das relações internacionais, por seu turno, cuidaram de explicar e legitimar as ações de Rio Branco à frente do Itamaraty a partir, entre outros aspectos, da oposição entre o realismo do chanceler e o idealismo do embaixador brasileiro em Washington. Através de uma “aliança não escrita”, o barão teria buscado apenas fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, enquanto Nabuco fazia política própria e trabalhava por uma aproximação mais estreita, distante demais do projeto e das (poucas) orientações iniciais do chanceler que tinha criado a primeira Embaixada brasileira.

Durante a década de 1980, ademais, boa parte da literatura que se dedicou a analisar aspectos da vida ou/e da obra de Nabuco produziu um enquadramento que, sem negar o “reformador social” que Freyre inventou em 1949, contribuiu para manter o esquecimento relativo do diplomata monroísta. Produzida no marco das comemorações dos centenários da Abolição e da República, esta literatura (re)inventou o herói como “pensador social”. Associando dois dos mais importantes livros escritos por Nabuco, *O abolicionismo* e *Um estadista do Império*, produziu-se um olhar que estabeleceu uma coerência entre o líder abolicionista e o intelectual monarquista, cuja carreira política fora interrompida pela República e nunca mais retomara o brilho que tivera no Império. Revolucionário e radical, ou conservador e tradicional, em todos os casos Nabuco foi então lido como político e como intelectual, mas quase sempre como herói sob a Monarquia, decadente sob a República. Não era, contudo, o intelectual da Academia Brasileira de Letras, a “torre de marfim” que pretendia se apartar dos partidarismos políticos da primeira década republicana. Era um aristocrata devotado a questões sociais, a interpretar sociologicamente o Brasil mesmo quando escrevia sobre a vida de

um indivíduo. Seja como for, o fato é que, mais uma vez, as artimanhas da memória tinham negligenciado o diplomata republicano consagrado em 1906 e 1910.

A face monroísta de Nabuco teria que esperar a aurora do século XXI para deixar a sombra e voltar a ser iluminada. Desde 2005, quando se comemorou o centenário de criação da Embaixada brasileira em Washington, diplomatas, historiadores das relações internacionais e outros guardiões da memória de Nabuco passaram a empreender um resgate daquela memória esquecida, ou silenciada. Sem arranhar a imagem do barão do Rio Branco, uma literatura ainda muito recente passou a confrontar a tese do idealismo de Nabuco como primeiro embaixador brasileiro. Assim, a face monroísta do herói aproxima-se de encontrar seu lugar à sombra. Os primeiros passos já foram dados, mas só o destino saberá o caminho que reserva para memória do herói.

Bibliografia

FONTES PRIMÁRIAS

1. Acervos documentais

1.1. Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty (RJ). Arquivo Particular do barão do Rio Branco. Notícias de jornais brasileiros sobre a política exterior do Brasil na gestão do barão do Rio Branco.

A Imprensa. Jan-abr. 1910.

A Tribuna. Jan-abr. 1910.

Correio da Manhã. Jan-abr. 1910.

Correio da Noite. Jan-abr. 1910.

Diário de Notícias. Jan-abr. 1910.

Folha do Dia. Jan-abr. 1910.

Gazeta de Notícias. Jan-abr. 1910.

Gazeta da Tarde. Jan-abr. 1910.

Jornal do Brasil. Jan-abr. 1910.

Jornal do Comércio. Jan-abr. 1910.

O País. Jan-abr. 1910.

O Século . Jan-abr. 1910.

1.2. Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty (RJ). Arquivo Particular do barão do Rio Branco. Correspondência.

1.3. Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty (RJ). Arquivo Particular de Joaquim Nabuco. Correspondência.

1.4. Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty (RJ). Arquivo Particular de Joaquim Nabuco. Recortes de Jornais.

Visita Elihu Root - 13 a 29-jul 1906 – Lata 791, maço 1

Visita Elihu Root - 30-jul a 22-ago 1906 – Lata 791, maço 1

Funerais – Lata 791, maço 4

Pré-Congresso Pan-americano (até 31-07-1906) – Lata 781, maço 4

1.5. Fundação Joaquim Nabuco (PE). Arquivo Joaquim Nabuco. Correspondência.

2. Periódicos

2.1. Biblioteca Nacional (RJ). Seção de Periódicos.

Jornal do Brasil. 01/07/1949 a 30/08/1949.

Jornal do Comércio. 19/08/1949.

Diário de Pernambuco. 18/08/1949 a 20/08/1949.

Folha da Manhã. 19/08/1949.

O Estado de S. Paulo. 19/08/1949 a 21/08/1949.

O Paiz. Julho 1906.

Jornal do Comércio. Julho 1906.

O Malho. Julho 1906.

2.2. Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ). Arquivo Histórico.

A Ilustração Brasileira. Edições nº 22 e 23 – 1910.

Kosmos, ano III, n. 8 – Agosto 1906.

O Malho. Julho-Agosto 1906.

O Malho, ano IX, nº 396 – 16-04-1910.

Revista da Semana, ano VII, nº 324 – 29-07-1906.

2.3. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ).

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,
Rio de Janeiro, Tomo LIX, Parte II, (3º e 4º Trimestres), 1896.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de
Janeiro, nº 204, p. 107-334, jul.-set. 1949.

2.4. Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil [on-line]

FREYRE, Gilberto. “Discurso escrito do deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE)”. *Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil*. 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso: 30.dez.2006.

3. Fontes publicadas

ALENCAR, José Almino; SANTOS, Ana Maria Pessoa dos (orgs.). *Joaquim Nabuco. O dever da política*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

ARANHA, Graça (org.). *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: correspondência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. (Documentos Brasileiros, 58).

_____. “Necessidade de institutos de pesquisa social no Brasil”. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, em 04.dez.1948. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_palestras/necessidade.htm>. Acesso em: 02.jan.2007.

_____. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1948. 47 p. Disponível em: <<http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/joaquim.htm>>. Acesso em: 02.jan.2007. [“Discurso proferido pelo deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE) em 20 de maio de 1947”. *Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil*. 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 30.dez.2006.]

INSTITUT DE DROIT International. Resolução de 7 de setembro de 1888. Disponível em: <http://www.idi-iil.org/idiF/resolutionsF/1888_lau_02_fr.pdf>. Acesso em 11.fev.2008.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO de Pesquisas Sociais. *Iconografia de Joaquim Nabuco*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: IJNPS/MEC/DAC, 1975.

JOAQUIM NABUCO EM Washington: guia de pesquisa. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Editora Universidade de Brasília, 1981.

Lei nº 770 de 21 de julho de 1949. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/50/lei770.html>>. Acesso em: 30.dez.2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. [1907]

_____. *Obra seleta*. Org. por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

- NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos* (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 2 v.
- _____. *Um estadista do Império*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- _____. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2v.
- _____. *Nabuco e a República*. Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990. (República / Fundação Joaquim Nabuco, 6)
- _____. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. *A abolição e a República*. Org. e apresentado por Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- _____. *Diários: 1873-1910*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. 2 v.
- MATHIAS, Herculano Gomes (org.). *Joaquim Nabuco, um estadista: sesquicentenário de nascimento (1849-1999)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Arquivo Histórico do Itamaraty: catálogo do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco*. 2ª ed. s.l.: MRE/Departamento de Administração/Seção de Publicações, 1967.
- Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SOARES, Ubaldo (org.). *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949.
- VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.
- VERÍSSIMO, José. “A Revolução Chilena e a Questão da América Latina”. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. Primeira série. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Ed., 1901.
- VERÍSSIMO, José. “O sr. Joaquim Nabuco”. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. Terceira série. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1903.

FONTES SECUNDÁRIAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.
- AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1976.
- AIZPURU, Pilar Gonzalbo. “Las fiestas novohispanas: espectáculo y ejemplo”. *Estudios mexicanos / Mexican Studies*, vol. 9, nº 1, p. 19-45, winter 1993.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora de época?”. *Remate de Males*, Campinas (SP), nº 24, p. 121-137, 2004.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Rev. and extended ed., 2nd. ed. London / New York: Verso, 1991 [1ª ed.: 1983].
- ANDRADE, Manoel Correia de. “Gilberto Freyre e a geração de 45”. *Ciência & Trópico*, Recife, nº 15, vol. 2, p. 147-156, jul./dez. 1987. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_cientificos/geracao_45.htm>. Acesso em 12.jan.2007.
- _____. *Joaquim Nabuco: um exemplo de pernambucanidade*. Recife: CEPE, 2000.
- _____ (org.). *Anais do Seminário Joaquim Nabuco, o parlamentar, o escritor e o diplomata*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. (Cursos e Conferências, 71)
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978. [1ª ed.: 1950, sob o título *Joaquim Nabuco e o pan-americanismo*]

- ARAÚJO, Maria Carolina Nabuco de. *A vida de Joaquim Nabuco*. 3ª ed. S.l.: Americ-Edit., s.d. [1928].
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Quem precisa de São Nabuco?”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, p. 87-97, 2001.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes. *A polimorfia de Nabuco*. S.l.: Departamento Administrativo do Serviço Público / Serviço de Documentação, 1961. (Pequenos Estudos sobre Administradores Brasileiros)
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. “As festas cívicas regenciais”. In: _____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2004. Cap. IV: p. 110-128.
- BEIGUELMAN, Paula. “Joaquim Nabuco: teoria e práxis”. In: _____. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 7-47.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BONAFÉ, Luigi. “A correspondência particular de Joaquim Nabuco com o Barão do Rio Branco”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 165, nº 424, p. 11-38, jul./set. 2004.
- _____. “Um herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória sobre Joaquim Nabuco”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 329-350.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB / Ed. Livre Expressão, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. “Os usos do ‘povo’”. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 181-187.
- _____. Campo de poder, campo intelectual e *habitus* de classe [1970]. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202.

- _____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. RJ: UFRJ; FGV, 1998.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995
- _____. Da *Pax Britannica* à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos*, v. 10, nº 20, p. 231-250, 1997.
- _____. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. [1ª edição em inglês: 1992]
- BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. 5ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 1997. v. 2: sociedade e instituições (1889-1930). Cap. XI: p. 377-400.
- _____. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.
- CARDOSO, Ângela Miranda. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras.” In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p. 549-602.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. “As duas repúblicas”. In: ARANHA, Graça (org.). *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: correspondência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 163.

- CHACON, Vamireh. “Gilberto Freyre: constituinte e parlamentar”. In: FREYRE, Gilberto. *Discursos parlamentares*. Seleção, introdução e comentário de Vamireh Chacon. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/discursos_par.htm>. Acesso em: 23.jan.2007.
- _____. “Nabuco e a política externa do Brasil”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Anais do Seminário Joaquim Nabuco, o parlamentar, o escritor e o diplomata*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. (Cursos e Conferências, 71). p. 11-17.
- CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHATTERJEE, Partha. “Comunidade imaginada por quem?” [1993]. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CONDURU, Guilherme Frazão. “O subsistema americano, Rio Branco e o ABC”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, nº 2, p. 59-82, 1998.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. [trad. de: *How societies remember*, Cambridge, 1989].
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- CUNHA, Antônio Henrique Gouveia da. *Talentos e equívocos de Gilberto Freyre*, 2001. [on-line]. Disponível em: <<http://pluridata.sites.uol.com.br/talentos.htm>>. Acesso em: 02.jan.2007.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. RJ: Rocco, 1997.
- DANESE, Sérgio França. A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil. *Política Externa*, v. 8, nº 1, p. 98-117, jun. 1999.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEZEMONE, Marcus. *Memória camponesa: conflitos e identidades em terras de café. Fazenda Santo Inácio – Trajano de Moraes – RJ (1888-1987)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. “Os impactos da Era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória”. *Perseu. História, Memória e Política*, ano I, nº 1, 2008.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, p. 265-271, 1992.

GALVÃO, W.N., GOTLIB, N.B. (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora*. Estudos sobre cartas. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1999].
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 4, p. 244-280, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” *Estudos Históricos*, vol. 9, nº 17, p. 59-84, 1996.
- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 4). p. 489-558.
- _____. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- _____. “Através do Brasil: o território e seu povo”. In: _____.; PANDOLFI, Dulce Chaves, ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p. 157-197.
- _____. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940.” In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.
- _____. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. *Remate de Males*, Campinas, SP, nº 24, p. 9-31, 2004.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GONÇALVES, João Felipe. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ / MN / PPGAS, 1999.
- _____. “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. *Estudos Históricos*, vol. 14, nº 25, p. 135-161, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- GUERRA, François-Xavier. "Forms of communication, political spaces and cultural identities in the creation of spanish american nations". In: CHASTEEN, John Charles, CASTRO-KLARÉN, Sara (orgs.). *Beyond Imagined Communities: reading and writing the nation in nineteenth-century Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003. p. 3-32
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-609, jul./set. 1995.
- _____. "A Primeira República e as representações de D. Pedro II". In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco, MACHADO, Maria Clara Thomaz (orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 143-159.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, vol. 1, nº 1, p. 5-27, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. [trad. de: *La mémoire collective*, Paris, 1950].
- HEYMANN, Luciana Quillet. "Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller". *Estudos Históricos*, v. 10, nº 19, p. 41-66, 1997.
- HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- JAKOBSON, Roman. Lingüística e Poética. In: _____. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, s.d. [1960]. p. 118-162.
- _____. A linguagem comum dos Lingüistas e Antropólogos. In: _____. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, s.d. [1971]. p. 15-33.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KERTZER, David. *Ritual, politics, and power*. New Haven; London: Yale University Press, 1988;

- _____. “Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano”. *Horizontes Antropológicos*, ano 7, nº 15, p. 15-36, jul. 2001.
- KOSCHNIK, Albrecht. “Political conflict and public contest: rituals of national celebration in Philadelphia, 1788-1815”. *The Pennsylvania Magazine of history & biography*, vol. CXVIII, nº 3, p. 209-248, jul. 1994.
- KRAAY, Hendrik. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX”. *Afro-Asia*, nº 23, 49–87, 2000.
- _____. “Definindo a nação e o Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 3, 63-90, 2001.
- LAMBERT, Hercídia Mara Facuri Coelho. “Festa cívica: a face visível do poder”. In: SANTOS, M.H.C. dos (org.). *A festa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992. p. 77-91.
- _____. “Festa e participação popular (São Paulo — início do século XX)”. *História*, nº 13, p. 121-129, 1994.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 167-182.
- LOPES, José Sérgio Leite; MARESCA, Sylvain. “A morte da ‘Alegria do Povo’: etnografia de um funeral”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 113-134, set. 1992.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a capital federal, 1892-1902*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2004.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997.
- MALATIAN, Teresa. “Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima”. *Estudos Históricos*, v. 13, nº 24, p. 377-392, 1999.
- MANNHEIM, Karl. “O pensamento conservador”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 77-131.

- MELLO, Evaldo Cabral de. No panteão restaurador. In: _____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 195-239. [1ª ed.: 1975]
- MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatólios). São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 365-399.
- MOREIRA, Regina da Luz. “O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MOURA, Cristina Patriota de. “Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco”. *Estudos Históricos*, v. 14, nº 25, p. 81-101, 2000.
- _____. *Rio Branco: a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MUZZI, Amanda da Silva. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.
- NABUCO, Maurício. *Reflexões e reminiscências*. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
- NEIBURG, Federico. Peronismo e mitologias nacionais. In: _____. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. São Paulo: Edusp, 1997.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 4, p. 172-189, 1989.
- OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 216-232.

- PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2003.
- PEIRANO, Mariza G. S. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- PEREIRA, Ana Carolina Huguenin. “A escrita feminina no século XIX: as cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite”. *Gênero*, vol. 5, nº 1, p. 111-141, 2004.
- PEREIRA, Paulo José dos Reis. “A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, nº 2, p. 111-128, jul.-dez. 2005.
- _____. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum” [1995]. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103-130.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a Distante América do Sul”. [on-line]. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llil/vrp/prado.html>>. Acesso em 15.out.2007.
- REIS, Elisa P. “Poder privado e construção do Estado sob a Primeira República”. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ / Rio Fundo Editora, 1991. p. 43-68.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

- RICUPERO, Rubens. “Um personagem da República”. In: *Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/irbr/barao/ricupero.htm>>. Acesso em: 24.fev.2008.
- _____. “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”. In: GUILHON, José Augusto (org.). *Crescimento, modernização e política externa: 60 anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editores / NUPRI-USP, 1996.
- _____. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobras, 2000.
- _____. “Joaquim Nabuco e a nova diplomacia” [on-line]. Conferência proferida no Recife, em 19.ago.2005, na abertura do Seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005”. Disponível em: <http://www.rubensricupero.com/pdf/joaquim_nabuco_e_a_nova_diplomacia.pdf>. Acesso em 31.dez.2007.
- ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era” [1992]. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Raízes da imaginação política brasileira”. *Dados*, nº 7, p. 137-161, 1970.
- SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “O Império das festas e as festas do Império”. In: _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SIMAS, Luiz Antonio. *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do salvador da república brasileira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1994.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. “Liturgia real: entre a permanência e o efêmero”. In: JANCÓS, Istvan, KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001. 2 vols. Vol. II: p. 545-566.
- SPEKTOR, Matias. “Notas sobre o desafio argentino do Brasil republicano”. *Cena Internacional*, ano 2, nº 2, p. 117-135, 2000.
- VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto. Uma visão antropológica”. *Revista Tempo Brasileiro*, nº 95, p. 119-126, out./dez. 1988.
- VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. “O Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco”. In: *Seminário “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”* [on-line]. Brasília: Instituto Rio Branco, 28 e 29 de agosto de 2002.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro do absurdo: a nova ordem do federalismo oligárquico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS / UFRJ, 1999.
- WALDSTREICHER, David. “Rites of rebellion, rites of assent: celebrations, print culture, and the origins of american nationalism.” *The Journal of American History*, vol. 82, nº 1, p. 37-61, jun. 1995.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WEHLING, Arno. “Visão de Rio Branco. O homem de estado e os fundamentos de sua política” [on-line]. In: CARDIM, Carlos Henrique, ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: MRE, FUNAG, IPRI, 2002. p. 99-109.
- WIEBE, Robert. “Imagined communities, nationalist experiences”. *The Journal of The Historical Society*, vol. 1, nº 1, p. 33-63, Spring 2000.

Apêndice

ALGUMAS DAS INSTITUIÇÕES QUE DE ALGUMA FORMA TOMARAM PARTE
NAS HOMENAGENS FÚNEBRES A NABUCO NA CAPITAL DA REPÚBLICA

Abolicionistas Bahianos

Abolicionistas de Pernambuco

Academia Brasileira de Letras

Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco

Associação dos Funcionários Públicos Civis

Banco Commerciale Italo-Brasiliano

Banco de Crédito Real de Pernambuco

Banco do Comércio

Brasiliensche Bank für Deutschland

Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco

Caixa Montepio Hermes da Fonseca

Centro Alagoano

Centro dos Revisores

Centro Paraibano

Centro Político Augusto de Vasconcellos

Centro Político da Glória

Centro Republicano Coronel Sampaio Ribeiro do Rio das Pedras

Clube de Engenharia

Colônia brasileira em Buenos Aires

Colônia brasileira residente em Montevidéu

Comissão da Comemoração “Quinze de Novembro de 1889”

Comitê Republicano Federal

Companhia Cantareira

Companhia de Loterias Federais

Confederação Abolicionista

Corporação dos Magistrados Estaduais

Externato Aquino

Externato Pedro II

Fábrica de Pólvora de Piquete

Faculdade de Direito do Recife
Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais
Ginásio de Petrópolis
Ginásio Pio Americano
imprensa de Pernambuco
Instituto Bernardo de Vasconcellos
Instituto Comercial
Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros
Institutos Profissionais dos Sexos Masculino e Feminino
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de S. Paulo
Liceu de Artes e Ofícios
Liceu Literário Português
Liga Marítima Brasileira
Liga Marítima de Pernambuco
Loja Capitular Esperança
London & Brazilian Bank, Limited
London & River Plat Bank, Limited
Partidos políticos de Pernambuco
Redação da revista *Fon-Fon*
Tiro Brasileiro Almirante Alexandrino
União Cívica Brasileira
União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro
Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito
Veteranos da Guerra do Paraguai

Anexos

1. RÓTULOS DE CIGARROS EM HOMENAGEM A JOAQUIM NABUCO⁴⁷⁸



Ilustração 2– Rótulos de cigarros “Cigarros Nabuco” e “Nabuquistas”

⁴⁷⁸ Todas as imagens deste item foram publicadas em: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. *Iconografia de Joaquim Nabuco*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: IJNPS/MEC/DAC, 1975. (Série Documentos, 2). p. 78-80 Os dois primeiros rótulos estão disponíveis também em: <<http://www.fundaj.gov.br:8080/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=582&date=currentDate>>; o último pode ser encontrado, alternativamente, em: <<http://www.fundaj.gov.br/expo/expo06.html>>. Acesso em: 21.out.2005.



Ilustração 3 — Rótulos de cigarros “D. J.ª Nabuco” e “Principes da Liberdade”

2. O PALÁCIO MONROE⁴⁷⁹

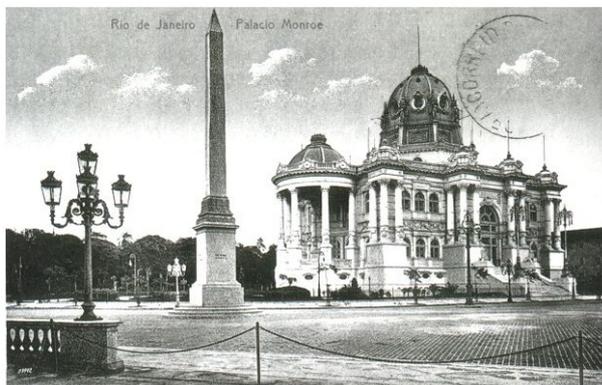


Ilustração 4 — Cartão postal do Palácio Monroe

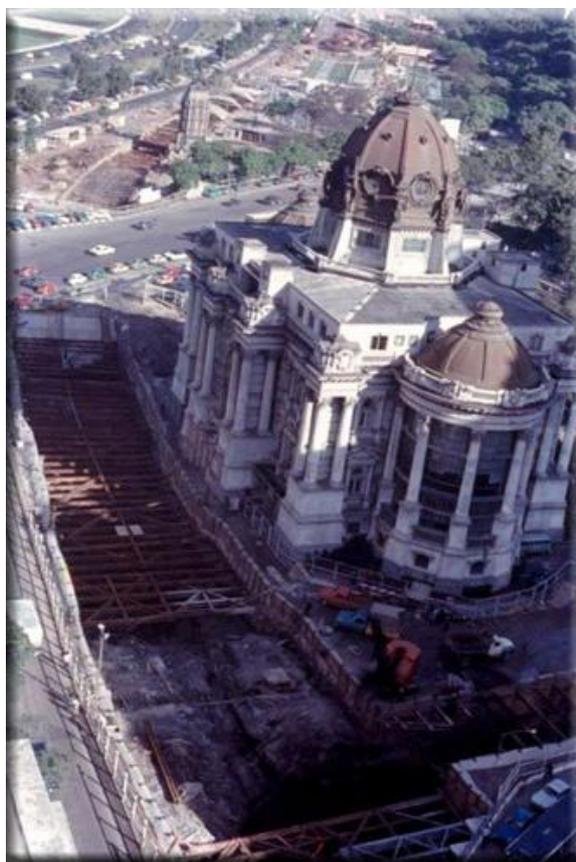


Ilustração 5 — Palácio Monroe, provavelmente durante as obras de construção do metrô. Foto do acervo da Rio-Trilhos.

⁴⁷⁹ Disponível em: <<http://www.almacarioca.com.br/monroe.htm>>. Acesso em: 24.out.2005.

3. IMAGENS DE UM FUNERAL⁴⁸⁰



Ilustração 6 — Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro. Ao fundo, vê-se o Palácio Monroe onde, em 1906, foi realizada a III Conferência Pan-americana



Ilustração 7 — Cortejo fúnebre de Nabuco no Rio de Janeiro. Fotografia de Augusto Malta, 30x20 cm. Rio de Janeiro, 12.04.1910. Coleção da Família Nabuco.

⁴⁸⁰ As fotos deste item foram publicadas pela revista *A Ilustração Brasileira* n° 23, 1° de maio de 1910. A última foi publicada também em: Joaquim Nabuco. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. v. 2: p. 494. Ambas as fotos estão disponíveis também em: <<http://www.fundaj.gov.br:8080/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=614&date=currentDate>>. Acesso em: 20.out.2005.



Ilustração 8 - Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro. Foto da revista *A Ilustração Brasileira* n° 23, 1° de maio de 1910. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br:8080/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=614&date=currentDate>>. Acesso em: 20.out.2005.



Ilustração 9 - Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro. Foto da revista *A Ilustração Brasileira* n° 23, 1° de maio de 1910.



Ilustração 10 - Cortejo fúnebre de Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro. Foto da revista *A Ilustração Brasileira* n° 23, 1° de maio de 1910.

4. VESTÍGIOS DA MEMÓRIA

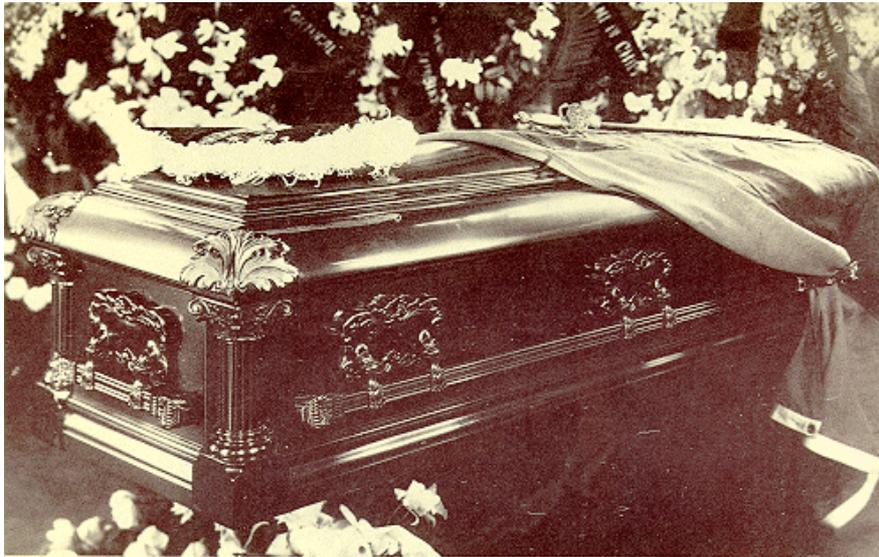


Ilustração 11 - Ataúde com os restos mortais de Joaquim Nabuco, falecido em 17 de janeiro de 1910, em Washington.

Fonte: *Iconografia de Joaquim Nabuco*, p. 73.



Ilustração 12 - Mausoléu de Joaquim Nabuco no cemitério de Santo Amaro, Recife. Projeto iniciado em 1911, pelo escultor italiano Giovanni Nicolini, sendo encarregado de montá-lo no Brasil o escultor italiano Renato Baretta, em novembro de 1914.

Fonte: *Iconografia de Joaquim Nabuco*, p. 74.

5. JOAQUIM NABUCO SEGUNDO GILBERTO FREYRE⁴⁸¹

Vejo com satisfação que já se esboçam as comemorações do 1º centenário do nascimento do grande brasileiro que foi o Conselheiro Ruy Barbosa. Ao ilustre ministro da Educação e Saúde ocorreu a feliz idéia de nomear uma comissão que deverá organizar, da parte do Ministério que S. Exa. dirige, “condigna comemoração” daquele centenário. E a essa iniciativa não tardará, estamos todos certos, a juntar-se a desta casa [Câmara dos Deputados], a do Senado da República, a do Parlamento Nacional, no sentido de organizar-se comemoração igualmente condigna, da parte dos representantes da Nação Brasileira, de fato tão significativo, para a história não só intelectual como política e parlamentar do Brasil.

Outro centenário altamente significativo para as duas histórias se aproxima de nós, exigindo da nossa parte providências semelhantes para que as comemorações não venham a limitar-se a improvisos nem sempre felizes por maior que seja o brilho, de festa oficial que os anime. Refiro-me ao centenário do igualmente grande cidadão, da América e do mundo, do igualmente grande brasileiro do seu tempo e de todos os tempos, que foi Joaquim Nabuco, cuja voz está entre as que mais enobreceram a eloquência parlamentar no Brasil e que foi pela inteligência, pela cultura, pelo espírito público, uma das figuras máximas do nosso país e do continente americano e até uma das personalidades mais sugestivas do Ocidente no fim do século XIX e nos começos do XX, tal a fama que alcançou com seus escritos em francês e suas conferências em inglês, e, principalmente, com a repercussão, que chegou a Londres, a Paris e a Roma, do seu esforço de abolicionista ou de reformador social.

No Parlamento êle entrou ainda moço, no início da campanha em que sua bela cabeça haveria de embranquecer-se tão cedo, e tão cedo cobrir-se de sua melhor glória: a de ter concorrido para extinguir a escravidão africana na América. Viu-se então êste fato verdadeiramente espantoso: a grande voz do povo trazida para a tribuna da Câmara

⁴⁸¹ FREYRE, Gilberto. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1948. 47 p. Disponível em: <<http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/joaquim.htm>>. Acesso em: 02.jan.2007. O conteúdo deste panfleto é o mesmo do discurso proferido pelo deputado federal Gilberto Freyre (UDN-PE) em 20 de maio de 1947. In: *Diário do Congresso Nacional- Estados Unidos do Brasil* de 21 de maio de 1947 (p. 1873-1875). Há uma versão digital deste documento disponível no site de publicações oficiais da Câmara dos Deputados, em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 30.dez.2006. Ao contrário do que foi feito até aqui, nesta reprodução foi mantida a grafia original do documento.

de homens então de casaca ou de fraque, não por um homem ostensiva e convencionalmente do povo, mas pelo mais puro dos fidalgos pernambucanos; e o sofrimento da gente escrava traduzido em eloquência da chamada britânica — uma eloquência nova ainda que clássica em suas raízes — não por um brasileiro de origem africana elevado à representação da nação brasileira no Parlamento nacional como foram alguns no Império e têm sido, felizmente, vários na República, mas por um Paes Barreto autêntico, por um legítimo senhor-moço de casa-grande, nascido em sobrado também fidalgo do Recife, por um neto de morgado dos canaviais do sul de Pernambuco. Um desertor de sua casta, de sua classe, de sua raça, cujos privilégios combateu com um vigor, um desassombro, uma ousadia que, segundo o depoimento de Graça Aranha, deixou atônito o Parlamento da época. Mas se desertou de sua casta, de sua classe e de sua raça foi para se pôr ao serviço não de outra casta, de outra classe ou de outra raça, mas daquele Brasil, daquela América, daquela humanidade sem divisões artificiais entre os homens, que seu claro espírito anteviu com a segurança e o equilíbrio sempre característicos tanto do seu pensamento quanto da sua ação. Donde já se ter dito, e se poder dizer hoje com maior amplitude, que “o mais belo milagre da escravidão” no Brasil foi o de haver formado ela própria “o herói de sua própria redenção”. Formou-o pelo leite de escrava que amamentou o menino branco de Massangana, pelos braços de escravos que primeiro o carregaram, pelos risos de escravos que lhe afugentaram os primeiros choros e tédios de criança, pelas mãos de escravos que lhe levavam à boca as primeiras comidas, talvez pelos beijos de escrava que primeiro lhe deram sugestões de outro amor de mulher além do de mãe, e, ainda, pelo gesto daquele escravo adolescente, fugido de outro engenho, que, uma tarde, surgiu diante de Nabuco menino, sentado no patamar da casa-grande de Massangana, para abraçar-se a seus pés, suplicando ao sinhozinho que pelo amor de Deus o fizesse comprar pela madrinha, senhora de engenho.

É certo que milhares de outros escravos fizeram o mesmo com centenas de outros meninos brancos, que poderiam ter sido outros tantos redentores dos africanos no Brasil; é, porém, das Escrituras que a semente precisa de cair no terreno certo para frutificar plenamente. Joaquim Nabuco foi mais que qualquer outro, branco ou preto, o redentor dos cativos no Brasil, porque mais do que ninguém absorveu dos pretos e dos próprios brancos livres, mas pobres e abandonados, moradores das grandes propriedades feudais do interior, tôda a dor, todo o sofrimento, todo o desejo imenso, embora nem

sempre claro em todos êles, de liberdade ou de redenção, até êle próprio, Nabuco, transbordar dessa dor, dêsse sofrimento e dêsse desejo.

Sua ação política foi êsse transbordamento. E esta casa [Câmara dos Deputados] a conheceu nos seus maiores dias que foram os primeiros da grande luta, a princípio tremenda, com Joaquim Nabuco acusado pelos escravocratas intransigentes de “agitador”, de “comunista”, de “petroleiro”. Acusado de viajar com dinheiro de escravos, antigos na família e cruelmente vendidos a estranhos. Acusado de ambicioso. Acusado de falso. Acusado de mal-agradecido. Acusado de efeminado. Mas principalmente de “petroleiro”. Eu próprio possuo, entre outros papéis antigos, uma velha carta de senhor de engenho mais arrogante alertando um amigo contra o agitador Joaquim Nabuco. Se êsse Joaquim Nabuco agitador, temido pelos conservadores e rotineiros da sua terra e do seu tempo, não chegou a ser perseguido por algum presidente de província ou chefe de polícia mais afoito, é que viveu numa época — a de Pedro II — diferente das outras. Viveu numa época em que era mais fácil, no Brasil, desaparecer um chefe de polícia, como o que na verdade desapareceu um dia de praça central do Rio de Janeiro sem que até hoje se tenha esclarecido o mistério, do que sofrer um brasileiro ilustre a mais leve agressão arbitrária da polícia ou do govêrno. A não ser em virtude, ou por fôrça, da lei, como no caso dos bispos de Olinda e do Pará.

Também seria acusado Nabuco, ainda no inteiro viço da inteligência, de estar em decadência. Começara bem, dizia-se, mas decaíra depressa. Começara escrevendo versos sôbre o martírio da Polônia: por que não continuara a escrever versos sôbre o martírio de outros povos distantes, remotos, sem tocar no dos brasileiros, sem descer aos negros, às senzalas, aos mucambos da terra? Aquêles seu “radicalismo”, aquêles seu “quixotismo”, aquela sua “falta de senso prático” sussurravam os “realistas”, os oportunistas, os práticos, que era já a decadência do intelectual efêmero — decadência de que se falaria depois abertamente, quando o Brasil perdeu a questão da Guiana, embora defendidos nossos direitos magnificamente pelo advogado ilustre. Alegava-se, como prova de sua decadência, o cabelo precocemente branco. Alegação quase sempre daqueles homens de côr que êle denunciara tão àsperamente como traidores dos próprios irmãos africanos. Dos homens de côr partidários do escravismo e servos do feudalismo. Dos homens de côr que não perdoavam a Nabuco a condição de branco com todos os seus característicos: inclusive a brancura precoce do cabelo em contraste com êles, pardos, cujo cabelo só aos setenta começa a embranquecer.

O homem do mundo que ficou célebre pela voz macia de filho de baiano com que falava com as mulheres nas côrtes mais elegantes da Europa, pelos gestos suaves com que encantava as baronesas e as viscondessas decotadas e cheias de jóias, nos salões da côrte de Pedro II, pela correção litúrgica com que sabia curvar-se, dentro da sua casaca inglêsa, diante de um papa todo de branco ou de um príncipe de Igreja coberto de púrpura, êsse homem macio, êsse homem suave, esse homem litúrgico, êsse filho de baiano e de pernambucana, foi, na campanha da Abolição, o mais desassombrado e, às vêzes, o mais agreste dos Joões Batistas, ousando dizer a palavra dura mas precisa, áspera mas necessária, a homens poderosos, a viscondes, a barões, a grandes do Império, ao próprio Imperador, a bispos e padres que por algum tempo o acusaram de inimigo da Igreja, quando êles é que comprometiam a Igreja de Cristo, fazendo-a serva não dos cativos mais necessitados de amparo cristão porém dos donos mais ricos de terras e de homens, dos senhores mais opulentos de altares e de cemitérios particulares.

Do seu modo de combater ou de repelir os assaltos de inimigos à sua pessoa ou às suas idéias, diz-nos um contemporâneo que não era “o salto da onça, tão das nossas selvas”; e tão da nossa política às vêzes sangrenta ou traiçoeiramente felina — poderia ter acrescentado. Nêle não havia nem onça traiçoeira nem mesmo tigre ávido do sangue do próximo. Combatia desprezando o mais possível os ataques, as agressões, as injúrias. Mas nem ataques nem agressões nem injúrias o assombravam; ou lhe enfraqueciam o ânimo de combate; ou lhe diminuía a franqueza quando era preciso chamar assassinos aos assassinos, ladrões aos ladrões, contrabandistas aos contrabandistas.

Numa época de políticos fascinados pelas soluções simplesmente políticas ou jurídicas, dos problemas brasileiros, viu com nitidez latina — uma nitidez que nenhum outro homem público do Brasil do seu tempo excedeu ou sequer igualou — a importância, a necessidade, a urgência, de procurarmos resolver os mesmos problemas indo às suas raízes mais profundas que são as sociais, inclusive as econômicas. Quando erguia a voz contra “a política colonial de três séculos de senzala”, era sempre para a caracterizar sociològicamente como “perseguição doméstica e social de uma raça a que o Brasil deve a maioria dos seus habitantes e cujos filhos de hoje são os nossos cidadãos de amanhã”. Raça de que disse também, com um vigor que hoje lhe valeria a antipatia de certos arianistas nacionais e a acusação de negrófilo que estivesse lançando os negros contra os brancos: “Suprimase mentalmente essa raça e o seu trabalho e o Brasil não

será na sua maior parte senão um território deserto, quando muito um segundo Paraguai, guarani e jesuítico...” E mais de uma vez teve que lamentar que dos próprios homens de côr muitos se encontrassem não entre os abolicionistas, mas por um como mazoquismo (como se veio a explicar depois), do lado contrário, entre os que queriam a continuação do regime de chicote e de tronco e o Brasil inteiro reduzido a vasta fazenda paternalista; mais de uma vez teve que lamentar que dos moradores dos campos, espalhados pelo interior do Brasil — “homens livres que trabalham em terras alheias” - poucos dessem sinal de compreender que os abolicionistas, combatendo o feudalismo dominante, lutavam também por êles — moradores livres, porém pobres, de fazendas e de engenhos feudais: “para dar-lhes uma independência honesta, algumas braças de terra que êles possam cultivar como próprias, protegidos por leis executadas por uma magistratura independente e dentro das quais tenham um reduto tão inexpugnável para a honra das suas filhas e a dignidade do seu caráter, como qualquer senhor de engenho”.

É que para Nabuco o abolicionismo não era apenas a libertação dos escravos negros do jugo dos senhores brancos, ou oficialmente brancos. Era também a libertação econômica e social, de moradores aparentemente livres de domínios essencialmente feudais. Êle se antecipou à luta em que ainda nos encontramos todos os que dentro de programas políticos diversos, e até de partidos antagônicos, combatemos o que continua a haver na economia brasileira — hoje nas grandes indústrias artificiais mais do que nos restos já meio frios dos grandes domínios agrários — de arcaica ou de renovadamente feudal; de exploração do homem pelo homem; de sujeição dos que trabalham aos que simplesmente jogam e dançam. Aos que jogam jogos e dançam danças que não são os do povo mas os dos exploradores do povo.

Quando Joaquim Nabuco disse num dos seus discursos de campanha abolicionista — “nenhuma reforma política produzirá o efeito desejado enquanto não tivermos extinguido de todo a escravidão, isto é, a escravidão e as instituições auxiliares”, depois de ter salientado ser o Brasil um país ainda de senhores e de escravos, a todos os quais o trabalho repugnava como a pior das humilhações, e de ter destacado que a abolição da escravidão, no Brasil, era o primeiro passo para a organização do “trabalho nacional e por conseguinte da civilização brasileira”, dirigiu-se aos nossos avós em palavras que chegam aos nossos ouvidos com o vigor, a mocidade, a frescura de uma mensagem de um homem de hoje: dos que hoje se batem pela organização do trabalho no Brasil como condição básica do desenvolvimento não

só da democracia como da civilização brasileira; dos que hoje situam, acima das reformas simplesmente políticas ou mecânicamente econômicas, as larga e compreensivamente sociais, convencidos de que se a escravidão se extinguiu no Brasil com a lei chamada retoricamente “áurea”, influências verdadeiramente áureas fazem sobreviver entre nós as “instituições auxiliares da escravidão”, a que se referia o grande pernambucano; dos que hoje ainda não vêm no interior do Brasil senão num ou noutro trecho uma população de pequenos lavradores e criadores que sequer se aproximem da condição dos homens livres.

Como no tempo de Nabuco, ainda há brasileiros que parecendo livres, não votam senão como servos. Constituem os feudos eleitorais das áreas estagnadas do interior. Como no tempo de Nabuco, a consciência da Nação brasileira “está ainda com muito poucos”. Como nos dias de Nabuco, são hoje quase inúteis as reformas puramente políticas, inclusive as eleitorais, num Brasil ainda em grande parte dominado, nas suas áreas rurais, que são imensas, por aquela instituição auxiliar da escravidão que ele denominou “monopólio territorial”.

Porque “o monopólio territorial” significa o feudo eleitoral. E o feudo eleitoral significa a vontade, o interesse, as aspirações populares atraídas pela vontade, pelo interesse, pelas aspirações dos que sendo donos de terras, de fazendas, de indústrias, de fábricas, de barracões absorventes, são ainda, por meio de um terrorismo que sobrepua, em muitos casos, o próprio terrorismo policial das célebres “volantes” ou “capturas”, donos de eleitores tristemente passivos, inermes, impotentes.

Em 1884 Nabuco proferia palavras que ainda hoje se aplicam à situação do Brasil — um Brasil cujas áreas mais atrasadas são ainda tantas e tão consideráveis pelo número de votos inconscientes que a quantidade e o peso bruto desses votos reduzem a expressão dos conscientes e independentes: os das cidades mais cultas e os daquelas áreas rurais já livres do antigo “monopólio territorial”. Expressando seu ceticismo diante dos resultados da reforma eleitoral então recente, Nabuco dizia: “... as reformas de que imediatamente necessitamos são reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho e dêem em resultado o bem-estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a nação brasileira”. E continuava: “Eis a razão pela qual abandonei no Parlamento a atitude propriamente política para tomar a atitude do reformador social. Foi porque também eu me desenganei das reformas políticas”.

A verdade é que nos últimos anos de parlamentar de Nabuco, sua grande preocupação já não era sequer a abolição da escravidão mas “a democratização do solo”; não era a ocupação do território — a imigração — mas a redenção da população nativa. “Acabar com a escravidão não basta” — disse êle num dos seus discursos memoráveis —: “é preciso destruir a obra da escravidão”. E para destruir “a obra da escravidão”, no Brasil, era preciso, ao seu ver, antes de tudo, democratizar-se o solo, quebrar-se o “monopólio territorial”, destruírem-se os feudos que hoje, aliás, não são principalmente os agrários mas os financeiros e industriais.

“Sei” — dizia êle — “que nos chamam anarquistas, demolidores, petroleiros, não sei mais, como chamam aos homens de trabalho e de salário *os que nada têm que perder*”. Para tais críticos, os homens de fortuna é que deviam governar sòzinhos o país por terem o que perder. Êle, Nabuco, porém, não tinha “receio de destruir a propriedade fazendo com que ela não seja um monopólio e generalizando-a porque onde há grande número de pequenos proprietários a propriedade está mais firme e sòlidamente fundada do que por leis injustas onde ela é o privilégio de muito poucos”.

O que lhe parecia era que, extinguindo-se a escravidão dos pretos mas continuando de pé “o monopólio territorial”, artistas e operários se tornariam simples “substitutos dos escravos”, e os aparentes homens livres que eram os pequenos lavradores sem terra do interior continuariam só na aparência homens livres mas, na verdade, ao sabor da vontade e dos interêsses dos donos dos feudos por êles habitados de favor ou por caridade ou pelo amor de Deus. O que lhe parecia era que “o trabalho sem a instrução técnica e sem a educação moral do operário” não podia “abrir horizontes à Nação Brasileira”. Insistiu sempre na necessidade de educar-se o trabalhador, certo de que sem essa educação as melhores leis a favor do operário não seriam compreendidas pela gente de trabalho, ainda tão necessitada, no Brasil, dessa educação e tão à mercê dos mistificadores: dos que só falam nos direitos, sem acentuarem a responsabilidade social do trabalhador.

“Comunista, por quê?” perguntou Nabuco um dia aos que acusavam de “comunista” o projeto Dantas ou o próprio Nabuco. “Ora, se alguma coisa se assemelha ao comunismo não vos parece que é a escravidão — comunismo da pior espécie porque é comunismo em proveito de uma só classe?”

Comunista, entretanto, seria êle chamado hoje, pela pior espécie de “reacionarismo”, que é aquele que se disfarça em amigo da gente de trabalho para

melhor conservar-se no govêrno, quando é govêrno, ou alcançar o poder, quando é oposição.

Nabuco foi amigo leal da gente de trabalho no Brasil da qual o aproximou um socialismo esclarecidamente personalista, com muitas afinidades com o trabalhismo mais avançado de hoje que é o britânico da ala Cripps ou o que se inspira no britânico da ala Cripps. Êle que vinha de família privilegiada e poderia ter fàcilmente subido aos postos mais altos do Império, servindo com pés de lã, mãos de sêda e voz de veludo os interêsses da grande lavoura e do alto clero, do alto comércio e das novas indústrias, procurou seu melhor apoio nos artistas e operários de sua querida cidade do Recife, sabendo, embora, que no Brasil do seu tempo, como uma vez salientou, “mesmo nas capitais...”, “não havia recomendação igual à de candidato dessa aristocracia do comércio e da lavoura” que êle, fiel à sua consciêcia, às suas idéias, à sua visão de futuro brasileiro, preferira desde moço desafiar desassombradamente. Pois seu desejo, como claramente confessou, era identificar-se principalmente “com os operários que vivem do seu trabalho de cada dia”.

Num dos seus discursos de abolicionista, Nabuco repetiu esta frase que êle próprio chamou revolucionária: “O que é o operário? Nada. O que virá êle a ser? Tudo”. Repetiu-a salientando que na gente de trabalho estava “o futuro, a expansão, o crescimento do Brasil”, o “germe do futuro da nossa pátria, porque o trabalho manual... dá fôrça, vida, dignidade a um povo e a escravidão inspirou ao nosso um horror invencível por tôda e qualquer espécie de trabalho em que ela algum dia empregou escravos”.

Não esquecia, porém, a abandonada gente média, principalmente a do interior: “os moradores livres” — aparentemente livres — do “interior”. E era pensando em tôda essa população brasileira desamparada e não apenas numa classe, ou num grupo mais ostensivamente sofredor, que investia contra tôda espécie de monopólio ou de privilégio de ordem material. Inclusive o protecionismo: a proteção ao que denominava “indústria de falsificação”. A respeito do que exclamou num dos seus melhores discursos do Recife durante a campanha abolicionista, em 84: “Essa espécie de proteção é o roubo do pobre e num país agrícola é um contra-senso. Não, senhores, não será elevando o preço de todos os produtos, tornando a vida mais cara, obrigando a população a pagar impostos exagerados, que eu me hei de prestar a proteger as artes.” Ao seu ver o rumo a ser tomado pela organização da economia devia ser outro: “...aberta a terra ao pequeno

cultivador, começando-se a destruir o estigma sobre o trabalho, o progresso das artes acompanhará a transformação do país”... “Se eu entrar para a Câmara tratarei de mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutores devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios”.

Em 1884 não hesitava Nabuco, candidato à Câmara, em prometer à gente de trabalho do nosso país nada menos do que justiça ou proteção social — aquela justiça ou proteção consagrada pela Constituição de 46: “leis sociais que modifiquem as condições do trabalho como êle se manifesta sob a escravidão”. Para o que estimulava os trabalhadores do Brasil a se associarem: “... ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes os homens de trabalho, num país onde o trabalho ainda é mal visto... sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento da sua dignidade”. E ainda: “Fora da associação não tendes que ter esperança”. Terminava Nabuco o seu discurso trabalhista — trabalhista sem aspas que o particularizassem, trabalhista no sentido em que somos hoje trabalhistas, homens de partidos diversos e até sem partido nenhum — definindo o voto dos que sufragassem o seu nome para deputado por Pernambuco, como “o mesmo tempo uma petição e uma ordem ao Parlamento convocado para que liberte, levante e proteja o trabalho em tôda a extensão do país, sem diferença de raças nem de ofícios”. Palavras de pioneiro que precisam de ser definitivamente situadas na história do trabalho no Brasil como a antecipação mais clara do movimento em que hoje se empenham, no nosso país, parlamentares, intelectuais, líderes operários e líderes cristãos no sentido de um trabalhismo ou de um socialismo de sentido ético e não apenas econômico; de alcance social e cultural e não apenas político.

Estranhei uma vez que os políticos brasileiros do tempo de Nabuco tivessem sido alheios à questão social do Brasil, que nenhum, dos grandes, lhe tivesse continuado o esforço magnífico, depois que a fundação da República lhe cortou de repente a carreira política de homem extremamente escrupuloso em seus melindres de lealdade e em sua noção de fidelidade a princípios. Responderam-me apologistas dêses outros homens públicos que, na realidade, não havia questão social no Brasil daqueles dias. Eu, porém, cada dia mais me convenço de que vendo no Brasil do seu tempo madrugarem a questão social em seus aspectos mais modernos, enxergando questões sociais, além da dos escravos, sentindo a necessidade de proteção social ao trabalho e aos trabalhadores e, principalmente, à gente média do interior, estimulando as associações operárias —

Nabuco não se assombrava nem se distraía com fantasmas: enxergava com olhar claro e certo a realidade. E tivesse essa realidade desde então sido considerada por outros parlamentares e homens de Estado brasileiros, pelos intelectuais e pelo clero, o Brasil seria hoje uma sociedade mais cristãmente organizada; e livre das sobrevivências ou revivescências feudais que lhe comprometem a saúde moral tanto quanto a econômica e o tornam, sob vários aspectos, o paraíso daqueles sociólogos quase sinistros que se especializam em assuntos de patologia social e daqueles demagogos quase satânicos que [silo] como certos curandeiros e até médicos mais simplistas: gente que se delicia em curar ou fingir curar doenças terríveis, mas não se preocupa com os doentes. Os doentes que morram.

A Nabuco o que sempre preocupou mais profundamente no Brasil do seu tempo foi o próprio Brasil doente; e não apenas a doença mais alarmante que marcava a face do Brasil daqueles dias e que era a escravidão. Fechada essa ferida enorme êle sabia que o doente não estaria curado. Sabia que era preciso tratá-lo nas suas fontes corrompidas de vida e não apenas nas suas feridas mais terrivelmente abertas, por mais alarmantes. Dai aquêles seu agrarismo, aquêles seu socialismo, aquêles seu trabalhismo, — todos mais construtivos, mais tonificantes e mais profiláticos que cirúrgicos; aquela sua preocupação de dar fôrças, dar energia, dar resistência ao Brasil, animando-lhe as verdadeiras fontes de vida, fortalecendo-o contra os abusos dos poderosos e dos exploradores, dos aventureiros, e dos demagogos. Tão longe andou sempre dos donos do poder que numa época em que se nomeavam para as presidências de província rapazes mal-saídos das academias, êle chegou à idade madura sem ter presidido qualquer província. Nunca adulou. Nunca cortejou. Nunca se ofereceu aos poderosos.

Em discurso na Academia Brasileira de Letras disse Nabuco que “a política, ou tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de tôdas as grandes obras”. E sua vida inteira foi a de um homem de espírito público empenhado em grandes obras ou grandes ações — o abolicionismo, o federalismo, o americanismo, o anticaudilhismo, o antimilitarismo — parecendo certo que também o chamado Estado forte teria repugnado à sua sensibilidade política. A vida de um homem de bem que não temeu nunca o nome ou o rótulo de político nem fugiu aos deveres de oposicionista ou de crítico dos governos. Seguiu o exemplo do pai: outro homem de bem que foi também político e homem de partido, sem nunca ter sido cortesão. Contribuiu Joaquim Nabuco para fazer da própria família o que já eram, então, os Andradas: uma família de homens

públicos a serviço do Brasil e da América. Ou pelo menos, uma família de homens particulares animados de espírito público.

Pois nem todos temos a vocação para a vida pública, para a atividade ou para a especialização política com que parecem nascer quase todos os Andradas. Muitos somos homens particulares que só o excepcional das circunstâncias arrasta à ação política. Mas é preciso que existam homens assim: homens particulares animados de espírito público. Pelo menos para servirem de compensação aos homens públicos com espírito particular.

Em Nabuco a vocação para a vida pública uniu-se ao espírito público que desde cedo o animou. Teria sido talvez o mais completo dos homens públicos do Brasil do seu tempo se a proclamação da República, surpreendendo-o aos quarenta anos, não tivesse partido ao meio sua carreira de político, separando de algum modo do Nabuco da Abolição e da Câmara, o Nabuco do Pan-Americanismo e do Itamarati; e fazendo de um só homem quase dois, cada qual incompleto em suas realizações e em suas aspirações.

Conta Mark Twain que aos quarenta anos se encontrara um dia com seu companheiro de geração John Hay; e que John Hay lhe dissera: “devemos tratar de escrever nossas memórias”. Como se a vida para um homem público acabasse aos quarenta. Quando a verdade, reparou Mark Twain tempos depois daquele encontro, é que tanto êle na literatura como John Hay na política, só depois dos quarenta realizaram suas obras principais. Só depois daquele encontro. Nenhum dos dois poderia ter escrito aos quarenta anos a autobiografia sem furtar escandalosamente a si próprio.

Foi o que Joaquim Nabuco se sentiu obrigado a fazer aos quarenta anos: a escrever antes do tempo as memórias, a autobiografia, o testamento de homem público consagrado ao serviço do Brasil. Surgindo de repente a República deu-lhe de repente o título de velho, de homem do passado, de “ancien regime”. Não soube aderir ao regime triunfante. Não quis ser um daqueles monarquistas já curvados, ao serviço do Império e ao peso dos crachás, e dos títulos que da noite para o dia se tornaram estadistas da República. E fêz o esforço, para êle tremendo, de sepultar-se aos quarenta anos na paz, no silêncio, na inação da vida particular e de estudo. Para um homem integralmente público como o autor de *Minha Formação*, um suplício, um martírio, quase uma sentença de morte por êle tristemente cumprida aos poucos. Cumpriu-a com aquela serena bravura que parece ter aprendido principalmente com os ingleses, seus mestres de “self-help” e de “self-control”.

Quando reapareceu na vida pública, ao serviço do Brasil, no estrangeiro — um serviço acima de partidos e até de regimes — era quase outro Nabuco. Fêz muito êsse novo Nabuco, não só pelo Brasil como pela América — esta América de que êle, tanto quanto Rio Branco e Oliveira Lima, não concebia o Brasil isolado nem separado, ainda hoje chegando até nós sua palavra de americanista esclarecido, entusiasta da amizade cada dia maior do Brasil com os Estados Unidos e com as demais repúblicas democráticas do continente. Mas muito deixara de fazer pelo Brasil nos dias dedicados a uma autobiografia prematura. Vira-se então obrigado a viver parasitariamente da contemplação do próprio passado, quando seu entusiasmo, seus impulsos, seus pendores ainda eram todos no sentido da luta viril e da ação criadora. Da ação de federalista que continuasse a de abolicionista. Da ação de socialista que continuasse a de pioneiro do trabalhismo no nosso país. Da ação de renovador de tradições da Monarquia que tornasse inútil ou supérflua a República dos positivistas e dos estadualistas. Mas não lhe foi possível transigir com os vencedores. Dos inglêses — que tanto lhe devem ter ensinado da ciência ou da arte da contemporização — não apreendera o bastante para deixar de repente a Monarquia pela República.

Os brasileiros de hoje, os moços, os, adolescentes, os que vão amanhecendo para a vida pública, é êste o Nabuco que precisam conhecer de perto: o político que foi também homem de bem. O político que não separou nunca a ação da ética. Como o socialismo de Morris na Inglaterra e o de Antero de Quental, em Portugal, o seu era do que principalmente se animava: de sentido ético. E esta é uma das grandes sugestões que nos chegam de sua vida no momento em que, no Brasil, se compromete a causa da valorização social, não só do às vezes supra-glorificado trabalhador de macacão como do pequeno lavrador, do pequeno criador, do pequeno funcionário público, da numerosa gente média, como nenhuma pauperizada nas cidades e nos campos e como nenhuma degradada — pois vem descendo de nível e não apenas conservando-se parada ou estagnada; no momento em que, no Brasil, se compromete a causa da valorização do homem sob os excessos do que se denomina “realismo, político”.

Para êste falso realismo não resvalou nunca Joaquim Nabuco. Se defendeu os direitos da gente de trabalho contra os abusos da feudal, foi por acreditar no sentido moral e não apenas no social dessas reivindicações. Não por se sentir apenas espectador, ou auxiliar quase passivo, de um jôgo cego e mecânico entre homens, do qual se soubesse desde o princípio o resultado exato, mas para o qual, mesmo assim,

espectadores e auxiliares devessem contribuir com artes e manobras das chamadas “realistas” com traições, deslealdades, velhacarias, alianças vergonhosas, que apenas apressassem a vitória fatal, determinada por “leis” intituladas de científicas, de um grupo sôbre outro.

Nem vejam os brasileiros moços de hoje, no Nabuco de quem o tempo vai nos afastando, apenas o homem excessivamente vaidoso que seria quase outro narciso; o elegante perfumado a sabonete inglês de quem, como do seu conterrâneo, Dom Vital, Bispo de Olinda (do qual os maliciosos diziam aromatizar com brilhantina as barbas de capuchinho), demagogos, menos escrupulosos em assuntos de higiene pessoal, quiseram às vêzes afastar as multidões confiantes, dizendo: “êste homem não é do povo, mas dos palácios”. Ou “êste homem não é da rua, mas dos salões”. Nabuco, porém, se não confraternizou com o povo de sua terra da mesma maneira pitoresca e boêmia, franciscana e simples que José Mariano, o qual, no Recife de 1880, comia sarapatel e bebericava “vinho ordinário”, pelos quiosques, como qualquer tipógrafo ou revisor de jornal, nunca viveu, como político, longe do povo mais sofredor. Conheceu-o de perto. Amou-o na realidade e não como figura de retórica. Trabalhou por ele. Teve como nenhum político brasileiro do seu tempo a visão exata das necessidades e o sentido justo das possibilidades de gente por tanto tempo abandonada.

Um Brasil que tem entre os homens públicos, os políticos, os parlamentares do seu passado, um homem, um político, um parlamentar da grandeza e da atualidade de Joaquim Nabuco, não deve nunca deixar que essa grandeza seja esquecida ou que essa atualidade seja ignorada. Principalmente numa época, como esta que atravessamos, marcada pela desconfiança ou pela suspeita de que todo político brasileiro seja ou tenha sido um politiqueiro e todo homem público, um mistificador; e de que a política, os parlamentos, os congressos sejam inutilidades dispendiosas, sendo palhaçadas ou mascaradas prejudiciais ao povo ingênuo, necessitado apenas de govêrno paternallescamente forte. Nabuco é uma das maiores negações dessa lenda negra com que se pretende desprestigiar, entre nós, a vida pública, a figura do político, a ação dos parlamentos.

Êste o homem atualíssimo, de palavra e de idéias tão moças que dificilmente o imaginamos nascido há quase cem anos na capital de Pernambuco. O que aumenta a responsabilidade dos que hoje representam a Nação Brasileira na Câmara — a Câmara das grandes lutas e das grandes vitórias de Joaquim Nabuco — no sentido de

concorreremos para que o centenário do seu nascimento, em vez de pretêxto ou motivo de simples atos de liturgia parlamentar ou oficial, seja a ocasião de comemorações a que desde já se procure associar largamente o povo, a mocidade, o estudante, o operário, o trabalhador, a gente média do interior, por êle sempre lembrada. Pois em Joaquim Nabuco precisamos de ver — e não apenas de ver, mas de cultuar — um pioneiro daquele socialismo ou trabalhismo de sentido ético, para o qual devemos caminhar cada vez mais resolutamente no Brasil, acima de seitas e de facções, de doutrinas fechadas e de sistemas rígidos.

Por isto mesmo é que desejaria ver desde já ir se preparando com esmêro de seleção e de anotação; pelo Ministério da Educação e Saúde, dirigido hoje por tão ilustre homem público, uma edição popular, verdadeiramente popular, não à toa e desleixada como em geral as edições populares entre nós, dos discursos proferidos por Joaquim Nabuco nos seus grandes dias de reformador social. Edição que fôsse uma das comemorações mais úteis, do 1º centenário do nascimento do grande brasileiro. Edição que destacasse da personalidade múltipla de Nabuco o seu aspecto mais sugestivo e talvez mais esquecido: o de reformador social, o de pioneiro, o de precursor do socialismo ou do trabalhismo no Brasil, aspecto aos olhos de muitos obscurecido pela figura mais imponente do diplomata, do primeiro embaixador do Brasil em Washington, do homem do mundo.

Outra sugestão: a de que o mesmo Ministério institua um prêmio, no mínimo de cinquenta mil cruzeiros, destinado ao ensaio sôbre a personalidade ou a ação de Joaquim Nabuco, que venha a ser considerado o melhor por comissão designada pelo ministro da Educação e Saúde.

Deixando com o ministro da Educação e Saúde estas simples sugestões, deixo-as com um homem público particularmente sensível à importância, para um povo ainda em formação como o brasileiro, de comemorações de centenários como o de Ruy Barbosa e o de Joaquim Nabuco. São comemorações para as quais desde já devemos todos ir correndo com sugestões para que se organizem com o máximo de participação brasileira; para que participe delas o Brasil inteiro e não apenas o Brasil oficial, acadêmico ou literário.

